



resenha

de política exterior do brasil

número 16. janeiro, fevereiro e março de 1978

1. américa latina e áfrica, áreas prioritárias da diplomacia brasileira
2. geisel no méxico: diálogo amplia oportunidades de cooperação
3. o presidente do brasil visita o uruguai
4. viagem de geisel reafirma a amizade com a república federal da alemanha
5. no brasil, o presidente dos estados unidos, jimmy carter
6. a segunda reunião preparatória sobre cooperação multilateral na amazônia
7. acordo comercial intensifica intercâmbio com a austrália
8. assinatura de atos mostra amadurecimento nas relações brasileiro-paraguaias
9. itamaraty comemora cinquentenário da criação do serviço de fronteiras

ministério das relações exteriores



resenha

de política exterior do brasil

ministério das relações exteriores

síntese

1. O ano de 1977 marcou-se pela continuidade e intensificação de esforços da diplomacia brasileira, sobretudo nas áreas de atuação consideradas de interesse prioritário, destacando-se, especialmente, o relacionamento com as nações da América Latina e da África. É o que afirma o Presidente Ernesto Geisel em sua Mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa de 1978, onde ele assinala que a aplicação de uma política pragmática, realista e sobretudo dirigida a assegurar as relações sempre corretas e mutuamente satisfatórias com os países da América Latina "tem sido um dos parâmetros da política externa brasileira". O Presidente salienta a iniciativa brasileira de propor o Pacto Amazônico, ressalta as visitas feitas ao Brasil pelos Presidentes da Bolívia, Paraguai, Uruguai e Venezuela, que "prenunciam abertura de novos campos de ação e desenvolvimento acelerado das relações bilaterais", e refere-se ao aumento da rede de missões diplomáticas na África, ao incremento das exportações para aquele continente, à expansão dos programas de cooperação técnica, à "firme posição do Brasil quanto aos problemas de discriminação racial e do colonialismo que persistem na África Meridional", como fatos que dão testemunho do estreitamento das relações com os países africanos. Geisel enfatiza ainda o intercâmbio com o Oriente Próximo, a intensificação das relações comerciais, financeiras, científicas e tecnológicas com os países desenvolvidos, a ampliação da pauta de exportações para

o Leste Europeu, Ásia e Oceania, e o grande número de missões oficiais que vieram ao Brasil, ou de missões brasileiras que foram ao exterior. Página 7.

2. Ao recepcionar o Presidente Ernesto Geisel, o Presidente mexicano, José López Portillo, destaca a semelhança de geografia, cultura e história entre o Brasil e o México, pois "pertencemos, ambos os povos, à comunidade latino-americana que abriga desde sua gestação um definido desejo de unidade". Ele sublinha que a visita do Presidente brasileiro ao México demonstra a consciência fraternal entre os dois povos, através da qual "abrimos novos canais de entendimento". O Presidente brasileiro, em resposta a Portillo, declara: "Num mundo marcado por crises e apreensões, mas também pela consciência de que novas oportunidades para uma cooperação mutuamente proveitosa podem ser exploradas, nossos dois países se dispõem a aproximar-se, tomando por base uma longa tradição de amizade, para, através do diálogo e da compreensão, buscarem alargar a faixa em que os respectivos interesses e aspirações convergem ou coincidem." Geisel observa que a experiência histórica que o México acumulou lhe dá condições ideais para compreender o sentido do esforço dos brasileiros em prol da autonomia energética e do desenvolvimento nacional e assegura ainda que "o Brasil reconhece e valoriza o papel que o México tem desempenhado no âmbito latino-americano". Ele registra

também uma grande variedade de temas em que os dois países assemelham suas posições e reafirma que, no plano bilateral, são incontáveis as oportunidades de proveito recíproco que uma cooperação mais intensa entre brasileiros e mexicanos pode ensejar. Páginas 23, 167, 187 e 191.

3. Em Montevidéu, durante a assinatura de atos entre o Brasil e o Uruguai, o Presidente Ernesto Geisel diz que a cooperação brasileiro-uruguaia desenvolve-se com invulgar dinamismo e que os dois países "perseguem, com realismo, o objetivo comum de uma cooperação crescente, em todos os setores, entre suas forças nacionais, numa política sadia de integração horizontal, baseada no respeito mútuo e que considera as peculiaridades de um e de outro país". O Governo do Brasil, segundo Geisel, não poupa esforços para manter diálogo franco e mutuamente profícuo com as nações limítrofes, através de ações nacionais, binacionais e multilaterais. O Presidente Aparício Méndez, na mesma solenidade, acentua que os Governos brasileiro e uruguaio têm se mantido firmes no relacionamento de amizade, "avançando, com ritmo, apoiados numa exemplar irmandade internacional". No encontro com o Presidente do Conselho de Estado do Uruguai, o Chefe da Nação brasileira assevera que, apesar dos resultados positivos na cooperação brasileiro-uruguaia, muito há ainda que realizar entre os dois países e acrescenta que os dois povos acham-se empenhados em levar a cabo um processo de cooperação inédito na história sul-americana, baseado no respeito mútuo e na amizade tradicional que une brasileiros e uruguaios. Ao visitar a sede da Alalc, o Presidente Geisel frisa que o Governo brasileiro compartilha da visão construtiva daquele organismo internacional e "está persuadido do imperativo de preservarmos essa obra multiforme de cooperação a que as concessões tarifárias recíprocas deram início e que, algum dia, encontrará seu coroamento, quando alcançarmos a meta de um modelo de integração plenamente

satisfatório para as nações do continente". Geisel recorda também o respeito do Brasil aos compromissos assumidos no âmbito da Alalc, "muitas vezes resistindo ao assédio de problemas do balanço de pagamentos". Páginas 47, 171 e 191.

4. O Presidente Ernesto Geisel, em Bonn, ressalta que os resultados expressivos da cooperação teuto-brasileira "demonstram o quanto podem alcançar dois países amigos quando decidem, honestamente, unir esforços em benefício mútuo". Em sua opinião, o Brasil e a RFA souberam aproveitar, de forma criadora, sua tradicional amizade e os vínculos de confiança recíproca para instituir mecanismos de cooperação pacífica e mutuamente benéfica, como por exemplo o Acordo sobre Cooperação nos Campos dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado em 1975. Por sua vez, o Presidente Walter Scheel revela que o exemplo brasileiro inspirou confiança ao mundo no futuro dos modernos países em vias de desenvolvimento e que a RFA não permanece alheia a esse processo de crescimento. Durante o almoço com o Primeiro-Ministro, Helmut Schmidt, Geisel salienta que o Brasil busca colaborar com todos os povos, pois "estamos convencidos de que a cooperação internacional, conduzida de maneira franca e leal e que beneficie equitativamente as partes nelas envolvidas, serve para aproximar as nações e contribuir para acelerar o seu desenvolvimento económico". O Primeiro-Ministro alemão dá ênfase ao crescimento político e económico do Brasil e assinala que o que foi conseguido até agora entre o Brasil e a República Federal da Alemanha pode ser considerado exemplo da cooperação entre um país industrializado e um país em desenvolvimento. Ao abrir o Encontro Teuto-Brasileiro de Empresários, o Presidente Geisel registra o dinamismo das relações comerciais entre o Brasil e a RFA, acrescentando que "temos pela frente enorme potencial de expansão, quer no campo do comércio, quer no do movimento de capitais".

O chanceler Azeredo da Silveira, no encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, Hans Dietrich Genscher, manifesta a opinião de que a visita do Presidente Ernesto Geisel àquele país consolida todo o esquema de cooperação que "nós soubemos estabelecer em um prazo relativamente curto, que correspondia às nossas tradições, mas que nunca tinha sido realizado com esse ímpeto, com essa franqueza e com esse desejo de entendimento". Genscher informa que a intensificação das relações com os países da América Latina é preocupação do Governo da RFA, pois o peso dos países latino-americanos, particularmente o do Brasil, está crescendo permanentemente. Páginas 65, 180, 185 e 192.

5. Na recepção ao Presidente dos Estados Unidos, o Presidente Ernesto Geisel destaca o relacionamento cordial entre brasileiros e norte-americanos e considera que a presença de Jimmy Cárter no Brasil "é uma visita de amizade que vem fortalecer os laços tradicionais que unem nossos países". Para o Presidente brasileiro, a amizade entre Brasil e Estados Unidos "é secular e, hoje como ontem, e como amanhã, é nosso desejo que ela se torne cada vez mais sólida e duradoura". O Presidente Jimmy Cárter, no Congresso Nacional, reconhece a existência de diversidade de interesses entre os dois países, apesar de que "compartilhamos o sentimento de que nossas nações estão ligadas entre si por correntes inquebrantáveis". Cárter acentua que o Brasil, durante os últimos anos, "alcançou uma completa percepção de sua exata posição, seu papel legítimo no contexto mundial, embora não tenha ainda atingido os limites de sua enorme potencialidade".

O Presidente Geisel, na entrevista à **CBS**, dos Estados Unidos, explica que um melhor conhecimento sobre o Brasil por parte dos norte-americanos poderia ser muito útil para melhorar o desenvolvimento das relações entre os dois países. Por esse motivo, ele acredita ser importante a visita de

Cárter ao Brasil, pois "o contacto direto, o diálogo, permite que as pessoas se compreendam melhor". Página 107.

6. "Bem sabemos como é complexa¹ a tarefa de harmonizar vontades soberanas até de dois parceiros apenas. O que não dizer, pois, de oito países com personalidade própria e pontos de vista particulares, diante do desafio inédito de, pela primeira vez na História, representar o conjunto da Amazônia em torno de uma mesa de negociação. E, no entanto, através da diversidade de situações, emergiu, constante, o espírito de mútua compreensão e de concórdia que caracterizou, como nota invariável, o desenrolar dos debates." A declaração é do Ministro de Estado das Relações Exteriores, António F. Azeredo da Silveira, ao encerrar a II Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Amazônia, realizada em Brasília, em março. Silveira aponta a aceitação da proposta brasileira, que, já na segunda rodada de reuniões, deixou de ser um princípio abstrato para passar ao "terreno concreto das formulações jurídicas" e assinala faltarem poucos pontos para se chegar a um consenso que consolide o texto do Pacto Amazônico. Ao finalizar, o Chanceler brasileiro evoca "não o otimismo mas o realismo, pois estou seguro de que, a esta altura do processo, temos fundadas razões para contar com o início breve de uma nova e promissora era na História da cooperação e da amizade entre as nações amazônicas". Páginas 125, 186 e 193.

7. Em carta encaminhada ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Andrew Peacock, o Chanceler Azeredo da Silveira pondera que apesar do progresso das relações económicas entre os dois países, o pleno potencial desse relacionamento está longe de ter sido atingido, pois, em sua opinião, existem diversas oportunidades promissoras para a cooperação brasileiro-australiana no campo dos recursos minerais, agricultura e tecnologia, as quais

poderiam proporcionara base para um relacionamento fundamentado na complementaridade. "Estou certo — transmite Silveira ao seu colega australiano — de que posso contar com o apoio de seu Governo, como eu lhe asseguro o apoio do meu Governo, para encorajar e facilitar, sempre que apropriado, a feitura de ajustes institucionais que ampliariam as perspectivas de concretização destas oportunidades." Em resposta, o Ministro Andrew Peacock concorda com a necessidade de "formas aperfeiçoadas de cooperação internacional no tocante ao comércio de produtos primários", bem como a necessidade de um estreitamento das relações económicas e comerciais entre Brasil e Austrália, e assegura partilhar da opinião do Chanceler Azeredo da Silveira quanto à possibilidade de que as diferenças dos contingentes populacionais e de mercados consumidores entre os dois países "deveriam proporcionar uma base para um relacionamento fundamentado na complementaridade, o que poderia contribuir grandemente para o desenvolvimento de setores económicos específicos, aumentando a produtividade e competitividade destes e elevando os níveis de emprego de ambos os países". Páginas 129 e 178.

8. O Chanceler Azeredo da Silveira, na cerimónia de assinatura de atos entre o Brasil e o Paraguai, afirma que o documento realça a tradicional preocupação dos brasileiros e paraguaios pelo cumprimento dos atos internacionais vigentes e atesta o permanente empenho de ambos os Governos em resolver satisfatoriamente, atendendo aos direitos e interesses de cada país, as questões que surgem inevitavelmente da proximidade geográfica, do aumento do intercâmbio e da intimidade de seus relacionamentos. "O elenco de tais realizações concretas,

por si só tão expressivo, é ainda qualitativamente enriquecido pelo alto grau de amadurecimento alcançado no relacionamento brasileiro-paraguaio e significativamente realçado pelo clima de entendimento fraterno e efetivo que o preside", acrescenta Azeredo da Silveira, para quem "esse espírito de entendimento, mercê de um convívio franco e intenso, reflete, assim, não somente o dinamismo que caracteriza os projetos em que estamos empenhados, mas, principalmente, a atmosfera fraterna em que se desenvolvem nossas relações". O Chanceler Alberto Nogués responde dizendo que, pelo Tratado de Amizade e Cooperação "estão dadas as condições que nos estimulam a percorrer um largo e fecundo caminho, paralelo à marcha que empreendemos em Itaipu, portentosa empresa que enche de legítimo orgulho nossos dois Governos, tanto pelo inusitado valor de sua magnitude física, como pela transcendente dimensão de seu significado político". Páginas 137, 176 e 191.

9. Durante solenidade comemorativa do cinquentenário da criação do Serviço de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores, o Chanceler Azeredo da Silveira assinala que a demarcação de mais de 16 mil quilómetros da fronteira brasileira foi feita de modo pacífico, fato que "constitui obra de primeira magnitude, possivelmente uma das maiores realizações da diplomacia contemporânea". O Embaixador Álvaro Teixeira Soares, na mesma solenidade, conta a história do Serviço de Fronteiras do Itamaraty ao longo dos seus 50 anos de existência, recordando desde os primeiros trabalhos demarcatórios até sua atuação mais recente, no âmbito de uma política que "se traduz no propósito de aplainar e desenvolver comunicações com os países vizinhos". Página 141.

américa latina e áfrica, áreas prioritárias da diplomacia brasileira

Trecho sobre política externa brasileira, extraído da Mensagem do Presidente Ernesto Geisel ao Congresso Nacional, na abertura da Sessão Legislativa, em 1.º de março de 1978.

As profundas transformações do cenário internacional nas últimas décadas, com a multiplicação do número de novos Estados e a crescente importância do Brasil, fruto do desenvolvimento interno e da conseqüente ampliação da faixa de interesses externos, aumentam o grau de participação e as responsabilidades do País no concerto das nações. Para responder a esse desafio faz-se necessária uma diplomacia moderna, ágil e eficiente que, inspirada nos valores da civilização ocidental e numa visão clara dos interesses e das prioridades do País, seja capaz de colaborar, através da integração com os demais membros da comunidade internacional, tanto bilateralmente quanto no seio dos organismos e das conferências multilaterais, para a consecução dos objetivos nacionais.

O ano de 1977 marcou-se pela continuidade e intensificação de esforços da diplomacia brasileira, sobretudo nas áreas de atuação consideradas de interesse prioritário. Entre estas destaca-se o relacionamento com nações irmãs da América Latina e da África, às quais se liga o Brasil não só pela proximidade geográfica, mas também por herança histórica e cultural comum. De importância também são a continuada expansão

e diversificação das exportações e a captação, junto a países desenvolvidos e organismos financeiros internacionais, de capitais e conhecimentos tecnológicos, elementos indispensáveis ao desenvolvimento nacional. Participa o Brasil do esforço conjunto com os países em desenvolvimento para modificar, através de intenso diálogo com os desenvolvidos, as regras do comércio internacional e alterar a distribuição mundial dos conhecimentos científicos e tecnológicos; acredita que a luta pela paz deve desenvolver-se paralelamente tanto no plano político, nas negociações que visem a um desarmamento real, quanto no plano econômico, pois, na verdade, não pode haver paz verdadeira sem que se tenham corrigidas as graves distorções que separam os países desenvolvidos do resto da humanidade.

as grandes linhas de ação

No âmbito da América Latina, a aplicação de uma política pragmática, realista e sobretudo dirigida a assegurar relações sempre corretas e mutuamente satisfatórias tem levado a um progressivo estreitamento dos laços entre o Brasil e seus vizinhos do

continente americano. Neste contexto cabe salientar a iniciativa brasileira de propor a conclusão de pacto amazônico, destinado a propiciar mecanismo adequado para tratamento dos importantes problemas peculiares à área. Intensificaram-se os contatos com as altas autoridades latino-americanas, cabendo lembrar, particularmente, as visitas dos Presidentes da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela que, através dos entendimentos então mantidos, numerosos e importantes acordos assinados, prenunciavam abertura de novos campos de ação e desenvolvimento acelerado das relações bilaterais.

Paralelamente, a diplomacia brasileira tem trabalhado para ampliar os contatos com as nações africanas, às quais o País une-se por traços e interesses comuns. O aumento da rede de missões diplomáticas na África, o incremento das exportações para aquele continente, a expansão dos programas de cooperação técnica, a firme posição do Brasil quanto aos problemas de discriminação racial e do colonialismo que persistem na África Meridional dão testemunho do estreitamento das relações com os vizinhos africanos.

O intercâmbio com o Oriente Próximo continuou a desenvolver-se satisfatoriamente, sendo de assinalar a troca de visitas ministeriais com o Iraque, e a assinatura de um importante acordo comercial com o Irã.

Com os países desenvolvidos, as relações do Brasil continuam a se intensificar, particularmente nos campos comercial, financeiro e da cooperação científica e tecnológica. Os programas relativos aos acordos e contratos firmados por ocasião das visitas presidenciais à França, ao Reino Unido e ao Japão, em 1976, encontram-se em fase de implementação, ao passo que com os Estados Unidos da América manteve-se a política de contatos freqüentes, especialmente úteis para assegurar conhecimento e compreensão de interesses e posições de cada parte.

Com o leste europeu prosseguiu a política de desenvolvimento das correntes de comércio, não só em volume, mas, sobretudo, mediante ampliação da pauta de exportações

do País, contribuindo, assim, para diversificação dos mercados para produtos brasileiros e das fontes de importações.

No domínio multilateral participou o Brasil ativamente das reuniões das Nações Unidas e das conferências internacionais especializadas, nas quais procurou sempre, em coordenação com os demais países em desenvolvimento, conduzir debates e negociações sobre temas ali tratados, de natureza política, econômica, comercial, científica ou cultural, de conformidade com os ideais e os interesses superiores da nação.

américa latina

O relacionamento especial com os vizinhos da América Latina tem sido um dos parâmetros da política externa brasileira. A Argentina continua sendo o principal parceiro comercial na América Latina: análise do intercâmbio bilateral vem revelando que o Brasil figura como segundo principal comprador de produtos da Argentina e seu terceiro fornecedor.

A convite do Governo brasileiro, visitou oficialmente o Brasil de 6 a 7 de julho o Presidente do Uruguai, Aparício Méndez. Na oportunidade, os dois chefes de Estado presidiram a cerimônia de assinatura de importantes atos bilaterais de atuação integrada na área da bacia da Lagoa Mirim — o Tratado de Cooperação para Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim) e o protocolo para aproveitamento dos recursos hídricos do trecho limítrofe do rio Jaguarão, anexo ao Tratado (Protocolo do Rio Jaguarão). Na ocasião, rubricou-se o Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim.

No contexto das relações brasileiro-chilenas, assinala-se a visita ao Chile, no mês de março, do Ministro de Estado da Aeronáutica. De 17 a 24 de março esteve também no Chile o Chefe do Estado-Maior da Armada. De 7 a 10 de novembro realizou-se, em Brasília, a IV Reunião da Comissão Especial de Coordenação Chileno-Brasileira.

No ano de 1977 as relações brasileiro-paraguaias se mantiveram no mesmo nível de entendimento e colaboração recíproca que as tem caracterizado. No plano político merece especial destaque o encontro presidencial, em abril, no Rio de Janeiro. Esse encontro, o quinto que realizam os dois chefes de Estado, deu ocasião a novas e frutuosas conversações sobre temas da atualidade internacional, de interesse de ambos os países na esfera regional e bilateral.

No contexto multilateral da bacia do Prata, o Brasil continuou a prestar, durante o ano de 1977, todo apoio às iniciativas destinadas a tornar mais efetivos os mecanismos de cooperação previstos nos marcos institucionais vigentes. Nesse quadro, foi atuante a participação do Brasil nas medidas destinadas à implementação do Fundo Financeiro, tendo efetuado, inclusive, em 1977, o pagamento da parcela correspondente ao primeiro exercício de seu funcionamento. Foi, assim, com fundamentado interesse que o Brasil participou da IV Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, aportando aos seus trabalhos, que transcorreram em clima de grande cordialidade, uma contribuição operativa e eficaz.

As relações Brasil-Bolívia foram assinaladas, de maneira especial, pela visita oficial ao Brasil do Presidente da República da Bolívia e deu ocasião à assinatura de Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio; de Convênio de Assistência Recíproca para a Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que Produzem Dependência; de Convênio de Sanidade Animal para Áreas de Fronteira; de Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, referente à cooperação em matéria de telecomunicações e serviços postais; e de Acordo por Troca de Notas Complementar ao Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, de 22 de maio de 1974. Entrou em vigor, na oportunidade da visita presidencial, o Acordo sobre Cooperação Sanitária, assinado em 8 de junho de 1972.

Prosseguindo a política de aproximação com a Colômbia e em cumprimento do Acordo Brasileiro-Colombiano sobre Carvão, de 18 de junho de 1976, continuaram, no âmbito do Comité Conjunto estabelecido segundo

aquele instrumento, os entendimentos relativos à implementação da parte inicial do programa previsto para prospecção de carvão coqueificável naquele país e a viabilidade técnica, econômica e jurídica de sua exploração e comercialização, mediante eventual associação binacional de capitais.

No que se refere ao Equador, as relações caracterizam-se por alto nível de entendimento, dentro do qual delegações dos dois países deram prosseguimento às negociações para venda à Petrobrás de óleo cru e para fornecimento de bens e serviços brasileiros ao mercado equatoriano.

O Governo brasileiro deu início a estudos, com o Governo guianense, relativos à preparação da reunião da Comissão Mista Brasil-Guiana.

As relações brasileiro-peruanas demonstraram elevado padrão de entendimento: a visita a Brasília do Ministro das Relações Exteriores do Peru e a IV Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Econômica e Técnica.

Brasil e Suriname estabeleceram contatos iniciais com vistas à realização da primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, instituída pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, de 22 de junho de 1976.

No que se refere à Venezuela, as relações alcançaram altos níveis de entendimento com a visita oficial do Presidente Carlos Andrés Pérez ao Brasil, entre os dias 16 e 20 de novembro. Por ocasião da visita foram assinados os seguintes instrumentos: Convênio de Amizade e Cooperação, Acordo de Assistência Recíproca para Repressão do Tráfico Ilícito de Drogas que produzem Dependência, Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica em Matéria Sanitária para o Meio Tropical, Acordo Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica no campo da ciência e tecnologia, e Troca de Notas que estabelece o quadro operacional para o funcionamento de sucursais bancárias em um e outro país. A visita, a primeira que realizou ao Brasil um chefe de Estado

venezuelano, significou o propósito dos dois governos de estimular as relações bilaterais.

Dando seqüência à política de progressiva aproximação com países da bacia Amazônica, o Brasil lançou a ideia de um acordo-quadro, amplo e flexível, capaz de não só regular o que existe na matéria, mas, sobretudo, de estimular novas áreas de ação conjunta. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil encaminhou, nesse sentido, projeto de um Acordo da Região Amazônica aos sete países da área. Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname. A convite do Governo brasileiro, delegações desses países participaram, em Brasília, de 28 a 30 de novembro, de Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica. O encontro consistiu na primeira reunião em nível regional realizada até hoje, com presença de todos os países amazônicos, e representou demonstração eloqüente da receptividade geral da iniciativa brasileira.

A área da América Central e do Caribe continua a merecer a atenção especial da diplomacia brasileira. As relações com o México evoluíram no ambiente de amizade e cordialidade que as tem caracterizado e que foi responsável pelos resultados positivos da IV Reunião da Comissão Mista, realizada no mês de maio, na cidade do México. Em agosto visitou o Brasil o Vice-Presidente da Guatemala que, em nome do Presidente Kjell Laugend Garcia, condecorou o Presidente da República com o Grande Colar da Ordem de Quetzal. Em janeiro foi aberta embaixada na Jamaica, com sede em Kingston e, em junho, apresentou credenciais o primeiro Embaixador do Brasil residente naquela capital. O Ministro de Estado das Relações Exteriores visitou oficialmente Trinidad e Tobago, em outubro. No comunicado conjunto divulgado ao final da visita do Chanceler brasileiro foi citada, entre outros pontos, a concordância recíproca em adotar política de estreita colaboração e prosseguir francas e abertas consultas sobre temas de interesse comum.

A atuação do Brasil no Sistema Económico Latino-Americano — SELA — tem-se efetivado através da participação ativa no Comité de Ação de Apoio ao Programa de Recons-

trução da Guatemala. Outrossim, o Brasil tem acompanhado atentamente as atividades relacionadas com os demais comités de ação já instalados ou em vias de instalação no âmbito do SELA, bem como as da III Reunião do Conselho Latino-Americano, órgão máximo do Sistema.

Continuou o Brasil a prestigiar a Associação Latino-Americana de Livre Comércio — ALALC. A assiduidade e interesse dos técnicos governamentais foram acompanhados por comparecimento de empresários, em número até então inigualado, às reuniões setoriais. No atinente a compromissos no campo tarifário, sobretudo, o aumento das margens de preferências em favor dos produtos negociados na ALALC, reorientaram para fornecedores da zona de livre comércio correntes de intercâmbio antes mantidas com outras áreas. Em consequência, chegou a registrar-se tendência deficitária no comércio do Brasil com a ALALC. Esse aspecto não escapou à atenção do Governo brasileiro e foi posto em evidência nos contatos bilaterais.

A Organização dos Estados Americanos — OEA — constitui um foro de grande importância para o debate das questões de interesse da América em seu conjunto, já que dela fazem parte tanto a América Latina quanto os Estados Unidos da América. Na VII Assembleia Geral Ordinária, realizada em julho, em Granada, foram aprovadas resoluções de especial relevância, notadamente em matéria de cooperação hemisférica diante das disposições da Lei de Comércio Exterior dos Estados Unidos e no campo dos direitos humanos. Cumpre registrar, ademais, a eleição do Brasil, por aclamação, para a Comissão Interamericana de Soluções Pacíficas. Em setembro, realizou-se na sede da OEA, em Washington, solenidade de assinatura do Tratado sobre o Canal do Panamá, celebrado entre os Estados Unidos da América e a República do Panamá. Em representação do Governo brasileiro esteve presente o Vice-Presidente da República, Adalberto Pereira dos Santos.

O Brasil ratificou, em abril, o Protocolo de Reformas do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca — TIAR, que fora fir-

mado na Costa Rica em 1975. O Protocolo, que entrará em vigor quando ratificado por dois terços dos Estados signatários, inclui um item específico sobre segurança econômica coletiva para o desenvolvimento, de cuja iniciativa participou ativamente o Brasil.

áfrica

De conformidade com as diretrizes traçadas, a cooperação do Brasil com os países africanos foi aprofundada durante 1977 e abrangeu não somente os campos econômico e tecnológico mas também o político, em que o País continuou a prestar decidido apoio à causa da eliminação da discriminação racial e dos remanescentes do colonialismo. As relações comerciais, por outro lado, continuaram a se intensificar, com as exportações brasileiras apresentando significativas taxas de crescimento. Durante 1977 os primeiros embaixadores do Brasil no Alto Volta, no Benin e na Guiné apresentaram suas credenciais, passando a exercer suas funções em caráter cumulativo com a chefia das missões diplomáticas em Abidjan, Lagos e Dacar, respectivamente.

Entre as numerosas visitas ao Brasil de autoridades africanas destacam-se as do Presidente do Senegal, que veio acompanhado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento Industrial e Meio Ambiente; do Ministro das Relações Exteriores da Nigéria, do Emir de Kano, Chefe religioso tradicional de importante região da Nigéria; do Secretário-Geral do Ministério das Comunicações da Nigéria; do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Togo; do Ministro da Educação Nacional da Costa do Marfim; do Secretário de Estado do Comércio e do Turismo de Gana; do Ministro do Comércio, Indústria e Transportes da Libéria.

Marcando sua presença em eventos diversos que se realizaram na África ocidental e central, o Brasil se fez representar no II Festival Mundial de Artes e Cultura Afro-Negras, em Lagos, na Conferência Mundial de Ação Contra o **Apartheid**, em Lagos; na I Feira Internacional de Lagos; no XVII Con-

gresso do Instituto Internacional de Ciências Administrativas, em Abidjan; nas cerimônias de coroação do Imperador Bokassa I, do Império Centro-Africano.

Foram dados ainda importantes passos com vistas a estimular as relações comerciais com as nações da África Ocidental, tais como a inauguração, em fevereiro, de agência do Banco Real em Abidjan, o primeiro banco privado brasileiro a se instalar no continente africano, a inauguração, em junho, da linha aérea regular e direta entre o Rio de Janeiro e Lagos e a assinatura, em novembro, de acordo comercial com a Libéria.

O relacionamento com os países africanos de expressão portuguesa se desenvolve de forma extremamente auspiciosa e significativa, em todos os campos, em particular no do intercâmbio comercial e da cooperação técnica. Apoiando essa expansão do intercâmbio comercial, o Brasil participou, com êxito, da Feira Internacional de Maputo, Moçambique, em agosto e setembro. Durante a visita do Ministro da Educação de Cabo Verde, em abril, foi assinado um Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, que veio fornecer um enquadramento institucional a programas que já se vinham desenvolvendo. Por outra parte cresceu, quantitativa e qualitativamente, a cooperação com Guiné-Bissau, ao mesmo tempo em que se iniciaram importantes entendimentos e programas de cooperação com São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, nos campos da agricultura, indústria e comércio. Para tratar de diversos aspectos das relações de seus respectivos países, visitaram o Brasil delegações de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde. Em maio, delegação brasileira deslocou-se a Luanda, onde concluiu negociações para a assinatura de um Acordo de Transportes Aéreos entre Brasil e Angola. Foram igualmente iniciados entendimentos com vistas à celebração de um acordo sobre transportes marítimos entre os dois países.

Além da cooperação bilateral, o Brasil apoiou sistematicamente nos órgãos competentes das Nações Unidas todas as iniciativas de assistência multilateral aos países de língua portuguesa.

No campo político, o Brasil, prosseguindo na orientação há muito estabelecida, deu firme apoio à causa da eliminação do racismo e dos resquícios do colonialismo na África. Participou da Conferência Internacional de Apoio aos Povos do Zimbábue e da Namíbia, em Maputo, e da Conferência Mundial de Ação contra o **Apartheid**, em Lagos. No Conselho de Segurança das Nações Unidas o Brasil, em nome da América Latina, manifestou sua veemente condenação às agressões praticadas contra Moçambique por tropas rodesianas. Internamente foram tomadas medidas legais e administrativas adicionais para assegurar a mais estrita observância às sanções internacionais contra o regime da Rodésia. Foram igualmente adotadas medidas necessárias para aplicação do embargo obrigatório de venda de armas e munições à África do Sul, em observância à resolução do Conselho de Segurança da ONU.

oriente próximo

Como decorrência de um esforço conjugado de vários setores do Governo verificou-se, em 1977, maior aproximação com os países do Oriente Próximo, sobretudo no campo comercial e da cooperação técnica. Realizou-se intensa troca de visitas governamentais e empresariais, entre as quais cumpre mencionar especialmente a do Ministro da Indústria e do Comércio do Iraque e a Argélia.

O estreitamento e diversificação das relações econômico-comerciais com o Irã teve apreciável impulso durante 1977, pelo início da implementação de um programa de cooperação delineado no âmbito da Comissão Mista Ministerial de Cooperação Econômica e Técnica, e que cobre os setores agrícola, industrial, comercial, de serviços e financeiro. Estima-se que, nos primeiros cinco anos de operação, o valor global do comércio entre os dois países atingirá valor aproximado de US\$ 6,5 bilhões. O acordo comercial assinado pelos dois Governos, em Brasília, a 22 de junho de 1977, deverá compor o quadro institucional em que se processará o incremento do intercâmbio brasileiro-iraniano. Em outubro, visitou o Brasil

missão governamental iraniana, destinada a estudar possibilidade de criação de nova companhia brasileiro-iraniana de navegação, com vistas a facilitar o transporte de mercadorias entre os dois países.

Outro país do Oriente Próximo com o qual se desenvolvem relações profícuas é o Iraque, principal fornecedor de petróleo ao Brasil. No decorrer de 1977, firmaram-se dois importantes instrumentos diplomáticos: o Acordo sobre Transportes Aéreos e o Acordo de Cooperação Econômica e Técnica.

No quadro do crescente aperfeiçoamento das relações bilaterais, o Governo da Arábia Saudita, em iniciativa pioneira, concedeu empréstimo, em termos concessionais, de **riaís** sauditas equivalentes a US\$ 55 milhões ao Governo brasileiro.

estados unidos da américa e canada

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos da América se tem sempre caracterizado pela consciência da comunidade de valores e ideais que inspiram e norteiam as duas nações e pelo reconhecimento mútuo das características próprias de cada povo.

O ano de 1977 foi marcado por freqüentes contatos de autoridades brasileiras e norte-americanas. Em março visitou oficialmente o Brasil o Subsecretário de Estado. Em junho veio ao País a senhora esposa do Presidente dos Estados Unidos que, na qualidade de Enviada Especial do primeiro mandatário americano, expôs as ideias do Presidente sobre os grandes temas de interesse interamericano e mundial, na pauta da política externa de seu país. Com o Secretário de Estado manteve o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil quatro encontros: em maio, em Paris, durante a Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional-, em junho, no decorrer da Assembleia Geral da OEA, em Granada; em setembro, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas; e, em novembro, por

ocasião da visita do senhor Vance a Brasília. Paralelamente a esses contatos vieram ao País, em maio, o Secretário-Assistente para Assuntos Interamericanos, e, em agosto, delegações do Senado e Câmara de Representantes dos Estados Unidos da América. Em setembro, no âmbito do memorando de entendimento assinado em 1976, reuniu-se em Washington a IV Sessão do Subgrupo Consultivo da Comissão Brasil-Estados Unidos da América.

Em 11 de março, por considerar inaceitáveis as novas condições da legislação norte-americana no que respeita à prestação de assistência militar, o Brasil denunciou o Acordo de Assistência Militar, firmado com os Estados Unidos em 1952. Como decorrência dessa denúncia, o Brasil efetuou, em 19 de setembro, a rescisão do Contrato, de 7 de maio de 1942, sobre a missão naval norte-americana; a denúncia do Acordo, de 1.º de agosto e 20 de setembro de 1955, sobre a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos da América; e a do Acordo, de 27 de janeiro de 1967, sobre materiais cedidos pelo Acordo de Assistência Militar de 1952. Por superado foi igualmente denunciado, na oportunidade, o Acordo para o Preparo de Mapas Cartográficos e Cartas Aeronáuticas, de 2 de junho de 1952.

O Ministro das Relações Exteriores do Canadá realizou visita oficial ao Brasil, em janeiro de 1977. Na oportunidade foram assinados entre os dois países memorando de entendimento relativo ao II Programa Nacional de Cooperação Técnica com o Canadá 1977/1981 e memorando de entendimento sobre cooperação tripartite, objetivando coordenar esforços e recursos comuns com vistas à cooperação técnica com países em desenvolvimento que manifestaram interesse nessa forma de cooperação. Ainda nessa ocasião, os Ministros das Relações Exteriores e da Fazenda do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores do Canadá assinaram acordo de empréstimo para financiamento de programa de treinamento, assistência técnica e administração de projetos, assim como aquisição de equipamento nas áreas de telecomunicação, eletricidade, mineração e consultoria técnica.

europa ocidental

Em 1977 continuaram a desenvolver-se as relações do Brasil com a Europa Ocidental. Através da implementação do Acordo de Cooperação no campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear e da ampliação dos convênios complementares ao Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico, estreitaram-se, ainda mais, as relações com a República Federal da Alemanha. Em maio, o Ministro do Trabalho visitou a República Federal da Alemanha, quando manteve conversações com o seu homólogo daquela nação e contactou entidades afetas à sua Pasta. Realizou-se em outubro, em Bonn, a VII Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, tendo, na oportunidade, o Secretário-Geral do MRE, chefe da delegação brasileira, mantido contatos com autoridades ministeriais alemãs. Já em novembro teve lugar em Bonn a IV Reunião da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Económica, durante a qual se tratou do financiamento dos investimentos alemães no Brasil, e se acordou o estudo de fórmulas tendentes a incrementar as exportações brasileiras para aquele país.

Cabe registrar igualmente as visitas ao Reino Unido dos Ministros das Minas e Energia, em maio, e da Indústria e do Comércio, em junho. Por sua vez, estiveram no Brasil o Ministro do Comércio do Reino Unido e o Subsecretário Parlamentar do Ministério da Saúde e Assistência Social daquele país.

Em outubro, esteve em visita oficial ao Brasil o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca. Também nesse mês foi recebido em Brasília o Enviado Especial do Governo da Suécia.

No que concerne à França, cabe assinalar as visitas do Presidente da Assembleia Nacional, em novembro, e do Enviado Pessoal do Presidente Giscard d'Estaing, Senhor Michel Poniatowski. As conversações do Senhor Poniatowski em Brasília, a 27 de outubro, incluíram troca de opiniões sobre a situação internacional, bem como cuidaram da preparação da próxima reunião da Gran-

de Comissão Brasil-França, a realizar-se em 1978. Esteve também em Brasília, em abril, o Secretário de Estado junto ao Primeiro-Ministro da França.

Em fevereiro, visitou Brasília o Ministro das Relações Exteriores dos Países Baixos, que manteve conversações com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Quanto às relações com a Espanha destaca-se a visita ao Brasil, em março, do Ministro do Comércio, bem como a realização em Madri, em junho, da II Reunião da Comissão Mista Económica Brasil-Espanha.

Em maio esteve em visita à Áustria o Ministro das Minas e Energia, ocasião em que foi assinado o novo contrato para exportações brasileiras de minério de ferro.

Manteve também conversações proveitosas no Brasil o Subsecretário de Relações Exteriores da Itália.

Registrou-se, por outro lado, o primeiro lançamento de bónus do Governo brasileiro no mercado suíço, a cuja cerimónia de assinatura, no mês de novembro, em Genebra, compareceu o Ministro da Fazenda.

Finalmente, as relações entre o Brasil e Portugal continuaram a se desenvolver em clima de amizade, respeito mútuo e objetividade. Nesse sentido, as três reuniões do Grupo de Contato Intergovernamental Brasil-Portugal contribuíram para o encaminhamento de soluções quanto aos investimentos recíprocos.

europa oriental

Dentro da meta governamental de expandir as exportações entre o Brasil e os países do leste europeu, desenvolveu-se, primordialmente, no sentido de ampliar e diversificar o intercâmbio, inclusive através da inclusão gradativa na pauta comercial de produtos manufaturados e semimanufaturados. Procurou, ademais, o Governo brasileiro desenvolver novos mecanismos que possibilitem implementação de uma política comercial adaptada às peculiaridades do intercâmbio com a Europa Oriental.

A ação comercial brasileira se processa sob coordenação da Comissão de Comércio com a Europa Oriental — Coleste, a qual foi reestruturada para melhor atender às necessidades atuais e futuras do intercâmbio comercial com os países daquela área. Entrementes, o Decreto n.º 79.650, de 4 de maio de 1977, reformulou e ampliou atribuições e composição do colegiado. Com esses novos poderes a Coleste deverá, em 1978, ampliar sua atuação comercial no leste europeu.

Nos meses de abril e junho realizaram-se as reuniões das comissões mistas entre Brasil e Polónia, Bulgária, Roménia e URSS. Nesses encontros, reforçou-se a cooperação entre o setor público e a iniciativa privada para o melhor aproveitamento das oportunidades comerciais nesses países. Realizou-se igualmente em Varsóvia, em setembro, a Primeira Sessão do Comité Misto criado pelo Acordo de Transporte Marítimo Brasil-Polónia.

Atendendo à conveniência dos interesses nacionais, foram negociados e assinados em julho os acordos de comércio com Iugoslávia e Tchecoslováquia, estabelecendo mudança no sistema de pagamento regulador das relações comerciais, o qual passou de moeda de convénio para a de livre conversibilidade.

Como resultado do apoio governamental às iniciativas de companhias de comércio exterior privadas, foram assinados por consórcio de **tradings** brasileiras, lideradas pela Cobec, e autoridades estatais da Hungria e da Polónia, memorandos de entendimento prevendo, em cada caso, um fluxo de comércio da ordem de US\$ 500 milhões em período de cinco anos.

Missões técnicas e comerciais de países da Europa Oriental estiveram no Brasil em 1977, merecendo ser destacado o alto nível das delegações que compareceram em novembro à Brazil Export 77, em São Paulo. Em visita oficial vieram ao Brasil, em janeiro, o Ministro da Indústria de Fabricação de Máquinas da Roménia; em junho, o Ministro do Comércio Exterior da Tchecoslováquia; em março, o Vice-Ministro do Comércio.

cio Exterior da Polónia; em novembro o Vice-Ministro do Comércio Exterior e da Co-operação Internacional da Roménia, o Vice-Ministro do Comércio Exterior da Bulgária e o Vice-Ministro do Comércio Exterior da República Democrática Alemã.

No tocante à promoção comercial no leste europeu, o Brasil participou de quatro feiras em Leipzig, Poznan, Bmo e Budapeste, com excelentes resultados para as exportações brasileiras. Em dezembro realizou-se em Moscou o IV Salão da Indústria Leve, com a abertura de novas possibilidades de exportação de produtos manufaturados e semimanufaturados para aquele mercado.

Visitou oficialmente o Brasil, em julho, o Vice-Presidente da Iugoslávia, acompanhado de diversos ministros de Estado.

ásia e oceania

Nesse contexto, as relações entre o Brasil e o Japão se desenvolveram principalmente em torno da implementação e acompanhamento dos grandes projetos bilaterais acordados por ocasião da visita presidencial ao Japão, em 1976. Com o intercâmbio de inúmeras missões técnicas de ambos os Governos, avançou-se sensivelmente na operacionalização dos projetos da Companhia Siderúrgica de Tubarão, do porto de Praia Mole, do complexo de alumínio Albrás-Alunorte e da Celulose Nipo-Brasileira (inaugurada em setembro de 1977), além do Projeto de Desenvolvimento Agrícola do Cerrado. O Ministro da Agricultura esteve em Tóquio entre 3 e 7 de outubro, mantendo amplos contatos com autoridades japonesas do setor agrícola. Foram também mantidos entendimentos finais acerca da implementação do projeto conjunto na região dos cerrados, que contará com a participação de entidades governamentais e privadas de ambos os países.

As relações com a Austrália receberam atenção especial. Entre 26 de junho e 1.º de julho esteve em Camberra missão governamental, integrada pelos Secretários-Gerais do Ministério da Indústria e do Comércio e da Secretaria de Planejamento, para

avaliar com as autoridades australianas um programa de expansão das relações econômico-comerciais bilaterais. Os entendimentos foram prosseguidos com resultados altamente satisfatórios em novembro, em Brasília, quando da vinda da delegação oficial australiana; ao término das conversações então mantidas foram rubricados o texto de acordo comercial e outros textos complementares. Está se desenvolvendo ainda um programa de cooperação técnica nos setores de pesquisa agrícola e industrial, sob o incentivo de entidades governamentais de pesquisa.

As relações com a República Popular da China apresentaram-se igualmente satisfatórias, quase unicamente pelo aumento das exportações brasileiras. Estão em fase conclusiva os entendimentos para a assinatura de acordo comercial entre os dois países, o que certamente facilitará o incremento equilibrado do intercâmbio bilateral. Houve, ainda, no decorrer do ano, trocas de delegações de parte a parte, ressaltando-se a ida, a título privado, de missão científica médica a Pequim e a vinda de delegações governamentais chinesas para participar da feira Brazil Export 77 e do Congresso Internacional de Mineralogia, em São Paulo.

As relações com a República da Coreia foram marcadas, em 1977, pela visita ao Brasil de enviado especial do Presidente Park Chung Hee, em março. Outrossim, de 29 de março a 2 de abril visitou Brasília uma delegação parlamentar coreana para contatos com autoridades brasileiras. O grupo foi recebido pelo Ministro da Justiça, pelos presidentes das duas Casas do Congresso e da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

Igualmente, esteve no Brasil, de 29 de setembro a 1.º de outubro, importante missão do Conselho de Assessoramento Supremo da Indonésia, para realizar estudos comparativos sobre assessoramento executivo nos dois países. A missão foi recebida pelo Ministro Chefe da Secretaria de Planejamento, bem como por autoridades do Ministério das Relações Exteriores e representantes do Congresso Nacional.

Em prosseguimento aos entendimentos mantidos pelo Ministro das Minas e Energia, por ocasião de sua visita às Filipinas em julho de 1976, o Governo filipino enviou missão oficial a Brasília em fins de outubro, chefiada pelo Ministro de Obras, Transportes e Comunicações e pelo Vice-Ministro da Indústria, identificando amplas oportunidades para participação brasileira nos projetos em curso naquele país. Por outro lado, as exportações brasileiras de minério de ferro para as Filipinas atingiram 1,5 milhão de toneladas, no correr do ano, prevendo-se progressivos aumentos a partir de 1978.

Cabe registrar, ainda, a instalação de escritórios do Banco do Brasil em Sydney e Cingapura, ampliando a sua presença operacional naqueles importantes centros financeiros internacionais.

organismos internacionais

O Brasil manteve-se fiel à sua tradição de participação ativa nos trabalhos desenvolvidos nos organismos e conferências internacionais, especialmente daqueles que se realizam sob a égide das Nações Unidas. Entre os numerosos itens constantes de sua agenda, a XXXII Assembléia-Geral da ONU analisou com destaque questões relativas à descolonização, dedicando ênfase especial aos problemas da Namíbia e Zimbábue, ao desarmamento e ao terrorismo.

No correr do ano, os temas referentes à África Meridional haviam sido examinados a nível multilateral em duas oportunidades: na Conferência Mundial sobre o **Apartheid**, realizada em Lagos, Nigéria, no mês de agosto, e na Conferência Mundial de Apoio aos Povos de Zimbábue e Namíbia, reunida em Maputo, Moçambique, no mês de maio. O Brasil participou de ambas as conferências, cujos resultados foram considerados auspiciosos para a luta pela erradicação das seqüelas do **apartheid** e da discriminação racial. A XXXII Assembléia-Geral, ao retomar o assunto, aprovou, com o decidido apoio brasileiro, uma série de resoluções referentes à dramática situação da África Meridional. O Brasil incorporou, ademais, à sua legislação interna, a Resolução

418 (1977) do Conselho de Segurança, que decretou o embargo mandatário de armas contra a África do Sul.

Participou o Brasil dos trabalhos da Conferência do Comité de Desarmamento, com sede em Genebra, da qual é membro originário. Existem indícios de que possam ser alcançados resultados positivos com relação à proibição do uso de armas químicas e à proscrição das experiências com armas nucleares. Coube, também, ao Brasil integrar o Comité Preparatório da Sessão Especial da Assembléia-Geral Dedicada ao Desarmamento, a realizar-se em 1978, que deverá adotar um programa de ação e uma declaração de princípios suscetíveis de imprimir novos rumos às negociações internacionais sobre desarmamento.

Como reflexo da crescente preocupação mundial com o grave problema do terrorismo internacional, a XXXII Assembléia-Geral das Nações Unidas continuou seus estudos com vistas à conclusão de uma Convenção Internacional sobre Tomada de Reféns e à adoção de medidas adicionais para a segurança da aviação civil. A ambas iniciativas o Brasil prestou seu apoio.

Durante o 62.º período de sessões do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, o Brasil foi eleito para mandato de três anos na Comissão de Direitos do Homem.

O Brasil participou, outrossim, de várias conferências especializadas no âmbito da ONU. Para tratar de temas relativos a meio-ambiente realizaram-se, em 1977, dois conclave de âmbito mundial. O primeiro, a Conferência das Nações Unidas para a Água, realizada em Mar del Plata, no mês de março, teve como objetivo principal propiciar o intercâmbio internacional do aproveitamento de recursos hídricos. Nela o Brasil teve participação atuante com vistas a fortalecer os mecanismos de ação multilateral e especialmente regional relativos à preservação dos recursos hídricos e, ao mesmo tempo, resguardar a soberania nacional sobre esses recursos, e o direito inalienável dos Estados de explorarem seus recursos naturais de acordo com os seus planos e programas nacionais de desenvolvi-

mento. O segundo, a Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação, teve por objetivo avaliar dados e informações disponíveis sobre o fenômeno da desertificação, bem como formular um plano de ação para combatê-lo.

No que se refere às atividades relativas à utilização do espaço exterior, o Brasil concluiu, a 20 de junho, com a Agência Espacial Europeia, acordo para estabelecimento e utilização de meios de rastreamento e de teledividuação a serem instalados em território brasileiro. O acordo, que tem duração de 8 anos, podendo ser prorrogado por consentimento mútuo das partes, prevê a cooperação da Agência à Comissão Brasileira de Atividades Espaciais para a implementação do programa de lançadores "Ariane".

Por outro lado, prosseguiram os trabalhos da III Conferência das Nações Unidas para o Direito do Mar, que realizou em maio e junho a sua VI Sessão. Avançou-se na elaboração de um texto que reflete posições defendidas pelo Brasil, especialmente no tocante à exploração dos fundos marinhos e ao limite das jurisdições nacionais nas áreas costeiras.

Realizaram-se, no ano de 1977, no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura — FAO, as III e IV Sessões da Comissão de Políticas e Programas de Ajuda Alimentar. Nesta última foi aprovado o projeto Educação Nutricional e Alimentação Suplementar para Pré-Escolares no Norte do Brasil, que deverá ser desenvolvido por um período de três anos, com inversão de recursos provenientes do Programa Mundial de Alimentos, da ordem de US\$ 8,231 milhões, o que representa, até o momento, a iniciativa mais vultosa do Programa em relação ao Brasil. Ainda no âmbito da FAO, o Brasil participou da IV Sessão do Comité de Fertilizantes, quando colaborou para a manutenção do Esquema Internacional de Suprimento de Fertilizantes e apoiou o desenvolvimento de medidas de caráter internacional, voltadas para a estabilização dos preços do produto. O Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola — FIDA, recebeu, em 1977, a adesão do Brasil.

Em 1977, o Brasil foi eleito para compor o Comité Executivo da Organização Pan-Americana de Saúde — OPAS, e reeleito para o Conselho da FAO, durante a XXV Reunião do Conselho da OPAS e a XIX Conferência Geral da FAO, respectivamente.

No tocante à energia nuclear, o Brasil participou da XXI Sessão Ordinária da Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica — AIEA, assim como das reuniões da Junta de Governadores da qual é membro desde a criação da Agência. Nessas reuniões, o Brasil tem reiterado sua firme intenção de levar avante seus programas no campo nuclear e tem contado, nesse sentido, com o apoio dos demais países em desenvolvimento, em especial daqueles que já possuem programa nuclear em fase de implementação.

No mês de junho, o Brasil participou da LXIII Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, com delegação chefiada pelo Ministro do Trabalho e composta de representantes do Governo, dos empregadores e dos empregados, de conformidade com a composição tripartite da Organização. Como membro eleito do Conselho de Administração desse organismo, participou ativamente de todos os seus trabalhos. O Brasil é também membro de oito comissões de indústria da OIT, em cujas reuniões se faz representar por técnicos governamentais e delegados classistas.

Durante a X Assembléia-Geral da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, o Brasil foi reeleito para o Conselho Executivo, do qual faz parte desde sua criação.

temas económicos e promoção comercial

Em 1977, a política comercial brasileira se defrontou com protecionismo crescente nos principais mercados industrializados. O Governo brasileiro, empenhado em aumentar e diversificar as exportações, desenvolveu intensa atividade diplomática de consulta e negociação para reduzir ou eliminar os efeitos das medidas protecionistas adotadas ou simplesmente ameaçadas contra certos se-

tores altamente dinâmicos da exportação brasileira, como, por exemplo, calçados, têxteis e derivados de soja. Dentre os contatos realizados com este objetivo, ressaltam a reunião, em setembro, do Subgrupo Consultivo de Comércio Brasil-EUA, no quadro do Memorando de Entendimento entre os dois países, e as negociações com a Comunidade Económica Europeia sobre a renovação do acordo bilateral de têxteis, válido até 31 de dezembro de 1977.

No âmbito do GATT, intensificaram-se os trabalhos das Negociações Comerciais Multilaterais, nas quais se empenha o Brasil no sentido da obtenção, tanto na negociação de barreiras ao comércio quanto de novas regras comerciais, de um tratamento diferenciado e mais favorável para os países em desenvolvimento, ao passo que se iniciavam as atividades substantivas do Grupo de Trabalho sobre reforma do GATT, criado em 1976 por iniciativa brasileira.

Dando prosseguimento aos trabalhos sobre matérias-primas individuais no âmbito do Programa Integrado de Produtos de Base da UNCTAD, foram realizadas várias reuniões para tentar identificar possíveis medidas internacionais visando à estabilização dos mercados de vários desses produtos.

No âmbito do Acordo Internacional do Cacau, em vigor a título provisório a partir de 1.º de outubro de 1976, após negociações entre países produtores e consumidores, foi revista e alterada a faixa de preços do produto, tendo o Brasil muito contribuído para esse resultado e marcado sua presença por uma participação ativa e destacada, desenvolvendo útil cooperação com seus parceiros da África e contribuindo sempre para a coesão entre os países produtores.

O Brasil fez-se representar em duas conferências sobre energia nuclear. A primeira, realizada em Salzburgo, sob os auspícios da Agência Internacional de Energia Atômica, foi o mais importante encontro internacional sobre o assunto nos últimos seis anos, tendo contado com a participação da maioria dos Estados-membros da Agência. Os aspectos técnicos foram objeto de cobertura minuciosa, que atingiu praticamente todos

os campos do setor, desde os atuais reatores convencionais até os reatores de fusão, que se espera venham a ser fonte quase inesgotável de energia no futuro.

O Brasil fez-se igualmente representar na Conferência Organizadora da Avaliação Internacional do Ciclo do Combustível Nuclear — INFCE, realizada em Washington de 19 a 21 de outubro de 1977. O INFCE terá a duração de dois anos e seus trabalhos estão distribuídos entre oito grupos de estudo e um Comité de Coordenação Técnica. Na ocasião, a delegação brasileira comunicou que o Brasil participaria como membro de dois grupos de estudo: do Grupo 1 — sobre Disponibilidade de Combustível e de Água Pesada, e da parte B do Grupo 8 — Outros conceitos de Reatores e de Ciclos do Combustível. O Brasil também participa como observador das reuniões do Comité Técnico de Coordenação.

No âmbito da Organização Internacional do Café, merecem destaque as tarefas de aprimoramento do sistema de controle das exportações dos países-membros, mediante alterações nos regulamentos relativos aos certificados de origem. Conquanto os preços do produto permanecessem em níveis satisfatórios, tornando desnecessária a aplicação das cotas, iniciaram-se os estudos relativos à criação de um fundo para o financiamento de estoque e à revisão das cláusulas económicas do Acordo de 1976. A Junta Executiva da Organização, comemorando os 250 anos de introdução do café no País, realizou sua sessão de dezembro no Brasil.

Concluiu-se com êxito, em outubro, a Conferência das Nações Unidas sobre Açúcar, tendo sido aprovado o novo Acordo Internacional sobre o produto, o qual deverá entrar em vigor provisoriamente a 1.º de janeiro de 1978, estabelece uma faixa de preços e deverá contribuir para reverter a tendência de queda nas cotações internacionais do produto, registrada ao longo de 1977.

Por ocasião das XXXII Reuniões Anuais das Assembleias de Governadores do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, realizadas em Washington, em outubro, das quais participou o Brasil, passa-

ram-se em revista as políticas de ajustamento da economia mundial e, nesse contexto, deu-se especial ênfase à necessidade de manterem-se ritmos adequados de crescimento económico, com controle da inflação. Examinou-se, ainda, a contribuição que as entidades monetário-financeiras internacionais poderiam prestar àquele processo de ajustamento, sobretudo no caso dos países em desenvolvimento. O Brasil participou, ainda, da XVIII Reunião Anual da Junta de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que teve lugar na Guatemala, em maio, e à qual compareceram, pela primeira vez, os países-membros extra-regionais admitidos com apoio do Brasil, por decisão da XVII Reunião Anual. Esteve o Brasil também presente em Maurício, em maio, à IV Reunião Anual da Junta de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento, organismo regional de financiamento ao desenvolvimento dos países africanos, do qual é membro-fundador. Na oportunidade, considerou aquela instituição de crédito alternativas para o aumento dos seus recursos financeiros, com vistas a ampliar seu programa de assistência ao desenvolvimento dos países do continente africano, tendo o Brasil indicado sua disposição de cooperar nesse sentido.

Ao encerrar seus trabalhos, em julho de 1977, em Paris, em encontro a nível ministerial, após ano e meio de existência, a Conferência sobre a Cooperação Económica Internacional não logrou alcançar o objetivo, que se propusera, de estabelecer efetivos esquemas de cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento nos campos de produtos de base, do comércio, do desenvolvimento e das finanças, que teriam criado condições para nova ordem económica internacional suscetível de atender, substancialmente, às necessidades dos países em desenvolvimento.

Durante 1977, continuou o Brasil a receber considerável fluxo de capitais externos, destinados ao financiamento de projetos ou programas prioritários de desenvolvimento sócio-econômico. Destinaram-se ao País, outrossim, recursos, para financiamento complementar a projetos que vêm sendo implementados em regiões menos desenvol-

vidas. Por outra parte, na qualidade de mutuante, manteve o Brasil sua política de linhas de crédito para mutuários selecionados, destinadas à exportação de produtos ou serviços nacionais, política da qual se beneficiaram, no período, principalmente países latino-americanos e africanos.

Foram concluídas negociações, a nível técnico, sobre acordo para evitar a dupla tributação, com os Governos da Noruega, do Canadá, do Grão-Ducado do Luxemburgo e da Itália, ao passo que se trocavam instrumentos de ratificação do protocolo que modifica e completa a convenção entre o Japão e o Brasil para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre os rendimentos. A partir de 1.º de janeiro passou a produzir efeitos a convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda e o capital, concluída com o Governo da Áustria. O Brasil participou, ainda, de reuniões internacionais sobre dupla tributação patrocinadas pela ALALC, UNESCO e ONU.

No âmbito dos transportes aéreos, o ano de 1977 assinalou a realização da XXII Sessão da Assembléia-Geral da Organização de Aviação Civil Internacional, durante a qual o Brasil foi reeleito mais uma vez para o Conselho da Organização. No plano bilateral, foram negociados acordos sobre transportes aéreos com a República Popular de Angola e a República Federal da Nigéria. No intuito de rever e atualizar diversas normas operativas do intercâmbio aeronáutico, realizaram-se conversações informais com autoridades da Bolívia e da Argentina, tendo sido as conclusões desta última formalizadas na VIII Reunião de Consulta Aeronáutica entre os dois países. Com o mesmo objetivo, foram realizadas a IV Reunião de Consulta com Portugal, a V Reunião de Consulta com o Peru e a VIII Reunião de Consulta com a Espanha.

No setor dos transportes marítimos, o Brasil e a República Federal da Alemanha assinaram no mês de abril um acordo básico, em nível técnico, em Brasília, e em setembro mantiveram, em Hamburgo, conversações visando a sua implementação. Em 1977 entraram em vigor os acordos sobre transportes marítimos concluídos pelo Brasil com a

Polónia e a Roménia. No contexto da execução de acordos já existentes, foram realizadas em Varsóvia e Paris, respectivamente, a I Reunião do Comité Misto Brasil-Polónia e a II Reunião da Comissão Mista Brasil-França. Foram ainda efetuadas em Washington negociações preliminares com vistas à assinatura de um acordo sobre transportes marítimos entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Em novembro, reuniu-se em Londres a Assembléia-Geral da Organização Marítima Consultiva Internacional — INÇO, durante a qual o Brasil foi reeleito para o Conselho da Organização.

Intensa atividade desenvolveu-se no campo dos transportes terrestres. No primeiro trimestre reuniu-se por duas vezes a Comissão Nacional Coordenadora dos Assuntos relativos ao Convénio sobre Transporte Internacional Terrestre, de 1966, com vistas à preparação da 8.^a Reunião da Subcomissão de Transportes da Comissão Brasileiro-Argentina de Coordenação — CEBAC, cuja pauta abrangeu os mais importantes temas relacionados com o transporte de passageiros e de carga entre o Brasil e a Argentina, e o Brasil e terceiros países com trânsito pelo território argentino. Em agosto, a 9.^a Reunião da Subcomissão da CEBAC adotou decisões relevantes com relação ao tráfego bilateral em trânsito por terceiros países e à utilização de rodovias e de freteiros no sistema. A II Reunião dos Organismos de Aplicação do Convénio sobre Transporte Internacional Terrestre Brasil-Paraguai adotou medidas visando à adequada regulamentação dos transportes de passageiros e de carga entre ambos os países. Outrossim, no ensejo da I Reunião dos Organismos de Aplicação do Convénio sobre Transporte Internacional Terrestre Brasil-Chile, as duas partes trocaram informações sobre o estabelecimento de linha de passageiros entre o Rio de Janeiro e Santiago e adotaram princípios com relação ao transporte em trânsito por terceiros países. Foi também realizada a III Reunião dos Organismos de Aplicação do Anexo II do Convénio sobre Transporte Internacional Terrestre, entre o DNER e a Dirección Nacional de Transportes, do Uruguai, ocasião em que foram adotadas significativas facilidades para a circulação de veículos. O transporte interna-

cional terrestre em trânsito por terceiros países foi ainda objeto de reunião de consulta realizada em Brasília, com a participação do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, signatários do convénio de 1966, durante a qual foram examinados a questão da justa compensação, a fixação de percursos e itinerários e o emprego de veículos de terceiros no sistema. Finalmente, realizou-se em Mar del Plata, em novembro, a VIII Reunião de Ministros de Obras Públicas e de Transporte do Cone Sul, que teve por principal atividade a negociação final de novo Convénio sobre Transporte Internacional Terrestre, que substituirá o de 1966.

No que concerne à promoção comercial, o MRE deu continuidade à reorganização das unidades no exterior do seu Sistema de Promoção Comercial. Enquanto prossegue o programa de aperfeiçoamento dos recursos humanos utilizados no setor, através do Ciclo de Treinamento de Especialistas em Promoção Comercial — CITRE.

Por outro lado, em prosseguimento ao programa de cooperação com a Secretaria de Planejamento, foi publicado e distribuído ao setor exportador nacional farto material de pesquisas de mercados para produtos selecionados de interesse para o Brasil.

Ainda na área da promoção comercial, o MRE organizou 70 amostras de produtos manufaturados brasileiros no exterior, em 34 países diferentes, compreendendo 29 eventos na América, 27 na Europa Ocidental, 2 na URSS e 12 na África e Ásia.

cooperação científica, técnica e cultural

No campo da ciência e tecnologia, cabe assinalar o desenvolvimento dos programas de cooperação científica e tecnológica, tanto no âmbito bilateral como no multilateral. Nesse sentido, assinou-se em novembro acordo de cooperação entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Venezuela — CONICITE, encontrando-se, por outro lado,

em fase inicial de estudos, projetos de acordos com a Índia, o Chile, a Colômbia e o Japão, bem como esquemas de cooperação, no setor, com a Austrália. Ainda no campo bilateral, realizou-se em outubro a VII Sessão da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Científica e Tecnológica, ocasião em que foram revistos os programas conjuntos com a República Federal da Alemanha nos campos da física, química, computação, informática, oceanografia e pesquisa aeroespacial.

Registrou-se significativa intensificação dos trabalhos ligados à captação da informação científica e tecnológica do exterior e sua canalização para as instituições brasileiras especializadas, principalmente através da rede do Sistema de Informação Científica e Tecnológica, com vistas a dotar o Brasil de núcleos diversificados de informação científica e tecnológica especializada.

Continuam a ser progressivamente implementadas as diretrizes brasileiras para o recebimento de cooperação técnica através de ação diplomática junto aos grandes doadores, bem como são continuamente aperfeiçoados os sistemas nacionais de estruturação, revisão e avaliação de projetos. Encontram-se em plena execução os programas plurianuais com a República Federal da Alemanha, Canadá e Grã-Bretanha, enquanto prosseguem em fase ascensional as atividades com a França, Japão, Espanha, Itália e Portugal. No plano multilateral, deu-se início ao plano quinquenal com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD, cujo alcance está sendo aumentado através de contribuições adicionais brasileiras, possibilitando com isso intercâmbio maior de peritos e aperfeiçoamento de recursos humanos no exterior.

No que respeita à cooperação técnica oferecida pelo Brasil, há a assinalar uma am-

pliação significativa dos programas com a América Latina e a África, em coordenação estreita com os órgãos setoriais que tratam das atividades internacionais em cada Ministério. Após a assinatura, em anos anteriores, de numerosos acordos básicos de cooperação técnica e científica, ampliaram-se as atividades práticas, com projetos e outras ações junto a quase todos os países da América Latina, nos mais diversos campos, desde o emprego do álcool como combustível até construção naval, agropecuária tropical, habitação, urbanização e saneamento. Tem o Brasil empreendido grande esforço para incrementar a colaboração na área técnica com o continente africano, especialmente com os países de expressão portuguesa. Exemplificam esse incremento os programas em curso com Guiné-Bissau e Cabo Verde, a cooperação oferecida a São Tomé e Príncipe, nos campos da saúde e da agricultura, a colaboração com Angola no setor de transporte e com Moçambique em formação profissional, enquanto que se elevou, sensivelmente, o volume de cooperação com a Nigéria, Costa do Marfim e Gana.

No campo da difusão cultural, cabe assinalar a adesão do Brasil a duas importantes convenções: a Convenção Regional sobre o reconhecimento de Estudos, Títulos e Diplomas de Ensino Superior e a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. O Brasil participou ainda, com destaque, do II Festival Mundial de Artes e Cultura Negras e Africanas — II FESTAC em Lagos, na Nigéria.

Em 1977 foi complementada a modernização e o reequipamento de toda a rede de Centros de Estudos Brasileiros, iniciada em 1975. Procedeu-se, ainda, à nomeação de novos professores, medida que visou a atender ao desenvolvimento das atividades dos Centros.

geisel no méxico: diálogo amplia oportunidades de cooperação

Discursos dos Presidentes mexicano (tradução não-oficial)
e brasileiro, em 16 de janeiro de 1978, na Cidade do
México, durante o banquete oferecido por José
López Portillo a Ernesto Geisel, na Secretaria
de Relações Exteriores.

PRESIDENTE MEXICANO

Senhor Presidente da República Federativa
do Brasil,
Senhora Geisel,
Senhoras e Senhores,

O México se sente honrado por esta visita
de brasileiros. Ao receber Vossa Excelência,
abrimos as portas do afeto a esse povo que-
rido que é criação e alegria, grandeza espi-
ritual e material e, sobretudo, um povo
irmão.

Brasil e México estão unidos por natureza.
Estamos unidos pela origem, pela história
e por uma problemática comum que nos in-
dica mais ainda que a possibilidade, o im-
perativo de um destino comum.

Somos, ambos, comunidades mestiças. Com-
partilhamos antecedentes ibéricos no amál-
gama de nossas raças novas. Somos produ-
tos de antigas civilizações que, mescladas,
geraram culturas originais com dinâmica
própria, com capacidade para definir, por

si mesmas, soluções adequadas à sua na-
tureza peculiar. Povos que conheceram a
escravidão e a submissão, têm por defini-
ção mesma uma vocação congênita à auto-
nomia como grupos e à liberdade individual
e coletiva.

O México, que construiu a sua nacionalida-
de vencendo obstáculos geográficos, inte-
grando povoações dispersas, criando valo-
res e instituições próprias, pode bem aqui-
latar o formidável esforço complementador,
conduzido a partir da estreita faixa atlântica
até o coração do continente, para a forma-
ção dessa hoje vigorosa Nação brasileira.

Respeitamos o Brasil, que representa a sin-
gular epopeia, que parecia impossível, de
fazer florescer a civilização contemporânea
no âmbito tropical.

Admirável povo brasileiro que não se dei-
xou subjugar pela violência da selva, a
imensidão de suas barreiras naturais, a mag-
nitude das distâncias, que transforma e tudo
domina — esforço secular do bandeirante,
coragem do sertanejo, atividade febril do
paulista — para converter sua vasta geogra-

fia em morada onde florescem a agricultura e a indústria, a ciência e as artes. Pujança de São Paulo unida às investigações do Instituto Oswaldo Cruz, à imaginação de Aleijadinho, à arquitetura de Oscar Niemeyer, à música de Heitor Villa-Lobos, aos pincéis de Cândido Portinari e às páginas de Machado de Assis ou de Carlos Drummond de Andrade. Toda essa cultura que sintetiza a tradição secular, a natureza e a atualidade deslumbrante, o trabalho e a fecunda imaginação.

impulso criativo irmana brasileiros e mexicanos

Como não nos sentirmos irmanados a esse impulso criativo, os mexicanos, que, cotidianamente, realizamos nossa identidade na conjunção do autóctone e o universal, em todos os campos da vida social?

Fator, também, que nos vincula, por seus efeitos persistentes, é o haver sofrido um colonialismo semelhante que deixou traços profundos, herança fértil pelos valores assimilados, mas ao mesmo tempo de formação estrutural de dependência três vezes centenária.

Chegamos à independência política com a grave desvantagem de haver sido constrangidos à condição de provedores de matérias-primas para centros de consumo distantes e ocupados depois na árdua tarefa da integração nacional, a conquista de nossos próprios territórios e a organização interna; iniciamos com atraso a difícil cruzada de transformar os sistemas produtivos estabelecidos para a submissão, em organizações para assegurar a liberdade e a independência econômica.

Pertencemos, ambos os povos, à comunidade latino-americana que abriga desde sua gestação um definido desejo de unidade; pertencemos a esse grupo de países profundamente afins que dividem o sentimento de uma imperiosa necessidade de concertar esforços e que, no entanto, permanecem no desconcerto pela ação desintegradora de novas hegemonias.

Os caminhos de nossos países foram concebidos para a submissão e não para o desenvolvimento; ligaram-nos a metrópoles impostas, não nos ligaram a vizinhos e a irmãos. Fomentaram diferenças e quiseram ocultar semelhanças; transformaram-nos em ferozes competidores quando, em nosso interesse, devemos ser complementares. E apesar de tudo, a vitalidade de nossos povos nos aproxima ao conjunto da desejada unificação. Integrado nosso enorme potencial e concertada nossa ação, podemos vencer obstáculos, negociar fortalecidos e enfrentar com êxito as enormes carências de nossos povos para alcançar os mais altos níveis de civilização e bem-estar com justiça.

Sua presença no México, Senhor Presidente Geisel, é uma demonstração dessa consciência fraternal. Passamos em revista, juntos, a importante gama de pontos de contato, de áreas de cooperação, de fatores de apoio mútuo. Abrimos novos canais de entendimentos.

Muitos são os pontos na área econômica nos quais a complementação do produto dos recursos e do trabalho brasileiro e mexicano pode revigorar nossas capacidades. Podemos nos apoiar na siderurgia, na indústria de base e de bens de capital, assim como na energética e na petroquímica. O intercâmbio de produtos agrícolas e manufaturados facilitará o abastecimento e nos permitirá lutar contra a fixação arbitrária de preços e as injustas barreiras protecionistas. A possibilidade de complementação à base de co-inversões é ampla: exploremos este campo a nível dos setores públicos e privados. Nosso comércio já é importante e pode ser incrementado a níveis muito superiores, buscando o benefício mútuo. A colaboração científica e técnica oferece também amplas possibilidades. O intercâmbio cultural, por causa de nossas semelhanças, nos enriquecerá sem dúvida e afirmará os mais positivos de nossos valores. Estamos conscientes de que, para tanto, é indispensável ampliar nossa cooperação nas comunicações e nos transportes para a unificação física.

fortalecer e multiplicar as nossas coincidências

E, se nas relações bilaterais, temos reafirmado elementos comuns, é lógico encontrar em nosso desempenho, nos diversos fóruns internacionais, importantes coincidências que haveremos de fortalecer e multiplicar.

A posição internacional do México é invariável porque deriva de uma honesta projeção da filosofia que o povo plasmou na Constituição que nos rege. Pugnamos pelo respeito às soberanias, à não-intervenção, à igualdade jurídica dos Estados. Oferecemos a amizade a todos os povos e desejamos ardentemente o fortalecimento de nosso vínculo com as nações irmãs, no bilateral e no multilateral para criar uma inter-relação de apoio, de verdadeira cooperação regional e sub-regional, na qual não existam supremacias nem predomínios, mas sim irmandade e ajuda, não somente visto como posição altruísta, mas também como interesse de todos, como uma via prática para superar nossas respectivas limitações e poder competir em um mundo de blocos e de mercados integrados.

Desejamos o estabelecimento definitivo da paz mundial; acreditamos na possibilidade da solução pacífica de toda controvérsia; consideramos que as soluções de força são uma ameaça para toda a humanidade, manifestações da vontade de dominação que rechaçamos desde que alcançamos a independência nacional e, por isso mesmo, pugnamos pelo fim da corrida armamentista e pela não-proliferação de instrumentos nucleares de extermínio.

Apegados à nossa concepção interna de democracia, de liberdade e de justiça, censuramos a ordem econômica mundial estabelecida em detrimento das nações em desenvolvimento e não poupamos esforços na luta pacífica por sua transformação para alcançar a democracia internacional política e econômica.

Senhor Presidente,

Receba do povo do México uma mensagem de amizade sincera. Suas palavras de cor-

dialidade para conosco, os propósitos que expressou em favor da concórdia e da aproximação, foram ouvidos com beneplácito e profundo interesse. Receba, Vossa Excelência, além disso, a certeza de que existe uma autêntica solidariedade do povo mexicano com os esforços desse nobre povo brasileiro, sentimento que se arraiga em uma identidade profunda e transcendente.

PRESIDENTE BRASILEIRO

As palavras com que Vossa Excelência distinguiu meu País e a mim mesmo calaram fundo no espírito de todos os brasileiros aqui presentes. Da mesma forma, a acolhida fraterna, amiga e aberta que nos foi dada, desde que pisamos a terra mexicana, é motivo para que fiquemos sumamente reconhecidos ao povo e ao Governo mexicanos e, pessoalmente, a Vossa Excelência.

A cortesia e a gentileza no trato estão entre as grandes virtudes que o povo mexicano tem evidenciado através de sua rica e complexa história, virtudes que nós, da América Latina, sabemos reconhecer, assim como respeitamos e apreciamos a extraordinária tradição mexicana de coragem e de dignidade nacional. O convívio com a gente deste País inspira e alenta. Os dotes morais e espirituais do povo mexicano, a criatividade de sua cultura e de sua arte, bem como a determinação demonstrada em sua pertinaz luta pela independência e pelo progresso, constituem um estímulo para os povos que enfrentam desafios semelhantes na rota de sua liberdade política e de desenvolvimento econômico e social.

O convite que Vossa Excelência me dirigiu para visitar seu País foi recebido com extremo agrado no Brasil e nossa pronta aceitação evidencia o cabedal de simpatias pelo México que sempre existiu entre os brasileiros.

Logo nos primeiros meses de meu Governo, tive a honra e o prazer de receber em

Brasília o ilustre antecessor de Vossa Excelência, o Presidente Luiz Echeverría Alvarez. Guardo daquela visita a grata recordação de que a mesma se constituiu num importante marco do processo de estreitamento das relações entre os nossos dois países, não só no contexto bilateral, mas também no de nossa atuação no continente. O próprio Presidente Echeverría assinalou, então, que sua ida ao Brasil ratificava uma vocação de fraternidade latino-americana e que sua visita aspirava cumprir um encontro histórico entre dois povos. Foi nesse espírito e com o fim de melhor disciplinar o nosso crescente intercâmbio, que concluímos, naquela oportunidade, uma série de instrumentos. Em seu conjunto, os Acordos então assinados abriram caminho para que, agora, possamos dar um impulso maior às nossas relações.

Senhor Presidente,

Coincidimos com as declarações de Vossa Excelência no sentido de que os atuais problemas mundiais não correspondem a uma perturbação transitória da vida internacional, mas a um vasto abalo em sua estrutura e que anuncia grandes modificações na economia, na cultura, nas relações entre os povos e, ainda, entre a sociedade, o homem e a natureza. É esse contexto internacional, tão claramente definido por Vossa Excelência, que nos encoraja a promover a intensificação dos contactos entre os nossos países.

novas oportunidades de cooperação podem ser exploradas

Num mundo marcado por crises e apreensões, mas também pela consciência de que novas oportunidades para uma cooperação mutuamente proveitosa podem ser exploradas, nossos dois países se dispõem a aproximar-se, tomando por base uma longa tradição de amizade, para, através do diálogo e da compreensão, buscarem alargar a faixa em que os respectivos interesses e aspirações convergem ou coincidem.

Estamos plenamente conscientes, Senhor Presidente, de que o Brasil e o México são países complexos, com experiências nacio-

nais diversificadas e de que, através de nosso diálogo, muito teremos a aprender. O que há de semelhança entre nós seguramente facilitará nosso entendimento: a capacidade de realização do Brasil e do México, a disposição com que ambos os povos se engajam na porfia pelo desenvolvimento e a vocação, que em ambos existe, para integrar suas melhores tradições e suas mais lídimas aspirações políticas. Em nossos países, coexistem e pacificamente se mesclam diferentes grupos étnicos, de cuja contribuição para a nacionalidade muito justamente nos orgulhamos. São sociedades, a brasileira e a mexicana, em que interagem diferentes níveis ou horizontes históricos, em que setores modernos de produção econômica e de pensamento convivem com áreas retardatárias. São, o Brasil e o México, países que lutam por um desenvolvimento autêntico, autônomo e voltado para a realização das potenciais idades de seus povos.

O Brasil almeja desenvolver-se pacificamente. O povo brasileiro vive em harmonia com os seus vizinhos e favorece soluções negociadas para as disputas internacionais. Os ideais de modo de vida ocidental fazem parte de nossa vida e de nossa História. Desejamos aproveitar os avanços científicos e tecnológicos à disposição da humanidade para resolver nossos problemas econômicos. Acreditamos seja dever das presentes gerações prover o país dos meios necessários para que as aspirações, justas e pacíficas, do homem brasileiro possam ser rápida e efetivamente atendidas. É esse o nosso desiderato e essa a nossa política. A experiência histórica que o México acumulou, seguramente, lhe dá condições ideais para compreender o sentido do esforço que o Brasil faz em prol da autonomia energética e do desenvolvimento nacional.

De há muito, acompanha o Brasil a atuação internacional do México em favor das grandes causas da humanidade. Já o benemérito Juárez havia fixado em palavras proféticas, que vejo gravadas nesta sala, a principal diretriz da diplomacia mexicana: "Entre os indivíduos, assim como entre as Nações, o respeito ao direito alheio é a paz" — princípio esse que Vossa Excelência hou-

ve por bem reafirmar sem qualificações. A adesão invariável a esse princípio, que, em nossos dias, se traduz pelo respeito ao direito de autodeterminação dos povos e pela não-intervenção, confere à política externa mexicana a sua reconhecida maturidade e inegável consistência.

Juntos, temos participado dos esforços multilaterais em favor do fortalecimento da paz e da segurança internacionais. Coincidimos na necessidade de fazer respeitar internacionalmente a independência de todos os Estados, qualquer que seja o seu tamanho, qualquer que seja o seu poder. Concordamos em que, para o relacionamento amistoso entre os povos, é imprescindível a observância plena dos princípios da autodeterminação, da não-ingerência e do respeito mútuo. São estranhas à nossa índole as ambições de hegemonia e de preponderância, as quais rejeitamos com o mesmo vigor com que as repudiamos se partidas de outros países com relação aos nossos. Participamos da convicção de que o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional é tarefa essencial e urgente, a fim de que sejam removidos os obstáculos internacionais que pesam sobre os países em desenvolvimento na sua pugna para assegurar a seus povos melhores padrões de vida.

O Brasil reconhece e valoriza o papel que o México tem desempenhado no âmbito latino-americano. Motivo de orgulho para nossos países é haver amplamente florescido, na América Latina, o ideal enunciado por Juarez, como demonstra o apego que nossa região tantas vezes tem demonstrado pela paz, pela cooperação e pelo respeito mútuo. Se a inclinação mexicana é, hoje, acercar-se ainda mais de nossa convivência fraterna, veremos essa presença acrescida do México como uma tendência positiva, que, ao concretizar-se, contribuirá para o enriquecimento político de nossa região. E, com ela, sairá fortalecida a solidariedade latino-americana. A percepção de nossa comunidade de interesses aumentará rapidamente, como consequência mesma da cooperação em questões concretas de toda natureza.

relacionamento interamericano apresenta múltiplos aspectos

No plano continental, considera o Brasil que o relacionamento interamericano apresenta múltiplos e variados aspectos, dada a própria diversidade que caracteriza os países do hemisfério. Não acreditamos que essa situação seja maléfica ou negativa. Pelo contrário, consideramos, em coincidência com o México, que a preservação dessa diversidade, a afirmação das soberanias nacionais e a resistência comum a quaisquer veleidades hegemônicas são e devem ser traços essenciais da política continental.

As questões de índole econômica e, especialmente, comercial, continuam a preocupar os países da América Latina. De um modo geral, ainda não cessou a tendência de queda na participação dos países latino-americanos e dos países em desenvolvimento no comércio internacional. Apesar de o problema estar perfeitamente identificado e apesar dos apelos dos países das diversas regiões subdesenvolvidas, pouco tem sido feito, em nível global, para reverter essa tendência. Esta é, no entanto, apenas uma das graves questões que, em conjunto, devemos confrontar, no plano internacional. Há outras, entre as quais não devo deixar de mencionar a da proliferação de medidas restritivas ao comércio dos países em desenvolvimento. O Brasil, que freqüentemente sofre dificuldades concretas nessa área, é particularmente sensível ao fato de que obstáculos externos, como os antepostos ao livre fluxo de nossas exportações, em particular de produtos industrialmente elaborados, continuem a prejudicar seriamente os esforços que, com grande sacrifício, temos feito para desenvolver nosso aparelho produtivo e para participar, em termos equitativos, dos benefícios da economia mundial. **É nossa convicção que, para deter a onda protecionista, os Governos dos países desenvolvidos devem estar preparados, desde logo, a se comprometer internacionalmente a não impor novas restrições e, a mais largo prazo, a adotarem políticas internas de reestruturação industrial. Nesse reajuste econômico, os Governos dos países desenvolvidos devem levar em conta as aspirações dos setores de exportação mais dinâ-**

micos dos países em desenvolvimento, que são justamente os mais diretamente atingidos pelas forças protecionistas.

Senhor Presidente,

Em quase todos estes temas, o Brasil e o México têm encontrado semelhantes as suas posições e têm cooperado eficazmente, sobretudo nos foros internacionais, sejam eles os de âmbito universal, sejam os de âmbito regional como, entre outros, o Sistema Econômico Latino-Americano. Essa cooperação desejamo-la ampliada, ainda mais, no futuro. Temos todas as razões para acreditar que isso é o que ocorrerá.

No plano bilateral, são incontáveis as oportunidades de proveito recíproco que uma cooperação mais intensa entre nossos dois países certamente ensejará. Sinto-me favorecido por haver podido, com a minha visita, servir a essa causa que é de ambos os nossos povos.

Ao agradecer a Vossa Excelência, em meu nome e no dos que me acompanham, a gentileza das homenagens que nos têm sido prestadas, desejo pedir a todos os presentes que a mim[^]se unam em um brinde à Nação mexicana. A amizade entre os nossos dois povos e à saúde e ventura pessoal de Vossa Excelência e da Senhora López Portillo.

a chegada do presidente brasileiro à cidade do México

Tradução não-oficial do discurso do Presidente mexicano, José López Portillo, em 14 de janeiro de 1978, momentos após a chegada do Presidente Ernesto Geisel ao México; e a resposta do Presidente brasileiro.

SAUDAÇÃO DE PORTILLO

Senhor Presidente da República Federativa do Brasil,

Senhora Geisel,

As relações entre o México e o Brasil ultrapassam ao simples tratamento oficial e às relações de intercâmbio. Vemos no Brasil um povo irmão e que admiramos por seu sentido de vida, sua cultura, suas potencialidades, sua alegria, sua música, suas capacidades todas tão próximas de nosso povo.

Vocês constituem o país mais extenso da América Latina e, como o México, o mais povoado. Temos raízes similares e problemas muito parecidos. Terras destinadas à mescla e à integração, tivemos que sofrer

em nossa História as mesmas questões, as mesmas necessidades, os mesmos problemas.

Nós nos identificamos, pois, ambos os países, somos países de futuro e com futuro. Aprender a defender nossos problemas e a resolvê-los, mantendo nossa independência política e econômica é uma meta comum. E nessa meta comum, temos que tornar útil a convivência, resolver seus problemas de liberdade, de justiça, de igualdade, com respeito ao direito fundamental de nossa autodeterminação. Porque, nesse caminho, queremos encontrar o Brasil, para integrarmos em nossa América Latina, sonho de Bolívar, a respeito do qual temos que dar passos sólidos que ultrapassem as simples declarações exaltadas e se concretizem em atos positivos que permitam tornar mais sólido o nosso esforço comum.

Isso, fundamentalmente, esperam os nossos povos desta reunião: que acertemos a consolidação, o fortalecimento, o aprofundamento de nossas relações, que possamos combinar nossos esforços. A unir-nos e já não estarmos mais separados pela geografia, como até agora. Muitas importantes tarefas teremos pela frente, Senhor Presidente. Estou absolutamente certo que desta reunião nossos povos tirarão benefícios positivos. Sejam, Senhor Presidente e Senhora Geisel e honrada comitiva, bem-vindos ao México.

RESPOSTA DE GEISEL

A visita que hoje inicio simboliza o apreço e o respeito do povo e do governo brasileiros pelo México, e testemunha, também, a amizade fraterna que nos une, brasileiros e mexicanos, em nossa comum identidade latino-americana. As afinidades entre os nossos dois povos transcendem a coincidência de preocupações conjunturais, políticas ou económicas, para desabrochar no amplo domínio da sensibilidade humana e dos valores culturais que compartilhamos.

Sob a dinâmica liderança de Vossa Excelência — Senhor Presidente López Portillo — a Nação mexicana se dirige, a passos lar-

gos, para a concretização dos ideais nacionais de liberdade, de justiça e progresso. O Brasil acompanha, com admiração, a luta histórica que o México empreende para afirmar tais ideais e regozija-se pelas magníficas realizações que seu povo já alcançou.

Como latino-americanos, sabemos valorizar, no Brasil, as clássicas virtudes do povo mexicano — o sentido de dignidade, de cortesia e de coragem — qualidades que alen- tam nosso convívio, facilitam o diálogo e estimulam amizade constante.

Países complexos, herdeiros de diferentes e ricas contribuições étnicas e culturais, o Brasil e o México reúnem condições privilegiadas para reforçar laços de fraternidade, para participar ativamente no cenário latino-americano e para enfrentar, de forma criativa e responsável, os desafios que o sistema internacional diariamente a ambos nos impõe.

Minha presença no México é sinal ostensivo de nossa solidariedade e da comunhão latino-americana. Os valores que defendemos — independência nacional, igualdade soberana, não-ingerência e respeito mútuo — asseguram que nosso diálogo há de ser profícuo e que nossos entendimentos nesta histórica e belíssima cidade, hão de balizar o caminho da amizade e da cooperação entre nossos países. É este, Senhor Presidente, o espírito de minha visita.

cordialidade nos encontros geisel-lópez portillo

Discurso do Presidente Ernesto Geisel, em 16 de janeiro de 1978, durante a cerimônia de recebimento das Chaves da Cidade do México.

Senhor Chefe do Departamento do Distrito Federal.

Agradeço reconhecido e honrado a distinção que Vossa Excelência me concede ao fazer-

me entrega das Chaves da Cidade do México e ao declarar-me Hóspede Oficial desta bela Capital. Elas traduzem gesto cordial de Vossa Excelência e serão por mim guardadas com particular cuidado e satisfação.

Os momentos que aqui passamos, Senhor Regente, constituem para mim, para minha família e para meus acompanhantes, momentos inolvidáveis de prazer humano, estético e profissional.

O calor da amizade revelado pelos mexicanos para com seus visitantes brasileiros tem sido contínuo e expressivo. Isso não nos surpreende, pois sabidas são as qualidades de generosidade do nobre povo deste país. Posso assegurar que, de nossa parte, sentimentos de cordialidade devotamos também a nossos hospedeiros.

Tampouco nos têm faltado riquíssimas emoções no plano estético, desde o deslumbramento que a todos há de sempre causar o espetáculo cênico do conjunto arquitetural de Teotihuacán, da encantadora apresentação do bale folclórico mexicano até o raro virtuosismo museológico que constitui o Museu Nacional de Antropologia e História, de onde acabamos de sair. Mas é a cidade

inteira, em suas variegadas feições, tão bem sintetizadas na Praça das Três Culturas, que nos mantém sob incessante impacto de beleza.

No plano político, a cordialidade dos encontros que tenho mantido com o Presidente López Portillo e com outras altas autoridades mexicanas, confirma a certeza da excelente comunidade de pontos de vista entre nossos Governos sobre os magnos problemas da vida internacional e continental:

Por tudo isso, hoje é um dia marcante para mim.

Peço a Vossa Excelência que seja o intérprete, junto ao povo da Cidade do México, do meu grande apreço e do meu mais comovido reconhecimento pelas homenagens que, em minha pessoa, foram prestadas a meu País.

A Vossa Excelência, meu sincero e profundo agradecimento.

entre os brasileiros, uma espontânea simpatia pelos mexicanos

Discurso do Presidente Ernesto Geisel, em 17 de janeiro de 1978, por ocasião do banquete que lhe foi oferecido, no "Lenzo Charro dei Pedregal", pelo Regente da Cidade do México, Carlos Hank Gonzalez.

Senhor Chefe do Departamento do Distrito Federal:

Há, em todo brasileiro, uma espontânea simpatia pelo México e pelos mexicanos. Não obstante a distância geográfica que nos separa, é possível que tenhamos do México uma visão até mais clara do que a que possamos ter de outros países latino-americanos, mesmo mais próximos do Brasil. Nessa percepção, a Cidade do México avulta em proeminência.

Sinto-me feliz e honrado por estar em terra rica de tantas glórias. Como Capital de um povo que a História marcou para o heroísmo, a Cidade do México, palco de tantas lutas pela independência e pela liberdade, é o próprio símbolo da alma nacional.

Rica de passado, a Cidade do México é, também, a bela promessa de progresso e de grandeza que o povo mexicano merece e constrói.

Povos como o brasileiro e o mexicano têm a virtude de fazer, das tradições, estímulo para a renovação construtiva, na contínua realização das imensas potencialidades do ser humano. No Brasil, não temos a inspirar-nos os episódios de grandeza de uma civilização nativa das mais avançadas de que se tem notícia.

Temos, em contrapartida, a experiência recebida, em abundância, através de influxos variados de raças e culturas que se amalgamaram para criar o homem franco e tolerante que é o brasileiro de hoje. Assim, em ambas as nossas tradições figura o ele-

mento de síntese de civilizações que tanta variedade e percepção introduz na alma de nossos dois povos.

É, pois, com genuíno sentimento de fraternidade, que nos regozijamos por este convívio com os mexicanos, nesta extraordinária Cidade do México.

A seu futuro formoso, à felicidade de seus habitantes e a Vossa Excelência, Senhor Regente, à saúde e ao êxito de sua missão, peço que bebam comigo, todos os presentes.

geisel fala sobre o brasil para os mexicanos

Entrevista do Presidente Ernesto Geisel à **Televisa**, do México, gravada em Brasília, em 11 de janeiro de 1978, e transmitida ao povo mexicano dois dias depois; e a entrevista do Presidente brasileiro à **Radiobrás**, em 14 de janeiro de 1978, transmitida simultaneamente por uma rede de emissoras de rádio e televisão do Brasil e do México.

ENTREVISTA À TELEVISA

Pergunta — Senhor Presidente, haveria muito que perguntar-lhe, mas, em razão do limitado tempo de que dispõe, tivemos que abreviar nossas perguntas. A primeira pergunta é a seguinte: como definiria seu Governo no panorama da América Latina, com relação a outros regimes militares? Acredita o Senhor que nossos povos latino-americanos necessitam, de certo modo, de um Governo com disciplina militar ou que este é, talvez, o sistema mais eficaz para resolver nossos problemas atualmente? O próximo Governo do Brasil, o do General Figueiredo, será o último Governo militar no Brasil?

Resposta — Eu acho que cada nação tem características próprias, decorrentes de suas tradições, de seu sistema de vida. E

que um dos graves erros que se comete é querer copiar, um país do outro, as suas instituições. As instituições políticas variam em função da natureza do país, das características que ele tem. É evidente que todos desejamos viver no regime democrático, mas esse regime democrático tem que se adaptar às peculiaridades do país. Fala-se em governos militares na América Latina. Existem, de fato, alguns governos que têm características profundamente militares, outros, têm características já mais atenuadas e outros são considerados como militares, mas na realidade não o são. Veja que no Brasil nós tivemos uma Revolução em 1964. O México também teve a sua, foi uma revolução sangrenta que se prolongou por muitos anos, que se consolidou e que sobrevive até hoje. A Revolução brasileira que foi feita em 64, evoluiu ao longo desses 13 anos de existência. O Governo teve, de início, uma interferência militar muito grande, que

utilização do hidrogénio, que seria uma nova alternativa energética.

Resposta — Eu realizarei a minha visita ao México com extraordinária satisfação. De um lado porque eu vou conhecer um país **de visu**, quando até hoje eu o conheço através de relatórios e livros, ilustrações, ou de conversas com amigos que já estiveram por lá. Mas não há como a impressão própria, visual, para se formar ideia da realidade do país. Eu considero o México um país fascinante. Pela sua história, pelas suas realizações. Acredito que a minha visita ao México sirva para estreitar mais os entendimentos entre os nossos países. Nós vivemos um pouco distantes. A realidade é que o Brasil e o México, ao longo desses anos todos, embora não tivessem problemas entre si, fossem sempre amigos e quase sempre tivessem concordado nos seus pontos de vista, se mantiveram mais ou menos distantes. Eu não sei se é uma decorrência da geografia ou se é uma falta dos homens e dos estadistas que governaram esses países. Pois bem, eu vou me esforçar para diminuir essa distância não só no sentido humano-social, mas também no económico. Acho que no campo económico o Brasil e o México, se usarem a imaginação e procurarem explorar este terreno, terão muitas áreas em que poderão cooperar e que se poderão complementar. E darão, assim, a outros países da América Latina, exemplo da cooperação que todos nós devemos fazer, de interesse comum. Há, por exemplo, esse aspecto a que a senhora se referiu que é o aspecto energético. Esta é uma das maiores vulnerabilidades do Brasil. Sabe que o Brasil até hoje é um país pobre em recursos energéticos, sobretudo em petróleo e carvão, recursos fósseis. Nós tivemos a grande felicidade de ter uma extraordinária rede hidráulica, os nossos rios é que até hoje têm produzido quase toda a energia que o país consome. Mas estamos preocupados com o futuro. O México teve, agora, a extraordinária ventura de aumentar o seu potencial de petróleo e de gás que é uma riqueza extraordinária e eu acredito que essa riqueza em si vai transformar o México. O Brasil até agora não teve a mesma ventura, mas claro que temos outras vantagens, outras circunstâncias que nos permi-

tirão enfrentar esse problema. Mas, de qualquer maneira, nós achamos que esses recursos, com o tempo, possivelmente no fim do século, vão chegar ao fim e nós temos que encontrar outras fontes de energia e aí está porque o Brasil luta por um programa nuclear independente, embora seja um país pacifista e absolutamente não pense em proliferar a arma nuclear. O país precisa, necessita urgentemente, de cuidar desse problema, sobretudo tendo em vista a população futura que teremos. Achamos que haverá outros processos além da energia solar. Acreditamos que o hidrogénio também possa vir a ser um combustível a ser utilizado e aí então a tecnologia terá que ser desenvolvida. Mas, torno a lhe dizer que estou ansioso em chegar ao México e acredito que a minha viagem trará para mim duas satisfações íntimas. Uma, de conhecer o México e a sua gente, não só os seus dirigentes, mas o povo, num contato íntimo que me permita fazer alguns amigos a mais na minha vida. Mas de outro lado, de ser útil ao Brasil e ao México, estabelecendo relações mais profundas e mais proveitosas para ambos os países e conseqüentemente em benefício geral.

ENTREVISTA A RADIOBRAS

Pergunta — **Com respeito à sua viagem ao México, no final desta semana, quais os resultados que o senhor espera obter nesta viagem, sobretudo no campo económico e também no campo político?**

Resposta — Eu vou ao México a partir deste sábado, retribuindo a visita que nos fez o Presidente Echeverría. Fui convidado especialmente pelo Presidente Portillo e julguei do meu dever, apesar dos muitos afazeres que eu tenho aqui dentro do país, ir ao México. Então, em primeiro lugar, é uma gentileza, é corresponder a uma viagem que o Presidente mexicano fez ao Brasil, e retribuir esta visita. Mas, evidentemente, não é só isto. O Brasil e o México são dois países amigos, identificados nas suas mani-

festações no campo internacional, ambos buscando desenvolver-se, ambos buscando o bem-estar de suas populações, sem divergências entre eles. Mas, que vivem, apesar disso, afastados. Não apenas pela distância geográfica, mas vivem afastados no seu relacionamento efetivo, nos campos econômico, cultural, social. Um dos meus objetivos — e objetivo principal — é então ver se diminuo essa distância, verificar se é possível juntar um pouco mais o Brasil e o México. Fazer com que os dois países trabalhem um pouco mais, juntos em todos os sentidos e em benefício recíproco. Acredito que no campo econômico, por exemplo, há muita coisa que se pode fazer no sentido

de complementar as duas economias, com benefício para ambos os países, e, consequentemente, para um melhor desenvolvimento. Acho também que no campo cultural e no campo social há muitas coisas que podem ser feitas no sentido de nos aproximar. No campo econômico, há aspectos que deverão ser discutidos, evidentemente, entre a delegação que me acompanhará e os representantes do Governo do México. Mas, eu acredito e espero que dessas conversações resultem, de fato, medidas de alcance objetivo, prático e que sejam beneficiadas para os dois países. Auguro a esta viagem um resultado que seja proveitoso para o Brasil.

a entrevista de azeredo da silveira à televisão mexicana

i Entrevista do Chanceler Azeredo da Silveira à **Televisa**, do México, gravada em Brasília, em janeiro de 1978.

Pergunta — O Governo brasileiro vai fazer formalmente um convite ao Presidente López Portillo para visitar o Brasil?

Resposta — Sem dúvida. No Comunicado, que será divulgado ao final da visita, deverá estar registrado o convite para que o Presidente Portillo visite o Brasil. E a visita do Presidente mexicano será certamente um momento importante neste processo de intensificação de contactos entre mexicanos e brasileiros.

Pergunta — Há alguma data prevista para a vinda do Presidente?

Resposta — Ainda não há, e a sua fixação dependerá da conveniência do Presidente Portillo. Será marcada a data que lhe for mais propícia, o que, aliás, está de acordo com a tradição brasileira de que os nossos convidados oficiais devem ser tratados em

função de seus interesses e de suas conveniências.

Pergunta — Além dos acordos que, no campo econômico e comercial, vão ser concertados no México durante a visita do Presidente Geisel, que significado político, dentro do panorama latino-americano, terá o encontro do Presidente do Brasil e do Presidente do México?

Resposta — O encontro é, sem dúvida, um fato de alta importância política para toda a América Latina. Em primeiro lugar, Brasil e México são, entre os países em desenvolvimento, dos mais industrializados, dos mais desenvolvidos. Assim, com plena consciência de participação no grupo dos países em desenvolvimento, nossas condições próprias criam, para as duas nações, responsabilidades novas, inclusive em relação ao processo mundial de negociação econômica.

Um segundo ponto a destacar é o fato de que não existe nenhuma área de fricção entre o Brasil e o México; não existem nem mesmo os atritos normais dos países muito próximos, que têm relações no cotidiano diplomático. Essa situação tem um peso político próprio, de abrangência continental. Assim, quando Brasil e México fixam entendimentos e posições comuns sobre problemas continentais, as soluções tendem a ser mais fáceis. E, quero enfatizar o "continental", porque esta compreensão vale também para as relações entre os dois países e os Estados Unidos.

Pergunta — O Senhor consideraria o Governo brasileiro como situado num lugar diferente dos outros governos na América Latina?

Resposta — É evidente que todos os países são distintos, têm traços peculiares, e, por isto, não devemos aceitar fórmulas simplificadas sobre a América Latina, que nos transformem numa "massa informe". Essas fórmulas nascem muitas vezes na Europa e nos Estados Unidos, e são aceitas por nós, por alguma razão preguiçosa. Existem, porém, entre os países latino-americanos, fortes denominadores comuns, não só quanto às estruturas de nossa formação, mas também — e sobretudo — quanto a objetivos concretos de desenvolvimento, de melhoria social, de criação de uma ordem econômica mais eqüitativa, de criação de bases sólidas para a paz mundial. São denominadores comuns que nos unem a nós latino-americanos, e, num quadro maior, os países em desenvolvimento como um todo; porém, em vista mesmo de responsabilidades históricas, nós, latino-americanos, temos tido uma maior dose de consciência em relação a essa luta comum do que outras regiões em desenvolvimento. Tocando, agora, no problema de nossa diversidade, só queria assinalar que ela deve ser um sinal de nossa riqueza. O próprio fato da existência dessa diversidade, da existência de personalidades nacionais diferentes, é um dado que facilita o progresso, porque cria fonte permanente de diálogo e de inovação. Paralelamente, um outro dado que vale assinalar são as simplificações que adotamos em relação a terceiros. Projetamos simplifi-

cações, e este não é um processo correto de entender o outro. Isto acontece com a África. Creio que, agora, nós, latino-americanos, devemos fazer um esforço para compreender a África, com suas motivações próprias, com as suas peculiaridades nacionais, e não como um simplificado bloco homogêneo. Aliás, a homogeneidade não existe em parte alguma do mundo, mesmo entre desenvolvidos. O caso europeu é claro, com as diferenças entre países como a Alemanha e a Bélgica, com as diferenças internas dos belgas. Em suma, não é possível ignorar os matizes de diferenciação nacional. Agora, creio que cabe voltar ao nosso problema Brasil-México. Em termos de etapa de desenvolvimento, há similaridades entre as economias dos países. Chegamos, ambos, a criar indústria de ponta, e a questão agora, é produzir internamente os insumos para essa indústria. Ambos compreendemos que a expansão industrial, porque baseada numa tecnologia estrangeira, obriga a um processo de importação de insumos, com o que são gerados problemas de balanço de pagamentos. Assim, o momento é de resolver essa questão, com um esforço significativo que nos levará a um grau maior de independência econômica. Politicamente, México e Brasil têm também traços similares, sobretudo na área da política externa. Em termos de política interna, cada qual segue um caminho próprio, com traços nacionais, o que talvez seja, em si mesmo, uma razão de afinidade.

Pergunta — Por que razão não se conseguiu a integração dos países da América Latina?

Resposta — Este é um problema complexo e não admite diagnósticos simples e unilaterais. Ademais, não se deve considerar o problema da integração como um problema fechado, acabado. Ao contrário, o Brasil acredita que esforços devam continuar, em todos os campos, com o objetivo de aperfeiçoar as formas e os métodos da integração. Um outro dado a considerar são os resultados já obtidos pelo processo. A ALALC prestou um serviço imenso à América Latina, embora se possa admitir hoje que o mecanismo atingiu um ponto de saturação. De fato, o sistema de integração através de reduções tarifárias das listas nacionais tal-

vez esteja, no momento, esgotado em suas potencialidades; porém, o que importa assinalar é que, em determinada conjuntura histórica, o sistema propiciou um crescimento significativo do comércio intra-latino-americano. E, mais do que isto, o sistema serviu para a tomada de consciência de nossa dependência. De fato, em virtude dos laços históricos que nos atraíam para fora do continente, o esforço maior da integração teria que ser no sentido de procurar inverter as setas comerciais e econômicas, que, em vez de apontar para as antigas metrópoles, deveriam apontar para dentro da América Latina. É uma tarefa gigantesca, de dimensões históricas, e, na ALALC, alguns passos importantes foram dados neste sentido. Veja-se o próprio caso do Brasil. Hoje, o nosso comércio com os países latino-americanos é essencial no quadro global de nossas exportações e importações. Com a Argentina, as trocas anuais superam os oitocentos milhões de dólares; com o Uruguai, país de alta renda per capita, o comércio já atingiu duzentos milhões de dólares, e somos os maiores vendedores e compradores da Nação uruguaia. Em suma, a ALALC teve um papel catalizador importantíssimo, e agora a tarefa é a de encontrar caminhos novos, que prossigam as linhas abertas pela associação. Toda ação solidária, que leve a empreendimentos conjuntos e frutíferos, deve ser estimulada. Devemos sonhar com o dia em que, por exemplo, México, Venezuela e Brasil, que são importadores de equipamento da indústria petrolífera, montem juntos a sua própria indústria nesta área. É preciso criar as bases para esses empreendimentos, não só no nível econômico, mas também nos níveis social, educacional e político. É necessário forjar a decisão de integrar, e acho que estamos caminhando neste sentido.

Pergunta — O Senhor considera que as diferenças políticas deveriam ser deixadas de lado diante da importância do esforço de integração?

Resposta — Devemos evitar colocações maniqueístas, e focalizar, em cada situação, seus matizes e peculiaridades. Devemos evitar oposições radicais entre economia e política, e também ligações simplistas entre

uma e outra. Tratando diretamente de sua pergunta, queria assinalar, em primeiro lugar, que, em hipótese extrema, se poderia admitir um regime político de tal forma intolerável que não coubesse em mecanismos de integração. Mas, isto, repito, é uma hipótese extrema. De alguma forma, haveria que admitir movimentos paralelos; de um lado, a luta pelo aprimoramento institucional, e, de outro, a necessidade de combater a miséria, a ignorância, a necessidade de melhorar as condições sociais e econômicas do cidadão. São tarefas inadiáveis, e, se nós pudermos dar ao povo de nossas nações melhores condições de vida, seremos efetiva e realmente grandes países. Os países não são grandes por seu tamanho, nem pelo inventário dos fatores de poder, mas pela qualidade de seus nacionais. E, para dar qualidade à vida humana, o desenvolvimento econômico, que pode ser grandemente facilitado pela integração, é essencial. Voltando agora à equação regime político-integração, gostaria de lembrar que é simplista dizer que a similaridade de regimes é um fator de aproximação entre países. O exemplo mais claro é o da cisão entre as duas maiores potências comunistas; mas há outros exemplos de países socialistas, na África e na Ásia, em que a aproximação ideológica não serviu para atenuar razões de conflito. Enfim, não há fórmulas fáceis sobre o problema da integração. Assim, finalizando minhas observações, queria fazer algumas indicações gerais: deveríamos ser humanos e generosos com nossos irmãos latino-americanos; deveríamos evitar a crítica a regimes, o que é sempre fácil; não sou contra a crítica, que serve mesmo à construção política interna, mas certamente poderia não cumprir as mesmas funções positivas no quadro internacional, quando atinge o princípio de não-intervenção. Enfim, não é pela via fácil da crítica a regimes e sim pela ação conjunta e integracionista que, os países podem conseguir internacionalmente condições mais propícias para melhorar a qualidade de vida de suas populações.

Pergunta — O Senhor acredita que haja alguma nação latino-americana mais poderosa, e que possa auferir benefícios especiais da integração?

Resposta — Acredito que o processo de integração não deve caminhar no sentido dos benefícios desiguais, que favoreçam as nações mais desenvolvidas. Ao contrário, os países que têm maiores possibilidades, têm também maiores deveres para com os irmãos latino-americanos. Por exemplo, o Brasil aceita a prática de dar tratamento especial ao Paraguai, à Bolívia e ao Uruguai, que são considerados países de menor desenvolvimento relativo. Porém, esta situação não deve ser entendida como definitiva: os países não devem estacionar nesta posição, e o objetivo da integração deve ser exatamente o de procurar níveis de igualdade entre os diversos países. Respondendo a pergunta de um outro ângulo, a ideia de nação mais poderosa deve ser qualificada. Devemos pensar nas comunidades menores que, afinal, formam a nação. Os países são feitos de comunidades pequenas, e, nestas, deve estar concentrada a atenção quando se discute o problema do desenvolvimento. Assim, poderemos discernir as disparidades internas, no âmbito de uma nação, e introduzir as qualificações de que falávamos no conceito de nação latino-americana poderosa. Enfim, tomando esse eixo de análise, percebemos, em suma, que não há ainda desenvolvimento uniforme em nossos países, e que nós devemos, em nossos esforços de progresso, olhar para a dimensão global, que inclui o cuidado com as comunidades que tenham necessidades maiores.

Pergunta — **Levando-se em conta os enormes recursos de que dispõe o Brasil, poder-se-ia pensar que busca uma hegemonia na América Latina?**

Resposta — Não existe o menor sentido em afirmações sobre pretensões hegemônicas do Brasil na América Latina. Entre nós, latino-americanos, não existem hegemonias, e, além disto, para situar o problema, sempre é importante enfatizar que as verdadeiras hegemonias são as que vêm de fora do continente, e o artifício de torná-las intra-latino-americanas só pode ser entendido

como instrumento político para nos afastar, para dificultar a realização de nossa economia. Falando agora do Brasil, gostaria de lembrar alguns traços de nosso panorama interno. Temos zonas difíceis, com obstáculos importantes ao desenvolvimento. Estamos fazendo um enorme esforço no Nordeste, temos ainda problemas de educação, existe uma imensa infra-estrutura a ser montada, enfim, existe uma imensa tarefa interna a desafiar os esforços e as realizações dos brasileiros. Neste quadro, porque e para que o Brasil iria pretender hegemonias? Não traria nenhum tipo de benefício e certamente iria criar problemas insolúveis. Aliás, caberia aqui uma consideração de ordem geral: no mundo contemporâneo, com a criação dos meios nucleares de destruição, o poder das super-potências se paralisou, não pode ser usado como instrumento de conquista. Por razões muito mais fortes, não se pode pensar em hegemonias internas na América Latina. Não quero, com isto, negar a diferença entre países. México, Argentina e Brasil têm dimensões físicas e econômicas que os distanciam de seus vizinhos, mas, essa realidade física não tem uma contrapartida em termos políticos, em termos de dominação. Ao contrário, talvez haja mesmo um preço a pagar em virtude das dimensões maiores. Explico: quando o Brasil ou o México entram em negociações com países menores, procuram fazer um esforço adicional para eliminar qualquer vestígio de traço hegemônico, ainda que nunca tenha existido qualquer intenção neste sentido em nossos contatos latino-americanos. Assim, é recuperada plenamente, sem qualquer tipo de sofisma, a igualdade absoluta dos negociadores, que em termos latino-americanos, é expressão jurídica e ao mesmo tempo política.

Pergunta — **Por que não se chamou o Governo argentino para a hidrelétrica de Itaipu? Há algum ressentimento argentino em relação ao acordo entre Brasil e Paraguai?**

Resposta — A resposta é simples: em Itaipu, o rio é comum ao Paraguai e ao Brasil, portanto não haveria razão para que a Ar-

gentina participasse do empreendimento. Não creio também que haja ressentimento argentino. Nossa posição tem sido absolutamente jurídica, e estamos cumprindo nossas obrigações de partes do Tratado da Bacia do Prata, especialmente a de não causar qualquer prejuízo sensível à Argentina.

Pergunta — Há oposição argentina ao entendimento entre o Brasil e o Paraguai?

Resposta — Penso que não, e uma prova disto são as negociações tripartites que ora se desenvolvem entre Brasil, Argentina e Paraguai. Sobre as negociações, dois elementos são importantes e, creio, facilitaram o entendimento. Em primeiro lugar, é o fato de que, logo nos primeiros encontros, entregou-se ao Governo argentino o plano de construção da represa, em grande nível de detalhamento. Foram entregues, pois, os planos que estão sendo efetivamente usados na construção e não uma mera descrição do projeto, ao qual poderia ser manipulada. Com isto, foi possível iniciar o diálogo em termos muito concretos e muito promissores. Em segundo lugar, o Governo brasileiro sempre reconheceu as responsabilidades jurídicas advindas da construção, e, por isto, está perfeitamente consciente de que não deve causar prejuízos sensíveis à Argentina. Paralelamente, existem outros aspectos de Itaipu que devem ser mencionados. Anteriormente, quando se negociavam empreendimentos comuns na América Latina, os países de maior volume populacional pleiteavam parcelas proporcionalmente maiores dos benefícios do empreendimento. Não é essa a posição brasileira. O Governo brasileiro assinou a Ata das Cataratas que estatui que, sendo o rio comum a dois países, os benefícios devem ser divididos igualmente. Assim, em Itaipu, Brasil e Paraguai têm rigorosamente os mesmos direitos. Itaipu é importante, pois, pelo valor econômico, e também pelo valor jurídico, pela introdução do sentido de igualdade nas obras compartilhadas. Um outro dado é o da significação de Itaipu como fator de dinamismo econômico. De fato, a construção da represa tem servido ao processo eco-

nômico da região, e servirá de forma ainda mais profunda depois que entrar em funcionamento. Valerá para o Paraguai e para uma zona brasileira importantíssima.

Pergunta — Que repercussões podem ter, para o seu país, no âmbito internacional, o reconhecimento de Angola?

Resposta — Fomos dos primeiros países a reconhecer o Governo de Angola, que é um país de língua portuguesa e muito próximo do Brasil, cultural e historicamente. Quanto ao reconhecimento, está baseado estritamente no princípio de não-intervenção, que é essencial à política externa brasileira. Nós tínhamos, antes mesmo da independência, uma representação em Angola junto ao Governo de transição. Fomos convidados a estabelecer a representação pelos três movimentos. Quando se completou o processo de independência, a atitude brasileira, sempre baseada na não-ingerência, foi a de reconhecer o país, e manter em Luanda a nossa representação (com status diferente). Lembro, aliás, que o Presidente Agostinho Neto convidou o Presidente Geisel a assistir às comemorações da independência, o que não pôde fazer.

Pergunta — Haverá algum aumento nas relações comerciais e econômicas com Angola?

Resposta — Sem dúvida. Desde a independência de Angola, o comércio e a cooperação entre os dois países têm crescido de maneira significativa. É verdade que a competição comercial com os industrializados é difícil, mas ainda assim temos muito a oferecer. E estamos fazendo todos os esforços para concretizar a aproximação comercial.

Pergunta — Qual a sua opinião sobre a política que sustenta os Estados Unidos em relação à América Latina? Com muita frequência se fala que o objetivo dessa política é impedir a integração latino-americana?

Resposta — É difícil e ao mesmo tempo interessante responder à sua indagação. A premissa que deve nos orientar, na resposta, é a seguinte: o desafio dos países latino-americanos é um desafio de eficiência, que deve chegar mesmo ao campo da política. Não devemos, pois, nos sustentar na base de ser contra ou a favor de entes abstratos. Devemos, sim, ser a favor dos interesses nacionais de nossos países, a favor da América Latina. Com base nessas categorias, devemos orientar a nossa ação. Assim, se outros países agem em contradição com nossos interesses, devemos resistir, evitar a ingerência. Ou seja: devemos ser independentes sem cultivar um espírito agressivo contra tal ou qual país. O que disse em termos gerais vale para as relações entre o Brasil e os Estados Unidos: o Brasil não tem uma atitude anti-americana, mas, quando se manifesta algum choque concreto de interesses, fazemos questão de resistir e afirmar nossas posições.

Pergunta — O Governo norte-americano exerceu certas pressões sobre o Brasil na questão do Acordo Nuclear com a Alemanha?

Resposta — Acredito que os momentos mais difíceis desta divergência já estão parcialmente superados. Sobre esse assunto, gostaria de fazer algumas reflexões que explicam a posição brasileira. Em primeiro lugar, não é possível impedir a proliferação intelectual, a transferência de tecnologia. Caso se tente, os países seriam obrigados a fazer esforços maiores, porém, mais cedo ou mais tarde, acabariam por lograr seus objetivos tecnológicos. Assim, não é através de bloqueios tecnológicos que se impedirá a proliferação nuclear. Sobre esse assunto, o Brasil tem uma posição clara e consistente. Acreditamos que o instrumento válido para evitar a proliferação é o estabelecimento de salvaguardas eficazes, que, sem impedir a transferência de tecnologia, impeçam efetivamente a utilização militar da energia nuclear. Por isto, assinamos o Tratado de Tlatelolco, que nos proíbe de ter armas nucleares. Concluindo, voltaria ao tema da proliferação intelectual com um

exemplo concreto sobre a questão do enriquecimento de urânio. Quando se começou a utilizar a energia nuclear, havia somente um processo de enriquecimento, que estava monopolizado por determinados países. Agora, inventou-se um outro processo, o da centrifugação, e vários países têm condições de proceder ao enriquecimento, sem que de nada tenha valido a exclusividade inicial no domínio técnico. Com o reprocessamento, o mesmo deverá acontecer. Creio que essas observações reforçam a tese brasileira: o fundamental é impedir a fabricação de armas nucleares, com a criação de salvaguardas adequadas; é inútil e contraproducente tentar evitar a proliferação intelectual.

Pergunta — É verdade que, em sua viagem ao México, o Presidente Geisel será acompanhado por um grupo de empresários?

Resposta — De fato, um grupo empresarial acompanhará o Presidente, o que, aliás, reflete a importância das relações entre os dois países a nível de empresa. Assim, no quadro geral do encontro, este grupo terá sem dúvida um peso específico grande no esforço de aproximação brasileiro-mexicana. O chefe do grupo será inclusive membro oficial da delegação brasileira, e, paralelamente aos encontros de autoridades governamentais, haverá um programa específico de reuniões de empresários. Estou certo de que a presença empresarial servirá para criar novas motivações e novos impulsos para a aproximação entre os dois países, seguindo o caminho aberto pela visita do Presidente Echeverría.

Pergunta — Que setores estarão representados no grupo empresarial?

Resposta — Irão empresários de vários setores: siderúrgico, petrolífero, de manufaturados, de agricultura, de insumos industriais, e outros. Cabe lembrar, a respeito, que o Brasil e o México são, no âmbito da ALALC, dos países que mais firmaram acordos de integração industrial. Assim, os vários setores poderão utilizar a oportunidade do encontro para dinamizar esses acordos e abrir novas frentes de cooperação.

declaração conjunta brasil-méxico: incrementar a cooperação económica e financeira

Declaração Conjunta Brasil-México,
assinada na Capital mexicana, em 18 de janeiro de
1978, pelos Presidentes Ernesto Geisel e
José López Portillo

A convite do Senhor Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Doutor José López Portillo, o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, acompanhado de sua esposa, Senhora Lucy Markus Geisel, realizou uma visita de Estado ao México, de 16 a 18 de janeiro de 1978.

O Presidente da República Federativa do Brasil se fez acompanhar pelos Senhores Senador Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal; Deputado Marco Antônio Maciel, Presidente da Câmara dos Deputados; Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores; Doutor Angelo Calmon de Sá, Ministro de Estado da Indústria e do Comércio; Doutor Shigeaki Ueki, Ministro de Estado das Minas e Energia; General-de-Brigada Gustavo Moraes Rego Reis, Ministro de Estado, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, e por outras altas autoridades do Governo brasileiro.

Durante a sua permanência no México, o Presidente da República Federativa do Brasil recebeu as chaves da cidade das mãos do Chefe do Departamento do Distrito Federal, em uma cerimônia que se realizou no "Salão de Cabildos".

O Presidente da República Federativa do Brasil manteve, ainda, contatos com setores empresariais e personalidades representativas de várias associações mexicanas e dos meios de comunicação.

O Presidente do Senado Federal e o Presidente da Câmara dos Deputados, do Brasil, foram recebidos pelo Presidente da Grande Comissão da Câmara de Senadores e pelo

Presidente da Grande Comissão da Câmara de Deputados.

Os dois Chefes de Estado mantiveram amplas e amistosas conversações sobre diversos temas da atualidade internacional e de interesse mútuo. Analisaram, com particular atenção, a situação da América Latina e as relações entre ambos os países. Outrossim, os Ministros de Estado do Brasil, que acompanharam o Presidente Geisel, examinaram aprofundadamente, com os Secretários de Estado mexicanos e outras autoridades mexicanas, os assuntos relativos às suas áreas de competência.

Ambos os Mandatários reafirmaram a sua fé nos princípios da Carta das Nações Unidas e da Carta da Organização dos Estados Americanos. Estiveram de acordo ao considerar que os enunciados compreendidos nesses documentos são os melhores instrumentos para manter a paz e a segurança internacionais sobre bases justas e equitativas. Ao reafirmar a sua convicção a respeito da validade desses princípios, coincidiram na importância da participação no Comité da Carta das Nações Unidas e no fortalecimento da Organização, com o fim de modernizar e agilizar os mecanismos da mesma.

Ratificaram a sua convicção quanto à urgência do desarmamento universal, geral e completo, sob eficaz controle internacional, destacando a importância da Primeira Assembleia Extraordinária sobre Desarmamento, que se realizará este ano.

Ao examinar o estado em que se encontram as relações económicas internacionais,

os dois Presidentes reafirmaram o seu desejo de continuar o processo de instrumentação da nova ordem económica internacional, cujos princípios já foram definidos no âmbito das Nações Unidas, ordem que deve proporcionar condições favoráveis ao exercício efetivo do direito de todos os países ao desenvolvimento económico e social. Manifestaram profunda preocupação com o ressurgimento de medidas protecionistas adotadas pelos países industrializados, as quais afetam as exportações dos países em desenvolvimento.

modificar a estrutura económica internacional

Expressaram o interesse de seus Governos pela modificação da presente estrutura económica e comercial internacional e das normas que a regem, com o objetivo de facilitar o acesso dos produtos de seus países aos mercados dos países industrializados. Concordaram, ademais, quanto à necessidade urgente, para os países em desenvolvimento, de um tratamento especial e mais favorável por parte dos países industrializados.

Ressaltaram a necessidade de fortalecer a cooperação entre os países em desenvolvimento, como um dos elementos fundamentais para a consecução da nova ordem económica internacional.

Ressaltaram a conveniência de que, através de mecanismos internacionais adequados, especialmente estoques de estabilização, de que participem tanto os países produtores quanto os consumidores, sejam assegurados preços justos e estáveis para as exportações de matérias-primas e produtos agrícolas dos países em desenvolvimento, de modo a proporcionar níveis adequados de remuneração aos setores dedicados à sua produção.

Os dois Presidentes ressaltaram que são fundamentais os direitos do indivíduo à alimentação, saúde, moradia, educação e emprego, e que, para assegurar esses níveis mínimos aos povos dos países em desenvolvimento, é necessária uma nova or-

dem económica internacional mais justa e eqüitativa. A esse propósito, reafirmaram a adesão de seus dois países à Declaração Universal sobre os Direitos do Homem.

Manifestaram a sua confiança em que a Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia alcance os seus objetivos e sejam criados mecanismos de cooperação internacional, para fortalecer a capacidade tecnológica dos países em desenvolvimento, para o que é necessário assegurar a esses o acesso, em condições favoráveis, às conquistas da ciência e da tecnologia.

Externaram a esperança de que a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre o Direito do Mar alcance resultados positivos, capazes de contar com a adesão universal. Congratularam-se com que, como resultado dos trabalhos que a Conferência realizou até o presente, haja sido consolidada, como nova instituição do Direito do Mar, a zona de 200 milhas. Ao mesmo tempo, convieram em que os dois Governos continuarão, como até o momento, cooperando estreitamente para conseguir a adoção de instrumentos que, com apoio no fato de que os recursos do fundo dos mares além das zonas de jurisdição nacional são patrimônio comum da humanidade, assegurem a justa e eqüitativa participação dos países em desenvolvimento na exploração de tais recursos.

Reafirmaram a adesão de seus países ao princípio da soberania plena e permanente dos Estados sobre os seus recursos naturais, para promover o desenvolvimento económico e social e o bem-estar dos seus povos.

Os dois Chefes de Estado expressaram a sua decisão de empreender esforços para lograr que, no mais breve prazo possível e conforme o solicitou a última Assembléia-Geral das Nações Unidas, seja obtida a plena vigência dos Protocolos I e II do Tratado para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina (Tratado de Tlatelolco).

O Presidente do México expressou a esperança de que o Brasil considere a conveniência de dispensar os requisitos a que se

refere o Artigo 28 do Tratado de Tlatelolco, a fim de que o citado instrumento entre em vigor para o Brasil.

Por sua vez, o Presidente do Brasil assinou que, havendo o Brasil assinado e ratificado o Tratado de Tlatelolco, já existe para o País, em decorrência das normas do Direito Internacional sobre a vigência de atos internacionais, a obrigação de não realizar ações que frustrem o objetivo e os fins do Tratado.

fins estritamente pacíficos para a energia nuclear

Os dois Presidentes reafirmaram o direito que têm todos os Estados de utilizar, no processo de seu desenvolvimento económico e social, a energia nuclear com fins estritamente pacíficos, sob salvaguardas internacionais adequadas.

No âmbito da cooperação económica regional, reafirmaram a sua fé nos propósitos que inspiraram a Associação Latino-Americana de Livre Comércio e manifestaram o interesse em que os mecanismos de coordenação, cooperação e integração, instituídos sob a égide da ALALC, possam fortalecer-se e dinamizar-se. A esse respeito, assinalaram que a próxima Conferência de Ministros das Relações Exteriores, com preparação adequada, poderá trazer uma contribuição importante para a consecução de tais objetivos.

Assinalaram, ainda, a comprovada utilidade das formas de integração sub-regional e de cooperação, tais como o Acordo de Cartagena, o Tratado da Bacia do Prata, o Mercado Comum Centro-Americano, o Mercado Comum do Caribe e a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), para lograr progressos no processo de integração da América Latina. Nesse mesmo contexto, reafirmaram o seu apoio aos objetivos e disposições do Convénio do Panamá, constitutivo do Sistema Económico Latino-Americano (SELA).

Os dois Chefes de Estado constataram que durante os últimos anos o intercâmbio co-

mercial entre os dois países registrou aumentos muito importantes, porém sensivelmente inferiores aos que implica o potencial económico de ambos os países.

Para lograr maiores níveis de comércio, convieram na necessidade de:

a) abrir novas linhas recíprocas de crédito e mecanismos que permitam o seu máximo e ágil aproveitamento;

b) estabelecer, reciprocamente, agências das instituições financeiras de ambos os países, para apoiar e estimular as correntes de comércio;

c) rever, pelas autoridades competentes de ambos os países a situação atual dos fretes marítimos, com o objetivo de transformá-los em um instrumento de apoio e estímulo ao comércio mútuo.

Concordou-se, também, que proximamente se trocarão listas de produtos a serem promovidos nos dois países. Acordou-se em realizar todos os esforços que estejam ao alcance de ambos os Governos, para remover as restrições administrativas que criem obstáculos ao comércio entre os dois países.

Convieram em dinamizar e incrementar o intercâmbio técnico e científico-tecnológico, com vistas a apoiar os programas industriais que se efetuem entre os dois países.

Convieram, ademais, em acelerar os trabalhos entre o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Brasil (CNPq), e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, do México (CONACYT), com base no convénio existente entre as duas instituições.

utilização plena do potencial económico de ambos os países

Reconhecendo as vantagens mútuas que resultam da plena utilização do potencial económico de ambos os países, convieram em incrementar a cooperação económica e financeira para apoiar os respectivos programas de investimentos, particularmente nos

campos industrial, agrícola e de produção de matérias-primas. Ressaltaram, de modo especial, as possibilidades existentes para a produção de bens de consumo durável, intermediários e de capital. Determinaram recomendar, aos órgãos competentes de seus respectivos Governos, a realização de estudos sobre projetos de colaboração nos setores de mútuo interesse.

Com relação aos produtos energéticos, os dois Presidentes tomaram nota, com satisfação, dos acordos a que chegaram a Petrobrás e Petróleos Mexicanos, para ampliar a sua cooperação e o seu intercâmbio. Ademais, concordaram quanto à conveniência de formular projetos para a realização de investimentos conjuntos no campo da petroquímica.

Os dois Mandatários verificaram, com satisfação, que os contatos mantidos por entidades empresariais e homens de negócio dos dois países foram frutíferos e ressaltaram a sua importância como fator de estímulo ao desenvolvimento do intercâmbio comercial e industrial. Concordaram, nesse sentido, em prestar todo o apoio ao intercâmbio de missões comerciais entre um e outro país e em facilitar a participação em feiras e exposições comerciais e industriais que se realizem no Brasil e no México.

O Presidente do Brasil manifestou que o seu Governo apoiará a iniciativa mexicana no sentido de criar, no âmbito da Organização Internacional do Café, um mecanismo de estoques internacionais de reserva, financiado pelos países importadores e exportadores membros da OIC, que atuem no mercado comprando e vendendo café, com o objetivo de estabilizar os preços do grão dentro dos limites previamente estabelecidos.

Os Mandatários expressaram, também, a sua intenção de contribuir ativamente para o esforço que atualmente se empreende na Junta Executiva da OIC, para atualizar os preços mínimos para a entrada em vigor das

quotas de exportação de café, estabelecidas pelo Convênio Internacional do Café de 1976, a fim de que correspondam melhor à realidade do mercado, aos atuais custos de produção e ao aumento contínuo dos preços dos produtos manufaturados que se importam dos países consumidores de café.

os acordos brasil-méxico

Dentro do espírito de cooperação que presidiu as conversações entre os dois Chefes de Estado foram celebrados: um Acordo Básico de Cooperação Industrial, com vistas a propiciar a constituição de empresas mistas brasileiro-mexicanas; um Convênio entre o Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia (Consider), do Brasil, e a Comissão Coordenadora da Indústria Siderúrgica (CCIS), do México, sobre intercâmbio de informações e de pessoal técnico; e um Acordo sobre Sanidade Animal. No propósito de aperfeiçoar os meios de comunicação entre ambos os países, concordou-se em que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e a Direção Geral dos Correios do México prosseguirão os contatos já iniciados para estabelecer um serviço de transporte de correspondência agrupada.

Considerando a rica e diversificada cultura do Brasil e do México, sublinharam as grandes possibilidades de intercâmbio que existem neste campo e concordaram em ampliá-lo.

Os dois Presidentes manifestaram a sua satisfação pelos Acordos alcançados durante as suas conversações e concordaram na necessidade de estabelecer uma ampla base jurídica para a colaboração entre o Brasil e o México e criar um mecanismo de consulta entre os dois países. Com esse fim, celebrou-se, em sua presença, um Convênio de Amizade e Cooperação, que estabelece os meios necessários para alcançar esses altos objetivos.

Ao finalizar sua visita, o Presidente Ernesto Geisel ressaltou a importância das conversações mantidas com o Presidente José López Portillo e sua satisfação pela atmosfera fraterna em que se desenvolveram. Agra-

deceu ao Chefe de Estado, ao Governo e ao povo mexicanos as gentilezas constantes que lhe dispensaram e que simbolizam a inalterável amizade que une o Brasil e o México.

O Presidente Ernesto Geisel convidou o Presidente José Lopez Portillo a visitar oficialmente o Brasil em data a ser acordada mutuamente. O Presidente José López Portillo aceitou o convite com satisfação.*

* Os Acordos entre o Brasil e o México estão na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 167; na seção **Excertos e Ênfases**, página 187, trechos dos discursos de Ernesto Geisel e José López Portillo na solenidade de entrega do Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul ao Presidente mexicano; e na página 191, seção **Mensagens**, o texto das mensagens escritas pelo Presidente brasileiro no Livro de Visitantes da Zona Arqueológica de Teotihuacán e no Livro de Honra do Monumento à Independência do México.

o presidente do brasil visita o uruguai

Entrevista do Presidente Ernesto Geisei, transmitida por uma rede de emissoras de rádio e televisão do Uruguai, em 24 de janeiro de 1978; e entrevista (tradução não-oficial) do Presidente Aparício Méndez, transmitida, na mesma data, por uma cadeia brasileira de rádio e televisão.

ENTREVISTA DE GEISEL

Pergunta — **Senhor Presidente, que lugar destina o Brasil, no contexto de suas relações internacionais, às relações que mantém com o Uruguai?**

Resposta — O Brasil é um País que tem, no quadro internacional, praticamente com todos os países do mundo, relações amistosas, políticas, económicas, culturais. Quer dizer, um País pacífico, que vive no mundo procurando relacionar-se adequadamente com todos os países. Mas é evidente que, nessa escala de relações internacionais, elas se diferenciam. Há países com que os nossos contatos são bem íntimos, e há outros países com que os contatos são apenas de caráter formal. No caso particular do Uruguai eu acredito que as nossas relações se caracterizem justamente por esse aspecto de maior intimidade. Desde a independência do Uruguai, em 1828, feita sob a égide do Brasil e da Argentina, nós temos procurado conviver e cada vez mais estreitar relações com o Uruguai, vendo no

Uruguai um País cujo povo é nosso irmão. Vivemos intimamente, sobretudo pela contigüidade geográfica. Temos uma fronteira comum da ordem de 1.500 km praticamente permeável, em que existem cidades geminadas. Há pouco falávamos aqui em Quaraí e Artigas, nós temos Rivera e Livramento. "Temos, do outro lado, Jaguarão — Rio Branco e não só nessas cidades mas ao longo de toda a fronteira e mesmo no intercâmbio que se faz entre as populações, sobretudo as populações dos Estados do Sul. Existe um sentimento de verdadeira fraternidade. Nós vemos o Uruguai, no nosso relacionamento internacional, como um País de caráter excepcional. Damos a ele, dentro do nosso quadro político, económico e social, uma posição de destaque. Não nos preocupa, absolutamente, a dimensão geográfica nem o volume da população. O que nos preocupa é a Nação uruguaia como uma Nação vizinha e amiga do Brasil. E sempre temos feito tudo para que os nossos países se tornem cada vez mais amigos e, respeitando a soberania e a independência de cada um, respeitando a vida interna de cada um, as nossas duas Nações, cada vez

se entrelacem mais pelos sentimentos de fraternidade.

Pergunta — Senhor Presidente, como vê o Brasil a integração económica latino-americana?

Resposta — É um trabalho que se vem desenvolvendo já há vários anos e que procura tirar partido das afinidades que existem entre os países latino-americanos. De um lado é a proximidade do continente latino-americano, de outro lado é a afinidade que existe na origem que é a origem comum ibérica: uns vindos da Espanha, outros vindos de Portugal, mas vindos da mesma região que é a região ibérica e que lhes trouxe uma série de afinidades, inclusive o idioma, que é pouco diferenciado. Mas essa integração económica latino-americana não é fácil. Ela é um desejo, um objetivo a atingir. Só se faz progressivamente, porque de um lado ela se defronta com os interesses próprios de cada um dos países. É evidente que cada um dos países procura assegurar uma defesa para sua economia própria. Do outro lado, há problemas que transcendem o âmbito latino-americano e que têm caráter global. Eu cito como exemplo o problema do petróleo. O problema do petróleo não se pode tratar no quadro latino-americano apenas, ele tem um caráter global, e, como o petróleo, é o problema energético, de uma maneira geral. Este problema, hoje em dia, tem características mundiais e não pode ser resolvido no quadro latino-americano. Há outros. Há o próprio problema do minério de ferro, e assim por diante, mas acho que se deve continuar a fazer um esforço cada vez maior para assegurar essa integração, no interesse recíproco do desenvolvimento dos nossos países. A ALALC, por exemplo, está muito longe de ser aquilo que se imaginou. Não atingiu o ponto que se esperava quando ela foi concebida. Produziu, entretanto, um grande resultado, o comércio entre os países da América Latina se desenvolveu bastante. O próprio Brasil que o diga, o nosso comércio hoje com o Uruguai é um comércio já bastante desenvolvido e, nos dois sentidos, está se aproximando dos 200 milhões de dólares. O nosso comércio com a Argentina se desenvolveu muito, da mesma maneira

que com o Chile, com o Paraguai e com esses países todos. E isto é, em grande parte, fruto da ALALC. Mas torno a dizer que esta integração é um objetivo a atingir. Não é fácil, mas acredito que vale a pena perseverarmos nele.

Pergunta — Acredita o Senhor, Presidente, que o fenómeno terrorista se incrementaria no curso do presente ano? Caso afirmativo, quais seriam, a seu critério, as medidas apropriadas que deveriam ser adotadas para combatê-lo?

Resposta — Eu não posso fazer prognósticos sobre o desenvolvimento do terrorismo neste ano de 1978. O terrorismo existe não só nos nossos países como nos países da Europa. Nos países do Oriente Médio, nos demais países da América, nos países da Ásia. O fenómeno, muitas vezes de fundo ideológico — e principalmente de fundo ideológico — existe com fase de maior ou menor recrudescimento. No Brasil, por exemplo, o terrorismo, durante alguns anos, se manifestou de maneira bastante intensa e hoje está praticamente dominado. Mas eu não posso, absolutamente, dar certeza de que amanhã não ressurja, que a pirataria aérea, os seqüestros, os assassinatos e assim por diante, reapareçam no Brasil como existem em outros países. Então o fenómeno é histórico. Não é de hoje. Ele já existiu muitas vezes no passado e tem fases de maior ou menor desenvolvimento exigindo maior ou menor ação repressiva. Eu creio que esse problema poderá ser em grande parte, se não resolvido, pelo menos atenuado nos seus efeitos, se os diferentes países do mundo se entenderem e estabelecerem normas entre eles, normas consentidas, de um combate comum. Acho que o terrorismo em si é extraordinariamente condenável, porque perturba a vida dos países, evita que os países se dediquem ao trabalho pacífico, cria um ambiente de inquietação, afora as barbaridades criminosas que ocorrem em consequência do terrorismo. Mas se os países do mundo se conjugarem no sentido de combaterem o terrorismo, sobretudo de não asilarem os terroristas, eu acredito que esse problema passe a ter uma dimensão menor e possa, inclusive, deixar de recrudescer e mesmo aos poucos se extinguir. Eu, ao ter-

minar esta entrevista, desejo dizer-lhe e pedir-lhe que transmita ao povo uruguaio a grande satisfação com que eu irei rever Montevideu, com minha senhora e minha filha, na próxima visita que, em fins deste mês, farei ao Uruguai. Já disse uma vez e repito, vivi ali momentos felizes de minha vida, tornei-me amigo de muitos uruguaios, aprendi a conhecer o povo uruguaio nos seus elevados sentimentos e será com muito prazer que eu irei fazer essa visita ao seu país. E alimento ao lado desta satisfação, a esperança de que a minha visita possa ser útil no sentido de que através das conversações, das negociações, que o meu Governo venha a fazer com o Governo uruguaio, que as nossas relações se desenvolvam ainda mais em todos os campos e que assim essa minha visita sirva para tornar o Brasil e o Uruguai cada vez mais amigos.

ENTREVISTA DE MÉNDEZ

Pergunta — Senhor Presidente, qual é, a juízo de Vossa Excelência, o sentido da visita do Presidente Geisel ao Uruguai?

Resposta — Encontro na visita desse ilustre e grande amigo três sentidos: um americanista, no sentido exato da palavra, de homem de visão continental, que procura cercar-se de contatos; outro que poderíamos chamar de bilateral, que tem como conteúdo os interesses recíprocos de nossos países; e um terceiro, pessoal, afetivo, que nos toca porque sabemos que Sua Excelência nos honra com particular afeto. Isso ele reiterou em Brasília. Ele esteve agregado à Embaixada do Brasil em Montevideu alguns anos. Aqui criou vínculos, afetos, amigos e creio que agora deseja também voltar a se encontrar com essas pessoas e percorrer lugares conhecidos.

Pergunta — Considera Vossa Excelência que acordos firmados entre Brasil e Uruguai, em Rivera, em 1975, ampliaram e aprofundaram as relações entre os dois países?

Resposta — Sim, até onde é possível, porque se tratam de relações muito amplas e intensas. Esses acordos significaram um passo muito efetivo no plano de nossas tradicionais relações. Houve um contato anterior, no ponto mais meridional do Brasil, no Chuí, um encontro presidencial, mas o outro, em Rivera, foi muito efetivo porque ocorreram reuniões do mais alto nível, acordos, declarações e soluções que já estão em marcha.

Pergunta — Como vê Vossa Excelência o problema da integração latino-americana, em especial a dos países da América do Sul?

Resposta — Eu distinguiria o que existe de desejável, o que parece ideal daquilo que demonstra a prática. No plano puramente especulativo se fala em unidade continental, se fala em identidade racial, se pensa no amanhã da América, mas acho que se realiza pouco. Até agora, os entendimentos são orientados mais para o plano econômico, mas nos aspectos políticos, que são os fundamentais, que são os que determinariam o potencial da América no contexto mundial, creio que não estão dadas as condições para obtê-la. Cada país tem seus problemas internos, problemas internacionais, aos quais parecem muito presos, para entregar-se de braços abertos a um concerto desinteressado do mais alto nível político.

Pergunta — Poderia Vossa Excelência comentar as relações do Uruguai com a Europa Ocidental?

Resposta — Esta pergunta me leva a meditar, porque é muito oportuna e inteligente. Creio que essas relações merecem um comentário. A velha Europa, pelo peso de suas culturas e por influência sanguínea de processos migratórios que formam nossos povos, tem influído muito em nossas vidas e presidiu, durante muito tempo, nossas relações em todos os planos. Mas noto que ultimamente, nos aspectos econômicos e no aspecto político, algo está mudando. No plano econômico, o fechamento do Mercado Comum Europeu, as taxas aduaneiras, o protecionismo até certo ponto intransigente tem impedido o acesso dos pólos americanos que despertam, que criam indústrias e que necessitavam encontrar eco ali para

criar relações com interesses recíprocos. E, como é natural, isto está provocando o deslocamento das correntes comerciais para outros pontos. E, atrás do comércio, já nos ensinavam os fenícios há 2 mil anos, vai a cultura, vão os acertos, vão as vinculações. Eu temo que se não houver uma mudança na política econômica europeia, sua influência em nossa vida cultural e espiritual vai enfraquecer-se. E, do ponto de vista político, observo com pesar e lamento ter que dizê-lo que, apesar da sabedoria de seus dirigentes, a Europa não soube aprender com a experiência dos povos da América com o terrorismo e o comunismo.

E subestimando suas reações, suas forças vivas, está-se deixando minar por eles. E neste momento está vivendo as angústias que nós tivemos de suportar há alguns anos. E, o que é mais lamentável, sem compreender que com isso está minando suas bases, se faz eco da propaganda subversiva, colocando-a a serviço de seus elementos dissolventes. Eu creio que se a Europa não reagir passará por momentos políticos muito difíceis e vai pagar a injustiça que está cometendo com os povos americanos, especialmente conosco.

Pergunta — Quais são os grandes propósitos do Governo de Vossa Excelência?

Resposta — Em termos genéricos a esta altura do processo institucional em que nos encontramos, os propósitos básicos de nos-

so Governo são assegurar condições para que o país possa voltar, sem solução de continuidade, à normalidade institucional. Essas condições são fundamentalmente, uma reconstituição do processo econômico, uma transformação dos aspectos espirituais do país, no plano de ensino da cultura em geral, e uma preocupação em reelevar, porque havia caído, o nível de saúde no Uruguai. Entendemos que, com esses elementos e com a pacificação espiritual do país, estarão dados os pressupostos para que possamos pensar, de acordo com o que em distintas oportunidades disse oficialmente, em que o país possa voltar a tão anunciada normalidade.

Pergunta — Gostaria o Senhor de transmitir alguma mensagem aos brasileiros?

Resposta — Com muito prazer. Eu lhe agradeço por me ter dado esta oportunidade. Ao terminar esta simpática e amável entrevista, gostaria de fazer chegar ao grande povo brasileiro, com todo nosso afeto e admiração, o desejo caloroso do Governo e do povo uruguaio, de que siga com sua pujança em busca do grande destino que a História lhe tem reservado. Quero dizer-lhe que, assim como todo brasileiro é bem recebido no Uruguai, com maior razão o primeiro dos brasileiros, seu grande Presidente Geisel, será recebido pelo Governo e pelo povo uruguaio com os braços abertos. Consideraremos os dias em que ele estiver conosco como dias de festas.

a chegada de geisel a montevidéu

Discursos dos Presidentes uruguaio (tradução não-oficial) e brasileiro, no Aeroporto Internacional de Carrasco, em 25 de janeiro de 1978, logo após a chegada de Geisel a Montevidéu.

APARÍCIO MÉNDEZ

Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel.

Excelentíssimo Senhor:

São dias de júbilo para o povo e o Governo uruguaio os que Vossa Excelência haverá de passar entre nós, com sua ilustre famí-

lia e a comitiva que dignou trazer-nos. Vossa Excelência tem todos os títulos requeridos para proclamar nossa admiração: é cidadão da América, da livre América que luta contra tudo por seu destino, mas é também brasileiro e, por sua dignidade, o primeiro dos brasileiros. Aquilo, repito, impõe nossa admiração; isto, nosso afeto fraterno de sempre. Vossa Excelência afirmou, recentemente, com correto juízo, que nossos povos têm uma profunda afinidade. Se, para dar valor apodítico à sua afirmação, fosse necessário algo, aqui o encontraria, a cada passo e em cada lugar, com o carinho que deixarão transparecer nossos olhares e nossos aplausos.

Sua presença, além do prazer e a honra que comporta, será pródiga em conseqüências para nossos países, já que nos permitirá, seguindo a invariável ação de aproximação de nossos Governos, materializar projetos em estudo, culminar etapas de realizações e deixar encaminhadas ideias para novos empreendimentos em comum.

Em nome do povo e Governo uruguaios, dou-lhe as mais afetuosas boas-vindas, agradeço a honra desta insigne visita e desejo que Vossa Excelência desfrute da mesma ventura que nos embarga.

ERNESTO GEISEL

Senhor Presidente Aparício Méndez,

É com especial satisfação que, atendendo ao convite formulado por Vossa Excelência em julho do ano passado, em Brasília, visito o Uruguai.

Nesta hospitaleira cidade de Montevidéu, teremos oportunidade de passar em revista

as excelentes relações entre nossos dois países. Recordar os passos dados é abrir novas avenidas em nossa convivência.

Examinaremos, igualmente, importantes temas de interesse hemisférico e de ordem mundial, no espírito construtivo e franco que preside a tradicional amizade brasileiro-uruguaia.

Desde que assumi o Governo, em 1974, este é o quarto encontro realizado entre os Chefes de Estado do Brasil e do Uruguai. Por si só, tal fato indica a intensidade a que chegou o entendimento entre nossos dois países.

Interpretando os anseios de uma e de outra nacionalidade, os dois Governos vêm mantendo diálogo ativo e franco no mais alto nível, cujos frutos se fazem notar, inclusive, em relevantes acordos.

Animados por esse espírito, criamos um arcabouço jurídico-político, que ordena, impulsiona e diversifica nosso relacionamento econômico, financeiro, tecnológico e científico. Pusemos, assim, a serviço da colaboração integrada entre o Brasil e o Uruguai, a plenitude de nossos respectivos mecanismos de decisão nacional.

Senhor Presidente,

Incentivado pelo nível de relações alcançado por nossos Governos e cujos resultados já estão espelhados em empreendimentos e iniciativas concretas, venho ao Uruguai confiante em que a amizade e a cooperação brasileiro-uruguaias nos reservem, dia a dia, possibilidades novas.

Ao agradecer as cordiais palavras de Vossa Excelência, saúdo, em nome do Governo e do povo brasileiro, a nobre nação uruguaia com a convicção de que, juntamente com Vossa Excelência, manteremos, cada vez mais viva, a chama de nossa amizade fraterna.

geisel: processo de cooperação brasil-uruguai é inédito na história

Tradução não-oficial do discurso do Presidente do Conselho de Estado do Uruguai, Hamlet Reyes, em Montevidéu, em 25 de janeiro de 1978; e o discurso pronunciado pelo Presidente brasileiro na mesma ocasião.

HAMLET REYES

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil.

Cabe-me a honra de receber Vossa Excelência em nome do Conselho de Estado.

Não é a ocasião de valorizar neste momento tudo aquilo que, historicamente, na paz como na guerra nos identifica no que diz respeito ao profundo sentido americanista.

Assim como um episódio bélico muitas vezes aproxima os povos, a paz, por mais dura-doura que seja, muitas vezes também os separa.

Não é necessário dar exemplos. O exemplo está em nós, vivo durante todo o transcurso de nossa formação institucional.

Tem correspondido e corresponderá sempre aos homens a honra que a História consagra, já que é através de suas ideias e de seus feitos que recebeu o julgamento desse indiscutível tribunal.

"A história dos povos é a história de seus grandes homens", afirmou Carlyle. "Não são nunca as formas exteriores dos Estados que determinam o espírito e a atitude de um povo, senão o caráter inato da nação, que, em última instância, imprime sua marca na História", confirma Sweig.

Assim, é à História que o Brasil deve sua grandeza e é à História que o Uruguai, dentro de sua limitada extensão, deve igualmente sua soberania e independência.

É comum ouvir o axioma de que a realidade supera a imaginação; mas é também muito freqüente constatar que aquilo que no passado acariciou a mente, que pareceu quimérico ou ideal inalcançável, cristaliza-se e permanece pela vontade de uns poucos homens predestinados, cuja estirpe ultrapassa os limites precisos da nacionalidade.

Um renomado autor francês, num ensaio que intitulou "História hipotética", relata as peripécias de um historiador, que vagando depois da morte pelas salas infinitas dos arquivos da eternidade, chega a um pórtico sobre o qual está marcado com sinais de fogo esta inscrição: "Arquivo dos possíveis não realizados".

Aquilo que não existiu, pode deixar rastros? pergunta a seu guia. Ah! presunção humana, foi-lhe respondido. Todo pensamento que atravessa o espírito de Deus participa por isso de certa existência. Não existe um passado privilegiado, existe uma infinidade de passados, todos de igual valor. Em cada momento do tempo, por mais breve que seja, a linha dos acontecimentos divide-se como um tronco do qual saem ramos gêmeas. Uma delas representa a série de acontecimentos tal como os homens os conheceram; a outra, na combinação de espaço-tempo, aquilo que terá sido História se apenas um ato tivesse sido diferente daquilo que foi.

Desculpe-me, Vossa Excelência, por esta digressão. Tento explicar meu objetivo e com ele o que teria sido a glória de um futurologo.

brasil, exemplo de luminoso futuro

Ninguém teria imaginado nesse passado contingencial que o "Direito Missionário" do Padre Vitória, proveniente das bulas pontifícias, bem como o que foi decidido em Torresilhas, permitindo à futura pátria de Camões fixar-se no sul do Continente americano, originaria o Brasil atual, esse imenso cadinho, sem igual no mundo, onde estão amparadas todas as raças e crenças, exemplo de um luminoso futuro de dimensões incalculáveis, nem mesmo na mais febril imaginação. Entretanto, a razão da conquista transformou-se com o tempo, pela razão.

Eis o fruto da imortal realização dos homens, medida em suas dimensões morais e em suas heróicas façanhas.

Alexandre de Gusmão, primeiro empreendedor da grandeza territorial do Brasil, como foi qualificado por seus trabalhos por ocasião do Tratado de Madri, teve, através dos anos, a continuidade de ilustres homens como aqueles que nos começos deste século se personificaram em Rui Barbosa e Da Silva Paranhos, homens de fé inquebrantável nas normas do Direito Internacional.

O Barão do Rio-Branco, tornou seu nome universalmente conhecido e, em especial no Uruguai. Bem o afirmou Rodo por ocasião de sua morte:

"Constitui condição peculiar da morte dos homens ilustres que, na impressão que nos causa, sejam confundidas paradoxalmente a sensação de uma ausência irremediável e uma presença persistente e triunfal que a morte não pode aventar com suas asas de sombra".

E nosso escritor com a frase "Ainda permanece", menciona a continuidade segura de uma política internacional de equidade, de concordância, de solidariedade americana, que Já não vacilará em suas relações com as demais nações do Continente.

barão do rio-branco, exemplo perene de um grande povo

Permita-me Vossa Excelência explicar este pensamento. Sustento, com a maior ênfase,

que o Barão do Rio-Branco hoje está aqui na presença física de Vossa Excelência como exemplo perene do que é um grande povo, ao qual engrandecem as sombras notáveis de seus antecessores. Pontes de Ribeiro e Carlos de Carvalho, e em desigual cronologia as de seus contemporâneos, brasileiros e uruguaios, Nilo Peçanha, Teixeira Mendes, Rivadavia Corrêa, Lauro Müller, Rufino T. Dominguez, Eduardo Acevedo Díaz, Baltasar Brun e tantos outros insignes vigilantes da paz e da civilização americana, que profética e certamente estão esboçando uma paz universal.

O Barão do Rio-Branco, mentor de uma nova política internacional que ainda está vigente, está hoje aqui quando Vossa Excelência faz uma troca dos instrumentos de ratificação que encerram o ciclo por ele inaugurado em 30 de outubro de 1909 no Rio de Janeiro, porque o Tratado da Bacia da Lagoa Mirim e o Protocolo do Rio Jaguarão são apenas restos póstumos de tudo quanto se configurou nesse momento na solidariedade americana, num autêntico ibero-americanismo de nossos povos, passado, atual, futuro e sempre triunfal.

Tanto o Uruguai como o Brasil sofreram os ataques das obscuras forças da subversão, aos quais se somou uma permanente propaganda difamatória concertada em alto nível.

Mas já disse o Eclesiástico: "Corre o vento soprando sobre toda a redondeza da Terra e depois volta a iniciar seus giros".

Aqueles que nos criticam injustamente quando defendemos nossos direitos dentro do sistema ocidental de democracia republicana sofrem atualmente as mesmas contingências da violência que suportamos outrora. Portanto, se merecemos viver, é a nós mesmos que corresponde, com os maiores sofrimentos e sacrifícios, defender as liberdades conquistadas por nossos antecessores nas lutas emancipadoras, tanto na guerra como na paz.

Senhor Presidente: desejo que Vossa Excelência guarde uma muito grata lembrança desta visita ao Uruguai e que ela, no seu final, possa estar de acordo com o expres-

sado no provérbio latino **Horas non numero misi serena**. Somente conto as horas felizes, e entre elas as passadas neste solo oriental.

A vida, afirmou o sábio, não é a vida que vivemos; a vida é a honra, é a lembrança. Por isso existem mortos que no mundo vivem, e homens que vivem no mundo, mortos.

Muito obrigado.

ERNESTO GEISEL

Senhor Presidente do Conselho de Estado,
Doutor Hamlet Reyes,

Sinto-me particularmente honrado por esta visita ao Conselho de Estado, num momento em que nossas Nações se empenham, com tanto êxito, num processo singular de cooperação internacional, baseado no respeito mútuo e na amizade tradicional que as une. A coordenação de esforços, que assim realizamos, como já disse em outras oportunidades, não tem **paralelo**¹ na história de nosso relacionamento. Acionamos, para isso, as forças e os mecanismos nacionais de cada um dos países, conjugando-os harmonicamente num contexto feliz, cimentado através da celebração, em junho de 1975, dos Acordos de Rivera.

O Conselho de Estado, ao aprovar e incentivar esse processo de colaboração, convalidou, juntamente com o Congresso brasileiro, os anseios comuns de sadia integração horizontal para benefício de ambos os povos. Nos trabalhos deste órgão, cidadãos uruguaios, notáveis por seu patriotismo e pela devoção aos princípios da fraternidade americana, incentivam-nos a cada vez mais nos empenharmos no fortalecimento da amizade brasileiro-uruguaia. Os governantes do Brasil e do Uruguai devem sentir-se felizes em receber, assim, pleno apoio dos setores oficiais responsáveis, nessa tarefa, por todos desejada, de consolidar e diversificar a ampla gama das convergências que tanto nos aproximam.

cooperação brasil-uruguai apresenta resultados positivos

Apesar de resultados notoriamente positivos já se fazem sentir nessa cooperação, muito há ainda a realizar. As relações entre Estados são dinâmicas, surgindo, a cada dia, novas oportunidades que cabe aos Governos identificar e explorar, particularmente quando a vizinhança geográfica e as positivas tradições históricas, como ocorre entre nossos países, facilitam a inter-relação harmônica.

Senhores Membros do Conselho de Estado,

O Brasil e o Uruguai acham-se empenhados em levar a cabo um processo de cooperação inédito na história sul-americana. Os desafios que se nos deparam, longe de desestimularem, incentivam-nos a aprofundar esse processo. As realizações a que chegamos, constituem clara prova do muito que poderemos concretizar, confiantes em nossa capacidade criadora. Nos setores de infraestrutura, do comércio, tecnologia, ciência e finanças, para exemplificar, logramos fórmulas novas e imaginativas de cooperação que abrem, por sua vez, campos férteis para outras iniciativas.

Senhor Presidente do Conselho de Estado,

As referências feitas por Vossa Excelência à pessoa e à obra do Barão do Rio-Branco, e a outros ilustres brasileiros muito me sensibilizaram. Ao agradecer a evocação, desejo assegurar-lhe que continuam vivas no Brasil as melhores tradições do patrono da Diplomacia brasileira, mantendo-se em plena vigência seus ideais americanistas de integração e harmonia, que hoje, como ontem, inspiram a política externa do meu País.

As espontâneas demonstrações de afeto com que me distinguem o Governo e o povo uruguaios, entre as quais particularmente me sensibiliza esta, no Conselho de Estado, são estímulo a que mais busquemos fazer ainda em prol de nossos dois países e em benefício de todo o hemisfério.

Voltado para essa realidade, desejo a Vossa Excelência e aos ilustres membros do Conselho de Estado todo êxito no trabalho profícuo a que se entregam, pela grandeza da Nação uruguaia.

ao receber as chaves de montevidéu, geisel destaca o entendimento brasileiro-uruguaio

Discursos do Intendente Municipal de Montevidéu, Oscar Victor Rachetti (tradução não-oficial), e do Presidente Ernesto Geisel, em 25 de janeiro de 1977, no Palácio Municipal, durante a solenidade de entrega das Chaves simbólicas da Capital uruguaia ao Primeiro-Mandatário brasileiro.

DISCURSO DO INTENDENTE

Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, General Ernesto Geisel:

A América renasce, Senhor Presidente, com a força ímpar de sua gloriosa história. Caminha para a luz, insinua-se em novas formas, palpita em preocupações, e torna realidade impulsos generosos, que se adaptam progressivamente às novas necessidades.

A esperança de um futuro pleno de ventura surge com a força do passado, encarnada no espírito do presente, com otimismo realista e com fé indiscutível.

No passado nos visitaram os Excelentíssimos Senhores Presidentes das Repúblicas irmãs da Bolívia, Paraguai, Chile e Argentina, a quem recebemos nesta mesma Casa, coração de nossa cidade; ainda vibramos com as reminiscências comuns e ainda sentimos as ressonâncias desses encontros.

Faltava, porém, Vossa Excelência, que hoje nos visita. E com Vossa presença sentimos o nobre influxo da cálida proximidade do Brasil e a afetuosa simpatia de Vosso povo, portanto, aquilo que constitui ato formal de recebimento e exaltação ocasional, transforma-se numa festa do sentimento, por tudo o que simboliza esta visita.

Pois o seu País — esse sublime e magnífico país — tão rico e tão cabalmente humano, caminha compassada porém aceleradamente para a frente. Imagina o futuro com intrepidez, aprofunda suas raízes com fir-

meza na selva agreste, conquista com sacrifício sua própria terra.

Sua beleza é luz e vida em sua vegetação exuberante. Desliza-se suavemente nas águas do oceano, e sua gente vibra cheia de alegria de viver, e explode autenticamente em seus cantos rítmicos e se exalta de sincero e abnegado patriotismo.

Por isso constitui honra peculiar para nós, em demonstração de tudo o que encerra sua visita, o fato de declará-lo ilustre hóspede desta cidade de Montevidéu — Senhor Presidente — e ao fazer entrega desta chave, estamos certos de abrir com ela, para Vossa Excelência, o coração de todos os orientais.

Ao fazê-lo, renovamos nossa confiança no ressurgimento da América, porque a ideia é ação positiva, o cadinho converteu-se em forja, o entusiasmo em convicção, o propósito é realidade. E renovamos nossa confiança — muito particularmente — no afiançamento dos laços que unem nossas pátrias. Damos a Vossa Excelência, nessa certeza, nossa mão fraterna e auguramos sinceros votos de ventura pessoal.

DISCURSO DO PRESIDENTE

Senhor Intendente Municipal de Montevidéu, Doutor Oscar Victor Rachetti,

É com reconhecimento que recebo, das mãos de Vossa Excelência, as Chaves sim-

bólicas da cidade de Montevidéu. Este gesto de hospitalidade é também um testemunho da amizade que une Brasil e Uruguai. Pessoalmente, a cerimónia muito me toca, pois tive a grata oportunidade de aqui viver dois anos, cercado pela fidalguia deste povo. Minha mulher e eu guardamos desse período, sensível e feliz recordação.

A cidade de Montevidéu tem uma tradição de feitos patrióticos que enobrece a História da República Oriental. Por sua privilegiada situação geográfica e por sua vocação política e seu progresso material, constituiu-se na primeira força autónoma da alma do país. Berço do sentimento nativista, o Cabildo de Montevidéu propiciou, igualmente, as primeiras experiências de autogoverno do Uruguai, lançando, dada sua natural gravitação política, as bases do sistema administrativo do país.

Hoje, como outrora, a influência desta cidade se faz sentir em todos os campos de atividade e alcança os mais distantes rincões do país, beneficiando a cada um de seus habitantes.

Na verdade, os reflexos positivos da vitalidade de Montevidéu estendem-se além das fronteiras nacionais do Uruguai, em benefício dos países do continente. No processo de integração, o papel de Montevidéu tem si-

do dos mais importantes. Sede tradicional de reuniões internacionais, de nível hemisférico e mundial, abriga hoje a Associação Latino-Americana de Livre Comércio e outras entidades de caráter multilateral. O espírito acolhedor de seu povo espelha, por sua vez, os sadios princípios de convivência fraternal e estimula a unidade entre os povos do continente americano.

No quadro das relações entre o Brasil e o Uruguai, Montevidéu, por sua condição de metrópole, tem dado contribuição especialmente valiosa para dinamizar a cooperação que, felizmente, existe. E, por suas tradições de hospitalidade, vem propiciando o entendimento e o respeito mútuo entre nossos dois povos.

Senhor Intendente,

Com o pensamento centrado no relevante papel exercido por Montevidéu para a amizade entre nossas duas Nações e para a convivência entre os países americanos, agradeço sensibilizado a distinção com que me honra a Junta de Vecinos de Montevidéu.

E a Vossa Excelência desejo todas as venturas em seu trabalho patriótico de administrar uma cidade cada vez mais próspera, em que as realizações humanas continuem a somar-se, num equilíbrio feliz, à preservação de suas belezas naturais.

presidente brasileiro visita sede da alalc em montevidéu

Tradução não-oficial do discurso do representante da Bolívia e Presidente do Comité Executivo Permanente da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), Embaixador Raul Lema Pelaez, em 26 de janeiro de 1978, durante a visita do Presidente Ernesto Geisel à sede da ALAC; e o discurso do Presidente brasileiro na mesma ocasião.

RAUL LEMA PELAEZ

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado, Embaixadores e membros da comitiva que acompanha Sua Excelência,

Senhores Representantes,
Senhoras e Senhores:

O Comité Executivo Permanente da Associação Latino-Americana de Livre Comércio conferiu-me a grande honra de dar as boas-vindas a Vossa Excelência, por ocasião de sua visita à nossa Instituição.

A presença do ilustre Chefe de Estado de uma das Partes Contratantes, na sede da Associação Latino-Americana de Livre Comércio e neste Órgão Permanente, não é nem deve ser interpretada como um simples ato protocolar ou de cortesia. Constitui, fundamentalmente, um gesto de afirmação política da vigência da Associação e da importância que todos os nossos países continuam atribuindo-lhe como instrumento de seu desenvolvimento econômico, acima dos problemas eventualmente surgidos nos últimos anos, na busca de um quadro mais operacional para que a ALALC sirva efetiva, eficiente e equitativamente a seus países-membros.

O Senhor Presidente vem afirmando, em múltiplas ocasiões, a importância fundamental do processo de integração da América Latina no fortalecimento da solidariedade e cooperação entre todos os Estados da região, e reiterando a decisão de seu Governo de prestar o máximo apoio para que a Associação Latino-Americana de Livre Comércio seja revitalizada.

Estas afirmações traduzem uma linha de conduta permanente de apoio ao processo de integração econômica latino-americana, adotada em todas as manifestações do país cujos destinos Vossa Excelência tem conduzido tão responsável e brilhantemente.

O Brasil figura, com efeito, entre os primeiros propulsores e signatários do Tratado de Montevideu e tem participado, também, em outros movimentos de integração e cooperação econômica regional surgidos na América Latina, como o Tratado da Bacia do Prata e o Sistema Econômico Latino-Americano, colocando em prática, igualmente — como forma de concretização realista e pragmática da solidariedade latino-americana — uma intensa atividade de cooperação econômica, em suas mais diversas modalidades, com todos os países da ALALC.

objetivo da alaic é perseverar no processo de integração regional

As demais Partes Contratantes da ALALC, através de suas autoridades máximas ou de fiéis porta-vozes de seus Governos, tam-

bém têm expressado, categoricamente, seu propósito e sua decisão de perseverar no processo de integração regional e de revitalizar esta Associação.

Não é o momento nem a ocasião de historiar a atividade da ALALC e o papel que tem desempenhado e pode desempenhar no âmbito regional, tópicos que são bem conhecidos pelo Senhor Presidente. Permita-me simplesmente afirmar que se os Governos de todas as Partes Contratantes assim se têm manifestado, é apenas uma questão de tempo para que as diferenças de enfoque, de conteúdo e de matizes técnicos, que cada um atribui a alguns aspectos ou mecanismos específicos ou concretos que fazem parte da tão desejada revitalização da Associação, desapareçam frente à decisão política e à notória vocação de unidade latino-americana, tão cara a todos os nossos países e da qual o Senhor Presidente é uma alta expressão.

Neste processo, o Brasil não somente nos fornece brilhantes diplomatas, distintos técnicos e hábeis negociadores, que deixaram e estão deixando uma marca indelével na Associação, como nos traz hoje, com sua presença nesta sala — que se honra com ela — uma cálida demonstração de apreço e apoio a todos aqueles que, em maior ou menor medida, consagramos nossos melhores esforços à causa da integração. O Brasil, outrossim, tem contribuído, contribui e certamente contribuirá ao esforço comum através do imenso potencial de seus recursos materiais e humanos, seu amadurecimento político, seu progresso tecnológico, sua experiência e exemplo de desenvolvimento econômico e de condução responsável de sua política exterior — mistura de idealismo e de pragmatismo, que constitui uma constante de sua atuação e é tão necessária em nossos dias — e, principalmente, através de sua profunda consciência ibero-americana.

Sem dúvida alguma o país cujos destinos Vossa Excelência dirige desempenhou e deverá desempenhar futuramente um papel de singular importância na integração e no desenvolvimento econômico da região.

Excelentíssimo Senhor Presidente: desejo que estas modestas palavras traduzam as

manifestações de boas-vindas e a homenagem do Comité Executivo Permanente a seu país e a Vossa Excelência, bem como demonstrem o júbilo e o estímulo que significa para nós sua presença nesta sessão do Comité Executivo Permanente.

ERNESTO GEISEL

Ao visitar a sede da Associação Latino-Americana de Livre Comércio quero deixar consignados um testemunho e um propósito.

O testemunho é o da justa apreciação do Governo brasileiro sobre a obra já realizada pela ALALC, para corrigir a atitude pessimista em que freqüentemente incorremos quando confrontados com a magnitude da tarefa por executar, com a multiplicidade dos percalços que a ela se antepõem e com a frustração de esperanças não efetivadas.

Embora moderados em seus desígnios e prudentes quanto à maneira de persegui-los, nossos países, ao optarem, no início dos anos sessenta, pelo paulatino estabelecimento de uma zona de livre comércio na América Latina, não fugiram à natural expectativa de que a integração pudesse ser assimilada sem traumas e viesse solucionar a maioria dos problemas económicos partilhados em comum. Cedo se constatou que o rebaixamento das barreiras tarifárias não constituía, porém, senão a remoção de apenas um dos muitos fatores limitativos do desenvolvimento regional. Mesmo o processo de desgravação, porém, encontrava os sérios óbices da tradição de proteccionismo, a que já se haviam habituado empresários e planejadores do setor público. Passamos a atribuir as dificuldades desde então encontradas, resultado das próprias diferenças de desenvolvimento das Partes Contratantes, à inadequação dos mecanismos escolhidos para a implantação da zona de livre comércio. Muitas vezes não se soube reconhecer na ALALC nem mesmo as virtudes de flexibilidade, de transigência e de adaptação, que lhe permitiram preservar o

património de conquistas, ameaçado pelo estancamento do programa de liberação, quando a natureza mesma dos novos produtos a contemplar com benefícios tarifários e as prioridades nacionais reexaminadas arrefeceram o ânimo negociador de concessões.

Felizmente, parece prevalecer hoje, em relação à ALALC, um enfoque mais realista que, para melhor interpretar o papel atual da instituição, procura entendê-la no contexto das circunstâncias prevaletentes nos onze países membros. Esse novo enfoque não negligencia nem subestima o acervo de realizações no âmbito e sob a égide da ALALC.

governo brasileiro compartilha visão construtiva da alalc

Quero afirmar que o Governo brasileiro compartilha dessa visão construtiva. Preliminarmente, pelo muito que tem significado a ALALC no sentido de favorecer a diversificação e a ampliação do intercâmbio. Mas a ALALC não é, apenas, uma rede de concessões tarifárias. É o melhor conhecimento das realidades económicas do continente; é a modernização e a harmonização de instrumentos e técnicas do comércio exterior; é um sistema de pagamentos eficaz, um conjunto de acordos de créditos recíprocos, um dispositivo para atenuar deficiências de liquidez e um mecanismo para financiamento das exportações; é a colaboração entre nossos países nos setores tributário e aduaneiro, de comercialização e abastecimento de produtos agropecuários, de transporte, seguros e bancos, bem como na formação de pessoal capacitado para o bom desempenho dessas atividades; é a presença do empresariado na formulação e na prática da integração; é o crisol de uma consciência zonal, de uma comunhão de interesses, em que a solidariedade histórica e política adquire substrato económico; é um foro de decisões multilaterais obrigatórias, que consagram a necessidade de vantagens compartilhadas e sancionam a prevalência de critérios discriminatórios em benefício dos países de menor desenvolvimento económico relativo.

Meu Governo está persuadido do imperativo de preservarmos essa obra multiforme de cooperação a que as concessões tarifárias recíprocas deram início e que, algum dia, encontrará seu coroamento, quando alcançarmos a meta de um modelo de integração plenamente satisfatório para as nações do continente.

O Brasil tem contribuído para resguardar essa empreitada comum e acrescentar-lhe novas dimensões, seja através do trabalho de nossos especialistas, seja pelo fiel cumprimento dos compromissos pactuados. Nesse particular, posso afirmar-lhes que nosso escrupuloso respeito às concessões negociadas na ALALC tem resistido ao assédio de problemas do balanço de pagamentos, responsáveis por medidas restritivas às importações de outras procedências, reorientando-as, muitas vezes, em benefício da zona, a ponto de anular o saldo significativo que ainda há dois anos o Brasil registrava com o conjunto de seus parceiros regionais. É natural que esperemos reciprocidade na rigorosa observância das obrigações assumidas na Associação, pois os descumprimentos por parte de uns podem gerar irresistíveis pressões para o descumprimento por parte de todos.

Se, por um lado, a preocupação de conservar a operacionalidade dos instrumentos da ALALC diz respeito à própria sobrevivência desta organização regional, seu futuro formato e o grau de utilidade de sua atuação vão depender do empenho que colocarmos no estudo, a curto prazo, de soluções alternativas para as dificuldades atuais, e, uma vez escolhidos novos caminhos, da determinação política de percorrê-los ombro a ombro.

Ao finalizar, desejo manifestar aos Senhores o propósito do Governo brasileiro de, sem posições apriorísticas, estudar o elenco de ideias suscetíveis de se transformarem em prescrições para a ALALC, na ocasião e no foro que vierem a ser aprovados pelo consenso dos países membros com vistas à sanção definitiva pelo Conselho de Ministros.

Acreditando, embora, que deva ser prorrogado o período de transição estabelecido pelo Protocolo de Caracas, para liberar essas tarefas da pressão de um prazo já exíguo, não julgo demasiado otimismo formular votos de que o ano de 1978 assinale uma nítida e decisiva inflexão na trajetória da ALALC.

Meu Governo não poupará esforços para tal fim.

a assinatura de atos entre o brasil e o uruguai

Discursos dos Presidentes Aparício Méndez (tradução não-oficial) e Ernesto Geisel, em Montevideu, em 27 de janeiro de 1978, durante a solenidade de assinatura de atos entre o Brasil e o Uruguai.

DISCURSO DE MÉNDEZ

Senhor Presidente Ernesto Geisel,

Disse-lhe, quando tive a honra de recebê-lo em terra uruguaia, atendendo ao convite que lhe formulei em Brasília, que sua visita a

nosso país, independentemente do significado protocolar e político, seria pródiga em benefícios para a crescente ordem de relações entre nossos povos.

Tudo parece nos impor uma firme conduta nesse sentido: a história, a geografia, a economia, tudo dominado pela amizade tra-

dicional que nos impulsiona a compartilhar de um destino. Felizmente, para nossos povos, ambos nossos governos têm-se mantido, invariavelmente, firmes nessas correntes, avançando, com ritmo, apoiados numa exemplar irmandade internacional.

Uma longa e acessível fronteira, definida pelo território mais meridional do Brasil, do rio Uruguai até o Oceano Atlântico, gerou uma convivência única, na qual os marcos delimitadores somente indicam a materialidade de um limite atenuado pela união dos povos. No rio Quaraí, duas grandes pontes internacionais, símbolos de irmandade, são outras tantas fontes para nosso comércio e vias de aproximação permanente; em Rivera e Livramento, onde a criação de adequados parâmetros fiscais cumprirá nossos desejos, continuamos nos preocupando com os problemas imediatos. O Convênio de Previdência Social que agora se realiza responde, sem dúvida, ao desejo e interesse de nossos povos, cujos homens se espalham através da fronteira, levando energias, iniciativas e técnicas, integrando-se aos respectivos ambientes. Posteriormente, esse fluxo e refluxo humanos que têm unido famílias, criado interesses e irmanado nossos países, terão a tutela da previdência social, livre das preocupações que encerram esses serviços. Do ponto de vista cultural, igual importância tem o acordo sobre radioamadores, através do qual dá-se **status** ao intercâmbio permanente de comunicação num novo veículo de progresso que tem demonstrado, ao mesmo tempo, capacidade de desempenhar um papel decisivo, em determinados momentos e circunstâncias. Se a isso se acrescentam os ajustamentos do convênio de sanidade animal e do regime comercial e industrial que nos vincula permanentemente, as iniciativas tendentes a intensificar a cooperação em todos os propósitos revelados nas conversações presidenciais, para vencer dificuldades circunstanciais criadas pela complexidade dos problemas internos de cada país, podemos afirmar, como já afirmamos, que sua visita Excelentíssimo Senhor Presidente, ficará marcada com a obtenção de re-

sultados positivos. Estão encaminhadas as obras do Palmar, com a colaboração da técnica e apoio financeiro de seu País, e estamos certos de que, num futuro próximo, essa colaboração será mais efetiva, deixando transparecer, nos feitos, esta amizade que é condição de nossas relações internacionais.

Ao finalizar esta jornada de trabalho, desejo dizer-lhe que, como se esperava, passamos momentos muito gratos em companhia de Vossa Excelência e de sua ilustre família, bem como da distinta comitiva que aqui compareceu. Ao agradecer-lhe, novamente, a visita e lhes desejar feliz regresso a seus lares, enviamos ao Brasil a mensagem de sempre, do povo e governo uruguaios, com o voto permanente pelo engrandecimento e felicidade de sua digna Pátria.

DISCURSO DE GEISEL

Senhor Presidente Aparício Méndez,

Atendendo à letra e ao espírito do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, de 12 de junho de 1975, nossos Governos encetaram negociações, que vieram a culminar, em julho do ano passado, com a celebração, em Brasília, do Tratado da Bacia da Lagoa Mirim e do Protocolo do Rio Jaguarão. Presidimos, ambos, na oportunidade, a cerimônia pertinente, em que também se rubricou o Estatuto da Comissão Mista da Bacia da Lagoa Mirim.

Aprovados os atos em apreço pelo Congresso brasileiro e pelo Conselho de Estado do Uruguai, tenho agora a honra de, juntamente com Vossa Excelência, presidir a cerimônia de troca dos instrumentos que os ratificam, bem como de assinatura de outros atos de cooperação bilateral.

Nesta oportunidade, decorridos pouco mais de seis meses desde que Vossa Excelência visitou o Brasil no ano passado, serão assinados um Acordo de Previdência Social, um Ajuste Relativo à Sanidade Animal (complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica de 1975), um Acordo sobre Radioamadorismo e um Convênio de Participação Recíproca nos Contratos de Resseguro Internacional. A formalização desses atos demonstra o rico desdobramento da cooperação ora levada a cabo por nossos Governos, em variados setores.

A cooperação brasileiro-uruguaia tem-se desenvolvido, nestes últimos anos, com invulgar dinamismo. A respeito, assinalo — e faço-o com especial satisfação — o bom andamento da nossa cooperação na construção da central hidrelétrica de Palmar, bem como a plena execução do Protocolo de Expansão Comercial, iniciativas constantes do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio firmado em Rivera, em 1975. A usina de Palmar, segundo o cronograma de obras, estará abastecendo de energia elétrica, em inícios da próxima década, grande região do Oeste uruguaio, utilizando o potencial ainda não plenamente aproveitado do Rio Negro. Seu funcionamento, atenderá aos reclamos imperiosos do Plano Nacional de Desenvolvimento da República Oriental nos setores energéticos, agrário e industrial. O Protocolo de Expansão Comercial, por sua vez, já está ampliando e diversificando nosso intercâmbio comercial, com benefícios mútuos, apresentando as vendas uruguaias, realizadas ao amparo daquele instrumento, saldos positivos. É-me também grato referir, nesta oportunidade, a contribuição do Convênio de crédito de bens de capital, concluído em Rivera, em 1975, pelo Banco do Brasil e o Banco Central do Uruguai para a atual política de reequipamento e modernização do parque fabril uruguaio, razão pela qual ambos os Governos convieram em prorrogar seu prazo de utilização até 12 de junho do corrente ano. Em vista desse quadro promissor, podemos afirmar que tendem, pois, a um melhor equilíbrio as trocas comerciais entre o Brasil e o Uruguai, o que antes tanto preocupava os dois Governos.

Senhor Presidente,

Em diversas oportunidades tenho salientado a especial transcendência que o Governo brasileiro atribui a seu relacionamento com os países vizinhos. O Brasil, nessa linha de pensamento, não poupa esforços para manter diálogo franco e mutuamente profícuo com as nações limítrofes, através de ações nacionais, binacionais e multilaterais. Por meio de entendimentos amplos, em todos os níveis, estamos contribuindo efetivamente para acelerar a unidade continental, reforçando, num plano maior, o entrosamento da nossa região com a comunidade internacional.

descobrir oportunidades económicas

A interdependência representa hoje um dos vetores mais importantes nas relações internacionais, que orienta o comportamento dos Estados e lhes dá, ao mesmo tempo, condições de dinâmica atuação externa e interna reforçando sua independência e soberania. Para que o processo seja equitativo, impõe-se, porém, que países de diferentes portes venham a ajustar sua colaboração, tendo presentes as dimensões desiguais de seus respectivos sistemas produtivos. Por outro lado, devem procurar aproveitar ao máximo a complementaridade existente entre os mercados de produção e de consumo de cada um, de modo a que tal política seja auto-sustentada. Aos Governos, nesse contexto, cabe descobrir as oportunidades económicas e comerciais, bem como criar e desenvolver mecanismos de apoio e incentivo às forças vivas da Nação, para orientá-las às áreas de convergência mútua.

À luz dessas premissas, o Brasil e o Uruguai perseguem, com realismo, o objetivo comum de uma cooperação crescente, em todos os setores, entre suas forças nacionais, numa política sadia de integração horizontal, baseada no respeito mútuo e que considera as peculiaridades de um e de outro país. Os resultados dessa linha de ação, Senhor Presidente, como disse há pouco, aí estão em empreendimentos e iniciativas diversas, a nível nacional e regional, demonstrando o acerto das decisões tomadas por nossos Governos.

comunicado conjunto destaca os entendimentos do presidente geisel em montevidéu

Comunicado Conjunto Brasil-Uruguai, assinado em Montevidéu, em 27 de janeiro de 1978, pelos Presidentes Aparício Méndez e Ernesto Geisel.

1. Atendendo ao convite de Sua Excelência o Senhor Doutor Aparicio Méndez, Presidente da República Oriental do Uruguai, Sua Excelência o Senhor Ernesto Geisel, Presidente da República Federativa do Brasil, realizou uma visita oficial ao Uruguai, entre 25 e 27 de janeiro de 1978, acompanhado dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, do Exército, da Fazenda, da Agricultura, da Saúde, do Interior e Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

2. O Presidente Ernesto Geisel avistou-se com o Presidente Aparicio Méndez e com os Comandantes-em-Chefe das Forças Armadas do Uruguai, Tenente-General Júlio César Vadora, Vice-Almirante Hugo Márquez e Tenente-General Raul Bendahan. Os dois Chefes de Estado passaram em revista as conjunturas mundial e continental, e se deram no exame pormenorizado das relações brasileiro-uruguaias, notavelmente reforçadas pela assinatura, por parte dos dois Governos, dos atos de cooperação bilateral, em Rivera, aos 12 de junho de 1975, e pelo encontro que mantiveram em Brasília, em 6 e 7 de julho de 1977.

3. O Presidente Geisel visitou o Conselho de Estado, sendo recebido pelo seu Presidente, Dr. Hamlet Reyes. No Palácio Municipal, o Intendente Municipal de Montevidéu, Dr. Oscar Víctor Rachetti, lhe fez entrega das chaves simbólicas da cidade.

4. Ao ensejo da visita do Presidente Geisel, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira, e o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Senhor Alejandro Rovira, mantiveram úteis conversações sobre temas

de relevante interesse para os dois países. Os Ministros de Estado do Brasil, que acompanharam o Presidente Geisel em sua visita ao Uruguai, examinaram extensamente com seus colegas uruguaios temas das respectivas pastas. Das conversações, participaram também outros altos funcionários de um e de outro Governo.

5. Os Presidentes Geisel e Méndez presideram a cerimônia de troca dos Instrumentos de Ratificação dos Atos de colaboração regional na área da Bacia da Lagoa Mirim, a saber: o Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim) e o Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Trecho Limítrofe do Rio Jaguarão (Protocolo do Rio Jaguarão), afixo ao referido Tratado, ambos os instrumentos concluídos em Brasília, a 7 de julho de 1977, na presença dos Chefes de Estado dos dois países.

fraterna cooperação entre brasil e uruguai

6. Os Presidentes congratularam-se pelo excelente estado das relações de amizade e fraterna cooperação entre os dois países. Nesse contexto, os Chanceleres do Brasil e do Uruguai, na presença dos dois Chefes de Estado, subscreveram um Acordo de Previdência Social; um Ajuste, Relativo à Sanidade Animal, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica de 12 de junho de 1975; e um Acordo sobre Radioamadorismo. Foi igualmente firmado entre o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)

e o "Banco de Seguros del Estado", do Uruguai, um Convênio de Participação Recíproca nos Contratos de Resseguro Internacional.

7. Na mesma cerimônia, os Presidentes receberam da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM) o projeto básico de aproveitamento hidrelétrico do Passo do Centurião (Rio Jaguarão), que foi elaborado sob coordenação da Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), órgão do Ministério do Interior do Brasil, e de técnicos uruguaios, assim como documentação referente ao projeto final da Barragem de Talavera e sistema de irrigação, preparado em decorrência de convênios celebrados pelo Brasil e o Uruguai com o PNUD. Os Presidentes manifestaram sua especial satisfação pela conclusão dos mencionados estudos, que marca o término de importante etapa no âmbito da cooperação bilateral na região da Lagoa Mirim e expressaram o propósito de dar início efetivo, com a brevidade possível, às obras que integram o Projeto Jaguarão. Com igual ânimo, acolheram a comunicação da CLM sobre a instituição da Subcomissão Coordenadora para o Rio Jaguarão, que terá a seu cargo a responsabilidade da execução do Projeto Jaguarão.

8. Os Presidentes comunicaram igualmente que autorizaram a Comissão da Lagoa Mirim a manter, junto aos órgãos de planejamento e finanças dos respectivos países, gestões para a obtenção dos recursos necessários para cobrir as despesas com as obras do Projeto Jaguarão.

9. O Presidente Geisel, atendendo a solicitação do Presidente Méndez, prontificou-se a conceder financiamento para equipamentos e serviços brasileiros referentes à parte que corresponde ao Uruguai no Projeto Jaguarão.

10. Ainda com relação ao empreendimento binacional de desenvolvimento da região da Lagoa Mirim, o Presidente Geisel anunciou que o Governo brasileiro está tomando providências para construir a estrada de acesso de Herval, no Rio Grande do Sul, às obras de Passo do Centurião. Por seu lado, o Pre-

sidente Méndez expressou que o Uruguai tem os mesmos propósitos com respeito às vias de acesso da cidade de Melo a Passo do Centurião, ambas as obras consideradas indispensáveis para o início da construção daquela barragem.

11. Ambos os Presidentes destacaram que a construção de uma fábrica de cimento no Departamento de Treinta y Três, na República Oriental do Uruguai, destinada a contribuir para o abastecimento da região da Bacia da Lagoa Mirim, é de interesse para o desenvolvimento da zona. Nesse contexto, examinou-se a possibilidade de que o Brasil financie a aquisição de equipamentos e serviços brasileiros destinados a tal obra.

12. Ante o propósito do Governo da República Oriental do Uruguai de estudar a possibilidade de aderir ao Tratado da Antártida, o Governo brasileiro manifestou sua simpatia e aceitou trocar informações sobre a matéria.

incrementar e diversificar o fluxo de comércio

13. Os dois Presidentes externaram sua satisfação pela implementação do Protocolo de Expansão Comercial, firmado em Rivera a 12 de junho de 1975. Animados do desejo de incrementar e diversificar ainda mais os fluxos de comércio entre ambos os países, de modo a utilizar todas as possibilidades derivadas da complementaridade entre as economias brasileira e uruguiaia, assim como de aproveitar a experiência adquirida na execução do Protocolo, convieram em convocar, em um prazo não maior de noventa dias, uma reunião da Subcomissão de Expansão Comercial Brasil-Uruguai.

14. Outrossim, denotaram seu agrado pelo andamento das obras de construção da central hidrelétrica de Palmar, de acordo com o cronograma previsto para o término da referida usina, que incentivará poderosamente a economia uruguiaia.

15. Os dois Presidentes concordaram na criação de um Grupo Misto de Estudos para

analisar fórmulas de cooperação econômica no setor pesqueiro.

16. Concordaram os dois Presidentes em incrementar os esforços para promover o desenvolvimento de um maior intercâmbio turístico entre os dois países e em estimular, de forma coordenada, a difusão, nos mercados internacionais, dos recursos de interesse mútuo que apoiam o setor turístico nos dois países e que constituem fatores de atração para os turistas. Concordaram outrossim em que os respectivos organismos nacionais projetem, em comum, as normas e metodologia tendentes a ordenar circuitos turísticos integrados que compreendam as principais zonas do Brasil e do Uruguai.

17. Os Presidentes salientaram o desejo de que se incrementem e aperfeiçoem os entendimentos, entre os dois países, sobre intercâmbio no setor da indústria automobilística.

18. Os dois Presidentes destacaram a importância do intercâmbio de energia elétrica entre os dois países, além da cooperação no desenvolvimento de estudos e projetos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia. Os resultados alcançados permitem prever novos empreendimentos de geração, transmissão e intercâmbio de energia, sempre que possível, em benefício das populações de ambos os países nas regiões próximas da linha de fronteira. *

* Na página 171, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, os Acordos entre o Brasil e o Uruguai; na seção **Mensagens**, página 191, o texto do telegrama enviado pelo Presidente brasileiro ao Presidente uruguaio logo após sua visita àquele país.

viagem de geisel reafirma a amizade com a república federal da alemanha

Discursos dos Presidentes da República Federal da Alemanha e do Brasil, durante o jantar oferecido por Walter Scheel a Ernesto Geisel, na Capital alemã, em 6 de março de 1978.

WALTER SCHEEL

Senhor Presidente,

Excelentíssima Senhora Geisel,

Excelentíssimas Senhoras, meus Senhores,

Tenho grande prazer, Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Senhora Geisel, senhores membros da comitiva, em dar-lhes as boas-vindas à República Federal da Alemanha. Minha esposa e eu sentimo-nos honrados em poder retribuir a hospitalidade dispensada, com tanta cordialidade, ao Presidente Federal Liibke, por ocasião da visita que fez ao seu país. Desde então, passou-se quase uma década e meia e decorreu mais de um século desde a última visita oficial à Alemanha de um Chefe de Estado brasileiro, o Imperador D. Pedro II.

Esta sua visita, Senhor Presidente, demonstra amplamente o excelente nível que atingiram as relações entre a República Federal da Alemanha e a República Federativa do Brasil e os estreitos elos que unem os nossos povos.

Vossa Excelência vem como representante de um país que desde o século XIX ocupa lugar significativo na comunidade das nações, cujo peso na política mundial cresce constantemente, e que, estamos convencidos até o fim deste século se incluirá entre as potências mundiais. Na sua pessoa saudamos o estadista que, com segurança, conduziu o país através de um período de grandes transformações. E alegremo-nos que Vossa Excelência, como brasileiro de origem alemã, tenha vindo conhecer a pátria de seus antepassados.

Eu próprio evoco com prazer minhas visitas ao Brasil. No seu país senti toda a vitalidade da América Latina e o dinamismo econômico de sua maior nação. Para nós, alemães, o Brasil tornou-se símbolo do vigor e das potencialidades dos países emergentes do hemisfério sul. A amplidão do território, sua fertilidade tropical, a abundância dos recursos naturais e, especialmente, o caráter amável do brasileiro revelam, para nós alemães, a vida rica e sedutora do seu país. A imaginação de seu povo nos fascina no barroco brasileiro, com seu realismo mágico, e na elegância monumental de Brasília, cidade sem par. Admiramos o engenho com

que o brasileiro eleva suas festas populares, o carnaval e mesmo o futebol ao plano da arte. Testemunho das qualidades humanas do brasileiro é o nascimento de uma nação, na qual convivem, lado a lado, pessoas de diversas cores, raças e credos. O Brasil é considerado um país onde a capacidade de trabalho e o estilo de vida dos mais diferentes grupos étnicos são apreciados sem preconceitos, na medida de sua contribuição para a comunidade. A tolerância é o princípio básico da "democracia racial" brasileira.

Resolver os conflitos pacificamente é velha tradição de seu país. O caráter nacional brasileiro, que corresponde a esta atitude humanística perante a vida, mostra um admirável poder de assimilação: a índole pacífica e a solicitude, a cortesia e o tato, o humor e a dignidade parecem comuns a quase todos os brasileiros, independentemente de sua proveniência. Estas qualidades não apenas criaram um grande país, mas também uma grande comunidade.

exemplo brasileiro inspirou confiança ao mundo

Sabemos que seu povo também não ficou imune a tensões internas, dificuldades econômicas e preocupações cotidianas com o direito e a justiça. O exemplo brasileiro, contudo, inspirou confiança ao mundo no futuro dos modernos países em vias de desenvolvimento.

Com um vigor admirável, o Brasil de hoje constrói um moderno país industrializado. Nós, alemães, não permanecemos alheios a esse processo. Através da nossa cooperação cotidiana, procuramos conhecer melhor e levar em consideração os interesses e as necessidades de seu grande país. E na medida em que o Brasil lida com os problemas da sociedade industrial, cresce sua compreensão para com os nossos próprios problemas e dificuldades. As exportações de produtos industrializados brasileiros para o mundo inteiro, principalmente para a República Federal da Alemanha, crescem em ritmo acelerado. Estamos instalando, juntos, setores industriais completos no Brasil. Os últimos anos demonstraram as enormes possi-

bilidades de ampliação de nossas relações. No campo econômico isto pode ser quantificado; estou, no entanto, convencido de que a intensificação da cooperação também em outros setores, especialmente no cultural, traz benefícios para ambas as partes. Já faz algum tempo que, num discurso no **Ibero-Club** de Hamburgo, falei sobre as grandes contribuições que a arte e a cultura latino-americanas podem dar à Europa.

Senhor Presidente, não foi só com o início da cooperação industrial que nossos povos se conheceram. Desde o começo, alemães participaram da formação do Brasil. Cabral, descobridor do Brasil, contou com o conselho científico do astrônomo e geógrafo alemão Mestre João. No século XV, o escritor e aventureiro Hans Staden tornou o Brasil conhecido na Europa Central. Na época colonial, colonos e comerciantes, soldados, pesquisadores e técnicos alemães concorreram para a formação do Brasil. Leopoldina de Habsburgo, filha do último Imperador romano-germânico, foi a primeira Imperatriz do Brasil. Sua forte personalidade muito tem a ver com a concretização da Independência brasileira. Ela também trouxe ao Brasil os primeiros grupos organizados de imigrantes alemães. Nos séculos XIX e XX os imigrantes alemães, à procura de trabalho, liberdade e felicidade, encontraram no Brasil uma nova pátria. O grande sociólogo Gilberto Freyre afirmou que, sem a contribuição dos brasileiros de origem alemã, teriam faltado importantes forças e valores para o desenvolvimento do Brasil.

Nossa comum herança europeia propiciou esta evolução favorável. Estas tradições espirituais e o reconhecimento da interdependência no mundo moderno constituem o fundamento para uma associação que é mais do que uma cooperação comercial. Queremos, conscientemente, aproveitar a oportunidade de ampla cooperação na economia e na política, na ciência e na cultura. Queremos empenhar a nossa amizade como força estabilizadora entre o Norte e o Sul, a Europa e a América Latina, os países ocidentais e africanos. Uma associação dessa natureza terá o apreço de todos os povos do mundo que com sinceridade empreendem esforços para cumprir pacificamente nossas grandes tarefas comuns: defender a

humanidade, em constante crescimento, da fome e da miséria, assegurar a paz e vencer os perigos impostos ao homem e à natureza pela tecnologia moderna.

Levanto minha taça para brindar à sua felicidade pessoal, ao futuro do povo brasileiro e à amizade entre os nossos países.

ERNESTO GEISEL

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federal da Alemanha,

Excelentíssima Senhora Dra. Mildred Scheel,

Excelentíssimo Senhor Chanceler Federal

Excelentíssima Senhora Schmidt,

Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros,

Excelentíssima Senhora Genscher,

Excelências,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As palavras que Vossa Excelência — Senhor Presidente — acaba de pronunciar muito sensibilizaram a mim, a minha esposa e aos brasileiros que me acompanham. Ficamos todos profundamente gratos a Vossa Excelência por mais esta manifestação de apreço e amizade para com o nosso país.

Esta manhã, nossa visita à República Federal da Alemanha iniciou-se de maneira extremamente cordial e promissora. As conversas estimulantes e amigas que mantivemos, o almoço que Vossa Excelência e a Senhora Scheel gentilmente nos ofereceram e o programa que hoje já cumprimos permitiram-nos sentir a amizade de que somos alvos.

Senhor Presidente,

A República Federal da Alemanha é, por todos, reconhecida como um dos mais representativos países do Ocidente. Graças a suas qualidades morais e a seu génio cria-

tivo, pode o povo alemão exercer extraordinária influência nos destinos de nossa civilização. Na literatura, na arte e na música, assim como na filosofia e na ciência — em todos os ramos, enfim, da atividade humana — a presença alemã causa enlevo e é fator de esperança e de progresso.

Por outro lado, a participação ativa da República Federal nos variados foros de negociação é fator altamente positivo para a manutenção da paz mundial e para o desenvolvimento da cooperação entre os povos. Por sua vitalidade econômica e tecnológica, pelo caráter aberto e democrático de seu panorama político e pela disposição revelada por seus homens públicos ao enfrentarem as difíceis responsabilidades que suas funções lhes impõem, a República Federal da Alemanha tem demonstrado capacidade crescente de atuação construtiva, no plano mundial.

admiração e respeito pelo trabalho do povo alemão

Confirmam-se, assim, na prática política contemporânea, os reconhecidos dotes de espírito, de trabalho e determinação que, através dos séculos, granjearam para o povo alemão a admiração e o respeito universais. O Brasil, que mantém com este país as melhores relações, vê, com particular agrado, essa dinâmica participação da República Federal na vida internacional.

Senhor Presidente,

Muito desejo que minha visita simbolize precisamente a amizade e o entendimento que existem entre nossos dois países. E creio que nossas relações — não só pelo que hoje representam, mas também por suas tradições — autorizam amplamente semelhante expectativa. Vossa Excelência evocou, com rara felicidade, a antiguidade de nossas relações e lembrou nomes justamente famosos, cujas contribuições ao entendimento entre brasileiros e alemães ilustram a riqueza que sempre apresentou esse relacionamento. Outros episódios e outras pessoas importantes em nossa história comum acodem à minha memória. As relações oficiais entre nós datam do alvorecer da vida

independente do Brasil, momento em que a Nação brasileira ainda buscava consolidar sua personalidade internacional e em que já se via a braços com a necessidade de obter condições equitativas para suas trocas comerciais.

Foi a 17 de novembro de 1827 que o Império brasileiro celebrou o Tratado de Comércio e Navegação com os Senados das Cidades Livres e anseáticas de Lübeck, Bremen e Hamburgo. Esse Tratado — permita-me que o assinalo — merece ser recordado tanto por haver servido de marco inicial das relações que hoje florescem, quanto por conter valiosos princípios de liberdade do intercâmbio de estímulo ao comércio e de ampla reciprocidade nos benefícios deferidos às Partes, inclusive na concessão mútua do tratamento de nação mais favorecida. Concluído em época particularmente importante da história política do Brasil, o Tratado de 1827 caracterizou-se pela igualdade de tratamento, antecipando o profícuo relacionamento que pudemos estabelecer e desenvolver daí por diante.

Desde o início do século XIX, porém, já o Brasil atraía a curiosidade do espírito alemão, como testemunham os trabalhos de von Eschwege, de Guilherme Luiz Vamhagen e de seu filho, o Visconde de Porto Seguro, assim como de von Martius e de von Spix. Da mesma forma que as personalidades citadas por Vossa Excelência, esses nomes, e muitos outros que poderiam ser referidos, despertam em nós, brasileiros, profundas e variadas associações com o nosso passado. Os dois primeiros lembram iniciativas verdadeiramente pioneiras nos campos da geologia e da siderurgia; o Visconde de Porto Seguro foi um dos grandes mestres da historiografia brasileira e von Spix e von Martius estão indelevelmente ligados ao conhecimento da ecologia, da etnografia e da linguística brasileiras.

A história da emigração alemã para o Brasil foi encontrar sua origem nesse conjunto de contribuições notáveis. Criou-se na Alemanha, em consequência delas, uma atmosfera de interesse e fascínio pelas possibilidades do novo país, sobre o qual o próprio Goethe procurou informar-se diretamente com von Martius e von Eschwege. Em setembro de 1822, expressou ele, em carta,

sua admiração pela terra brasileira, escrevendo: "O Brasil, esse continente imenso, desvenda-se cada vez mais à minha inteligência". E em 1825, compôs uma poesia sobre temas brasileiros.

Início auspicioso veio a ter o movimento migratório alemão, que atravessou o século XIX, para estender-se a este em que vivemos.

episódio importante na formação da gente brasileira

A imigração germânica é, sem dúvida, episódio importante na formação da gente brasileira e, conseqüentemente, na aproximação entre nossos dois povos. Sua contribuição tem sido particularmente notável em meu Estado natal e nos que lhe são próximos; esses imigrantes, esses brasileiros, estão, há muitos anos, integrados na vida nacional e com seu trabalho valioso participam de nossa civilização, de nossa economia e de nosso progresso.

Esta minha visita permite evocar o muito que, no passado, ligou brasileiros e alemães. Servirá, também, creio, para sublinhar o que estamos fazendo, em nossos dias, no terreno da cooperação entre os dois países. Os resultados expressivos dessa cooperação demonstram o quanto podem alcançar dois países amigos quando decidem, honestamente, unir esforços em benefício mútuo.

O Brasil e a República Federal da Alemanha souberam aproveitar, de forma criadora, sua tradicional amizade e os vínculos de confiança recíproca para instituir mecanismos de cooperação pacífica e mutuamente benéfica. Prova disso são os múltiplos instrumentos que temos assinado e implementado, entre os quais sobressai o Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, de 1975.

Senhor Presidente,

Numa situação internacional como a presente, em que nem sempre predomina a harmonia e em que, apesar de todos os avanços da tecnologia das comunicações, os povos ainda não se conhecem suficiente-

mente, deixam às vezes de receber o devido reconhecimento, a magnitude e o sentido progressista dos esforços que nós, brasileiros, estamos fazendo para construir uma sociedade aberta, democrática e justa.

Na República Federal, quero crer, essa situação de relativo desconhecimento dos propósitos brasileiros vem sendo corrigida por força mesmo da crescente importância de nossas relações. É minha convicção que cabe a nós, homens de Estado, contribuir para acelerar, ainda mais, esse processo de entendimento. O discurso que Vossa Excelência acaba de pronunciar é uma excelente contribuição no sentido de fomentar simpatias recíprocas e de desfazer preconceitos ou enganos de percepção acaso existentes. Nesse contexto, desejaria relembrar as numerosas e produtivas visitas trocadas por personalidades de nossos dois países, a começar pela que nos fez o Presidente

Luebkke, há quinze anos passados. Recordaria, também, a proveitosa visita, que anos atrás, Vossa Excelência, na qualidade de Ministro dos Negócios Estrangeiros, fez a meu país e que correspondeu a uma etapa importante no processo de amadurecimento de nossas relações.

Senhor Presidente,
Espero que essas profícuas relações possam, ainda, ter maior desenvolvimento. O sentido de minha visita amiga à República Federal da Alemanha é o de propiciar condições para que se intensifique a cooperação existente e se amplie o seu raio de ação.

Ao agradecer a magnífica acolhida que me foi dada hoje, desejo levantar minha taça e brindar à prosperidade crescente da República Federal da Alemanha e de seu povo e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Scheel.

a homenagem de geisel ao presidente walter scheel

Palavras pronunciadas pelos Presidentes Ernesto Geisel e Walter Scheel, em Bonn, em 7 de março de 1978, durante o jantar oferecido pelo Presidente brasileiro ao Chefe de Estado da República Federal da Alemanha

ERNESTO GEISEL

Permita-me Senhor Presidente expressar, nesta ocasião, minha satisfação pessoal e a dos membros de minha comitiva em ter conosco, esta noite, Vossa Excelência e a Senhora Scheel, bem como todos os ilustres convidados alemães.

A amizade entre o Brasil e a República Federal da Alemanha está sendo amplamente reafirmada nestes dias. Nosso crescente entendimento já está produzindo seus frutos em benefício de ambos os países, em variados campos. Tal situação alentadora é atestada, inclusive, pela presença, entre nós, esta noite, de homens de empresa diretamente interessados no intercâmbio comercial e financeiro entre o Brasil e a República Federal da Alemanha.

Convido os presentes a erguerem suas taças em homenagem à República Federal da Alemanha e a seu povo, por suas realizações presentes e futuras e pela felicidade pessoal do Presidente e da Senhora Scheel e de todos os convidados que nos honram com sua presença.

WALTER SCHEEL

Senhor Presidente,
Excelentíssima Senhora Geisel,

Tanto o indivíduo como a nação encontram-se a si próprios no contato com os demais. Suas palavras gentis de ontem à noite, Se-

nhor Presidente, nos deram a oportunidade de nos encontrarmos a nós próprios nos olhos de um povo amigo.

Estou consciente de que sua interpretação generosa da amizade teuto-brasileira exclui as sombras que nas duas guerras mundiais caíram sobre as nossas relações. É verdade, porém, que não é possível tornar evidente toda a multiplicidade das dependências e enriquecimentos mútuos. A Alemanha, por exemplo, não fosse pela imaginação fértil da brasileira Julia da Silva Bruhns, mãe de Thomas Mann, teria um grande escritor a menos.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, lamentou ontem que em nossa opinião pública, apesar das possibilidades oferecidas pela comunicação moderna, faltasse o reconhecimento dos esforços brasileiros pela justiça e pela democracia. Cumpre lembrar que os alemães simpatizam muito com a América Latina e, especialmente, com o Brasil. A população aqui acompanha com interesse o que se passa lá. Precisamente é o ritmo febril da comunicação moderna que provoca, frequentemente, julgamentos precipitados e imponderados. Nos tempos de Humboldt e Martius viajava-se e se julgava mais vagarosamente.

Estamos impressionados pelas realizações enormes do desenvolvimento brasileiro. Vos-

sa Excelência encontrará de nossa parte, portanto, também compreensão para o fato de que não se pode solucionar, no mesmo ritmo, todos os problemas sociais e econômicos.

Vossa Excelência, Senhor Presidente, veio acompanhado de uma delegação numerosa, que nesses dias trabalhou e ainda trabalhará intensamente. Realizaram-se conversações em todos os níveis, estatais e privados. Fizemos um balanço. Que foi alcançado, que pode ser melhorado, quais os problemas a serem solucionados ainda? E isso foi necessário.

Enfrentamos um novo surto do nosso intercâmbio comercial. As conversações que Vossa Excelência, Senhor Presidente, manteve comigo mostraram-me que as nossas possibilidades de consulta e cooperação política crescem na mesma medida. Sua visita constitui para nós um encorajamento no sentido de lançar-nos à solução das tarefas que conjuntamente identificamos.

Senhor Presidente, Excelentíssima Senhora Geisel, agradeço a Vossa Excelência, em nome de minha mulher e dos meus compatriotas, a sua hospitalidade. Ergo minha taça para brindar à nossa cooperação nos tempos bons e árduos.

geisel na rfa: confiamos na cooperação, no diálogo e no respeito mútuo

Discursos do Primeiro-Ministro Helmut Schmidt e do Presidente Ernesto Geisel, em Bonn, em 7 de março de 1978, durante almoço oferecido ao Presidente brasileiro.

0 PRIMEIRO-MINISTRO

Senhor Presidente, minhas Senhoras e meus Senhores,

O Governo Federal atribui grande importância à visita de Vossa Excelência— à visita do Chefe de Estado e Chefe do Governo da República Federativa do Brasil. Desejaria assegurar mais uma vez a Vossa Excelência,

Senhor Presidente, e aos Ministros de Estados e colaboradores que o acompanham, quão extraordinariamente bem-vinda nos é sua visita e desejaria agradecer-lhe, oficialmente, por esta visita. É para mim uma grande satisfação dar a Vossa Excelência, aos seus Ministros e aos demais membros da sua delegação, as cordiais boas-vindas na sede do Governo Federal.

A longa conversação que acabamos de manter, com a participação do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, muito me impressionou. Permitiu-me entrever novas e adicionais possibilidades que se oferecerão de boas relações entre a Alemanha e o Brasil.

É a primeira visita de Vossa Excelência à Alemanha e, ao mesmo tempo, a primeira visita de um Presidente brasileiro à Alemanha. E talvez, ao lado do trabalho político e dos encargos oficiais, lhe dê um pouco de alegria estar no país dos seus pais e avós.

Confesso que durante os últimos vinte anos não estive no Brasil e não conheço, portanto, o Brasil de hoje, de experiência própria. Mas sei muito bem da dinâmica e da vitalidade potente com a qual se efetua o desenvolvimento do seu grande país.

crece o peso político e económico do brasil

Reconhecemos aqui, muito claramente, e também as nossas empresas, nossos círculos económicos reconhecem claramente, como o peso político e económico do Brasil está crescendo constantemente, não só no subcontinente sul-americano, mas também na economia mundial e na política mundial.

Por isso, ocupa o Brasil na nossa política externa, uma posição importante. Não tivemos com nenhum outro país do hemisfério sul, já em inícios do século passado, relações contratuais tão estreitas como com o seu país. Como hamburguês, causa-me, naturalmente, especial satisfação tenham sido as cidades hanseáticas, como Bremen e Hamburgo, as primeiras a reconhecer a crescente importância do Brasil. Foram elas as

primeiras a concluir, em 1827, no Rio de Janeiro, para a Alemanha, uma Convenção de Comércio e Navegação com o Brasil.

Em 7 de maio de 1876, o jornal **Neues Berliner Tagesblatt** publicou o seguinte texto: "De ano a ano, aumentam de intensidade as relações comerciais entre a Alemanha e o Brasil, o que torna a situação financeira, a capacidade produtiva e as necessidades culturais desse país de suma importância para o comércio e para o mercado alemães". Parece-me que estas palavras, escritas há 100 anos, poderiam, da mesma forma, ter sido escritas hoje. Pois, entretanto, as nossas relações económicas e culturais assumiram tanta importância que o Brasil ocupa uma posição de excepcional destaque como nosso parceiro entre os países em desenvolvimento do ultramar.

Desejaria, neste contexto, relembrar três ou quatro cifras. O valor total do nosso intercâmbio de mercadorias monta, atualmente, a 5 bilhões de marcos e constitui não apenas um suporte muito importante para o comércio exterior alemão, mas também para a manutenção de lugares de trabalho na indústria alemã. Gostaria de salientar que os investimentos alemães no Brasil montam, atualmente, a 4 bilhões de marcos. E, para completar o quadro, mencione-se que, nas nossas exportações, as transações com o Brasil representam mais de 10 por cento do total coberto por nosso seguro de exportação. Finalizando, gostaria também de frisar a vantagem que os nossos amigos e parceiros brasileiros tiram do nosso relacionamento económico. As exportações brasileiras de produtos semimanufaturados e manufaturados para o nosso país acusam taxas de crescimento anuais que, de ano a ano, quase atingem 100 por cento.

Essa evolução global satisfatória trouxe para o Brasil em suas relações com o nosso país um considerável superavit da balança comercial, o que vemos com satisfação. Sou de opinião que essa evolução não por último se deve atribuir também à nossa própria política económica de expansão estável, isto é, de expansão, cautelosa, e ao nosso próprio engajamento em favor de um sistema económico mundial aberto. Não tenho a intenção de revelar aqui na mesa a troca de ideias que nós dois, Senhor Pre-

sidente, tivemos sobre questões de economia mundial e de política monetária mundial. Mas acho que podemos dizer que não é apenas com base na experiência do passado e do dia de hoje, mas também no reconhecimento político-teórico dos nossos interesses mútuos, que nos empenhamos por um sistema econômico mundial aberto e que ambos rejeitamos a formação de cartéis.

Gostaria de terminar essas observações repetindo a minha opinião de que o que até agora foi conseguido em matéria de cooperação econômica entre nós e o Brasil pode ser considerado como exemplo para a cooperação entre um país altamente industrializado, de um lado, e um país no limiar do desenvolvimento, do outro. Desejaria que, nas relações Norte-Sul, no mundo inteiro, fosse possível, no decorrer do tempo, chegar a uma cooperação igualmente proveitosa.

Nesse contexto, quero salientar que o Governo Federal e a República Federal da Alemanha estão conscientes da responsabilidade que têm de assumir, na sua qualidade de país industrializado e de parceiro importante do comércio mundial, no âmbito dos múltiplos esforços atuais por um melhoramento do sistema econômico mundial. Estamos também, realmente dispostos — asseguro isto novamente a Vossa Excelência — a fazer esforços ainda maiores no âmbito do diálogo Norte-Sul. Faz parte deles, por exemplo, o aumento, recentemente decidido pelo Parlamento, da nossa contribuição, já respeitável para a assistência ao desenvolvimento, particularmente para os países menos desenvolvidos.

Quero também acrescentar umas observações francas, as quais, no entanto não são dirigidas ao Brasil e muito menos ao Presidente, mas que, na minha opinião, deveriam ser divulgadas e deveriam merecer a atenção do Grupo dos 77, no qual o Brasil tem grande peso.

as condições para resultados concretos no diálogo norte-sul

Penso que a consecução de resultados econômicos concretos no diálogo Norte-Sul

pressupõe o preenchimento de uma série de condições:

Primeiro: é preciso que no mundo inteiro se compreenda que solidariedade não é nunca uma via de mão-única, mas sempre uma via na qual há trânsito nos dois sentidos. Fiz essa primeira observação especialmente com vistas a resoluções tomadas em organismos internacionais.

Em segundo lugar, quero chamar a atenção para o fato de que, junto com o Brasil, somos a favor de uma diminuição das oscilações de preços no setor das matérias-primas. Junto com o Brasil, somos a favor de que os países em desenvolvimento, que produzem e exportam matérias-primas, também recebam preços adequados para elas. Mas dizemos também, neste contexto, que algumas das propostas, feitas em discussão pública de alcance mundial, não nos parecem muito sensatas. De um lado, ouvi, por exemplo, no ano passado, que em primeiro lugar o mais importante seria concluir um acordo de matérias-primas no tocante ao trigo; permito-me chamar a atenção para o fato de que quem maior benefício tiraria de tal acordo seriam os próprios países desenvolvidos: Estados Unidos, Canadá e Austrália. Ponho em dúvida a sabedoria da política Norte-Sul no que se refere a um tal acordo. E se, por outro lado, se exigisse a conclusão de um acordd de matérias-primas relativo ao ferro, os mais beneficiados seriam países desenvolvidos como a Austrália e, entre outros, também a Suécia, embora também outros países em desenvolvimento pudessem tirar proveito de tal acordo. Ou tomemos, como exemplo, o algodão. Tal acordo beneficiaria o Egito, mas antes de mais nada, os estados do sul dos Estados Unidos e a União Soviética. No caso do cobre, talvez o Chile e o Zaire fossem beneficiados, mas, em primeira linha, favoreceria a Polónia, os Estados Unidos e outros. Por isso, parece-me que o Grupo dos 77 deveria colocar em primeiro plano os interesses próprios, os interesses dos países em desenvolvimento.

A fim de ser bem compreendido, repito a observação feita anteriormente: **estamos dispostos a aceitar sacrifícios adicionais para a nossa economia, nossos consumido-**

res, nossa indústria transformadora e também para os nossos contribuintes, mas não a favor de todo o mundo, mas a favor dos países em desenvolvimento que realmente necessitem de ajuda.

Gostaria de mencionar um terceiro pressuposto: há hoje, entre os países em desenvolvimento, duas dúzias de países que pertencem à categoria dos **most seriously affected countries**. São os países que, segundo se concordou em nível internacional, foram mais gravemente atingidos nos seus balanços de pagamento pela explosão dos preços do petróleo. Não posso bem compreender que essas dificuldades relativas de balanço de pagamento, que impedem a importação de bens vitais por parte daqueles países, devam onerar os países industrializados, os quais, por sua vez, sofrem da mesma forma pelo fato de terem de pagar pelo petróleo um preço cinco vezes maior.

Acho que, para o financiamento dos déficits de balanço de pagamentos dos **most seriously affected countries**, deveriam, em primeira linha, ser chamados aqueles países que, devido à quintuplicação dos preços do petróleo, registraram grandes superávits. E acho que não é sensato que aqueles países com superávits devidos ao petróleo se apresentem nas Conferências Norte-Sul simultaneamente como advogados dos países em desenvolvimento.

E uma quarta observação: compreendo a categoria moral da qual partem muitos estadistas, líderes de países em desenvolvimento, exigindo de nós, os países industrializados, que ajudemos e façamos sacrifícios. E essa moral me seria muito mais compreensível se as acusações dirigidas aos países industrializados ocidentais democráticos fossem, com igual intensidade e de forma igualmente pública, dirigidas também à União Soviética e aos países comunistas a ela aliados, parte dos quais dispõe de uma capacidade de produção industrial e de um padrão de vida sem dúvida alguma comparáveis. Se isso — como até agora — não for feito, enquanto por outro lado prontamente se aceitam as armas vindas do Leste, então desvalorizam-se as categorias morais com as quais se argumenta.

Prezado Senhor Presidente, Vossa Excelência sabe que essas observações não se dirigem contra Vossa Excelência e contra o Brasil. Apresento-as a um dos países em desenvolvimento dos mais importantes, de maior influência e com as maiores perspectivas para o futuro, dentro do Grupo dos 77, com o pedido de que as leve ao conhecimento dos outros componentes desse Grupo. Se tudo isso for rejeitado pelo Grupo dos 77, será muito difícil chegar-se à aspirada solidariedade mútua e à **mutuality of interests**.

confiança na prosperidade da economia brasileira

Com o Brasil nunca tivemos diferenças de interesses ou divergências no campo do diálogo Norte-Sul. Ao contrário, nós, que temos acompanhado com grande atenção o desenvolvimento do Brasil e, em parte, como já mostrei com dados, prestamos nossa contribuição, estamos muito felizes com o desenvolvimento das nossas relações. Vimos com admiração como o Brasil, nas últimas duas décadas, abriu enormes reservas de matérias-primas e que está em vias de melhor aproveitar a mão-de-obra, as reservas humanas até agora não aproveitadas. A política orientada para a economia de mercado do seu Governo, Senhor Presidente, tornou possível um crescimento espetacular da produção brasileira e, de um modo geral, levou a uma confiança crescente na prosperidade da economia brasileira. Desejo dar-lhe sinceramente parabéns.

Não nos é desconhecido, naturalmente, o processo de transformação social no seu país, forçosamente ligado a esse desenvolvimento. Esse processo atingiu muitos países. Vossa Excelência, Senhor Presidente, escolheu desde o início de seu mandato o caminho de uma nova organização da democracia no seu país. Posso assegurar-lhe de que acompanhamos esse caminho com confiança. Temos a impressão de que, no fundo, temos as mesmas ideias básicas de uma comunidade organizada segundo o princípio do Estado de Direito, na qual podem ser implementados os direitos fundamentais do homem, na forma estipulada na Carta das Nações Unidas.

Meus Ministros e eu tivemos oportunidade de apresentar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os problemas do nosso país, que são diferentes dos problemas do Brasil, mas que também são difíceis. Ao visitar Berlim, Vossa Excelência sentirá com especial nitidez um aspecto dos nossos problemas. Gostaria de agradecer expressamente a Vossa Excelência por sua visita à antiga capital alemã.

Devido à divisão de nossa Nação e à situação geográfica do nosso País, sempre sentimos, no passado, de maneira especialmente forte, as oscilações nas relações Leste-Oeste. O processo de distensão da última década levou a uma diminuição dessas oscilações. Juntamente com os nossos parceiros da NATO e da Comunidade Europeia, empenhamo-nos pela continuação dessa política de distensão, a despeito das estagnações e dos retrocessos ocorridos. Dessa maneira, e através dos nossos esforços simultâneos, no sentido de garantir a nossa própria segurança, esperamos que possamos ajudar e assegurar a paz no mundo e na Europa.

Senhor Presidente, estou convencido de que a sua visita à República Federal da Alemanha dará novos impulsos às relações teuto-brasileiras. Estou convencido de que as conversações mantidas conosco em Bonn, por Vossa Excelência e os membros do seu Governo, fortalecerão nossa mútua compreensão, confiança e cooperação.

Nesta convicção, gostaria de pedir aos convidados alemães nessa mesa que levantassem comigo suas taças e brindassem ao bem-estar do Presidente do Brasil, a um futuro feliz do Brasil e do povo brasileiro e, finalmente, à amizade entre os nossos dois povos e países.

0 PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Chanceler Federal, Senhores,

As generosas palavras que Vossa Excelência dirigiu a meu País fazem com que todos os brasileiros lhe fiquemos extremamente

agradecidos. Como Presidente da República, desejo fazer-me intérprete desse reconhecimento, o qual, a cada dia de nossa visita, só faz crescer, tantas têm sido as atenções que temos recebido por parte do Governo e do povo da República Federal da Alemanha.

Nós, brasileiros, sabemos identificar e valorizar a hospitalidade, — porque ela é um dos traços marcantes de nossa gente — e, nas palavras de Vossa Excelência, tivemos a satisfação de reencontrar esse sentimento acolhedor, que nos faz lembrar nossa própria casa, a nossa própria terra.

O Brasil reconhece, na República Federal da Alemanha, um país que participa, de forma altamente positiva e relevante, das relações internacionais contemporâneas. A vitalidade econômica e tecnológica da República Federal, assim como seu elevado grau de maturidade política, lhe conquistaram o respeito de todo o mundo. Apreciamos, no Brasil, a importante contribuição que a República Federal tem prestado à negociação das questões relativas à paz, ao desarmamento e à segurança internacional. Distinção de seu país é o interesse pela cooperação entre os povos e pelas possibilidades que a mesma abre para que mais rapidamente se solucionem os grandes problemas que afligem a humanidade. Em consequência, a República Federal revelou ter condições especiais para bem compreender a determinação de países, como o Brasil, que desejam seja a tecnologia moderna posta a serviço da paz e do desenvolvimento.

Nossas relações, Senhor Chanceler, se assentam sobre base firme. Os altos níveis de cooperação hoje vigentes não foram alcançados em um só dia. São, ao contrário, lastreados por sólidas e antigas relações de amizade e pela objetividade e respeito mútuo com que elas têm sido conduzidas. Em anos recentes, instrumentos bilaterais como o Acordo Básico de Cooperação Técnica, o Acordo Cultural e o Acordo Geral sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa e do Desenvolvimento Tecnológico, foram gradualmente negociados e proporcionaram valiosas experiências de trabalho conjunto e de confiança recíproca. Seus resultados alentaram-nos a prosseguir, decididamente, na trilha da cooperação.

acordo nuclear, ponto culminante da cooperação brasil-rfa

Há pouco menos de três anos, em junho de 1975, alcançávamos novo marco em nosso relacionamento, com a celebração, aqui mesmo, nesta bela e hospitaleira cidade de Bonn, do Acordo sobre a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, entre o Brasil e a República Federal da Alemanha. Esse Acordo constitui ponto culminante do processo de aproximação e de cooperação entre nossos dois países. Entretanto, olhando para o futuro, não hesito em afirmar a convicção de que ele representa, também, um ponto de partida para novos esforços em comum, nas áreas de cooperação que viermos a selecionar. Minha visita, Senhor Chanceler, simboliza essa disposição por parte do Brasil.

Temos encontrado restrições à nossa cooperação no campo dos usos pacíficos da energia nuclear. Não obstante, agindo sempre em comum, temos sabido conquistar a confiança da comunidade internacional para nossos propósitos exclusivamente pacíficos e para a legitimidade de nossas preocupações com o desenvolvimento tecnológico e o abastecimento energético, livres de dependências. Mercê de nossos esforços, podemos afirmar com satisfação que a implementação do Acordo e, em particular, o Programa Nuclear Brasileiro, se desenvolvem em ritmo normal, e assim continuarão.

O Brasil é um país que se preocupa com a paz e a segurança internacionais. Considera o Brasil que a urgente cessação da carreira armamentista, sobretudo no plano nuclear, é essencial para que se possa estabelecer um convívio harmonioso entre os Estados. A acumulação de arsenais nucleares, além de ser fator de tensão internacional põe em permanente risco a própria sobrevivência da humanidade.

O Brasil é um país que busca colaborar com todos os povos. Estamos convencidos de que a cooperação internacional, conduzida de maneira franca e leal e que beneficie eqüitativamente as partes nela envolvidas, serve para aproximar as nações e contribuir para acelerar o seu desenvolvimento econômico. Nesse espírito, não só buscamos

a cooperação dos países econômica e tecnologicamente desenvolvidos, mas também temos procurado, com os meios a nosso alcance, cooperar com os numerosos vizinhos da América Latina e da África, com os quais convivemos de forma harmoniosa e solidária.

O Brasil é uma nação voltada para o desenvolvimento em benefício de cada um de seus filhos. Meu Governo, como os que o antecederam, empenha-se em reunir todas as forças do país para promover a superação dos desequilíbrios sócio-econômicos existentes e para a construção de uma sociedade aberta e democrática, uma sociedade em que todos participem, de forma eqüitativa, dos frutos do progresso econômico. Esse magno empreendimento, no entanto, nem sempre tem sido perfeitamente compreendido nos países economicamente avançados.

Múltiplas serão, sem dúvida, as razões para tal incompreensão e a menor delas não será o desconhecimento da realidade brasileira. Apesar de todos os avanços na tecnologia das comunicações, vastos setores da humanidade continuam, paradoxalmente, a viver isolados e, o que é pior, os fluxos internacionais de informação são, notoriamente, mais densos no sentido Norte-Sul de que na direção inversa.

barreiras artificiais dificultam o entendimento

Persistem, assim, barreiras artificiais que dificultam o entendimento, especialmente quando se somam a outros obstáculos, menos aparentes, ao diálogo e à compreensão. É freqüente, por exemplo, que o esforço brasileiro de desenvolvimento político, econômico e social seja aferido a partir de modelos teóricos, elaborados com base na vivência de outros países e de outros continentes. A aplicação mecânica desses modelos a realidades distintas distorce as análises e pode levar a conclusões errôneas, senão mesmo prejudiciais.

Nem sempre, permita-me citar um exemplo, vejo suficientemente valorizada, no exterior, a magna realização da sociedade bra-

sileira que foi e é, a conquista de nossa unidade nacional. Desde os tempos coloniais, não foram poucos os obstáculos, mas a Nação brasileira soube conservar sua personalidade e feições próprias, ao mesmo tempo que foi capaz de absorver variadíssimas contribuições étnicas e influências culturais. Nosso vasto território abriga, como disse, uma população diversificada, mas que fala a mesma língua, tem seus costumes próprios e está unida por valores e aspirações que lhe são comuns. Ainda hoje, a sociedade brasileira preserva a inteireza de seu caráter, assim como mantém uma atitude positiva com relação às contribuições que lhe vêm do exterior.

Somente clima de boa vontade e de entendimento, como o que felizmente predomina nas relações entre os nossos dois países, permitirá superar as dificuldades de percepção, a que acabo de me referir. É minha opinião que, no particular, o Governo da República Federal tem uma importantíssima contribuição a prestar — e já o está fazendo — para eliminar obstáculos e, mesmo, para, construtivamente, facilitar o fortalecimento dos laços que ligam os dois Governos, os dois países e os dois povos.

No terreno das relações econômicas, por exemplo, existe claramente larga faixa por

onde poderá progredir o entendimento entre nossos dois países. Já provamos, no campo da cooperação, tanto tecnológica quanto financeira, que somos bons parceiros e que sabemos trabalhar num clima de confiança recíproca. Agora, é chegado o momento de ampliarmos nossos horizontes. A pauta de comércio entre o Brasil e a República Federal da Alemanha merece um exame crítico por ambas as partes, com vistas não só a tornar mais dinâmico o fluxo de trocas, mas também a dar-lhe composição mais equilibrada.

Senhor Chanceler,

A mensagem que trouxemos a Bonn é extremamente positiva. Colocamos nossa confiança na cooperação, no diálogo e no respeito mútuo. Nossa experiência comum é altamente encorajadora e cabe a nós mesmos encontrar caminhos para fazê-la ainda mais ampla e proveitosa.

Permita-me reiterar-lhe meus agradecimentos pela acolhida que aqui estamos recebendo e convidar todos os presentes a levantarem suas taças pela prosperidade crescente da República Federal da Alemanha e de seu povo, pelo estreitamento dos laços que ligam brasileiros e alemães e pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Schmidt.

música de beethoven na homenagem de bonn a geisel

Discursos do Presidente Ernesto Geisel e do Burgomestre de Bonn, Hans Daniels, em 6 de março de 1978, durante a homenagem por este prestada ao Presidente brasileiro na antiga sede da Câmara Municipal de Bonn (Rathaus).

DISCURSO DO PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Sinto-me particularmente feliz pela oportunidade de visitar esta bela e hospitaleira

cidade, situada às margens de um rio como o Reno, de tão marcante presença na História.

Berço do gênio musical de Beethoven e importante centro universitário e cultural,

a cidade de Bonn vê-se elevada hoje à posição destacada de sede do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Governo da República Federal da Alemanha.

Como toda capital, Senhor Prefeito, Bonn abriga pessoas providas de todas as regiões do país. Seus habitantes refletem pois, em sua diversidade, um espectro populacional da República Federal. Eis por que desejo, na oportunidade de minha visita a esta Prefeitura Municipal, salientar a amizade entre o povo brasileiro e o alemão, assim como expressar minha convicção do que os já antigos laços, que nos unem, se fortalecerão, ainda mais, no quadro de uma cooperação sempre crescente. Agradeço muito penhorado a lembrança que Vossa Excelência me faz das músicas gravadas de Beethoven.

Senhor Prefeito,

Ao agradecer a cordial acolhida de Vossa Excelência e manifestar-lhe satisfação por estarmos na sua cidade, peço-lhe que aceite meus votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e de todos os habitantes de Bonn, bem como pelo êxito da atuação de Vossa Excelência à frente do Executivo municipal.

DISCURSO DO BURGOMESTRE

Excelências

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Reuniram-se aqui o Conselho e os cidadãos da cidade de Bonn, bem como os principais representantes da Administração da Cidade e da Universidade, para dar calorosamente as boas-vindas a Vossas Excelências e sua comitiva na Antiga Câmara Municipal Federal. Saudamos na pessoa de Vossa Excelência o representante do maior país, com a maior população da América Latina. Essa visita à República Federal da Alemanha é para Vossas Excelências — como permanência na téfra dos seus antepassados — um acontecimento pessoal todo especial.

A América Latina e particularmente o Brasil foi sempre uma parte do mundo que para nós, os alemães, exerceu extraordinária fascinação. As boas e calorosas relações entre os nossos dois povos baseiam-se, sobretudo, na compreensão mútua da nossa cultura e da nossa História, bem como nas ótimas experiências que tivemos desde há muito tempo.

Já no ano de 1800, o famoso cientista alemão Alexander von Humboldt explorou o seu país em viagens de pesquisa. Wilhelm Ludwig von Eschwege é considerado o fundador da mineração e da indústria siderúrgica brasileira. Já na primeira metade do século XIX muitos alemães emigraram para o Brasil e lá colonizaram e exploraram sobretudo o Sul. Na segunda metade do século XX os laços da cooperação econômica teuto-brasileira tornaram-se ainda mais estreitos. Há quinze anos, como membro da Sociedade Teuto-Brasileira, tive pessoalmente a sorte de viajar a seu país e de conhecê-lo melhor. Já nessa época senti que seu país tinha um grande futuro. Além dos esforços imponentes de uma nação industrializada emergente, fiquei particularmente impressionado pela variedade das raças que convivem em paz no seu país.

Os brasileiros e os alemães têm muitas coisas em comum das quais gostaria de ressaltar as três seguintes:

futebol, carnaval e música.

Desde o nascimento de Ludwig von Beethoven, Bonn é considerada uma cidade da música. Por isso, já há muito tempo é costume aqui oferecer aos nossos célebres hóspedes obras desse grande filho da nossa cidade. Junto com essa lembrança, externamos o nosso desejo de que a harmonia e a sintonia tão excelentemente expressadas na música de Beethoven acompanhem o seu Governo e o futuro do seu grande povo.

Excelência! Objetivo especial do seu mandato é diminuir o abismo entre pobres e ricos, ainda existente em muitas partes do seu país. Em muitos países do mundo esse abismo é a célula germinativa do descontentamento e da ausência de paz. Desejamos a Vossa Excelência e ao seu povo felicidade e êxito nessa tarefa tão importante.

estabilidade política brasileira dá confiança aos empresários alemães

Discurso do Presidente Ernesto Geisel, na Confederação da Indústria Alemã, em Colônia, em 7 de março de 1978, por ocasião da abertura dos trabalhos do Encontro Teuto-Brasileiro de Empresários. O discurso do Presidente brasileiro foi precedido de uma breve saudação do presidente da Confederação das Indústrias Alemãs, Nikolaus Fasolt.

DISCURSO DE GEISEL

Minhas senhoras, meus senhores

Com grande satisfação venho saudá-los na abertura deste Encontro Teuto-Brasileiro de Empresários, iniciativa que coincide de forma auspiciosa com minha visita oficial à República Federal da Alemanha.

Aqui se congregam os esforços de importantes entidades alemãs, notadamente a Confederação da Indústria Alemã, a Associação das Câmaras de Indústria e Comércio, a Associação Alemã para o Comércio Atacadista e Exterior e Associação Ibero-Americana e suas congêneres brasileiras, as Confederações Nacionais da Indústria, do Comércio e da Agricultura.

As relações comerciais e financeiras entre nossos dois países vêm-se desenvolvendo com notável dinamismo. A República Federal da Alemanha é hoje o segundo parceiro comercial do Brasil, quer em volume de investimentos diretos quer em exportações e importações. Nossas contas de comércio, após um período de sistemáticos déficits do lado brasileiro, virtualmente se equilibraram em 1977. Os recentes lançamentos de empréstimos sindicados e bônus, da República Federativa do Brasil e de algumas das maiores companhias brasileiras, têm encontrado excelente receptividade no mercado de capitais alemão. Essas posições provam, antes de mais nada, a confiança mútua entre nossos Governos e empresas.

isolacionismo e defesa unilateral é jogo de perdedores

Creio que temos pela frente enorme potencial de expansão, quer no campo do comércio quer no do movimento de capitais. Somos suficientemente complementares em recursos naturais, capital e tecnologia, para tirarmos o maior proveito de nossas vantagens comparativas. Acreditamos na eficiência econômica e no pluralismo social proporcionados pelo funcionamento dos mecanismos de mercado e pela primazia da iniciativa privada no processo de desenvolvimento. Julgamos que um país que anseia pelo rápido aumento da renda per capita, embora tendo que apoiar primordialmente suas empresas nacionais, não deve prescindir da colaboração do capital estrangeiro, com seu aporte de recursos, experiência e tecnologia. **Sabemos que nenhum processo de desenvolvimento duradouro se pode construir sem a indispensável estabilidade das instituições políticas e das regras do jogo econômico. E acreditamos imprescindível a cooperação econômica internacional, reconhecendo que o isolacionismo e a defesa unilateral dos interesses acaba por se transformar num jogo onde só há perdedores.**

Vivemos uma era de intensos desafios que nos obrigam a repensar os princípios que devem reger as políticas econômicas nacionais e as regras de cooperação entre as nações. A crise do petróleo trouxe à tona problemas de inflação, de desemprego, de desajustes de balanço de pagamentos, para os quais a civilização ocidental precisa encontrar soluções urgentes.

A curto prazo, o problema mais agudo é o de chegar-se a uma distribuição internacional adequada para a contrapartida dos superávits estruturais da conta-corrente da OPEP, que anualmente se vêm repetindo na faixa dos 30 a 40 bilhões de dólares. Enquanto esses superávits, que representam o déficit coletivo dos países importadores de petróleo, persistirem em semelhante ordem de magnitude, não é possível pensar verdadeiramente em equilíbrio internacional, mas apenas em uma distribuição, mais eqüitativa e pragmática, dos desequilíbrios. Se cada país procura fugir à sua participação nesse déficit coletivo, isolando-se nos seus instrumentos de contenção monetária e fiscal e no protecionismo aduaneiro, conseguiremos apenas a perpetuação dos problemas de desemprego, com a sistemática debilidade do crescimento econômico e com a acumulação de déficit em países talvez pouco preparados para equacionar seus problemas de balanço de pagamentos.

Infelizmente esse problema de curto prazo está longe de ter encontrado uma solução cooperativa satisfatória. Se os efeitos recessivos da crise do petróleo foram menos dramáticos do que vaticinaram alguns profetas do pessimismo é certo que o ritmo de crescimento da produção e do emprego das nações industrializadas está longe de se sustentar em taxas satisfatórias. Isso sugere que a insuficiente cooperação entre as nações de alguma forma nos aproxima do modelo de nivelamento por baixo. Alguns países de alta renda per capita têm assumido grande participação no déficit coletivo dos importadores de petróleo, mas à custa do inevitável enfraquecimento de suas moedas. E a maior parte desse déficit coletivo tem recaído sobre as nações em desenvolvimento, criando-lhes sérios problemas de endividamento externo e de balanço de pagamentos.

Faz parte da ordem econômica natural que os países em desenvolvimento, como receptores de capital estrangeiro, apresentem algum déficit na conta-corrente de seu balanço de pagamentos e endividem-se para acelerar seu desenvolvimento. O problema não é o dos sinais, mas o das quantidades. Pela debilidade de seu mercado interno,

alguns países exportadores de petróleo tornaram-se exportadores de capitais, em montantes que não encontram precedentes na História Econômica Mundial. Essas condições anômalas obrigam-nos a redimensionar os padrões aceitáveis de endividamento, de relações quanto ao serviço da dívida e dos déficits em conta-corrente. Mas não há fórmula aceitável nesse redimensionamento que leve um grupo de países a comprometer uma parcela perigosamente crescente de suas exportações, já não digo na amortização de empréstimos, mas no simples pagamento de juros. O problema que hoje enfrentamos, no quadro financeiro mundial, não é o da reciclagem dos saldos da OPEP, a qual tem sido satisfatoriamente operada pelas instituições internacionais e, sobretudo, pelo sistema financeiro privado. Mas o do balanceamento adequado dos déficits em conta-corrente, encargos da dívida e exportações dos países devedores.

brasil vem superando efeitos da crise econômica internacional

Com grandes sacrifícios, quer em termos de taxas de inflação, quer em matéria de renúncia às excepcionais taxas de crescimento do passado, o Brasil tem conseguido equacionar sua quota-parte do problema, aumentando vigorosamente suas exportações e detendo o crescimento de suas importações. Em 1974, sob o primeiro impacto da crise do petróleo, apresentamos 4,6 bilhões de dólares do déficit comercial, com 8 bilhões de exportações e 12,6 bilhões de importações. Graças aos sucessivos esforços de contenção e substituição das importações, estas limitaram-se, em 1977, a 12 bilhões de dólares, não obstante o crescimento da economia brasileira e os aumentos internacionais de preços. E, em três anos, aumentamos de 53% nossas exportações, passando do inquietante déficit comercial de 1974 para o pequeno, mas já expressivo, superavit de 138 milhões de dólares em 1977. Nossas reservas cambiais que, em meados de 1976, haviam caído a 3,3 bilhões de dólares, chegaram a seu máximo histórico de 7,2 bilhões no final do ano passado.

O crescimento dinâmico das exportações tem permitido que os encargos da dívida se conservem em proporção adequada da receita cambial. E o nível de reservas internacionais é uma válvula de segurança preciosa para enfrentar imprevistos e situações de emergência.

A solução brasileira, todavia, não apenas exige ampla determinação de um povo e de um Governo. Ela só pode ser generalizada para os países em desenvolvimento se houver a compreensão das nações industrializadas.

Nesse sentido, a cooperação internacional há que lembrar os princípios da lógica. Há o consenso de que os superávits da OPEP, pelo menos a curto prazo, não podem ser substancialmente reduzidos. Há o consenso de que o déficit coletivo dos importadores de petróleo, salvo talvez em 1977, está recaindo em proporções exageradas sobre as nações de menor renda per capita, agravando-lhes o problema de endividamento. Logicamente se segue que não há outra solução a não ser a rápida expansão das exportações dos países em desenvolvimento.

Essas exportações, em parte, dependem do esforço individual de cada nação e o Brasil tem demonstrado que bons resultados podem ser conseguidos. Mas dependem igualmente da expansão dos mercados dos países industrializados em função do seu crescimento interno e da diminuição das tendências protecionistas.

Compreendemos que os países desenvolvidos não desejem adotar fórmulas de cooperação internacional que impliquem o recrudescimento de sua taxa de inflação. A alta desordenada dos preços é o pior imposto que se pode lançar sobre uma sociedade, e apreciamos a grande prioridade que o povo alemão atribui à estabilidade monetária.

Em virtude de razões históricas adotamos, no Brasil, fórmulas que permitem conciliar o desenvolvimento com taxas pouco ortodoxas de inflação: a indexação dos salários, impostos, empréstimos e valores contratuais e, indiretamente, da taxa de câmbio, pelo sistema das minidesvalorizações. Essas fórmulas, apesar de seus efeitos realimentadores das altas de preços, se têm revelado

profícuas entre nós. Mas não pretendemos exportá-las para as nações industrializadas, tradicionalmente habituadas à estabilidade dos preços. Deve-se notar que, mesmo no Brasil, apesar do efeito neutralizador das distorções proporcionado pela indexação, os maiores reclamos da sociedade brasileira recaem sobre a contenção das taxas de inflação.

diminuir barreiras protecionistas pode ser uma solução

A preocupação anti-inflacionária dos países industrializados, a expansão de seu produto e do seu nível de emprego e a melhor divisão internacional dos déficits em contacorrente dos países importadores de petróleo, no entanto, não são objetivos incompatíveis. A conciliação pode ser encontrada na diminuição das barreiras protecionistas que as nações industrializadas opõem às exportações dos países em desenvolvimento. Um tratamento não paternalista, mas efetivamente preferencial a essas exportações, em tantos casos sujeitas a flutuações pela instabilidade dos preços dos produtos primários, parece condição imprescindível à melhor composição do atual quadro econômico mundial. A ninguém interessa a persistência de uma situação que possa levar algumas nações em desenvolvimento a problemas praticamente sem remédio.

Por certo, não há como eternizar, para o comércio mundial, soluções que partem do pressuposto de que os países da OPEP continuarão com superávits anuais semelhantes aos registrados nos quatro últimos anos. Esse é um quadro de transição, suficientemente importante para que procuremos solucionar seus problemas, mas insuficientemente estável para que sobre ele possamos projetar o futuro.

O grande desafio para a humanidade de hoje é a busca de novas fontes de energia que nos livrem da superdependência do petróleo. Por certo, o quadro atual é o de relativa abundância da oferta. Também é inegável que os preços do óleo cru, a partir de outubro de 1973, tornaram economicamente viável a prospecção e o aproveitamento de reservas que anteriormente seriam

rejeitadas pelo seu alto custo. O caso mais importante é o das explorações em plataformas submarinas, onde o Brasil tem conseguido resultados promissores e a Europa ingressa na nova fase do Mar do Norte.

Nada indica, todavia, que esse quadro de relativa abundância se estabilize nos próximos dez ou quinze anos. De um lado, é preciso retomar os esforços de conservação das fontes não renováveis de energia. Nesse sentido, é de se reconhecer que, pelo menos, parte do desequilíbrio mundial poderia ser atenuada pela diminuição do desperdício de energia nas nações industrializadas. Mas, de outro lado, cabe ativar a cooperação internacional na direção do aproveitamento de novas fontes. Nesse particular, devemos classificar, como marco histórico, o acordo nuclear firmado em 1975 entre nossos dois países. O maior aproveitamento do carvão, do xisto betuminoso e de outras reservas energéticas são alternativas que devemos buscar, cada país explorando da melhor maneira, as suas potencialidades naturais.

Cumprе, ademais, aproveitar ao máximo as fontes de energia que, renovadas que são pela natureza, não correm o perigo da exaustão. O exemplo clássico, que no Brasil é responsável pela quase totalidade da geração de energia elétrica no momento, é o do potencial hidráulico. Na linha dos recursos renováveis estamos, no Brasil, desenvolvendo importante programa, o do uso do álcool carburante como substituto dos derivados de petróleo. Até que a tecnologia consiga, o que ainda parece distante, domar a fusão do núcleo do hidrogênio para fins pacíficos, são esforços desse teor que irão determinar os horizontes de bem-estar da humanidade nas próximas décadas.

Meus senhores:

Concebemos o desenvolvimento como o aproveitamento organizado dos recursos naturais, do capital, do trabalho e da tecnologia em prol do bem-estar dos povos. **Concebemos também esse processo como a busca de uma comunidade internacional justa e democrática, onde impere o respeito mútuo entre os Estados. Os Governos do Brasil e da República Federal da Alemanha vêm dando importantes passos para fortalecer, com dinamismo e criatividade, seu re-**

lacionamento bilateral. Dentro de nossa filosofia econômica, porém, os acordos governamentais são apenas a moldura indispensável à atuação do setor privado na ampliação do intercâmbio de mercadorias, serviços e capitais.

Ao declarar abertos os trabalhos do Encontro Teuto-Brasileiro de Empresários, quero desejar-lhes uma jornada de proveitosas discussões, que conduzam à abertura de novos caminhos para a cooperação econômica entre nossos países.

SAUDAÇÃO DE NIKOLAUS FASOLT

Senhor Presidente,

É para mim uma honra especial receber Vossa Excelência e os membros de sua comitiva na casa da indústria alemã. Em nome de todos os representantes da economia alemã aqui presentes, agradeço a Vossa Excelência a honra que nos concede em visitar-nos, como Presidente e Chefe de Estado da República Federativa do Brasil. Também desejo dar minhas calorosas boas-vindas às importantes personalidades do Governo e da indústria de seu país que acompanham Vossa Excelência. Sentimos assim a importância que Vossa Excelência e os empresários brasileiros atribuem à cooperação com a indústria alemã. Os Ministros de Estado e os Presidentes de importantes instituições e sociedades que aqui se encontram constituem, com sua presença, garantia de que os contatos com os empresários alemães serão altamente produtivos.

Recebemos com muito prazer a sugestão de seu Governo de promover um encontro teuto-brasileiro de empresários por ocasião de sua visita à RFA. O eco entusiástico que o convite despertou entre os empresários brasileiros e alemães comprova o grande interesse de ambos os lados na ampliação de nossa cooperação econômica: essa ampla ressonância constitui ao mesmo tempo um barômetro das boas relações entre os nossos dois países.

A reunião de Colônia representa um prosseguimento de encontros anteriores no seu

país e em várias cidades alemãs. Permito-me evocar um desses acontecimentos: o encontro teuto-brasileiro de empresários, que se realizou em agosto de 1974, na Confederação Nacional da Indústria Brasileira, no Rio de Janeiro. Alegro-me de que o Doutor Sohl, que chefiou naquela época a delegação da Confederação da Indústria Alemã, encontra-se hoje aqui entre nós. Vossa Excelência, Senhor Presidente, concedeu também naquela oportunidade à delegação alemã a honra de uma audiência.

Os meios económicos alemães não apenas vêm seguindo com grande interesse os esforços muito expressivos e eficazes de seu Governo na promoção do desenvolvimento económico e industrial de seu país, mas também têm participado com grande esforço na consecução dessa grande tarefa.

O Brasil atravessou, nos últimos vinte anos, um desenvolvimento industrial extraordinário ao qual nós somente podemos dispensar nosso mais alto tributo. Falou-se inclusive de terceiro milagre económico acontecido no mundo, após os sucessos da Alemanha e do Japão. **O atual estágio e as possibilidades futuras de desenvolvimento da economia brasileira são um desafio para todo empresário. Isso tanto mais que se executa no Brasil uma política económica que promove uma utilização eficiente dos recursos tão amplamente existentes no país. Vossa Excelência declarou várias vezes, pessoalmente, que todas as funções de controle económico exercidas pelo Estado não devem interferir na economia de mercado e que todos os setores diretamente produtivos, também no futuro, devem ser domínio da economia privada. Esse espírito aberto com relação à iniciativa privada no seu país representa também um estímulo para o investidor externo. Mais de 500 empresas alemãs já investiram no Brasil. Com quase DM 3,8 bilhões, os investimentos diretos alemães no Brasil são os maiores em um só país fora da Europa e dos Estados Unidos da América.**

defender o livre comércio internacional

Muitas outras firmas alemãs desenvolvem relações comerciais intensas com o Brasil.

O intercâmbio comercial constitui uma das bases do bem-estar e do progresso da economia moderna. Nosso interesse comum consiste em defender o livre comércio internacional contra recursos ao protecionismo. Para o Brasil e a República Federal da Alemanha, o livre acesso aos mercados internacionais na exportação e na importação é igualmente vital. No ano passado, o Brasil teve pela primeira vez um superavit no comércio com a RFA. Nós consideramos esse um sinal da crescente pujança da economia brasileira. Não obstante a diminuição das exportações alemãs para o Brasil nos últimos três anos, seu país continua a ser, como antes, um dos nossos mais importantes mercados de além-mar. Também do ponto de vista de nossas importações, seu país tem grande significado para nós: o Brasil é um de nossos mais importantes fornecedores.

Também o setor do movimento de capitais, ambos os países concedem grande importância à maior liberdade possível, no interesse da divisão internacional de trabalho. Essa liberdade tem contribuído grandemente para o desenvolvimento económico de nossos dois países.

Para encerrar, permita-me citar ainda uma razão pela qual tantos investidores tiveram sucesso em sua participação no Brasil: o clima de estabilidade política que reina nesse importante país, aliado à primazia atribuída à competência com que grandes tarefas e pequenos problemas de todos os dias são resolvidos. Isso dá a nós empresários, a certeza de que podemos ter confiança no futuro. Ademais, também a amabilidade e a tolerância do povo brasileiro fazem com que o estrangeiro se sinta bem-vindo não só como o empresário, criador de lugares de trabalho, mas também como pessoa humana.

Esperamos, Senhor Presidente, que a visita de Vossa Excelência na RFA contribua para intensificar as boas relações entre nossos países e abrir caminho para novos laços.

Permita-me, enfim, passar a palavra a Vossa Excelência.

geisel visita o primeiro-ministro de baden-württemberg

Discursos de Hans Filbinger e de Ernesto Geisel, em 8 de março de 1978, por ocasião da chegada do Presidente brasileiro a Baden-Württemberg; e brindes dos mesmos, por ocasião do almoço oferecido ao Presidente Geisel, no Castelo de Schwetzingen, no mesmo dia.

DISCURSO DE FILBINGER

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Tenho grande prazer em dar as boas-vindas a Vossa Excelência e aos Senhores da sua comitiva:

Sejam bem-vindos em nome do Governo e do Parlamento Estadual de Baden-Württemberg, cuja população acompanha sua visita à Alemanha com atenciosa e respeitosa simpatia;

Seja bem-vindo, Senhor Presidente, a uma pequena cidade do nosso Estado, cujo castelo há 200 anos faz parte do patrimônio nacional, em sua qualidade de centro cultural europeu: Mozart Schiller, Hölderlin e Eichendorff gostaram de Schwetzingen e permaneceram com predileção nesse castelo e no seu parque. Já era esse o desejo do grande Voltaire: "... quero rever Schwetzingen, essa ideia domina toda a minha alma".

Seja bem-vindo, Senhor Presidente, ao castelo de Schwetzingen, que é ligado à antiga pátria do seu pai através da Bergstrasse, a menos de 100 quilômetros afastado de Kronberg, no Taunus.

Seja bem-vindo em uma época na qual a política prudente e determinada do seu Governo iniciou uma nova fase da História brasileira.

Vossa Excelência está empenhado em sincronizar o crescimento admirável da economia brasileira com o desenvolvimento no setor social.

Vossa Excelência soube oferecer, a amplos círculos da população, participação no bem-estar e oferecer aos cidadãos possibilidades de desenvolvimento.

No Brasil, a ideia da liberdade tem tradição. Onde quer que no mundo um país envide esforços no sentido de atingir uma paz interna e um equilíbrio social, um quê de segurança será ganho pela República Federal da Alemanha; onde essa luta é perdida, também perdemos nós.

brasil desempenhará um papel-chave

Por isso, Senhor Presidente, o êxito da sua obra também para nós é de maior valor, porque para nós o Brasil, ainda mais do que agora, desempenhará um papel-chave. Para a República Federal da Alemanha e para a Europa, as bases e os mercados de matérias-primas são de importância vital. O Brasil é um dos mais importantes arsenais de matérias-primas do mundo. Nós não temos matérias-primas suficientemente importantes para mencioná-las, mas temos muito **know how** e conhecimento técnico em Baden-Württemberg, que é o Estado com a indústria e a exportação mais intensiva na República Federal da Alemanha.

Mas, mais importante para nós do que todos os problemas relativos a matérias-primas

mas é a parceria económica com a República Federativa do Brasil. Com muito prazer e engajamento, o Estado Federal de Baden-Württemberg fará a sua contribuição no âmbito de tal parceria intensificada do "oferecer" e do "receber".

Estamos bem preparados para isso: nos últimos 5 anos, o Instituto para Relações Exteriores em Stuttgart realizou 17 seminários sobre o Brasil, tendo assim preparado cerca de 1000 pessoas — técnicos e gerentes da indústria e do comércio (sobretudo de Baden-Württemberg) — para o Brasil.

Reuniram-se hoje aqui os representantes da economia e da política desse Estado para prestar homenagem a Vossa Excelência, Senhor Presidente.

Na sua pessoa, saudamos o mais alto representante do país, com a maior extensão territorial e a maior população da América Latina, que — no âmbito de um subcontinente em vias de mudança — está cada vez mais no centro do interesse mundial. O desenvolvimento político e económico do Brasil também decidirá sobre o destino do mundo transatlântico e de todo o mundo ocidental.

Senhor Presidente:

A Europa e a América Latina percorreram juntos um trecho da sua história. Múltiplos são os vínculos e as coisas em comum particularmente entre o Brasil e a Alemanha; grande é o número de brasileiros de ascendência alemã que prestaram a sua contribuição como bons cidadãos na sua nova pátria: no desenvolvimento da economia, no exército, na política, ciência e técnica — e que contribuíram também para a cultura e a civilização do seu grande país.

Constituiu coincidência importante e simbólica quando o Brasil e a Alemanha, em 1974, celebraram o 150.º aniversário da chegada dos primeiros colonos alemães e quando, no mesmo ano, pela primeira vez na História brasileira, o filho de um imi-

grante alemão, o General Ernesto Geisel, tomou em suas mãos o destino do quinto maior país do mundo. Também por isso, Vossa Excelência, as nossas boas-vindas são particularmente calorosas. Agradeço-lhe sinceramente por Vossa Excelência ter dado a Baden-Württemberg a honra de sua visita.

Mais uma vez, obrigado: Cordialmente bem-vindo a Baden-Württemberg!

DISCURSO DE GEISEL

Excelentíssimo Senhor Hans Filbinger,

Ministro-Presidente de Baden-Württemberg

As palavras com que Vossa Excelência acaba de me saudar são muito importantes para nós, brasileiros, pelo que significam de amizade para com o nosso país. Foi com especial satisfação que acolhi o convite para vir a Baden-Württemberg, pois, desde logo, entrevi, nesta visita, excelente oportunidade para reafirmarmos nosso entendimento e cooperação.

Baden-Württemberg, por suas tradições e desenvolvimento material, bem pode ser considerado uma síntese da moderna República Federal da Alemanha. Lado a lado com a mais avançada tecnologia, representada, de forma exemplar, pelas pesquisas nucleares pioneiras que se realizam em Karlsruhe, encontram-se vivos os valores clássicos, associados eternamente aos nomes das universidades de Heidelberg, de Freiburg e de Tübingen. O progresso, Senhor Ministro-Presidente, foi conquistado, nesta terra, em evidente harmonia com a natureza, com a história e com as mais altas expressões do pensamento. Esta constatação, a nós brasileiros, nos emociona profundamente, porque é esta a forma de desenvolvimento que estamos empenhados em constituir em nosso país.

Temos recebido, com grande interesse, a contribuição da gente de Baden-Württemberg aos esforços de desenvolvimento que realizamos no Brasil. É nosso desejo que a cooperação já estabelecida tenha prosseguimento e se intensifique, de modo a que possamos dela retirar resultados cada vez mais produtivos.

Ao saudar, na pessoa de Vossa Excelência o Governo e o povo de Baden-Württemberg, desejo, igualmente, significar nossos agradecimentos pela acolhida cordial que eu e minha comitiva estamos recebendo.

Muito Obrigado.

BRINDE DO PRIMEIRO-MINISTRO

Senhor Presidente,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

"A boca fala do que o coração está cheio". Permitam-me por isso dar-lhes as boas-vindas, que são a expressão de minha alegria, da alegria de nós todos com a visita de Vossa Excelência a Baden-Württemberg.

Desejo agradecer devidamente a Vossa Excelência por esta sua visita, como também lhe expresso meu agradecimento cordial pelo convite para visitar seu grande país. Já em inícios deste século foi publicado, por uma editora de Stuttgart, o livro **Brasil — País do Futuro**. Esse fato constitui, hoje ainda mais — especialmente tendo em consideração a gigantesca obra de desenvolvimento, Senhor Presidente — objeto dos nossos pensamentos e das nossas ponderações.

No entanto, à parte de todas as cogitações de utilidade, desponta uma nota pessoal em nossa expectativa quanto à viagem ao Brasil: é a alegria de conhecer a gente brasi-

leira, proverbialmente simpática e gentil, cujo mais alto representante temos a honra de ter hoje entre nós. Um sábio disse-me certa vez: "Uma das grandes contribuições do Brasil para a cultura mundial é a cordialidade".

Nesse sentido, gostaria de agradecer-lhe mais uma vez, convidando meus prezados hóspedes a erguer comigo as taças para brindar à saúde de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor General Ernesto Geisel, às relações teuto-brasileiras, amistosas e proveitosas, e ao futuro de seu grande país.

Para a sua política de moderação e de equilíbrio desejamos, Senhor Presidente, também muito êxito no futuro.

Viva o Brasil! Brindo à sua saúde!

BRINDE DO PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente,

Nos próximos dias, Vossa Excelência estará viajando ao Brasil, para conhecer um pouco mais de nossa terra e de nosso povo e para trazer, a seus compatriotas, o testemunho da dimensão humana e material do esforço brasileiro de construção nacional. Baden-Württemberg tem dado importantes contribuições a esse esforço e a viagem de Vossa Excelência, estou certo, estará destinada a estender e aprofundar mais ainda essa cooperação.

Senhor Ministro-Presidente,

É com grande alegria que elevo este brinde a Baden-Württemberg, à saúde e felicidade pessoais da Senhora Filbinger e de Vossa Excelência, e ao pleno êxito de sua próxima visita ao Brasil.

presidente brasileiro em berlim

Discursos do Prefeito de Berlim, Dietrich Stobbe, e do Presidente Ernesto Geisel, em 9 de março de 1978, logo após a chegada do Primeiro-Mandatário brasileiro àquela cidade alemã; discursos do Prefeito e do Presidente do Brasil, no mesmo dia, durante a cerimônia em que o Chefe da Nação brasileira colocou sua assinatura no Livro de Ouro da cidade de Berlim; e brindes feitos por Stobbe e Geisel, na mesma data, por ocasião do almoço oferecido pelo Prefeito ao Chefe de Estado brasileiro.

DISCURSO DE STOBBE NA CHEGADA DE GEISEL

Senhor Presidente,

Muito prezada Senhora Geisel,

Tenho muito prazer em dar as boas-vindas a Vossas Excelências e a sua comitiva na maior cidade da Alemanha.

Sua visita à República Federal da Alemanha é sinal da cooperação baseada na confiança entre nossos países e dos laços de amizade entre nossos povos. Estou certo de que, também no futuro, poderemos intensificar ainda mais nossa amizade e nossa cooperação e considero sua visita como mais um passo dado nessa direção.

Vossas Excelências só permanecerão poucas horas aqui. Não obstante, espero que nesse período possam obter a impressão de estar em uma cidade aberta para a disputa intelectual, eficiente na sua estrutura econômica e cheia de irradiação na sua oferta cultural.

Minhas calorosas boas-vindas!

RESPOSTA DO PRESIDENTE

Muito agradeço, Senhor Prefeito, as palavras de acolhida que Vossa Excelência acaba de pronunciar.

É com grande prazer que visito Berlim, cidade que é uma das mais importantes encruzilhadas da Europa e do mundo, e que sempre esteve ligada à América Latina e ao Brasil.

Espero que minha visita contribua para demonstrar, uma vez mais, o apreço que o povo brasileiro dedica ao povo alemão e a tudo que a cidade de Berlim simboliza.

DISCURSO DO PREFEITO NA SOLENIIDADE DE ASSINATURA DO LIVRO DE OURO

A visita de Vossa Excelência a Berlim, Senhor Presidente, é apenas de curta duração. É para nós motivo de grande satisfação que Vossa Excelência tenha decidido visitar esta cidade que, como nenhuma outra, ilustra o destino do nosso país, do qual provêm também os seus pais e muitos dos seus compatriotas brasileiros. Dou as cordiais boas-vindas a Vossa Excelência, Senhor Presidente, cumprimento sua esposa e me permito desejar também a todos os membros da sua comitiva uma estada agradável em nossa cidade.

O Senhor Presidente Federal assinalou na segunda-feira à noite, em Bonn, as múltiplas e estreitas relações que existem en-

tre os nossos países e povos. Tenho o prazer de poder afirmar que também nós, berlinenses, prestamos nossa contribuição para o bom desenvolvimento dessas relações. Quero lembrar o intenso intercâmbio econômico entre o Brasil e Berlim. Muitos nomes de grandes firmas relacionadas com Berlim gozam também no Brasil de renome. Menciono Siemens ou AEG-Telefunken, mas gostaria também de salientar a contribuição de empresas especializadas de porte médio. Por outro lado, o Brasil mantém bons contatos com Berlim. Seu país esteve e continua a estar representado em inúmeras feiras e exposições. Assim, por exemplo, inaugurei, nesse fim de semana, junto com o Presidente da Empresa Brasileira de Turismo, Senhor Farhat, a Bolsa Internacional de Turismo que atualmente se realiza nesta cidade.

O Brasil se nos apresenta como país imensamente grande, cheio de oportunidade e de potencialidades. Vemos um país em marcha. Considero a ampliação das relações econômicas, comerciais, de turismo e de cooperação técnica uma oportunidade de fazer com que nossa cooperação, baseada na confiança, se torne uma força estabilizadora entre o Norte e o Sul. Sua visita ao nosso País e também à nossa cidade, Senhor Presidente, constituirá — assim o espero — um passo bem sucedido nesse caminho.

Nós berlinenses orgulhamo-nos das relações tradicionais com o continente sul-americano. Penso, naturalmente, no pioneiro dessas relações, Alexandre von Humboldt, e menciono também o Instituto Ibero-americano em Berlim, único do seu gênero na Europa. Seu rico acervo é utilizado, em medida considerável, também por pesquisadores sul-americanos, fato esse que mostra, de maneira especial, o nível do referido Instituto.

Durante sua estada, Vossa Excelência pôde ter apenas uma breve impressão de nossa cidade, que nos tempos do após-guerra teve que enfrentar graves provas. Essas provas foram vencidas. As garantias de nossas potências protetoras — Estados Unidos, França e Grã-Bretanha — nossa estreita ligação com a República Federal da Alema-

nha e a firmeza dos berlinenses para isso contribuíram.

A política do equilíbrio parcial dos interesses tornou possível resolver para a cidade de Berlim, dividida, o que poderia ser resolvido sob as condições históricas existentes. Assim, a paz foi melhor assegurada e ninguém sabe apreciar isso melhor do que os berlinenses. O Acordo Quadripartite sobre Berlim ofereceu à nossa cidade novas oportunidades e nós as estamos aproveitando. A solidariedade internacional, que pudemos experimentar em anos difíceis do após-guerra, ensinou aos berlinenses a não esquecerem, por sua parte, que no mundo inteiro há problemas que somente podem ser vencidos solidariamente. É importante saber que Berlim não desempenha apenas um papel no conflito Leste-Oeste. Berlim presta também sua contribuição no diálogo Norte-Sul.

Na Declaração de Governo após a sua posse, Vossa Excelência, Senhor Presidente, manifestou-se a favor de um "aperfeiçoamento lento, mas seguro, de democracia" no seu país. Esse é, creio, apesar de toda a diversidade da situação inicial de que se parte, um dever com o qual todos os que têm responsabilidade política se vêem confrontados. Formulo o desejo de que esse princípio se imponha ao mundo inteiro. A seu país e ao seu povo desejo um bom futuro. A participação decisiva que Vossa Excelência, Senhor Presidente, certamente terá nesse futuro, desejo muito êxito.

Rogo a Vossa Excelência conceder-nos a honra de assinar o Livro de Ouro da Cidade de Berlim.

DISCURSO DO PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Esses meus momentos na cidade de Berlim, embora breves, deixam marcados em minha memória imagens de uma força histórica certamente inesquecível. A ninguém

podem soar indiferentes os símbolos que sempre reconhecemos como patrimônio da civilização: o Castelo Bellevue, a Igreja do Kaiser Guilherme, o Reichstag, e esta obra-prima da arte barroca alemã, o Palácio de Charlottenburg.

Esses nomes antigos venho encontrá-los a salvo do tempo, testemunho presente de que a história de um povo é trabalho diário, cotidiano, de construção e de reconstrução. Não sei o que mais admirar, se a cultura que produziu exemplos tão notáveis de arte, ou se a energia que os foi resgatar à História.

São antigos e fortes os vínculos entre o Brasil e esta valorosa cidade. Espero que minha visita proporcione oportunidade para darmos novo impulso a nosso intercâmbio em variadas áreas, inclusive a comercial.

Senhor Prefeito,

No Livro de Ouro desta cidade, encontram-se as assinaturas de Homens de Estado e de personalidades das mais diversas nações do Ocidente. Nenhum deles, estou seguro, veio aqui para cumprir um simples ato protocolar de visitante. Vieram, sim, trazer a Berlim a admiração de seus povos e de seus Governos, expressando seu apoio à causa da liberdade. Confesso-lhe minha emoção ao deixar aqui registrada a presença brasileira e também nosso tributo a tudo o que simboliza a cidade de Berlim.

BRINDE DE STOBBE NO ALMOÇO

Minhas senhoras, Meus senhores!

Convido-os a levantar suas taças e brindar comigo ao bem-estar do nosso hóspede, o Senhor Presidente do Brasil, ao bem-estar da Senhora Geisel

ao bem-estar da República Federativa do Brasil e à amizade entre os povos brasileiro e alemão!

BRINDE DE GEISEL

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Muito obrigado. Devo destacar que Berlim sempre foi uma das cidades que maior intercâmbio manteve com o Brasil. Devemos, portanto, colocar nosso empenho em incentivar nossas relações em todos os terrenos, particularmente o econômico e o comercial.

Peço, assim, aos presentes que levanten suas taças, em homenagem a esta intrépida cidade e ao seu povo. Peço ainda, a todos, que, junto comigo, desejem paz e prosperidade a Berlim e todas felicidades à Senhora Stobbe e ao Senhor Prefeito em seus importantes esforços à frente da municipalidade.

a visita do presidente do brasil a düsseldorf

Discursos, de improviso, proferidos pelo Primeiro-Ministro da Renânia do Norte-Westfália, Hans Kiihn, e pelo Presidente Ernesto Geisel, em 9 de março de 1978, em Düsseldorf, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente brasileiro.

0 PRIMEIRO-MINISTRO

Senhor Presidente,
Excelentíssima Senhora,
Prezados amigos, prezados hóspedes,

Os dias de ontem e anteontem foram, Senhor Presidente, dias de conversas diplomáticas e políticas. O dia de hoje foi um dia de viagens cansativas. Cada minuto era planejado. Por isso não pretendo cansá-lo com um longo discurso, nem pretendo encorajar

Vossa Excelência a proferir um longo discurso.

Só quero dizer algumas poucas palavras.

Desejo que Vossa Excelência se sinta em casa, entre amigos. Certamente foi concluída ontem, em Bonn, a parte oficial da viagem. Vossa Excelência discutiu os grandes problemas do nosso tempo com os líderes dos partidos políticos. E agora veio visitar esta modesta província.

Não pretendo dizer muito a respeito do nosso Estado porque nos conhecemos bem. É o maior Estado federado da Alemanha e, com 17 milhões de habitantes, também o de maior população. Além disso, também é o Estado federado com maior indústria. Aqui a indústria alemã teve seu começo, na base de carvão e aço. Há 30 anos, depois de 1945, no fim da Segunda Guerra Mundial, essa região foi a mais destruída da Europa. Um campo de ruínas! As fábricas já não eram locais de produção, mas simplesmente um emaranhado de aço e ferro. Nessa época, só poucas pessoas acreditaram que dessas ruínas se pudesse construir um país viável, altamente industrializado, moderno e eficiente. Orgulhamo-nos de que a disciplina, a força de trabalho e a responsabilidade política dos trabalhadores do nosso Estado e a imaginação e a iniciativa dos nossos empresários que, na base da parceria — em discussões frequentemente duras — sempre obtiveram resultados satisfatórios para ambos os lados, tenham tornado possível tudo isso. Nessa base, foi criada uma das paisagens industriais mais modernas na Europa. Uma paisagem linda! Infelizmente, já era demasiado escuro para que Vossa Excelência pudesse, durante o voo, ver bem a cidade de Duisburg, o maior porto fluvial da Europa, onde são diariamente descarregados 600 navios. Aí também chegam os minérios brasileiros que são transformados nas usinas siderúrgicas da região do Ruhr. Se tivéssemos tido tempo, poderíamos ter sobrevoado essa maravilho-

sa paisagem industrial, que de maneira nenhuma é sombria, mas verde e linda.

Não desejo falar apenas com entusiasmo do nosso País. Também temos problemas. Em um mundo no qual o carvão e o aço têm que defender suas posições, uma paisagem industrial baseada em carvão e aço tem — como toda a indústria na República Federal da Alemanha — os seus problemas, devido à recessão. Mas orgulhamo-nos de que tenhamos podido resolver nossos problemas de uma maneira melhor do que outras paisagens industriais do mundo.

Conhecemos o seu país, Senhor Presidente.

Acabei de explicar há pouco que aqui estamos em família. Mas alguém disse uma vez: se colocarmos um microfone na frente de um político, ele certamente proferirá um discurso. Lembro-me da minha primeira visita ao Brasil. Estava convidado pelo Conselho Municipal de Blumenau. O discurso que proferi em alemão foi traduzido para o português por um padre franciscano. O burgomestre, que naturalmente também tinha um nome alemão, respondeu em português, o que também foi traduzido para o alemão. Nessa época — tão cedo na história da República Federal — ainda não se conhecia o hino nacional. Assim, a guarda de honra tocou a marcha "Velhos Camaradas". Foi uma visita linda!

brasil será a primeira nação da américa latina

Também fui a Belo Horizonte, onde nosso vizinho industrial, a Mannesmann, possui grandes instalações industriais. A indústria da Renânia do Norte-Westfália investiu mais de meio bilhão de marcos alemães no Brasil. Também me lembro muito bem da minha visita à Volkswagen. Creio saber e creio poder adivinhar que grande futuro espera o Brasil com todas as suas riquezas escondidas no subsolo. Um país rico — e como o Senhor Presidente me disse no helicóptero — não só em matérias-primas, mas também em pessoas. Quando cada caboclo for um operário industrial qualificado, o Brasil será a primeira nação na América Latina.

Desejamos que os nossos povos — unidos por laços de amizade — trabalhem em comum para o futuro e o bem-estar dos homens pelos quais somos responsáveis.

O Brasil já não é país em desenvolvimento, mas está no limiar da industrialização e, nessa posição, cabem-lhe tarefas especiais. Nós queremos ajudar os Senhores e os Senhores devem nos ajudar. Na nossa troca de ideias concordamos em que a maior ajuda no mundo é a ajuda baseada na reciprocidade. Não ajuda-se apenas a um outro, mas se ajuda a si próprio para se poder ajudarão outro.

Afinal, acabei tratando de coisas sérias.

Agora penso no presente que Vossa Excelência me ofereceu. Eu pensei o que poderia eu oferecer ao Presidente de um país tão grande. Aqui tenho um dos mais antigos mapas coloridos do Brasil, do século XVI. Alegrar-me-ia se Vossa Excelência encontrasse um pequeno lugar para ele em um de seus escritórios ou na sua casa. Além disso, fui informado de que a Excelentíssima Senhora Geisel gosta de porcelana e de música. Há pouco conversamos sobre o Vice-Primeiro-Ministro, de quem disse que seria tão sensível como Mozart. A Excelentíssima Senhora me respondeu que esperava que ele tivesse uma vida mais longa do que a do grande compositor. Aceite essa porcelana com textos e motivos da "Flauta Mágica" como lembrança da sua visita. Aliás, o produtor dessa porcelana é um dos poucos capitalistas social-democratas. O Senhor Rosenthal é um célebre fabricante de porcelana, mas também um excelente deputado, que pode permitir cometer um erro. Aconteceu durante uma votação dramática no Parlamento quando, em vez de colocar a sua cédula de votação na urna, colocou a de seu vizinho, tornando nulo assim, o seu próprio voto. Em consequência disso, fiz a proposta de que se deveriam produzir cédulas de porcelana, para que não cometesse esse erro de novo.

Ergo a minha taça para brindar à amizade entre os nossos dois povos, a uma boa cooperação também no futuro, em benefício de ambos os países, e ao bem-estar pessoal do Presidente da República, de sua esposa e de sua filha.

0 PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente.

Desejo manifestar meu reconhecimento pelos votos que Vossa Excelência acaba de enunciar. A acolhida calorosa que nos foi dada, aqui em Renânia do Norte-Westfália, ficará, em nossa memória, como um dos momentos altos desta visita à República Federal.

Visitar Düsseldorf é conhecer uma cidade que sempre teve relevo pela arte e pela cultura. Berço do grande Heinrich Heine, Düsseldorf revelou também, há mais de um século, sua vocação industrial.

Os nomes dos grandes empreendimentos siderúrgicos e metalúrgicos da Renânia do Norte-Westfália são mundialmente conhecidos e respeitados como os testemunhos da imaginação e da capacidade de trabalho deste povo.

Ao formular votos pela prosperidade da Renânia do Norte-Westfália e ao evocar a contribuição de sua gente ao desenvolvimento de meu país, convido os presentes a levantarem suas taças pela amizade entre o Brasil e a República Federal e pela felicidade pessoal do Ministro-Presidente e da Senhora Kiihn.

a assinatura da declaração conjunta teuto-brasileira

Discursos do Primeiro-Ministro da República Federal da Alemanha, Helmut Schmidt, e do Presidente Ernesto Geisel, em Bonn, em 10 de março de 1978, durante a solenidade de assinatura da Declaração Conjunta teuto-brasileira.

O PRIMEIRO-MINISTRO

Senhor Presidente,

Quem lê a Declaração Conjunta que acabamos de assinar, e que agora será publicada, verificará quão estreitas se tornarão as relações teuto-brasileiras no decorrer do tempo, consolidadas ainda mais pela sua visita. Creio poder dizer que com nenhum outro país do hemisfério sul nos unem laços tão fortes. As conversações mantidas com Vossa Excelência mostraram-me claramente que a qualidade especial de nosso relacionamento não resulta apenas do excelente funcionamento de um amplo intercâmbio em todos os setores mas, em última análise, do fato de alemães e brasileiros terem os mesmos conceitos de valores. É esse também o motivo pelo qual damos grande importância ao julgamento dos nossos amigos brasileiros e a razão pela qual, juntamente com eles, queremos assumir responsabilidades.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para renovar-lhe os meus cordiais agradecimentos pela visita ao nosso País e pela visita a Berlim. Ao mesmo tempo gostaria de formular os melhores votos de felicidade para seu povo, seu País e para Vossa Excelência.

O PRESIDENTE

Senhor Chanceler Federal,

Vim à República Federal da Alemanha a convite do Presidente Walter Scheel. Cheguei a este País na expectativa de que minha visita iria contribuir não só para consolidar o relacionamento entre o Brasil e a República Federal, mas também para aprofundá-lo, para dar-lhe novas e importantes dimensões. Não me decepcionei. Pelo contrário, a Declaração Conjunta que acabamos de firmar e os demais entendimentos que alcançamos, Senhor Chanceler Federal, indicam, claramente, o grau de maturidade de nossas relações, bem como anunciam a inauguração de nova e animadora etapa de compreensão, consulta e cooperação. Retorno, pois, ao Brasil na convicção de que esta visita foi amplamente produtiva e que nela pudemos dar poderoso impulso à nossa amizade recíproca. Ao despedir-me, deixo agradecer vivamente, em meu próprio nome e no dos brasileiros que me acompanham, a acolhida calorosa e amigável que nos foi dada, nestes dias de tantas realizações. Espero possamos retribuir toda a hospitalidade que recebemos quando o Presidente Scheel e o Chanceler Schmidt nos visitarem em atendimento a convites que hoje tive o prazer de lhes fazer.

Muito Obrigado.

entrevistas do presidente geisel à televisão alemã

Entrevista que o Presidente Geisel concedeu aos jornalistas Rolf Pflücke e Klaus Eckstein, respectivamente do 1.º (ARD) e 2.º (ZDF) canais da televisão alemã, gravadas em Brasília, em 24 de fevereiro de 1978, e transmitidas na República Federal da Alemanha em 6 de março de 1978.

1.º CANAL

Pergunta — O tema dos direitos humanos tem atualmente grande importância em todo o mundo. Organizações internacionais periodicamente acusam o Brasil de não respeitar bastante os direitos humanos. Sabemos que justamente o seu governo visava a proteger mais as liberdades civis. Como o Senhor vê a situação dos direitos humanos e das liberdades civis em seu país?

Resposta — Esse tema de direitos humanos realmente hoje em dia é moda. Em toda a parte do mundo, em todo o lugar se fala em direitos humanos. Aqui no Brasil evidentemente também se fala. Entretanto, nem todos têm de direitos humanos o conceito suficientemente amplo nem conhecem as normas ou as regras que fixam os direitos humanos que estão na Carta das Nações Unidas, que aliás tiveram origem anterior, pois foram consagradas pela Revolução francesa. Nós nos preocupamos muito com os direitos humanos aqui no Brasil e apesar das acusações que nos fazem eu creio que o Brasil pode, num confronto mundial, se apresentar bem em matéria de direitos humanos. Veja que no âmbito dos direitos humanos nós colocamos a educação, um dos pontos com que meu Governo, como o dos meus antecessores, se tem preocupado. O Brasil de hoje já tem um número muito reduzido de analfabetos; os níveis de instrução são bastante promissores. Temos cerca de 1 milhão e duzentos mil alunos nas universidades. Nós nos preocupamos com a saúde da população, nos preocupamos com a alimentação, nos preocupamos em dar empregos. Nós temos no

Brasil, devido ao nosso crescimento populacional, que criar todo ano cerca de 1 milhão e meio de empregos, porque a nossa população cresce a uma taxa muito alta. Tudo isso faz parte dos direitos humanos. É claro que também existem ainda os direitos políticos, que nós também respeitamos. Como a liberdade de pensamento e de expressão. O que nós não aceitamos é terrorismo, subversão, nós não aceitamos que se perturbe a tranquilidade do País que precisa trabalhar para se desenvolver. Quando há fenômenos dessa natureza o Governo intervém no sentido de manter a tranquilidade e a harmonia dentro do país. As acusações que nos fazem no exterior, por diversas entidades, têm sido examinadas por nós e têm sido respondidas. E verificamos que muitas vezes essas informações são tendenciosas. Recordo-me de uma ocasião em que acusaram o Governo brasileiro de ter assassinado um determinado indivíduo que era acusado de comunista ou coisa semelhante. Pois bem, o Governo apresentou esse homem na televisão, mostrou que ele estava vivo. Vivo e em liberdade e que não havia nada contra ele. De um lado é um tema que nos preocupa e que nós cuidamos bastante. De outro lado, as informações contrárias nem sempre são merecedoras de crédito. Mesmo de entidades renomadas que existem na Europa, as informações vêm através de cartas, vêm através de documentos cuja validade não está comprovada. Então é preciso ter cuidado quando se analisa esse problema. Agora, uma das nossas características é de que nós consideramos que o problema dos direitos humanos no Brasil deva ser zelado pelos brasileiros e não pelos estrangeiros. Nós não admitimos a interferência de nenhum país do mundo aqui no Brasil para fiscalizar os direitos humanos, como nós também não

pretendemos ser fiscal de ninguém. O Brasil é um país soberano, que sabe cuidar de si, não precisa que os outros venham aqui cuidar de nós. Sobretudo porque acredito que não existe país no mundo onde os direitos humanos sejam respeitados 100%. Há a ação policial, há uma série de fatores que muitas vezes escapam ao controle do Governo. Acredito que isto aconteça na Inglaterra, aconteça na Alemanha, aconteça nos Estados Unidos, aconteça em toda a parte. Mas, na sua generalidade, os direitos humanos aqui constituem uma preocupação tão grande como em qualquer outro lugar.

Pergunta — O Presidente Cáster virá ao Brasil em abril. Essa visita modificará algo na política nuclear do Brasil? Por que o seu país até agora não vem cumprindo as exigências dos Tratados de Não-Proliferação Nuclear?

Resposta — A visita do Presidente Cáster ao Brasil, que já estava programada anteriormente e que ele teve que adiar, é muito bem-vinda. Nós recebemos o Presidente Cáster no Brasil com muita satisfação, porque Brasil e Estados Unidos são tradicionalmente dois países amigos. E como todos bons amigos têm problemas, têm questões sobre as quais nem sempre concordam, o que é natural tanto na nossa vida individual quanto mais na vida coletiva. A visita do Presidente Cáster servirá para troca de ideias, opiniões, e entre essas ideias e opiniões indiscutivelmente está a questão nuclear, assunto em que o Brasil e os Estados Unidos divergem na maneira de conduzir o problema. O Brasil, que é um país deficiente em petróleo e em carvão, acha que o seu futuro energético, depois que tiver aproveitado os mananciais que lhe dão a energia hidráulica que hoje usamos, precisa de novas fontes. E a fonte mais adequada para nós é a nuclear, justamente porque estamos descobrindo cada vez mais quantidades de urânio. As nossas reservas de urânio crescem em função das pesquisas que estamos fazendo no nosso Território. E em matéria de urânio, se formos nos basear nesse tipo de energia, nós não pode-

mos ser dependentes, como hoje em dia somos, em matéria de petróleo. A nossa dependência em petróleo é muito grande. Um terço das nossas importações são de petróleo e o futuro do Brasil, um país do tamanho do Brasil, com a população que o Brasil tem, não pode ficar dependendo da boa ou da má vontade de um fornecedor de urânio enriquecido. Nós temos que produzir urânio enriquecido no Brasil e queremos também reprocessar esse urânio. Alegam que isso poderá levar o Brasil a produzir a arma nuclear. Isto não é verdade. Em primeiro lugar porque o Brasil é um país pacifista e sempre o foi. Pela posição que ele ocupa no mundo, do ponto de vista bélico, é um dos países mais desarmados que existe. Em segundo lugar, nós nos submetemos a todas as salvaguardas da Agência Internacional de Energia Nuclear de Viena, que é um órgão das Nações Unidas e que tem assim o encargo de controlar e de evitar a proliferação da arma nuclear. O acordo que o Brasil fez com a Alemanha foi aprovado por essa Agência, inclusive pela Rússia, pelos Estados Unidos e os demais países. E nós nos submetemos à salvaguarda desse controle justamente para evitar que o combustível nuclear possa ser desviado para produção de armas. O Senhor me pergunta por que nós não ratificamos o Tratado de Não-Proliferação da Arma Nuclear. Nós não assinamos esse Tratado e não estamos de acordo com ele porque o Tratado é discriminatório, o Tratado é injusto, o Tratado divide o mundo em países que têm e em países que não têm. Nós achamos que só deveria haver países que não têm. Nenhum país do mundo deveria ter arma nuclear, no interesse da humanidade. Nós assinamos um outro tratado, que se chama Tratado de Tlatelolco, assinado no México, que desnucleariza a América Latina, quer dizer, todos os países da América Latina se comprometem a não ter armas nucleares nem depositar armas nucleares em seus territórios. Mas exigem que os países nucleares respeitem a América Latina. Não as usem nem as depositem em países da América Latina. Este tratado nós assinamos, ratificamos e cumprimos. Então veja

bem, de um lado o Brasil precisa de um desenvolvimento nuclear completo, tendo em vista o seu futuro. Em segundo lugar, o Brasil não pretende fazer armas e como comprovação de que não vai fazer armas ele se submeteu ao Tratado de Tlatelolco e ao controle da Agência de Energia Nuclear. E a maior prova do reconhecimento dessa posição brasileira está na própria Alemanha, que assinou conosco esse Tratado. Acredito que ela só o assinaria reconhecendo a nossa intenção e o nosso modo de proceder. Deus queira que os demais países do mundo se compenetrem de ideais semelhantes aos do Brasil e deixem de produzir armas nucleares.

Pergunta — De dez anos para cá, fala-se do "milagre econômico brasileiro". Será que o enorme desenvolvimento econômico se operou demasiadamente às custas de uma distribuição mais eqüitativa dos rendimentos e em detrimento da política social?

Resposta — Eu não creio que seja verdade o que se diz em relação ao milagre brasileiro. O Brasil não fez nenhum milagre, o que o Brasil está fazendo, há quinze anos, há cerca de quinze anos, é trabalhar. Trabalhar para se desenvolver, para ter mais riqueza e, conseqüentemente, ter melhor bem-estar para seu povo. Em razão de uma política que o Governo adotou, desde 1954, o País tem um programa de desenvolvimento. Esse desenvolvimento é um desenvolvimento integrado, compreendendo atuações no campo econômico, no campo político e no campo social. E, de certa forma, apesar das dificuldades que o mundo atravessa, nós temos tido êxito, e temos conseguido crescer bastante. Basta considerar que a renda per capita no Brasil, no último ano, atingiu a pouco mais de 1.400 dólares. O que para nós já é um número significativo. Embora ainda bastante inferior à dos países industrializados, mas como país em desenvolvimento é uma renda per capita já bastante satisfatória. Pois bem, acusa-se o Governo de, neste quadro de desenvolvimento, sobretudo de desenvolvimento econômico, fazer uma má distribuição de rendas e ter permitido que de um lado a ren-

da se concentre, e que os ricos fiquem cada vez mais ricos e que os pobres fiquem cada vez mais pobres, de outro lado. Isso é um velho **slogan** dos comunistas. É evidente que no Brasil há certa concentração de renda. É evidente que muitos ricos ficaram mais ricos, mas eu posso assegurar que os pobres também melhoraram um pouco. Enfim, a distribuição de renda que nós temos, possivelmente, ainda não é a ideal, nem pode ser porque a renda é pequena, quer dizer, é preciso primeiro produzir alguma coisa para depois se poder distribuir. De qualquer maneira a distribuição já se faz. E ela tem propiciado à população um bem-estar bem melhor do que nós tínhamos há 10 ou 15 anos passados. Basta que se considere o número de automóveis que a Volkswagen vendeu no Brasil e que estão sendo usados pelo povo brasileiro. O número de televisores, o número de máquinas de lavar roupa e assim por diante. O número de casas, de habitações que nós temos no País é índice de que a população está acompanhando, de certa forma, esse desenvolvimento do País. Por outro lado nós podemos verificar, do ponto de vista social, o extraordinário progresso do País. Há pouco estávamos falando em direitos humanos. O número de escolas, o número de hospitais e de outras instalações de interesse popular muito grande. Hoje em dia, quase todas as cidades brasileiras estão abastecidas de água. Isto é um problema que na Europa não existe, mas aqui no Brasil a população não tinha água para beber, bebia água poluída. Hoje em dia a população tem água tratada para beber. As grandes cidades estão sendo saneadas com esgotos sanitários. De maneira que há, no campo social e sobretudo no campo da previdência, na assistência ao trabalhador rural ou ao trabalhador da cidade, uma formação de mão-de-obra especializada de modo que o trabalhador possa conseguir melhor emprego. Há uma série de programas em curso, que se vêm desenvolvendo há anos e que tem proporcionado à população de nível mais baixo, à população mais carente, melhores condições de vida. Isto é uma forma de distribuição de renda. De modo que esse

slogan dos ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres não se aplica ao Brasil.

2.º CANAL

Pergunta — Perguntamos ao Presidente Geisel, que entende bem o alemão, mas não vai responder em alemão, até que ponto ele entende a intensificação das relações com a Europa Ocidental, e em particular com a Alemanha, como um contrapeso à tradicional preponderância dos Estados Unidos na América Latina.

Resposta — Eu realmente entendo um pouco de alemão, mas o falo muito mal e, por isso, vou lhe responder em português. Minha visita à Alemanha é consequência de um convite que me foi feito. Minha viagem é também de certa maneira uma consolidação das relações que nestes últimos anos se vêm desenvolvendo entre os nossos dois países. Com a crise mundial que atravessamos desde 1973, em decorrência do aumento do preço do petróleo e de outras causas, tivemos que desenvolver extraordinariamente nosso comércio internacional, e procuramos desenvolvê-lo com todos os países do mundo onde podemos comprar e vender. E é por isso que fomos à Ásia, ao Japão, estamos indo à Austrália, além de toda a América Latina, à América do Norte, à Europa e, mesmo, temos hoje em dia um grande intercâmbio com a África.

Minha ida à Europa, as vinculações que iniciei em 1976 com a França e a Grã-Bretanha e, agora, esta viagem à Alemanha, não significam, absolutamente, qualquer modificação na nossa política em relação aos Estados Unidos. É claro que os Estados Unidos, pelo fato de estarem no Continente americano, pela potência econômica e financeira que representam e pela amizade que têm com o Brasil são um parceiro, no nosso comércio, nosso intercâmbio econômico, cultural, etc.

Mas isso não exclui que nós procuremos ter estas mesmas relações com outros países. Com a Alemanha, por exemplo, essas relações são tradicionais. A Alemanha tem com o Brasil um comércio nos dois sentidos superior a 2 bilhões de dólares. A Alemanha é o segundo investidor de capitais no Brasil. Então creio que há muitas razões para que eu procure a Europa Ocidental, eu procure a Alemanha, para intensificar esse relacionamento independentemente do desenvolvimento que nós possamos dar às nossas relações com os Estados Unidos.

Pergunta — O Brasil é visto como um País em transição do estágio de produtor de matérias-primas ao de nação industrializada. Qual é a posição brasileira diante do conflito Norte-Sul?

Resposta — O Brasil é um país em desenvolvimento. É um país que ainda não está industrializado mas também não é um país apenas produtor de matérias-primas. Como o senhor bem disse, é um país que está procurando se desenvolver. Neste contexto que se convencionou chamar Norte-Sul, evidentemente que o Brasil está mais no Sul do que no Norte. Quer dizer, nós não atingimos ainda um estágio que nos permita classificar entre as nações do Norte. Nós estamos ainda entre as nações do Sul. Nós achamos que temos que trabalhar e nos desenvolver, temos que crescer economicamente porque só com o crescimento econômico é que nós podemos resolver certos problemas sociais e políticos e assegurar um melhor bem-estar às nossas populações. Achamos também que os países mais adiantados, mais desenvolvidos, mais industrializados, como os Estados Unidos, França, Alemanha, Japão, Grã-Bretanha e outros, deviam cooperar mais conosco; quando falo conosco, quero dizer com os países do Terceiro Mundo. Para que não houvesse no mundo alguns países com elevado padrão e outros, como existem muitos ainda, vivendo na miséria. Se nós nos entendêssemos melhor, se tivéssemos maior espírito de cooperação, sobretudo dentro do espírito cristão que preside a civilização ocidental, talvez o mundo fosse melhor.

walter scheel: amizade brasil-rfa pode servir de modelo para as relações norte-sul

Entrevista do Presidente da República Federal da Alemanha, Walter Scheel, à **Agência Nacional**, transmitida por uma rede brasileira de emissoras de rádio e televisão, em 3 de março de 1978.

Pergunta — As emissoras brasileiras de televisão foram honradas com a disposição de Sua Excelência o Senhor Presidente da República Federal da Alemanha, Doutor Walter Scheel, de conceder esta entrevista através da Agência Nacional. Nesta oportunidade, desejaríamos formular à Sua Excelência as seguintes perguntas: As relações entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento foram marcadas historicamente pelas dependências verticais. Vossa Excelência acredita que o formato atual das relações entre o Brasil e a Alemanha tenha quebrado de modo exemplar este padrão? As relações são entre países iguais com benefícios mútuos e paritários?

Resposta — Justamente o exemplo "Brasil" me dá esperança. Pois este é um dos maiores e mais populosos países do mundo, com uma taxa de crescimento populacional de cerca de 3% ao ano, um país que tem dado, com a sua própria força, um passo enorme para o futuro. O Brasil é hoje um país que tem uma estrutura entre a estrutura de um país industrializado e a de um país em desenvolvimento. Infelizmente, isto traz ao Brasil os problemas de ambas estruturas, tanto os problemas que normalmente têm os países industrializados como os países em desenvolvimento. O Brasil exporta produtos industrializados de alto valor para o mundo inteiro. As exportações de produtos semi-acabados e acabados para a República Federal da Alemanha têm crescido anualmente de 100% nos últimos anos.

Assim se desenvolve entre nossos países uma relação de parceria múltipla.

Entre nós cresce aquela dependência mútua, aquela interdependência, que afinal es-

tá na base de toda solidariedade entre os homens. Assim se desenvolve uma forma madura de parceria na qual cada um dos parceiros está consciente de sua dependência ao outro. Uma parceria deste tipo é o que desejo entre a Europa e a América Latina, e em geral entre os países industrializados e os países em desenvolvimento.

Pergunta — Tratando do mesmo problema em termos gerais, lembro que o Brasil e os outros países em desenvolvimento têm lutado pela modificação da ordem econômica mundial. Como vê Vossa Excelência as relações Norte-Sul e a perspectiva dessa modificação?

Resposta — Nós estamos de acordo com os nossos amigos brasileiros que os bens e as oportunidades devem ser distribuídos de maneira mais justa entre os países ricos e os países pobres. Cada país tem que ter a oportunidade de participar, para o seu benefício, do comércio mundial. Para alcançar este objetivo, os países industrializados também deverão adaptar-se às circunstâncias, e os políticos nos países industrializados devem preparar hoje seus cidadãos para essa adaptação necessária. Mas eu não acredito que uma melhor ordem econômica mundial possa ser alcançada, por exemplo, por um dirigismo global.

Nenhum super-organismo, nenhum super-organismo mundial pode substituir a função do mercado que — como nos tem ensinado a experiência — dirige, de maneira mais eficaz do que qualquer planejamento, as forças econômicas certas aos lugares certos. Tanto o Brasil como a República Federal da Alemanha têm podido juntar ex-

pertencias extremamente positivas neste campo.

A República Federal da Alemanha aspira a uma ordem económica mundial melhorada, que mantenha a função do mercado e que inclua — plenamente — os países em desenvolvimento nos processos económicos mundiais. E eu acho animador — animador para nós — o fato de o maior país da América Latina preferir uma política de cooperação a uma política de escalada de exigências máximas.

Acredito que aproximações e progressos que dois países como a República Federal da Alemanha e o Brasil alcançam juntamente podem servir de modelo para as relações Norte-Sul em geral.

Pergunta — O processo de integração europeia teve importância histórica, servindo mesmo como inspirador para experiências similares na América Latina. Como Vossa Excelência descreveria o estado atual da integração europeia em seus diferentes aspectos?

Resposta — Eu sempre me alegrava quando a comunidade europeia era considerada em outras partes do mundo — e especialmente na América Latina — como um modelo para novas iniciativas de cooperação regional.

De fato, a comunidade europeia realizou uma obra histórica de entendimento e reconciliação, e criou novas e bem sucedidas formas de integração económica e de cooperação política. O estado atual da integração europeia não me satisfaz. Os países da comunidade europeia têm que concentrar suas forças políticas, mais do que nos últimos anos, para poderem corresponder às exigências justas do terceiro mundo, para resolverem seus próprios problemas económicos, sociais e ecológicos, e também para ajudarem a garantir o equilíbrio entre o Oeste e o Leste na Europa.

Fico satisfeito com a expansão — esperada para breve — da comunidade europeia para o Sul, com a admissão da Grécia, da Espanha e de Portugal — o que significa que em breve se falará também português na

comunidade europeia — e tenho confiança em que as tarefas citadas produzirão, num futuro não muito longe, um novo impulso de integração. Meus concidadãos na República Federal da Alemanha estão dispostos a participar de um processo deste tipo. Espero ser um dia eu mesmo cidadão de uma comunidade europeia que possa ser vista no mundo inteiro como um modelo, um modelo de cooperação estreita, solidária e pacífica entre os povos.

Pergunta — A viagem do Presidente Geisel está sendo apresentada como um momento de coroamento político da amizade entre os dois países. Vossa Excelência aceita esta interpretação, que sublima o aspecto político da viagem? Haveria outras dimensões a esperar nos contatos com o Presidente Geisel? O que significa a viagem do Presidente Geisel para o desenvolvimento futuro das relações entre Brasil e a Alemanha?

Resposta — Uma visita de Estado é o coroamento formal das relações bilaterais entre dois países. Eu me esforçarei para que o nosso hóspede sinta que nós vemos, nesta visita, mais do que um coroamento formal, ou seja, uma manifestação de amizade viva e à altura da história entre os nossos povos. Esta amizade encontrou, através do impetuoso desenvolvimento do após-guerra em ambos nossos países, novos interesses e novos objetivos, conduzindo ao aprofundamento de nossas relações em muitos setores. O papel que a República Federal da Alemanha e o Brasil desempenham na comunidade de Estados e as nossas convicções fundamentais comuns fazem com que naturalmente, durante a visita do Presidente brasileiro, não nos ocupemos somente com as múltiplas facetas das nossas relações bilaterais, mas também com muitas questões urgentes da política mundial.

A segurança da paz mundial, a situação na África, especialmente no sul do continente, as relações entre o Norte e o Sul são temas para os quais nos são oportunos o parecer e as propostas de solução dos nossos amigos brasileiros; o mesmo é válido para as relações entre o Mercado Comum e a Amé-

rica Latina e para a ordem económica mundial futura.

Acredito que a discussão básica de cada uma destas questões mostrará como é importante o interesse em concepções comuns. Os últimos anos provaram a existência de grandes possibilidades de expansão e aprofundamento das nossas relações.

O setor económico é mensurável, mas eu estou convencido que o aprofundamento da cooperação em outros campos, especialmente no da cultura, é proveitoso para ambos lados.

Há algum tempo, no meu discurso em Hamburgo, referi-me pormenorizadamente à grande importância da arte e da cultura latino-americana para a Europa. Existem muitos setores, para os quais olhando para o futuro, nos inspiram inquietação. O futuro das relações germano-brasileiras, porém, olho com grande e confiada esperança.

Pergunta — Nos últimos anos tem sido significativo o estreitamento das relações entre o Brasil e Alemanha; um dos marcos do processo é, sem dúvida, o Acordo Nuclear firmado entre os dois países em 1975. Do ponto de vista brasileiro, o Acordo, além de servir à produção de energia, abre importantes perspectivas na área de desenvolvimento tecnológico. E para a Alemanha, qual seria, no entendimento de Vossa Excelência, o significado do Acordo?

Resposta — O nosso Acordo sobre a Utilização Pacífica da Energia Atômica parece-me um exemplo destacado da cooperação entre o Norte e o Sul, entre um país industrializado e um país em desenvolvimento. Empreendemos a construção em comum de um novo setor industrial no Brasil. Parece-me de grande interesse os termos que salvaguardam os interesses justos da comunidade das nações, através de um acordo garantindo as medidas internacionais de segurança, pelo uso exclusivo da energia atômica para fins pacíficos.

silveira a genscher: viagem do presidente geisel consolida esquema de cooperação brasil-rfa

Discursos do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha, Hans-Dietrich Genscher, e do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Antônio F. Azeredo da Silveira, por ocasião do almoço oferecido ao Chanceler brasileiro, em Bonn, em 6 de março de 1978.

GENSCHER

Senhor Ministro das Relações Exteriores,
Excelentíssima Senhora Azeredo da Silveira,
Senhores Ministros, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

É para minha mulher e para mim motivo de honra e prazer dar as boas-vindas à delegação brasileira, hoje à tarde nesta mesa. Alegro-me que a estada de Sua Excelência o Presidente Geisel, em Bonn, me ofereça a possibilidade de continuar a troca de ideias com meu colega e amigo Azeredo da Silveira.

Desde a nossa decisão há três anos, no sentido de realizar consultas regulares, reunimo-nos pelo menos duas vezes ao ano em Bonn, Brasília, Nova York, ou em conferências, para discutir todas as questões de interesse comum dos dois governos. Nessas ocasiões, identifiquei em Vossa Excelência e caro amigo um realizador prudente e decisivo da política exterior do "pragmatismo responsável" do Brasil e um parceiro justo e amigo de nosso país.

Hoje a cooperação teuto-brasileira abrange todos os setores da nossa vida: o político e económico, bem como o científico e cultural. Ela está firmemente baseada em uma tradição antiga e comprovada e na concordância dos nossos governos no que se refere aos princípios básicos do convívio dos povos.

Uma densa rede de contratos e acordos de caráter mais diverso representa a base jurídica da nossa cooperação. Partindo da cooperação económica, financeira e técnica, passando pela utilização pacífica da energia nuclear até à co-produção cinematográfica, quase não há setor que tenha sido omitido.

Duas comissões mistas reúnem-se regularmente para discutir questões económicas, científicas e tecnológicas. Essa cooperação — sustentada por compreensão e confiança mútuas — é suscetível de realizar um dos objetivos mais importantes da política exterior alemã, isto é, a participação da República Federal da Alemanha na garantia da paz mundial.

Particularmente, nós, os alemães, vemos isso cada vez mais claro: um mundo de paz — como base da nossa existência — não pode ser realizado sem se adaptar, em primeiro lugar, a ordem económica às exigências e necessidades dos países em desenvolvimento. Como sabe Vossa Excelência, fizemos nossos os interesses fundamentais do Terceiro Mundo. Mas, por outro lado, consideramos indispensáveis a capacidade e a eficiência dos países industrializados. Economias saudáveis e fortes são o impulso e a garantia para o futuro desenvolvimento, e condição prévia para isso é — ao nosso ver — a economia de mercado. Se ela for substituída pelo dirigismo burocrático e a

distribuição forçada dos recursos existentes, a perda da eficiência económica seria a consequência.

alemanha coopera com o desenvolvimento brasileiro

No seu país, Senhor Ministro, princípios da economia de mercado foram decisivos para o surto económico. Nós, na República Federal da Alemanha, estamos empenhados em promover tal desenvolvimento através, também, da transferência de tecnologia e dos investimentos da economia alemã.

Sabemos que não foram atendidas plenamente as esperanças dos nossos amigos brasileiros porque o Governo Federal nem sempre conseguiu realizar esforços sérios no sentido de combater as tendências protecionistas. Mas não diminuiremos os nossos esforços para eliminar os entraves de toda espécie ao comércio.

A futura intensificação das relações com os países da América Latina é preocupação importante do Governo Federal. Vimos que também o Brasil está muito interessado em cooperar com as outras nações. A América Latina procura parceiros particularmente aqui na Europa. Estamos dispostos a aceitar isso. Cremos que uma cooperação intensiva entre povos estreitamente ligados e economias complementares significa uma vantagem para ambos os lados. Sabemos apreciar o valor de uma América Latina amiga.

O peso dos países da América Latina, particularmente do Brasil, está crescendo permanentemente. Dificilmente poder-se-á superestimar a importância da América Latina como elemento estabilizador na política mundial. A harmonia, a força e a independência da região, bem como os seus vínculos com a comunidade de povos ocidentais e, ao mesmo tempo, com o Terceiro Mundo, capacitam a América Latina a um equilíbrio — talvez até a tornar-se uma ponte entre o Norte e o Sul. Nesse contexto, o Brasil — como maior país da América Latina, no limiar de país industrializado — desempenha um papel decisivo. Também dentro da Comunidade Europeia, o Governo Federal fará tudo para tornar a coopera-

ção com a América Latina ainda mais estreita. A República Federal da Alemanha e o Brasil preenchem todas as condições prévias para lançar-se ao trabalho comum, com boas perspectivas de êxito, para a paz e o bem-estar de todos os povos!

No seu discurso perante a 32.^a Assembléia-Geral das Nações Unidas, Vossa Excelência e caro amigo disse com toda a razão que não nos devemos deixar desencorajar na procura de novos caminhos.

Um provérbio alemão diz: "Com amigos fiéis ao nosso lado, o caminho mais comprido é curto e a carga mais pesada é leve". Nesse sentido, levanto minha taça para brindar ao bem-estar de seu Presidente, a seu bem-estar pessoal e à amizade teuto-brasileira!

SILVEIRA

Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal da Alemanha,

Excelentíssima Senhora Genscher,

Senhoras e Senhores,

Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao meu caro amigo Genscher as palavras que ele me dirigiu tão generosamente e também o fato de ele ter dito que, nesses anos de entendimento, em que nos temos encontrado muitas vezes, os nossos pontos de vista são muito semelhantes. Isso é uma verdade. Eu pessoalmente creio que para se entender bem a vida é preciso que nós todos nos demos conta de que a única realidade da vida é a relação entre seres humanos. Todo o resto nós construímos em volta disso, as nações, o interesse das pequenas comunidades. Mas é a vida do ser humano e o seu relacionamento que tem importância fundamental em tudo aquilo que nós podemos fazer. E a verdade é que eu me orgulho dessa amizade e desse relacionamento que nós pudemos construir ao longo desses anos, amizade e relacionamento que

também são compartilhados por nossas mulheres, Barbara e May, que se entendem muito bem. Assim, que, quando chego à Alemanha, sinto-me inteiramente em casa e foi assim que me senti ontem à noite quando pudemos jantar em completa intimidade e conseguimos resolver em pouco tempo todos os problemas que tínhamos ainda que enfrentar nessa visita. Nosso encontro de hoje se dá em circunstâncias particularmente felizes. Desde 1975, quando visitei Bonn para a assinatura do Acordo sobre Cooperação Nuclear entre nossos dois países, tenho tido, como já disse, o privilégio de estar com Vossa Excelência em diversas oportunidades. Assim, em 1976, recebemos Vossa Excelência com agrado em Brasília, e, naquele mesmo ano e no seguinte, mantivemos amistosos contatos em Nova York durante a Assembléia-Geral das Nações Unidas. Em 1977, no momento da Conferência sobre Cooperação Económica Internacional, nos reencontramos em Paris.

Não é só para mim motivo de especial satisfação retornar hoje a esta magnífica e tradicional cidade, mas também alegra-me sobremaneira fazê-lo na qualidade de membro da comitiva que acompanha Sua Excelência o Senhor Presidente da República Ernesto Geisel. Quando eu estive aqui em 1975, nunca pensei que pudesse voltar à Alemanha com tanta alegria. Mas agora que acompanho o Presidente da República do Brasil eu creio que esta viagem ainda vai ser mais importante. Vai ser uma viagem de consolidação de todo o esquema de cooperação que nós soubemos estabelecer em um prazo relativamente curto, que correspondia às nossas tradições, mas que nunca tinha sido realizado com esse ímpeto, com essa franqueza e com esse desejo de entendimento.

A própria composição da comitiva presente a esta sala indica claramente a alta significação que o Brasil atribui aos seus elos de amizade com a República Federal, assim como à variedade e importância dos interesses que nos aproximam nos campos político, económico, tecnológico e cultural.

Meu caro Ministro e amigo,

Como sabe Vossa Excelência, a política externa do Brasil se orienta pelos princípios

interligados da paz, da cooperação e do desenvolvimento. Como país pacífico, temos todo o interesse no avanço das diferentes frentes em que se negociam as questões vitais relativas à manutenção da paz, ao desarmamento e ao fortalecimento da segurança internacional. É nossa esperança que esses progressos se reflitam em novas iniciativas de cooperação e que estas, por sua vez, contribuam para que se intensifiquem os esforços em prol do desenvolvimento económico e social.

Estamos convencidos das vantagens do estabelecimento de uma atmosfera de harmonia entre as nações e, por essa razão, acompanhamos com bons olhos a participação ativa da República Federal para a diminuição das tensões internacionais e para o estabelecimento de condições favoráveis à convivência entre Estados com diferentes modos de organização social.

diplomacia brasileira busca novas oportunidades de cooperação

No governo do Presidente Ernesto Geisel, a diplomacia brasileira se tem caracterizado pelo esforço para maximizar as possibilidades de entendimentos internacionais. Tem, especialmente, o Brasil se empenhado na ampliação sistemática das áreas em que os seus interesses nacionais coincidem ou convergem com os de outros países, em particular os que formam entre os nossos principais interlocutores. Em consequência, temos procurado com toda assiduidade identificar novas oportunidades de cooperação, bem como estabelecer mecanismos operativos e eficazes para executá-las.

Ao mesmo tempo, o Brasil busca desempenhar, nos limites de suas capacidades, um papel construtivo no difícil diálogo entre os países do Norte e do Sul sem radicalismos estéreis, mas com firmeza e moderação. Acreditamos que o estabelecimento de uma nova ordem económica internacional, à qual Vossa Excelência se referiu, beneficiará não apenas os países em desenvolvimento, mas também os desenvolvidos com o aumento da eficiência global do sistema económico mundial. Desejariamos pudesse repetir-se, no plano mais amplo das negociações eco-

nómicas multilaterais, as experiências bem sucedidas que estamos acumulando nos diferentes diálogos que mantemos com os parceiros que nos são mais chegados. A respeito do diálogo Norte-Sul, eu gostaria de dizer que aqui na Alemanha eu tenho ouvido com frequência a afirmação de que o Brasil, sendo um país com zonas industrializadas e com zonas ainda menos privilegiadas economicamente e com grande necessidade de desenvolvimento; que essa estrutura económica brasileira faz com que o Brasil possa compreender ao mesmo tempo o problema dos países industrializados e dos países em desenvolvimento e que, portanto, o Brasil pode ter nesse diálogo entre os dois mundos um papel importante. E esses dois mundos só são economicamente diferentes porque existem outras classificações e todos nós somos ocidentais e ligados por uma solidariedade ocidental. Eu acho que essas observações alemãs são corretas, mas gostaria de dizer também que o mundo industrializado não é simétrico, ele também tem suas assimetrias, e tenho o maior prazer em declarar aqui uma coisa que me parece apenas uma justiça: dizer do papel de compreensão que tem exercido a República Federal nesse diálogo Norte-Sul. A Alemanha tem se esforçado por compreender os problemas dos países em desenvolvimento e tem se esforçado por estender sua mão aos países em desenvolvimento, e isso é muito mais importante do que apenas criticar certas situações de miséria no Terceiro Mundo. Evidentemente que o Terceiro Mundo não tem áreas de miséria porque quer; tem porque ainda não pôde desenvolver-se adequadamente. De maneira que esse papel construtivo da Alemanha que eu tenho o maior prazer de ressaltar é que aquele que nós gostaríamos de ver seguido por todos os países industrializados do mundo.

Na sua órbita de ação, o Governo brasileiro tem se empenhado em manter relações amistosas e mutuamente benéficas com todos os países do mundo que o desejam e que respeitam os princípios da igualdade soberana e da não-intervenção em nossos assuntos. Nesse particular, o Brasil se beneficia de uma longa experiência de convívio amistoso e solidário com seus vizinhos da América Latina, experiência que agora se

estende cada vez mais do outro lado do Atlântico, aos países da África a que nos unem tantos laços de geografia, história e cultura. Em outro nível, é também valiosa a experiência de cooperação que podemos estabelecer com os principais países da Europa Ocidental, particularmente a República Federal. Não é esse, creio, o momento de fazermos um balanço dessa cooperação, mas devo seguramente indicar a Vossa Excelência a satisfação do Governo brasileiro com os altos níveis já alcançados e com o modo pelo qual nossas atividades comuns vêm se desenvolvendo em benefício mútuo. Creio, Senhor Ministro, que essa situação altamente encorajadora é consequência da disposição que partilhamos de cooperar séria e honestamente e de enfrentar os obstáculos que se têm anteposto no nosso caminho. É expectativa brasileira que os resultados já alcançados constituam uma sólida plataforma para novas iniciativas, reforçando-se assim ainda mais os interesses e aspirações que compartilhamos. Nossa vontade

de é abrir novas portas e explorar novas possibilidades. Acreditamos, a propósito, nada haver de exclusivista em nossos objetivos de cooperação, nada haver que nos impeça, no devido momento, e pesadas as circunstâncias de cada caso, de formular projetos ou programas comuns com a participação de terceiros países especialmente os em desenvolvimento. Esta é uma opção que sem dúvida poderemos oportunamente considerar como um passo adiante em nosso relacionamento cooperativo.

Antes de finalizar estas palavras, permita-me, Senhor Ministro, agradecer-lhe sinceramente mais uma vez a acolhida amistosa com que hoje nos honrou e formular votos pela felicidade pessoal do Presidente Scheel e de sua senhora, pela prosperidade da República Federal da Alemanha e sua continuada influência em prol da paz internacional, pela amizade entre os nossos dois países e pela felicidade pessoal da senhora Genscher e de Vossa Excelência.

declaração conjunta brasil-república federal da alemanha

Declaração Conjunta Brasil-República Federal da Alemanha, assinada pelo Presidente brasileiro, Ernesto Geisel, e pelo Primeiro-Ministro alemão, Schmidt, em Bonn, em 10 de março de 1978.

O Presidente da República Federativa do Brasil

Ernesto Geisel
e

O Chanceler da República Federal da Alemanha

Helmut Schmidt,

Recordando o espírito de tradicional amizade que caracteriza as relações entre o Brasil e a República Federal da Alemanha, conscientes do proveito que ambos os países têm

auferido da cooperação inspirada na confiança mútua,

Reconhecendo as vantagens recíprocas que resultam de um intercâmbio mais intenso e equilibrado em todos os campos,

Reiterando sua adesão aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas,

Tendo em vista o direito de todos os países ao desenvolvimento económico e social, e

Empenhados em que todos os Estados cooperem nos campos económico, social, cul-

tural, bem como científico e tecnológico, com base na equidade e em benefício do homem, acordam, por ocasião da visita oficial do Presidente Ernesto Geisel à República Federal da Alemanha, de seis a dez de março de 1978, a seguinte declaração conjunta:

1. Ambas as partes concordam em aperfeiçoar e aprofundar sua compreensão e cooperação, assim como intensificar a troca de pontos de vista sobre questões de interesse comum, com base nas firmes e tradicionais relações de amizade que unem os dois países. Sublinham a utilidade de um diálogo contínuo entre dirigentes dos dois países, em especial a importância que tem encontros periódicos entre os dois Ministros das Relações Exteriores. Reafirmam sua determinação comum de ampliar e aprofundar os contatos e as consultas, em todos os níveis, que se tornaram elemento integrante da cooperação entre os dois países.

Sublinham o particular significado da cooperação de ambos os países, especialmente no seio das Nações Unidas e em outros organismos e conferências internacionais, e acordam em aprofundar e ampliar essa cooperação mediante consultas.

2. Ambas as partes salientam o significado que atribuem à ampliação e intensificação da cooperação econômica, industrial, científica e tecnológica, que constitui uma das colunas-mestras das relações entre o Brasil e a República Federal da Alemanha. Consideram positivos os resultados já alcançados nessa cooperação e assinalam sua disposição de, também no futuro, dedicar uma atenção especial à expansão das relações econômicas e à intensificação da cooperação industrial, científica e tecnológica, bem como ao desenvolvimento do intercâmbio comercial.

positivo intercâmbio comercial bilateral

Congratulam-se com o desenvolvimento positivo do intercâmbio comercial bilateral. Reafirmam a necessidade de prosseguir energeticamente a colaboração no intuito de

continuar a melhorar a estrutura da troca de produtos e aumentar o volume de comércio bilateral.

Reconhecem, ainda, a importância de que se reveste a ampliação das relações do Brasil com a Comunidade Econômica Europeia, o que a República Federal da Alemanha, como Estado-Membro da Comunidade, apoiará na medida de suas possibilidades.

Ambas as partes apreciam o progresso já alcançado no campo da cooperação industrial e estão convencidas de que projetos econômicos a longo prazo e em moldes amplos são de especial valor para a intensificação da cooperação econômica e industrial. Também nesse contexto a Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica deverá desempenhar um papel cada vez mais importante.

3. Ao analisarem o estágio atual das relações econômicas e suas perspectivas, ambas as partes verificaram que, apesar do desenvolvimento positivo, nem todas as potencialidades neste campo têm sido aproveitadas.

Manifestam o seu especial interesse e a sua disposição de apoiar o desenvolvimento da cooperação inter-empresarial. Desejam, igualmente, fomentar o desenvolvimento da cooperação em terceiros mercados, principalmente no tocante à implantação de indústrias e aos projetos de infraestrutura econômica.

promover projetos de cooperação

Ambas as partes acentuam, também, a necessidade de realizar esforços para a promoção, mais ampla possível, de projetos de cooperação. Em conformidade com este objetivo, empenham-se em examinar, no âmbito de suas competências e na medida de suas possibilidades, todas as questões que entrem o desenvolvimento progressivo da cooperação econômica.

4. Ambas as partes congratulam-se com o desenvolvimento favorável da cooperação entre os dois países no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30 de novembro de 1963, e do Acordo Ge-

ral sobre a Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico, de 9 de junho de 1969, que acompanham com especial interesse. Expressam o desejo de intensificar ainda mais essa cooperação.

Ambas as partes se empenharão no sentido de que se facilite a todas as Nações o acesso à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico.

Assinalam o trabalho da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Ciência e Tecnologia, a qual pretendem apoiar, também futuramente, de maneira ainda mais eficaz.

5. Ambas as partes, decididas a cooperar no campo nuclear com fins exclusivamente pacíficos, registram com especial satisfação o elevado nível de cooperação que se concretiza no âmbito da implementação do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear, de 27 de junho de 1975, com base numa política efetiva de não-proliferação de armas nucleares.

6. As duas partes notam, com satisfação, que as intensas e múltiplas relações culturais teuto-brasileiras se têm desenvolvido continuamente, com base no Acordo Cultural, de 9 de junho de 1969, e nos convênios subsequenteiramente concluídos nos campos da educação e ciência.

Essas relações, que se têm desenvolvido com fundamento nos laços historicamente estreitos entre os dois povos, ganham crescente importância, da mesma forma que a cooperação política e econômica.

Ambas as partes declaram sua disposição de, na medida dos seus meios, promover e ampliar, no futuro, a cooperação e o diálogo nos campos da cultura, educação e ciência.

política de distensão pode ser indivisível e universal

7. Ao examinarem a conjuntura internacional, os dois Governos reafirmam sua determinação de persistirem na política de

manutenção da paz, fortalecimento da segurança internacional e promoção da cooperação entre as nações. Salientam que a política de distensão deve ser indivisível e universal, devendo ser aprofundada ainda mais. Opõem-se com firmeza a quaisquer tentativas de estabelecer zonas de influência.

A República Federativa do Brasil e a República Federal da Alemanha manifestam-se de forma decidida pelos princípios da soberania, da igualdade dos Estados, da não-intervenção em seus assuntos internos, bem como da exclusão da ameaça, ou do uso da força, na vida internacional. Declaram-se, inequivocamente, a favor da solução pacífica das controvérsias internacionais por meio de negociações, arbitragem e outros métodos pacíficos recomendados na Carta das Nações Unidas. As duas partes expressam seu decidido apoio à adoção de medidas eficazes de desarmamento, inclusive nuclear, sob estrito e efetivo controle internacional. Consideram que essas medidas contribuirão para o relaxamento das tensões e para o fortalecimento da segurança internacional. Indicam, a propósito, sua disposição de prestar contribuição positiva à próxima sessão extraordinária da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre o desarmamento, para tanto cooperando entre si.

8. Ambas as partes atribuem à Organização das Nações Unidas importância predominante para a manutenção da paz e o fortalecimento da segurança internacional, bem como acreditam que as Nações Unidas são o principal foro para a cooperação internacional igualitária. Defendem enfaticamente que o papel das Nações Unidas deve ser reforçado e mais desenvolvido. Consideram a cooperação internacional para a afirmação dos direitos humanos, em todos os seus aspectos, como um dos mais nobres objetivos das Nações Unidas.

9. As duas partes julgam necessária a intensificação da cooperação internacional, que sirva à elaboração de medidas eficazes para garantir a segurança da aviação civil, prevenir e combater a pirataria aérea, bem como a tomada de reféns, particularmente nas Nações Unidas e em outros organismos internacionais.

As duas partes estão persuadidas de que o futuro progresso económico, no mundo, tanto nos países em desenvolvimento, quanto nos países industrializados, só poderá ser assegurado através da cooperação internacional.

Para reduzir e eliminar as iniquidades económicas, existentes entre países em desenvolvimento e países industrializados, as duas partes continuarão a empenhar-se, em estreita cooperação, para o estabelecimento de uma ordem económica internacional, justa e equitativa. Consideram necessária, para um justo equilíbrio de interesses entre os países em desenvolvimento e industrializados, uma maior abertura dos mercados nos países industrializados para os produtos provenientes dos países em desenvolvi-

mento, não apenas para matérias-primas, mas também para produtos semi-acabados e finais. São de opinião que esses esforços deverão ser realizados igualmente por todos os países industrializados, tanto no Ocidente, quanto no Leste. Nesse sentido, assinaram sua preocupação com o ressurgimento de medidas de carácter protecionista.

Entendem que uma duradoura parceria económica, baseada nos princípios da economia de mercado, atendidas as particularidades de cada país, favorecerá o equilíbrio de interesses visado a nível internacional. Nesse sentido, a transferência de tecnologia poderá tornar-se fator de fundamental importância. Ambas as partes acentuam o carácter exemplar da cooperação bilateral entre o Brasil e a República Federal da Alemanha.*

* Na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 180, o convénio entre a STI e a KFA para cooperação no campo da tecnologia industrial; na seção **Comunicados e Notas**, página 185, a nota do Itamaraty à imprensa anunciando a visita do Presidente Geisel à RFA; na seção **Mensagens**, página 192, o texto do telegrama enviado pelo Presidente brasileiro a Walter Scheel e a carta dos empresários paulistas destacando o êxito da visita de Geisel à Alemanha.

no brasil, o presidente dos estados unidos, jimmy cárter

Saudação do Presidente Ernesto Geisel ao Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Cárter, logo após o seu desembarque na Base Aérea de Brasília, em 29 de março de 1978; e a tradução não-oficial do agradecimento do Presidente norte-americano, na mesma ocasião.

GEISEL

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em nome do Governo e do povo brasileiros, desejo apresentar a Vossa Excelência e à Senhora Cárter, bem como aos membros da comitiva que os acompanham, os nossos melhores votos de boas vindas e da mais agradável estada no Brasil.

A presença de Vossa Excelência, em nosso país, bem traduzirá o estágio a que alcançaram as tradicionais relações de amizade que ligam o Brasil e os Estados Unidos da América.

Alegra-me, portanto, que Vossa Excelência tenha podido concretizar seus planos de viagem. E devo dizer-lhe que compreendi, perfeitamente, a decisão que Vossa Excelência teve de tomar com relação ao adiamento da data originalmente prevista para esta visita.

Vossa Excelência já esteve em nosso país antes de assumir suas altas responsabilida-

des e a Senhora Cárter, mais recentemente, nos deu o prazer de seu amável convívio, quando nos visitou no ano passado.

Como ocorreu anteriormente, Vossa Excelência e a Senhora Cárter serão acolhidos, pelos brasileiros, como amigos. A hospitalidade que dedicamos aos que nos visitam cordialmente os acompanhará durante todo o tempo em que estiverem em nossa terra.

Ficaremos extremamente satisfeitos se a presente visita puder contribuir para que Vossa Excelência e a Senhora Cárter formem justa opinião sobre a realidade brasileira. Pessoalmente, acredito que nossas conversações serão proveitosas e permitirão dar novo impulso às relações entre nossos dois países.

CÁRTER

Obrigado Senhor Presidente por suas gentis palavras de acolhimento. Esta é a segunda

visita que faço a Brasília, sua linda cidade-capital. E desta vez é para transemitir com agrado não só os meus votos pessoais, mas especialmente também a saudação da minha pátria. E venho ao Brasil na plena consciência de que as nossas duas nações compartilham as responsabilidades das grandes potências mundiais. Existem muitas coisas na História das nossas nações que fazem com que possamos nos compreender mutuamente, que nos têm ensinado a nos tratar com amizade e respeito. Ambos se libertaram de potências coloniais europeias, e neste século os nossos soldados combateram lado a lado na Europa, durante a Guerra Mundial, para levarmos a paz e a liberdade a outros povos.

Ambos desbravamos vastas regiões inexploradas dos nossos territórios nacionais, em face dos mais difíceis desafios e os maiores infortúnios, e soubemos aproveitar a determinação e os talentos dos nossos povos para vencermos os obstáculos dos caminhos. Foi o espírito verdadeiramente pioneiro que forjou as atitudes do Brasil e dos Estados Unidos. Ambos construímos novas capitais em atos de fé no futuro. O Brasil há 18 anos, aqui no sertão. Os nossos ancestrais, quase 200 anos atrás, às margens do rio Potomac. Ambos nos orgulhamos da diversidade humana da nossa gente e prezamos o nosso patrimônio cultural, que estamos firmemente decididos a preservar. Eu vi a grandeza do Brasil durante minhas visitas a Manaus, Belém, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro.

brasil é potência verdadeiramente grande

O advento do Brasil à sua posição de liderança no mundo conquistou a admiração de todos os povos, mas principalmente a do povo norte-americano. O Brasil é a quinta nação do mundo em extensão territorial e a sexta em população. Seu Produto Nacional Bruto já colocou sua economia em oitavo lugar e a sua taxa de crescimento está entre as mais elevadas do mundo. O Brasil possui a visão, a energia, e a criatividade de uma potência verdadeiramente grande e o mundo deverá contar com esse país para a aplica-

ção desses talentos aos problemas que atingem todos nós.

Ambas as nações estão recorrendo à energia nuclear como uma das soluções para os problemas energéticos e ambos acreditamos que o uso pacífico da energia atômica não é incompatível com a necessidade de evitar a proliferação nuclear. Como vocês, nossa nação acredita que o sistema comercial do mundo deve tornar-se mais justo e aberto e que cada nação deve desfrutar de igual oportunidade de participação. Hoje estamos nos unindo num esforço global em prol da causa da liberdade humana e do estado de direito. Esta é uma luta que só será vitoriosa quando estivermos dispostos a reconhecer as nossas próprias limitações e a falarmos uns com os outros, com franqueza e compreensão.

A nossa amizade com o Brasil é de longa data. Em 1824, os Estados Unidos foram a primeira nação a reconhecer a sua independência. Esta amizade poderá fortalecer-se ainda mais agora, ao aceitarmos, na qualidade de parceiros iguais, as responsabilidades que o mundo deposita em nós. Senhor Presidente, não posso deixar de mencionar o nosso agradecimento ao Brasil por ter partilhado conosco um dos mais valiosos tesouros nacionais na pessoa de quem talvez seja o maior atleta brasileiro de todos os tempos, o incomparável Pele. Ele é amigo meu e a bravura dele nos campos de futebol tem servido de inspiração ao povo norte-americano.

Minha esposa, Rosalynn, visitou seu país o ano passado, e as palavras dela sobre a hospitalidade brasileira e as trocas de ideias muito úteis que ela manteve com Vossa Excelência, Senhor Presidente, intensificaram a minha vontade de visitar o Brasil de novo. Nós sabemos que o contato pessoal dos dirigentes pode gerar o entendimento entre nações e estou convencido que as nossas conversações resultarão em uma reafirmação do respeito mútuo e da amizade que tem abençoado as nossas duas nações ao longo de tantos anos. Muito obrigado.

na homenagem a cárter, geisel dá ênfase ao relacionamento brasil-eua

Discurso do Presidente Ernesto Geisel, em 29 de março de 1978, durante o jantar oferecido ao Presidente Jimmy Carter, no Palácio da Alvorada, em Brasília; o Presidente norte-americano respondeu, de improviso, ao brinde do Presidente brasileiro.

Senhoras e Senhores,

Temos o grato prazer de acolher entre nós Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos da América e a Sra. Carter, bem como os eminentes membros de sua comitiva.

É esta a primeira vez em muitos anos que o Chefe de Estado dessa Nação visita o Brasil. E é uma visita de amizade que vem fortalecer os laços tradicionais que unem nossos países.

A história de nossa amizade é secular e, hoje como ontem, e como amanhã, é nosso

desejo que ela se torne cada vez mais sólida e duradoura.

Tal aspiração não atende apenas aos interesses de nossas duas nações, mas corresponde também aos anseios do continente americano e à esperança de paz e de harmonia mundiais.

Desejo, portanto, reafirmar minha alegria em recebê-lo, alegria compartilhada por todo o povo brasileiro.

Peço a todos que ergam suas taças e brindem comigo à harmonia constante, à amizade sempre mais profunda entre nossos povos e à felicidade pessoal do Presidente e da Senhora Carter.

a visita do presidente norte-americano ao congresso nacional

Discursos do Senador Eurico Rezende e do Deputado Erasmo Martins Pedro, em 30 de março de 1978, durante a sessão solene conjunta do Congresso Nacional, realizada em homenagem ao Presidente Jimmy Carter; e a tradução não-oficial da resposta do Presidente norte-americano.

EURICO REZENDE

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Coube-nos a insigne honra de dirigir a Vossa Excelência a saudação do Senado

Federal. Não poderíamos estar mais sensibilizados com a incumbência que nos foi cometida.

Vossa Excelência é a mais alta autoridade de uma Nação tradicionalmente amiga do Brasil. São naturalmente diferentes as tra-

jetórias que nossos dois países têm percorrido na História, mas através dos tempos mantivemos em comum certos valores essenciais, como o apego à democracia, a crença na importância do indivíduo e a convicção de que o progresso e a felicidade são direitos de todos.

Os Estados Unidos da América são, há décadas, a potência líder do Ocidente. Essa posição privilegiada permite ao Governo de Vossa Excelência exercer uma influência direta nos destinos do Mundo Ocidental. Certamente, é essa uma pesada responsabilidade, pois, a cada momento, deverá Vossa Excelência saber entender, mantendo em equilíbrio, o que é do interesse específico de seu país e o que corresponde às aspirações das demais nações ocidentais, desenvolvidas ou em desenvolvimento. Tal distinção, de tanta importância, condiciona o próprio funcionamento de nossa comunidade de nações, pelo que formulamos sinceros votos de que Vossa Excelência bem desempenhe essa tarefa.

O Brasil, conservando sua plena solidariedade ocidental, soube acompanhar os sinais dos tempos e exercer sua autonomia. Vossa Excelência conhece bem o nosso País. Sabe, portanto, de nossos problemas e dos obstáculos que lutamos para superar. Sabe que sempre formamos ao lado dos Estados Unidos da América nos momentos críticos e que nossa compreensão e nossa colaboração foram naturais e espontâneas.

brasileiros estão voltados para uma obra de construção nacional

Hoje, Senhor Presidente, estamos voltados para uma obra grandiosa de construção nacional. Nos países industriais o progresso se deu através de uma evolução natural, em seu próprio ritmo e com suficiência de recursos. É diferente a história brasileira. Nos países em desenvolvimento o progresso tem que ser um fenômeno induzido. Os poucos recursos para investir têm que ser distribuídos segundo prioridades econômicas e, também, sociais. Bem vê Vossa Excelência como são distintas as realidades de cada um desses mundos.

O povo brasileiro tem buscado captar as energias que são mais intimamente suas e procurado conciliar os reclamos de sua vocação democrática e os imperativos do desenvolvimento nacional. Nesse esforço, temos posto nosso empenho em solucionar, com a harmonia possível, as dificuldades inerentes ao processo político nacional. Da mesma forma, temos procurado corrigir, com espírito de justiça, as disparidades sócio-econômicas existentes, estruturas que herdamos de um longo passado colonial.

Possuímos nós consciência, no Congresso Nacional, de que todas essas questões são problemas internos do Brasil, que ao povo brasileiro cumpre equacionar e solucionar. Estamos abertos, como é de nossa tradição, às contribuições externas, mas sabemos como são escassos os aportes desinteressados, bem como os que vêm respaldados por gestos reais de renúncia e de sacrifício. Portanto, vemos nossa tarefa de construção nacional como integrada, de forma autônoma, no cenário internacional, e obedecendo a mecanismos econômicos de mercado e a formas consagradas de convivência política. Por conseguinte, ao cumprirmos nossos deveres para com nosso povo e nosso País, sentimos estar afirmando, da melhor maneira, os ideais de uma comunidade ocidental de nações livres, solidárias, prósperas e soberanas.

Senhor Presidente,

É contrário ao espírito brasileiro criar ou acentuar polémicas. Preferimos sempre acentuar aquilo que une, a acentuar o que pode separar. Em seus contatos, durante sua visita, Vossa Excelência poderá seguramente avaliar quão positivos e construtivos são os sentimentos do povo brasileiro e de suas autoridades, em relação aos Estados Unidos da América e a seu Presidente. É essa nossa tradição e nossa vontade. O respeito mútuo é condição bastante para que tão forte desejo de entendimento se traduza, de modo concreto, em uma cooperação harmônica e contínua. Muito é possível realizar, quando se parte de valores morais recíprocos e quando se reconhece que o progresso, em todos os campos da atividade humana, é um direito e um dever que une indissociavel-

mente todos os povos e todas as nações, exigindo sacrifícios comuns.

Nesse sentido, entendemos que o relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos da América está a exigir que sejam exploradas fórmulas novas de cooperação. Bem sabe Vossa Excelência como é bem recebida nesta terra a cooperação estrangeira, que consideramos como complemento essencial à poupança nacional. Essa participação, no entanto, é de reconhecer, e como é muito natural, está equacionada em termos de mercado, portanto, de riscos e de remuneração de capitais. Não se satisfaz completamente, dessa forma, o sentido de responsabilidade moral, de participação volitiva, tão intimamente ligado a nossas preocupações comuns de luta contra a miséria humana. Acreditamos, sem querer propor o retorno a formas passadas e mal sucedidas de programas assistenciais, que, com maior grau de compreensão é possível buscar uma cooperação mais compensadora, principalmente nos campos do comércio, das finanças e do livre desenvolvimento científico e tecnológico.

Senhor Presidente,

Bem-vindo seja Vossa Excelência à terra brasileira. Que sua estada em nosso País represente um marco na história do relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos da América. Que sinta Vossa Excelência, nesses dois dias, a estima e admiração que devota o povo brasileiro ao povo norte-americano.

ERASMO MARTINS PEDRO

Excelentíssimo Senhor Presidente Jimmy Cárter,

A presença do Presidente dos Estados Unidos da América no Congresso Nacional brasileiro transcende ao cumprimento de mera norma protocolar. Ela significa uma inequívoca afirmação de fé e de confiança do povo americano, por seu Presidente, no Poder Le-

gislativo, sustentáculo imprescindível de qualquer democracia, e faz-nos evocar com orgulho a exaltação de Rui Barbosa, de sua relevância ao dizer que no regime constitucional o parlamento é o largo pulmão por onde a vida nacional se oxigena livremente.

Nesta Casa, através de representantes ungidos de legitimidade pela escolha livre do voto direto e secreto, o povo fala à Nação na abordagem dos seus problemas, na condenação de suas desventuras, na crítica às injustiças ou aos abusos, e na busca das veredas dos altos destinos de nossa Pátria e igualmente também vozes se alteiam, conscientes dos seus deveres para com todos os homens, feitos à imagem e semelhança do seu Criador, defendendo-lhes inalienáveis direitos, reconhecidos pelo conceito universal de dignidade, liberdade e justiça.

Mas essas mesmas vozes também falam às nações amigas com a mesma sinceridade, independência e consciência cívica, quando aqui comparecem seus eminentes mandatários.

harmonia preside o relacionamento brasil-estados unidos

A amizade entre o Brasil e os Estados Unidos da América é antiga e sólida. Remonta, em verdade, aos duros tempos em que o país de Vossa Excelência recém adquirira a independência e em que o nosso lutava para livrar-se da dominação colonial. Ao longo dos anos, nossa amizade nutriu-se dos esforços que, em comum, fizemos para enfrentar desafios e adversários. Soubemos, assim, construir um relacionamento que sempre esteve acima de oscilações conjunturais e de eventuais diferenças de opinião.

Em nossa longa convivência, formamos um importante patrimônio de harmonia e compreensão, que, além de lastrear nossas atuais relações, anima um e outro a tudo fazer para que nossos laços ainda mais se desenvolvam e se consolidem. É esse o espírito que historicamente presidiu o relacionamento entre brasileiros e norte-americanos, um espírito de construção, de amizade e de respeito recíproco.

Quis a Providência Divina, Senhor Presidente, que a mais modesta destas vozes fosse, nesta oportunidade, a portadora da saudação dos integrantes da Câmara dos Deputados a Vossa Excelência e da mensagem de carinho, admiração e apreço de todos nós ao nobre e generoso povo da Norte América.

Permita-me, Senhor Presidente Jimmy Carter, a emoção de recordar a sua visita ao antigo Estado da Guanabara, quando tive a ventura de recebê-lo em minha casa, e de, atendendo a seu pedido, levá-lo à Igreja Presbiteriana de Copacabana, onde, não o então Governador da Geórgia, mas o leal servo do Senhor Jesus Cristo, ocupou o púlpito para anunciar as eternas verdades do evangelho, que pregou com palavras inesquecíveis, e que vive com impressionante fidelidade como Presidente dos Estados Unidos.

Embora todo o mundo conheça hoje as suas origens, as suas ideias, as suas lutas, a sua própria vida, cabe-me na convencional praxe das saudações em ocasiões como esta, fazer o elogio da sua personalidade.

Não quero, nem devo fugir à regra. Mas desejo fazê-lo repetindo suas próprias expressões, ao definir-se com comovente simplicidade e a singeleza dos humildes, tocados pela Graça: "Sou sulista e norte-americano, sou agricultor e engenheiro, pai e marido, cristão, político e ex-governador, planejador, homem de negócios, físico nuclear, oficial naval, canoeiro e, entre outras coisas, admirador das canções de Bob Dylan e da poesia de Dylan Tomas."

Enfatizo a afirmação, da qual decorre, Senhor Presidente, todo o seu estilo de ser: — "sou cristão".

Infelizmente esta é uma confissão que muitos homens, públicos não fazem, pois não têm coragem de proclamar ao mundo a sua fé em Cristo, esquecidos da verdade proclamada pelo Apóstolo Paulo em sua II Carta a Timóteo: "Porque Deus não nos deu o espírito do medo, mas de fortaleza e de moderação".

E foi revestido dessa coragem e com esse espírito que Vossa Excelência, inspirado nas

Sagradas Escrituras, traçou os rumos do seu procedimento, como Chefe da Maior Democracia do Mundo, ao declarar no seu juramento de posse:

"Aqui está, diante de mim, a Bíblia, usada na posse de nosso primeiro Presidente, em 1789, e acabo de prestar juramento sobre a Bíblia que minha mãe me deu há alguns anos, aberta em uma advertência intertemporal do velho profeta Miquéias: "Ele te mostrou, ó homem, o que é Deus, e o que o Senhor exige de ti, mas que faças com justiça e ames a misericórdia e caminhes humildemente com teu Deus."

Daí, Senhor Presidente, sua devoção ao próximo, à Justiça, à causa da Liberdade e da Democracia, devoção que estimula Vossa Excelência a promover o respeito aos Direitos Humanos, em escala universal. Essa mesma devoção levou Vossa Excelência a lançar-se, em seu próprio País, à tarefa de recuperá-lo dos graves traumas que sofreu na última década.

Ao colocar sua luta em prol dos Direitos Humanos num elevado plano de preocupação moral, o povo norte-americano nos dá amplas razões para crermos na justeza de sua campanha e alimenta nossa convicção de que a mesma responde aos mais profundos reclamos da consciência ética e não a conveniências políticas ditadas pela conjuntura internacional.

Como brasileiros, reconhecemos a humildade, a pureza e o desassombro com que Vossa Excelência busca assegurar o respeito aos Direitos Humanos, empreendimento sem dúvida universal, pois a violação desses direitos afeta a cada pessoa, onde quer que se encontre. O apelo que Vossa Excelência dirige à consciência dos Governos e dos povos tem, pois, sua razão de ser e merece de nossa parte todo o apoio. Acreditamos que esse apelo não se choca com os requisitos da soberania nacional.

direitos humanos devem ser tratados como um todo

Tem Vossa Excelência demonstrado amplamente que sociedade nacional alguma pode

ser tida como perfeita. Em todas elas sempre se coloca, de uma forma ou de outra, a questão do respeito aos Direitos Humanos. Estamos, pois, diante de um problema que aflige a humanidade, como um todo, e que, conseqüentemente, só poderá ser tratado de forma produtiva por meio da cooperação internacional, respeitada a soberania de cada país. Continuaremos a ver em Vossa Excelência um paladino privilegiado desse esforço, não só pelas suas convicções pessoais e sua fé, como por representar as aspirações que movem o seu povo nessa nobre campanha.

Estamos convencidos de que é dever primordial do Estado assegurar a todos os cidadãos a sua liberdade e a sua integridade física, mas igualmente deve proporcionar-lhes condições para que se libertem do medo, da fome, da ignorância e da doença, enfim, condições que lhes permitam viver com dignidade e exprimir livremente suas opiniões.

No entanto, a obtenção desse alvo se subordina à compreensão dos chamados países desenvolvidos. Cria-se para eles uma obrigação moral inescapável: eliminar as dificuldades aos objetivos de desenvolvimento nacional dos demais povos.

Cumpre-lhe estabelecer condições internacionais favoráveis ao comércio e ao desenvolvimento desses países, pois, uma infraestrutura econômica mais forte e uma sociedade mais rica seguramente facilitam a observância generalizada dos direitos fundamentais da pessoa humana.

No Brasil, estamos, sem distinção, profundamente comprometidos com o esforço de desenvolvimento nacional. Queremos aperfeiçoar nosso sistema democrático, da mesma forma queremos reformar estruturas sócio-econômicas que não mais correspondem às nossas necessidades. Estamos decididos a livrar o país das dependências econômicas e tecnológicas que ainda perderam. Para tanto, contamos ter a compreensão e o apoio de todos os Governos e particularmente do Governo do seu País, ao qual demos, em momentos difíceis, provas insofismáveis de nossa solidariedade.

Senhor Presidente,

Ao homenageá-lo, os membros do Congresso Nacional sentem-se também homenageados com a presença de Vossa Excelência nesta Casa.

Ao desejar-lhe uma feliz estada em nosso País, cujo povo o admira e estima, espero sejam alcançados os altos objetivos de sua visita à nossa Pátria, conseguidas as aspirações mútuas de nossos povos, e que cada vez mais seja fortalecida a nossa tradicional amizade.

Quisera que o Brasil e os Estados Unidos pudessem repetir a uma voz as palavras de Vossa Excelência dirigidas ao povo, em seu discurso de posse: "Aprendamos juntos, alegremo-nos juntos, trabalhemos juntos, oremos juntos, confiantes de que no fim triunfaremos juntos, dentro do Direito".

Para isto não lhe faltarão forças.

Senhor Presidente, Vossa Excelência tem confessado ao mundo que sua esperança na dura lufa pela Liberdade e pela Democracia está posta no Deus Altíssimo em quem confia, e por isso mesmo há de renovar-se as suas forças nesse combate, pois a promessa do Senhor, contida em Isaías 40, v. 31, é esta:

"Os que esperam no Senhor renovam as suas forças, sobem com asas como águias, correm e não se cansam, caminham e não se fatigam..."

JIMMY CÁRTER

Ilustres líderes do grande Governo do Brasil, do Senado e da Câmara dos Deputados.

Uma das maiores honras da minha vida é encontrar pessoas que compartilham com os Estados Unidos dos mesmos antecedentes dos mesmos compromissos e do mesmo futuro.

Gostaria de agradecer em especial ao Senador Eurico Rezende e ao meu bom e velho amigo Deputado Erasmo Martins Pedro suas palavras inspiradas. Não há meios de alcançar sua eloquência ou de melhorar o que disseram, e suas palavras de elogio à minha pessoa, imerecidas, serão uma inspiração para o futuro.

Já estive aqui antes, nesta mesma Câmara, em seu país, e fiquei muito impressionado com a grandiosidade do Brasil.

Tenho observado a compatibilidade entre o seu povo e o meu, as origens do seu país, a sua luta pela liberdade contra o regime colonial, a coragem e a tenacidade, a dedicação exigida no meu país e no seu para explorar novas fronteiras, para conquistarmos melhor vida e uma posição de liderança através de todo o mundo.

Reconheço que no seu país e no meu, há uma grande diversidade de interesses, diferenças entre pessoas e uma constante e incessante luta, quase sempre vitoriosa, para trazer harmonia ante as diferenças e para enfrentar nossos compromissos em comum, que acrescerão forças de todos esses povos unidos para atingir um destino ainda de maior inspiração do que o passado já nos deu.

duas nações ligadas por correntes inquebrantáveis

Compartilhamos de uma religião em comum entre muitos de nossos cidadãos, uma esperança em comum para a paz; compartilhamos o sentimento de que nossas nações estão ligadas entre si por correntes inquebrantáveis; compartilhamos da percepção de que a amizade é forte o suficiente para suportar diferenças de opiniões. Podemos trocar ideias, livremente, sem limitações, e nesse processo aprender um do outro e talvez melhorar a atitude das pessoas nos Estados Unidos e também no Brasil. Estamos aprendendo juntos, no hemisfério ocidental, que ainda tem o vigor da novidade, de como podemos exercer nossa liderança através do resto do mundo, lutando contra a fome e o desespero, lutando pelos direitos básicos da

pessoa humana. Entendemos o sentido lato dessas duas importantes palavras. O direito à liberdade, o direito de criticar um Governo, o direito de as pessoas terem entre si, coletivamente, a autoridade máxima, o direito à educação, o direito à boa saúde, a um habitação, o direito à alimentação, o direito de compartilhar de forma mais eqüitativa das riquezas com as quais Deus nos brindou, o direito de externar opiniões, o direito de termos nossa própria individualidade, o direito de buscar soluções coletivas para problemas públicos e privados o direito de explorar a grandeza de nossas próprias nações que amamos.

Estou grato pelo convite para comparecer a este Congresso pelo fato de minha própria carreira política ter-se iniciado no Legislativo. Sei da importância do bom relacionamento entre o Presidente e o Congresso Nacional, e junto-me aos Senhores na hora de entender que o desígnio supremo de qualquer corpo Legislativo é garantir que o povo possa participar através dos Senhores das decisões que afetam suas vidas.

Há 31 anos, outro Presidente americano apresentou-se perante o Congresso brasileiro — outro Congresso brasileiro — em outra cidade, pois Brasília ainda não se havia tornado realidade. Gostaria então, de citar palavras de Harry Truman: não é exagero descrever nosso relacionamento como o de velhos amigos. Ele perguntou: "Porque são tão estreitos os laços que unem os Estados Unidos e o Brasil? A distância entre nossos países é grande, e até poucos anos atrás as comunicações eram lentas e difíceis; proximidade física por si só não faz amigos e vizinhos. O que realmente conta é o fato de termos interesses comuns, problemas comuns e ideais comuns." Essas palavras ainda se aplicam hoje e formam o conceito básico que une nossas nações, permanentemente baseados no qual estamos nas nossas realizações e nas nossas esperanças, nossas expectativas para uma amizade futura, estabilidade e fortalecimento para os anos vindouros.

Durante os últimos anos, o Brasil alcançou uma completa percepção da sua exata posição, seu papel legítimo no contexto mun-

dial, embora não tenha ainda atingido os limites de sua enorme potencialidade. Após todos esses anos, ainda podemos tratar-nos como amigos, com aquele vínculo que nos traz à memória o sacrifício que fizemos em uma luta comum, com a perda de vidas brasileiras e americanas, com o direito de desagradar, por vezes até vigorosamente, sem amargura ou desconfiança. Como disse eu ontem ao encontrar-me com o seu Presidente, o mundo precisa, o mundo espera e o mundo se beneficiará por sua criatividade, sua energia e seu sucesso.

Milhões de problemas de que partilhamos, como membros da família humana, jamais serão resolvidos a menos que os mais hábeis entre nós dediquem o que há de melhor a esta causa do desenvolvimento económico, para justa distribuição da riqueza mundial, a um sistema de trocas mais aberto e mais eqüitativo, para ajuda na solução dos problemas energéticos que ambos temos em

comum, o uso pacífico da energia atômica sem os riscos de proliferação, de produção em massa de armas com o incentivo a negociação, mesmo a respeito da mais remota possibilidade de criação desses artefatos.

Na promoção da liberdade do homem, de um Governo democrático e do estado de Direito, nesse esforço é que os Estados Unidos precisam da sua amizade, da sua cooperação, e o mundo precisa de sua ajuda, da sua liderança. E estamos certos de que não o desapontamos.

Uma vez que meu amigo citou a Bíblia, gostaria de fazer o mesmo. Tanto em inglês como em português, a Bíblia nos diz que muito será pedido a quem muito foi dado. Nossas duas nações têm sido muito abençoadas por Deus e temos muito a dar em troca.

Muito obrigado.

supremo tribunal federal recebe o presidente cárter

Discurso do Ministro Thompson Flores, em 30 de março de 1978, durante a visita do Presidente Jimmy Cárter ao Supremo Tribunal Federal; e a tradução não-oficial da resposta do Presidente norte-americano

THOMPSON FLORES

Senhor e Senhora Presidente Jimmy Cárter,

O Supremo Tribunal Federal, aqui reunido, informalmente, como do expresso desejo de Vossa Excelência, mas com a presença da totalidade de seus Juizes e do Procurador-Geral da República, sente-se honrado com a visita que lhe faz o Chefe da Nação irmã e sua esposa.

A amizade que une Estados Unidos e Brasil remonta há mais de século e meio. Data de

nossa independência política para a qual contribuirão patrícios de Vossa Excelência, da estirpe de Thomas Jefferson, e se tem consolidado na paz e na guerra.

O Supremo Tribunal Federal do Brasil foi criado em 1891, à semelhança da Suprema Corte dos Estados Unidos, e os seus julgados têm servido de inspirações a muitas das decisões mais importantes que aqui temos proferido.

A nossa competência originou-se, em parte, das afirmações da Corte Suprema do país

de Vossa Excelência, através de lições do grande juiz Marshall — notadamente no pertinente à inconstitucionalidade das leis e atos dos demais Poderes — e os ensinamentos de grandes juizes, como Black, Benjamin Cardoso e outros são aqui seguidamente invocados.

Fazendo votos para que este encontro contribua para estreitar as relações de amizade entre nossos países, permito-me apresentar a Vossa Excelência e digníssima esposa as nossas saudações, as quais peço, ao regressar, transmita aos eminentes juizes da Suprema Corte, a par da nossa admiração.

JIMMY CÁRTER

Senhor Presidente. Gostaria de formular uma breve resposta à sua saudação. Gostaria de dizer, Senhor Presidente, que a semelhança entre a Corte Suprema dos Estados Unidos e o Supremo Tribunal Federal do Brasil é, justamente, fonte de segurança e tranqüilidade para nós, porque ilustra, mais uma vez, de mais uma forma, a compatibilidade e a semelhança de nossos patrimônios e aspirações, no sentido de um comum compromisso para com o direito e a justiça, e a determinação de defender e preservar os direitos dos oprimidos.

O papel que desempenha nesse sentido o Tribunal é, realmente, força estabilizadora na sociedade, de importância crucial num mundo em transição constante e também um motivo de fortalecimento para assegurar aos nossos governos, aos nossos povos, exemplos duradouros.

Os julgados do Supremo Tribunal do Brasil têm proeminência nos casos de qualquer divergência entre os atos do Governo. Daí as interpretações e as decisões do Supremo Tribunal Federal sobre as leis do Brasil, realmente, constituem uma verdadeira fonte de segurança para o povo brasileiro, e também mostra da compatibilidade com o nosso sistema judiciário.

Os julgados emitidos aqui têm, realmente, mostrado, em anos recentes, as novas oportunidades que cabem aos nossos respectivos sistemas judiciários para corrigir muitos erros e injustiças. Isso, naturalmente, contribui também para a válida promoção dos direitos, para que nossos povos possam desfrutar de justiça e da possibilidade de determinar seus próprios destinos.

Por isso, Senhor Presidente, gostaria de frisar que nos sentimos, minha Senhora e eu, profundamente honrados por este encontro com os ilustres Ministros, e estamos imensamente gratos pela possibilidade desta visita. E gostaria de renovar a expressão do meu prazer em constatar o profundo senso de harmonia, do património comum do nosso compromisso para com os destinos dos nossos povos.

a entrevista do presidente geisel à cbs, dos estados unidos

Entrevista do Presidente Ernesto Geisel à CBS, dos Estados Unidos, em 27 de março de 1978, a propósito da visita do Presidente norte-americano, Jimmy Carter, ao Brasil.

Pergunta — Senhor Presidente, gostaria de fazer a primeira pergunta a Vossa Excelência: o que caracteriza, neste momento, as

relações entre os Estados Unidos e o Brasil; qual é o estado das relações entre os dois países?

Resposta — O Brasil e os Estados Unidos são dois países tradicionalmente amigos. Esta amizade vem desde a nossa independência, tem mais de 150 anos, portanto; sempre fomos amigos, inclusive em momentos difíceis de nossas histórias. E creio que existem grandes fundamentos para este inter-relacionamento, para esta amizade entre os nossos dois países. Há interesses comuns, de natureza política, de natureza econômica e mesmo de natureza social. O Brasil e os Estados Unidos integram o Mundo Ocidental e nós reconhecemos nele a liderança dos Estados Unidos. Nós nos integramos no modo de ver e de considerar as coisas do Mundo Ocidental. De outro lado, Estados Unidos e Brasil têm grandes laços econômicos; basta dizer que os Estados Unidos são o maior investidor estrangeiro no Brasil. Nosso comércio é altamente desenvolvido nos dois sentidos, assim como as nossas relações de natureza financeira. Há um grande relacionamento entre nossas populações, sendo bem verdade que os dois países apresentam quadros completamente distintos em vários aspectos. Os Estados Unidos são um país altamente industrializado, desenvolvido, com uma forte estrutura econômica e social, ao passo que o Brasil é um país que ainda está por ser descoberto em grande parte de seu território. É um país com grande reserva potencial e que precisa ser desenvolvido. Tem carência de recursos financeiros. No campo tecnológico, sobretudo, está ainda atrasado. Enquanto os Estados Unidos talvez sejam a nação mais desenvolvida do mundo, o Brasil está em fase de desenvolvimento; é um país subdesenvolvido, que luta e trabalha para conseguir se desenvolver. É claro que entre os povos, por mais amigos que sejam, ocorrem divergências. Como há pouco tempo tive oportunidade de declarar na Alemanha, acredito que os pontos convergentes sejam em maior número do que aqueles sobre os quais divergimos. Isso me permite dizer que, apesar dessas divergências, considero que os Estados Unidos e o Brasil são países amigos. Considero que as relações não são tão más. Podemos até mesmo considerá-las boas, se olharmos para outras partes do mundo. Evidentemente, essas relações poderiam ser melhores.

Pergunta — **Senhor Presidente, que deveriam fazer os Estados Unidos para melhorar essas relações?**

Resposta — Acho que, em primeiro lugar; eles deveriam conhecer melhor o Brasil. Mas não será possível conhecê-lo melhor se o enxergarem segundo a ótica americana, diferente da nossa. É preciso viver no Brasil, conhecer seus problemas, seu povo, sua índole, suas dificuldades, para então chegarem a uma avaliação adequada do que seja este país, do que ele pretende, do que ele precisa. Nossas relações, assim, poderiam ser de fato melhores. Os analistas que examinam os problemas brasileiros, não apenas dos Estados Unidos, mas também da Europa, o fazem segundo seus próprios padrões. Querem que o Brasil seja igual a eles. Não pode ser. É um país diferente. A dificuldade está em transplantar o seu pensamento para as realidades que o país vive, em formar um juízo sobre o que de fato acontece e o que de fato necessita ser feito. Acredito, assim, que um melhor conhecimento do Brasil seria muito útil para um melhor desenvolvimento de nossas relações. Não me refiro apenas ao caso dos Estados Unidos; esse mesmo problema existe, também, com relação aos que ainda não nos conhecem convenientemente.

Pergunta — **Um dos tópicos que surgiu nas relações Brasil-Estados Unidos desde a posse do Presidente Cáster é o dos direitos humanos; de modo geral, o Senhor acha que a política dos direitos humanos do Presidente Cáster tem sido boa ou má, tem interferido com as boas relações dos Estados Unidos com o seu país e com o resto do mundo?**

Resposta — Eu acho que o problema dos direitos humanos é de extraordinária importância. O Brasil o reconhece, tanto assim que é um dos signatários da Carta das Nações Unidas, em que se propugna pelo respeito aos direitos humanos. Acontece, entretanto, que quando se fala em direitos humanos, limita-se a análise a problemas de natureza política. Eu tenho a convicção de que o problema dos direitos humanos é muitíssimo mais vasto; direitos humanos envolvem direitos econômicos e principalmente direitos sociais. Em um país pobre, onde a economia não está suficientemente desen-

volvida, onde há, conseqüentemente, problemas sociais e onde o povo está sujeito à exploração por ideologias estranhas, não é possível que o quadro político seja idêntico ou semelhante àquele dos países ricos, ou que os parâmetros da vida democrática sejam exatamente iguais. Acho, pois, que os direitos humanos não são apenas políticos, são também de natureza econômico-social e nos preocupam muito. Veja que o Brasil, com sua população de 110 milhões, crescendo à taxa elevadíssima de 2,7% ao ano, tem problemas muito sérios de habitação, de educação, de saúde, de emprego, de nutrição; e tudo isso são direitos humanos que temos de cuidar. O Governo brasileiro tem feito um esforço extraordinário nesse sentido. Eu não condeno, de forma alguma, a campanha do Presidente Cáster em favor dos direitos humanos. Acho que é justa, razoável, necessária mesmo. O que nós não aceitamos é interferência externa nesse problema no Brasil. Cabe a nós, brasileiros, tratarmos dos direitos humanos dos brasileiros. E isso nós temos feito. Nossa preocupação fundamental é o bem-estar do homem brasileiro.

Pergunta — Prosseguindo no assunto, como resultado de desentendimentos que o Senhor acaba de mencionar sobre a natureza da política de direitos humanos do Presidente Cáster, o Brasil rompeu o acordo de assistência militar com os Estados Unidos; o Senhor teve oportunidade de lamentar isso; o Brasil foi prejudicado de alguma forma?

Resposta — O acordo foi suspenso porque, embora em vigor, sua execução, da parte americana, ficaria dependendo de um relatório sobre a situação interna do Brasil a ser enviado ao Senado americano. Consideramos isto uma interferência nos assuntos internos brasileiros, que não podemos admitir.

Pergunta — Prejudicou ao Brasil de alguma maneira o rompimento deste acordo?

Resposta — As nossas relações militares com os Estados Unidos sempre foram muito boas. Evidentemente, estas relações, agora, não vão ficar mais no mesmo nível, mas eu, sinceramente, acho que o que o Brasil

praticou foi justo. Era a demonstração que nós tínhamos que dar do nosso grau de independência. O Brasil não poderia ficar, nessa matéria, na dependência do Senado americano ou de relatórios que lhe fossem enviados.

Pergunta — É aspiração de Vossa Excelência tornar o Brasil totalmente independente de qualquer potência estrangeira?

Resposta — Acho que no mundo não há países independentes. Todos somos interdependentes. Variadas questões de natureza política e econômica sobretudo, fazem com que o Mundo seja cada vez mais interdependente, mas em determinados problemas não podemos aceitar a interferência de um país em outro. Não podemos aceitar que a execução de um tratado, em vigor há mais de vinte anos, fique na dependência da boa ou má vontade do Senado americano. Creio que os Estados Unidos nunca aceitariam uma solução dessa natureza.

Pergunta — Senhor Presidente, o rompimento desse tratado de assistência militar foi analisado como mais um sinal de que os Estados Unidos estão perdendo a sua influência aqui no Brasil; de que o Brasil se dirige cada vez mais, a outros países que não os Estados Unidos para suas relações mais estreitas. Essa impressão é correta, devem os americanos se preocupar com essa tendência?

Resposta — Não creio, pois acho que a amizade que existe entre o Brasil e os Estados Unidos é muito importante. Ela tem fundamentos históricos, geográficos, de toda natureza, enfim, e não há porque essas relações não continuem a se desenvolver, não acredito que a ruptura desse acordo acarrete uma redução nas nossas relações. É evidente que o Brasil, como já fazia antes, mantém relações com todos os países do mundo, menos um, e procure desenvolver essas relações sobretudo no sentido econômico, sem que isso signifique afetar as nossas relações com os Estados Unidos. Eu, pessoalmente, estou convencido de que o Brasil e os Estados Unidos devem sempre caminhar juntos.

Pergunta — Senhor Presidente, haveria alguma coisa que o Presidente Cáster poderia

Ihe dizer que mudasse sua posição sobre o tratado nuclear que o Brasil mantém com a Alemanha?

Resposta — Não sou adivinho, não sei o que o Presidente Cáter vai me dizer, mas ambos temos um ponto em comum relativamente ao problema nuclear: somos partidários de que não deve ocorrer proliferação de armas nucleares no mundo. O Brasil é um país extremamente pacifista; é contra todo e qualquer armamento nuclear. Acharmos, inclusive, que todos os países que possuem armas nucleares deveriam eliminá-las. Mas, a partir daí, nós começamos a divergir, porque o Presidente Cáter, até agora, nas manifestações que tenho recebido, é contra a proliferação que ele chama de sensível, isto é, a da tecnologia. Acho que esse problema não se resolve impedindo o acesso à tecnologia; se resolve através de adequados controles, de salvaguardas exigidas pela Agência Internacional de Energia Nuclear de Viena. O Brasil se submeteu a todos essas salvaguardas; elas foram, inclusive, aprovadas pelo Governo americano. O Brasil é, também, signatário do Tratado de Tlatelolco, que desnucleariza a América Latina, mas quer ter acesso à tecnologia; primeiro, porque é da natureza humana — o cérebro humano não admite restrições à sua cultura e ao seu conhecimento — em segundo lugar, porque o Brasil não quer ter maiores dependências em assuntos de energia. Temos poucas reservas de combustíveis fósseis; temos pouco carvão, pouco petróleo e a nossa dependência do exterior é extraordinariamente grande. As nossas possibilidades de aproveitamento hidrelétrico estão chegando ao fim e temos que procurar outras soluções para o problema energético. Uma delas é a energia nuclear. Temos reserva de urânio e queremos transformar este urânio em combustível. Queremos ficar em condições de reprocessá-lo, o que nos obriga a dispor da tecnologia. Assim, divergimos do Presidente Cáter porque não queremos aceitar que, a pretexto de proibir a fabricação de armas, nós não tenhamos acesso à tecnologia. Acho que nós temos o direito de conhecer essa tecnologia e usá-la para fins pacíficos, obrigando-nos, como também devem os demais países, à fiscalização internacional, que é da Agência Internacional de Viena.

Pergunta — **Vossa Excelência poderia afirmar que o Brasil jamais desenvolverá qualquer tipo de armamento nuclear?**

Resposta — Pelo menos este é o ponto de vista de todos os brasileiros. O Brasil é um país extraordinariamente pacífico, nós vivemos com dez vizinhos, em harmonia, bem como com todos os países do mundo, exceto com um com o qual não temos relações, que é Cuba. Sempre fomos partidários do diálogo, dos acordos, da arbitragem. Resolvemos todos os nossos problemas de fronteiras. Sempre defendemos, nas conferências de Genebra, o desarmamento total do mundo. Então, não vamos fabricar armas nucleares, não temos interesse nenhum nisso. Veja se faz sentido o Brasil fabricar uma arma nuclear, para jogar contra quem?, usá-la contra quem? Em primeiro lugar nós não temos adversários e tão cedo os teremos num mundo que deve caminhar para a paz. Em segundo lugar, estamos empenhados em nos conquistar a nós mesmos, em desenvolver nosso país. Não temos recursos para aplicar na fabricação de uma arma nuclear sem nenhum objetivo. Seria um verdadeiro contra-senso. Por outro lado, nós estamos obrigados, não só pelo Tratado de Tlatelolco, de nos submetermos à fiscalização. Mesmo se algum dia algum governante brasileiro, desatinado, quisesse fazer esta arma, há o controle internacional, ao qual nos submetemos. E é muito melhor submetermos ao controle internacional do que amanhã alguém querer fazer essa arma de forma clandestina, como já o fizeram em outros países no mundo. Renovo a convicção de que o Brasil não pensa nem pensará jamais em usar uma arma tão terrível como a arma nuclear.

Pergunta — **Com relação ao Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental, se Vossa Excelência diz que não mudará de posição, há algo que discutir sobre o assunto com o Presidente Cáter?**

Resposta — Se o Presidente Cáter quiser abordar essa questão, evidentemente que conversarei com ele sobre isso. Nosso objetivo é a manutenção desse Acordo. O Acordo foi aprovado pela Agência Internacional de Viena, inclusive com voto dos Estados Unidos. Então, não vejo porque deixar de

cumpri-lo, quando não vejo nenhum mal nele. É um Acordo legítimo, legal e tem finalidades inteiramente pacíficas.

Pergunta — Senhor Presidente, que resultado Vossa Excelência espera desta próxima visita do Presidente Cártter?

Resposta — Eu recebo a visita do Presidente Cártter com muita satisfação, como recebi anteriormente a visita da Senhora Cártter. Embora nós, em certas situações, não tenhamos pontos de vista comuns, em outros, como já disse, comungamos das mesmas ideias. A visita é importante. Em primeiro lugar, para que nos conheçamos melhor. Acho que o contato direto, o diálogo, permite que as pessoas se compreendam melhor. Segundo, muitas questões e muitas dúvidas poderão se esclarecer. De qualquer forma, nós demonstraremos aos nossos povos, pelo menos eu ao povo brasileiro, de que somos amigos, de que não há motivos para que nós não continuemos a caminhar juntos onde possível e sempre que possível.

Pergunta — Vossa Excelência vê alguma possibilidade de solucionar essas divergências consideradas históricas?

Resposta — Eu não diria que essas divergências sejam históricas. Elas surgem à medida que os países se desenvolvem. Acho, por exemplo, que na questão dos di-

reitos humanos é possível que o Presidente Cártter passe a ter uma visão um pouco diferente em relação ao Brasil, depois de conversar comigo. Sobre o problema nuclear, talvez seja mais difícil nós encontrarmos uma concordância. Mas nós temos também outros problemas de natureza comercial, que nos afetam sobretudo pela necessidade que temos em desenvolver nosso comércio exterior. Quando hoje em dia, nos defrontamos com barreiras protecionistas que se levantam, não só nos Estados Unidos, mas também nos países da Comunidade Europeia, surge outro problema: o célebre problema que se costuma chamar de Norte-Sul. Acho que, com as conversações com o Presidente Cártter, muitas das questões que se referem a esses problemas comerciais e das vinculações Norte-Sul poderão encontrar um caminho de solução.

Pergunta — Senhor Presidente, haveria mais alguma coisa que o Senhor gostaria de acrescentar ou dizer ao povo americano?

Resposta — Agradeço a oportunidade que me deram com essa entrevista, onde pude expressar como nós, aqui no Brasil, pensamos em relação a certos problemas, e sobretudo dirijo uma mensagem de saudação ao povo americano, pois como no passado, vejo o nosso futuro, que é o do dois países e dois povos que se tornam cada vez mais amigos.

comunicado conjunto brasil-estados unidos

Comunicado Conjunto de imprensa
Brasil-Estados Unidos, assinado no Palácio do
Planalto, em Brasília, em 30 de março de 1978,
pelos Presidentes Ernesto Geisel e Jimmy Cártter.

O Presidente dos Estados Unidos da América e a Senhora Jimmy Cártter visitaram o Brasil nos dias 29 a 31 de março de 1978, como parte de uma série de visitas a importantes países. Acompanhando o Presi-

dente Cártter vieram o Secretário de Estado Cyrus Vance, o Assessor Presidencial para Assuntos de Segurança Nacional, Dr. Zbigniew Brzezinski, o Subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Te-

rence A. Todman, o Diretor de Planejamento Político do Departamento de Estado, W. Anthony Lake e Robert Pastor, da equipe do Conselho de Segurança Nacional.

O Presidente da República Federativa do Brasil e a Senhora Ernesto Geisel receberam o Presidente dos Estados Unidos da América e a Senhora Jimmy Carter como hóspedes oficiais do Governo brasileiro. O Presidente Geisel acolheu a visita como uma clara expressão da importância das relações e dos laços históricos que unem os dois países.

Durante sua permanência em Brasília, o Presidente e a Senhora Carter visitaram Sua Excelência o Presidente do Supremo Tribunal Federal e outros membros desse Tribunal. O Presidente Carter visitou também o Congresso Nacional, reunido em sessão solene conjunta. O Presidente e a Senhora Carter expressaram seu profundo reconhecimento por essas oportunidades de reunirem-se com o Supremo Tribunal e o Congresso Nacional.

A visita reflete o desejo dos Presidentes de aumentar o entendimento recíproco e de ampliar as grandes áreas de coincidência que existem entre os dois Governos. A visita também representa a crescente importância e complexidade das relações entre os dois países e a necessidade de reduzir a um mínimo as inevitáveis diferenças de pontos de vista que resultam dessa complexidade.

As conversações entre os dois Presidentes transcorreram em uma atmosfera de franqueza, cordialidade e respeito mútuo. Examinaram acontecimentos internacionais recentes, a nível global e regional, e trocaram opiniões sobre as políticas e pontos de vista de seus Governos. Reconhecendo as respectivas responsabilidades de seus dois países na solução de importantes questões globais, os dois Presidentes acentuaram os interesses e objetivos comuns que ambos os países compartilham na construção de uma ordem internacional justa e pacífica. Reiteraram seu firme apoio aos princípios da Carta das Nações Unidas e da Carta da Organização dos Estados Americanos e aos princípios de soberania, igualdade e não-

intervenção nos assuntos internos dos Estados, de abstenção do uso da força nas relações internacionais, e a outros princípios do Direito Internacional que regem as relações entre os Estados. Concordaram sobre a necessidade de perseverar nos esforços para manter a paz internacional, fortalecer a segurança mundial, intensificar a cooperação entre os Estados e resolver as questões internacionais pendentes, conforme os meios pacíficos previstos na Carta das Nações Unidas.

No contexto desse exame global, os dois Presidentes assinalaram a importância das Nações Unidas e de outras instituições internacionais e regionais, na resolução de questões e disputas internacionais e concordaram que seus dois Governos devem manter e expandir sua cooperação para apoiar esses mecanismos e sua eficácia crescente. Concordaram também em ampliar as consultas anuais entre seus dois Governos que precedem as sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas, trazendo para o âmbito dessas consultas outras negociações e encontros realizados sob os auspícios das Nações Unidas, tais como a Conferência sobre o Direito do Mar e as Conferências das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento.

intensificar esforços para uma paz justa, integral e durável

Os Presidentes trocaram ideias a respeito da situação do Oriente Médio e deploraram a recente violência que ocorreu nessa área. Concordaram que é necessário e urgente intensificar esforços para alcançar uma paz justa, integral e durável, baseada nas resoluções 242 e 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Acentuaram a importância de um recuo em todas as frentes, nos termos da resolução 242, e da solução de todos os aspectos da questão palestina.

Os Presidentes sublinharam sua preocupação com a corrida armamentista e reiteraram apoiar firmemente a adoção de medidas de desarmamento sob estrito e efetivo controle internacional. Ademais, manifesta-

ram os Presidentes sua dedicação comum à participação construtiva de seus respectivos países na Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas dedicada ao desarmamento e afirmaram sua vontade comum de que a Sessão Especial conduza a passos positivos no sentido de uma redução, e eventual eliminação, de armamento e do relaxamento das tensões internacionais.

Tomando por base as tradições comuns de respeito pelo império da lei e seu empenho em melhorar as condições de vida de seus povos, os Presidentes concordaram que o progresso da humanidade será aferido, em grande parte, pelos avanços que se realizam para garantir e assegurar os direitos políticos, económicos e sociais de todos os povos.

direitos humanos e energia nuclear

O Presidente Cáter sublinhou o compromisso fundamental de seu país com a promoção dos direitos humanos e das liberdades democráticas como fundamento do processo de construção de um mundo mais justo e afirmou que a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta da OEA representam os padrões para a ação internacional nesta área. A esse respeito, o Presidente Geisel lembrou que a cooperação internacional para a afirmação dos direitos humanos em todos os seus aspectos, é uma das mais nobres tarefas das Nações Unidas. Acentuou a preocupação do Governo brasileiro com a observância dos direitos humanos e assinalou o papel essencial do desenvolvimento económico, social e político para que se alcancem progressos nessa área.

O Presidente Cáter expôs o escopo global da política de não-proliferação dos Estados Unidos da América, ilustrou a implementação prática dessa política, internamente, nos próprios Estados Unidos da América, e explicou os presentes esforços de sua administração para evitar a proliferação, tanto vertical como horizontal, numa base universal. Sublinhou que a política dos EUA tem por objetivo conter a difusão de armas nucleares, e ao mesmo tempo estimular a cooperação internacional no desenvolvi-

to dos usos pacíficos da energia atômica. O Presidente Geisel registrou a igual preocupação do Brasil com a não-proliferação das armas nucleares, tanto horizontal como vertical. Nesse contexto, acentuou que o Brasil apoia com firmeza os esforços internacionais em prol do desarmamento; que o Programa Nuclear Brasileiro tem objetivos estritamente pacíficos e foi estruturado para atender as necessidades energéticas do país; e que o Brasil apoia a adoção das salvaguardas internacionais não-discriminatórias da Agência Internacional de Energia Atômica.

as perspectivas da economia mundial

Os dois Presidentes examinaram a situação e as perspectivas da economia mundial. Analisaram a estreita relação entre o comportamento da economia dos Estados Unidos da América e a estabilidade e o crescimento mundiais, bem como a presença dinâmica do Brasil no sistema económico internacional. Acentuaram a importância de os países industrializados, como um todo, adotarem políticas adequadas que assegurem a retomada de um crescimento económico mundial mais rápido, para o que são também necessárias políticas apropriadas nos países em desenvolvimento para manter um desempenho favorável de suas economias. Acolheram com satisfação a decisão da OPEP, tomada em Caracas, em dezembro, no sentido de manter o atual nível de preços do petróleo.

O Presidente Cáter deu ênfase ao compromisso de sua administração com a maior liberalização do comércio. O Presidente Geisel acentuou a importância do crescimento das exportações para o desenvolvimento brasileiro. A esse respeito os dois Presidentes sublinharam sua decisão de trabalhar em prol de um sistema de comércio mundial mais aberto e mais justo, de combater o protecionismo, e de cooperar para o êxito das Negociações Comerciais Multilaterais. Os dois Presidentes concordaram que as maiores contribuições nesse campo devem ser dadas pelos países desenvolvidos. O Presidente Cáter sublinhou o empenho dos Estados Unidos em negociar, sempre que possível e adequado, tratamentos especiais e mais favoráveis aos países em

desenvolvimento. Registrou também ser desejável que os países em desenvolvimento contribuam para a liberalização comercial. O Presidente Geisel expressou que o Brasil estará pronto para, juntamente com outros países, contribuir para a liberalização do comércio mundial. Os dois Presidentes concordaram quanto à importância de se chegar a um entendimento sobre os códigos de subsídios à exportação, direitos compensatórios, salvaguardas e outros mecanismos de política comercial. Concordaram também quanto à necessidade de amplas consultas, na medida em que as negociações em Genebra se aproximam de sua fase final. Os dois Presidentes concordaram em que a quinta sessão do Subgrupo de Comércio Brasil-EUA se realizará em Brasília, em maio. O principal objetivo dessa sessão será o exame bilateral das questões substantivas existentes na fase atual das Negociações Comerciais Multilaterais.

Os dois Presidentes deram seu firme endosso ao papel muito importante das instituições financeiras internacionais, tais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. A esse respeito, examinaram as várias medidas adotadas no ano passado e concordaram com a importância de essas instituições disporem de um nível mais elevado de recursos financeiros. Os dois Presidentes realçaram a importância das contribuições dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento a essas instituições e também registraram, acolhendo com agrado, os crescentes esforços dos próprios países em desenvolvimento para fortalecer a cooperação mútua em apoio a seu desenvolvimento. Mencionaram com satisfação os esforços no sentido de se criar um grupo de cooperação econômica no Caribe.

Os dois Presidentes concordaram sobre a importância de estabilizar os preços dos produtos primários a níveis justos, para produtores e consumidores, e sobre o papel que mecanismos financeiros apropriados poderão desempenhar com relação aos acordos de estabilização de preços de produtos primários.

Os Presidentes afirmaram que continuarão a apoiar as estreitas relações de trabalho

existentes entre as autoridades econômicas e financeiras de ambos os países.

Os dois Presidentes discutiram seu interesse comum em reduzir a dependência das importações de petróleo e examinaram os programas de seus respectivos países no campo da pesquisa e desenvolvimento energético. Concordaram em estabelecer um programa de cooperação que confira importância às áreas de tecnologia avançada de ambos os países, assegurando um fluxo recíproco de benefícios na mineração, processamento e conversão do carvão mineral, na produção de álcool a partir do açúcar e de outros produtos agrícolas, e na economia da energia utilizada na indústria e no transporte. Essa decisão será implementada através de reuniões de técnicos destinadas a elaborar programas específicos de cooperação e a examinar a possibilidade de seu financiamento conjunto.

Os dois Presidentes também examinaram a situação da agricultura mundial e concordaram que o Brasil e os Estados Unidos da América, como principais exportadores mundiais de produtos agrícolas, podem contribuir de forma importante para minorar os problemas mundiais nesse campo. Decidiram estabelecer, nos termos do Memorandum de Entendimento, de 21 de fevereiro de 1976, um Subgrupo de Agricultura. O Subgrupo tratará de problemas de interesse mútuo e realizará sua primeira reunião em futuro próximo.

Os dois Presidentes também registraram que as experiências compartilhadas que derivam do intercâmbio empresarial, profissional, cultural e educacional constituem valiosa base para a amizade duradoura e o entendimento mútuo entre os dois países.

Os dois Presidentes registraram especificamente a comemoração, no ano passado, do vigésimo aniversário da Comissão Fulbright para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil de que tem participado professores universitários de uma ampla variedade de disciplinas.

Os dois Presidentes sublinharam os objetivos comuns de seus povos em favor de uma nova era de paz e progresso que contribua para relações econômicas mais justas entre

o Norte e o Sul, que promova maior segurança económica para todos os países, que assegurem uma melhor qualidade de vida para todos os povos, que propicie uma distribuição mais eqüitativa dos benefícios do crescimento e que incentive um desenvolvimento nacional mais acelerado.

Os dois Presidentes concordaram quanto à importância de consultas freqüentes e de íntima cooperação, entre os dois Governos. Concordaram em que os mecanismos e os procedimentos de consulta estabelecidos sob o Memorandum de Entendimento, de 21 de fevereiro de 1976, devem continuar a ser utilizados, havendo para tanto instruído seus respectivos Ministros do Exterior. Os dois Presidentes manifestaram seu propósito de continuar a manter comunicações pessoais

constantes, de forma a permitir sua intervenção direta e imediata em assuntos de especial interesse para seus dois países.

Os dois Presidentes expressaram grande satisfação pessoal por ter resultado de suas conversações — conduzidas em uma atmosfera de amizade e de respeito mútuo — uma troca de pontos de vista bastante útil, abrangente e mutuamente benéfica, sobre uma ampla gama de questões multilaterais e bilaterais, com plena compreensão das opiniões de cada um.

Ao término de sua visita, o Presidente e a Senhora Cárter agradeceram ao Presidente e à Senhora Geisel a cordial hospitalidade a eles oferecida pelo povo e pelo Governo brasileiros.

a segunda reunião preparatória sobre cooperação multilateral na amazônia

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira, em 31 de março de 1978, por ocasião do encerramento da II Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Amazônia, realizada no Palácio Itamaraty de Brasília; e o discurso do Chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, na sessão de abertura da mesma reunião, no dia 27 de março de 1978.

AZEREDO DA SILVEIRA

Senhores Chefes de Missão acreditados junto ao Governo brasileiro,

Senhores Chefes de Delegação,

Senhores Delegados.

O volume e a qualidade do trabalho que esta reunião produziu, nos últimos quatro dias, demonstram, em definitivo, que a cooperação amazônica é uma ideia predestinada ao sucesso.

Não basta, com efeito, a vontade de um ou mais países para que uma iniciativa como esta se complete. É preciso não só que a semente seja boa, mas que a receba um solo fértil, no tempo certo.

Mal se cumpriu um ano desde o impulso inicial de consultas que pôs em marcha o processo. Seguiram-se, em ritmo constante, as reações positivas, o primeiro anteprojeto de Tratado, a reunião preparatória que o analisou e discutiu, as contribuições que conduziram ao novo texto, revisto e aperfeiçoado.

Coube à presente reunião, que ora se encerra com o sentimento do dever cumprido, desincumbir-se de parte complexa da tarefa. Competiu-lhe, de fato, traduzir, do geral para o particular, a aceitação de um princípio, de início abstrato, para o terreno concreto das formulações jurídicas.

tratado-quadro regerá relações de 8 países amazônicos

Assistimos assim, ao crescimento orgânico deste projeto de um grande tratado-quadro, destinado a reger as relações de cooperação de oito integrantes dessa imensa área, a desafiar nossa imaginação e esforços criadores.

Em poucos dias, com precisão e objetividade, os Delegados aqui presentes definiram os princípios e as linhas gerais da ação conjunta, delimitaram-lhe as zonas de aplicação, refinaram conceitos e políticas, armaram, enfim, o arcabouço básico de sustentação do processo.

Se fosse possível destacar pontos altos no desempenho uniformemente expressivo dos

últimos dias, dois aspectos mereceriam minha preferência: a harmonia em que se desenvolveram os trabalhos e a atuação participante e intensa de todas as Delegações.

Bem sabemos como é complexa a tarefa de harmonizar vontades soberanas até de dois parceiros apenas. O que não dizer, pois, de oito países com personalidade própria e pontos de vista particulares, diante do desafio inédito de, pela primeira vez na História, representar o conjunto da Amazônia em torno de uma mesa de negociação. E, no entanto, através da diversidade de situações, emergiu, constante, o espírito de mútua compreensão e de concórdia que caracterizou, como nota invariável, o desenrolar dos debates.

Ao mesmo tempo deve-se, por justiça, ressaltar o valor das contribuições e o nível de participação das Delegações, cuja sintonia possibilitou autêntico trabalho de equipe.

restam poucos pontos para o consenso

Chegou-se, dessa forma, a consolidar num texto-síntese, elaborado com o concurso de todos, a maior parte dos temas debatidos. Prossegue, a partir de hoje, o esforço de articular, nesse texto, poucos pontos que restam ainda para que se chegue a um consenso.

Abre-se, agora, mais uma fase, mais breve e acelerada que a anterior, uma vez que, dentro de 45 dias, temos encontro marcado em Caracas, para o prosseguimento dos trabalhos iniciados em Brasília.

Por essa decisão, quero aqui deixar constância da satisfação do Governo brasileiro, porque a realização da próxima reunião de negociações num país vizinho constitui símbolo eloqüente do engajamento participante dos demais países amazônicos numa iniciativa brasileira, que pertence porém a todos por igual, conforme vem sendo demonstrado pelo caráter coletivo de sua elaboração.

Mais uma vez, ao congratular-me com os presentes pelo trabalho realizado, agradeço a contribuição esclarecida e enriquecedora dos Senhores Delegados que nos honraram com sua participação e ajuda.

Ao apresentar-lhes minhas cordiais despedidas, já não evoco, como de outras vezes, para justificar nossas esperanças, o otimismo mas o realismo, pois estou seguro de que, a esta altura do processo, temos fundadas razões para contar com o início breve de uma nova e promissora era na História da cooperação e da amizade entre as nações amazônicas.

JOÃO HERMES PEREIRA

Senhores Embaixadores acreditados junto ao Governo brasileiro,

Senhores Chefes de Delegação,

Senhores Delegados,

A reunião que ora se inaugura é prova de que, antes mesmo de chegar à plena realização, a ideia de promover a cooperação multilateral na Região Amazônica começa já a alcançar seu primeiro objetivo: o de estimular e regularizar os contatos entre os Governos da área.

Essa animadora realidade imprime nova e positiva dimensão à satisfação com que estendo os votos de boas-vindas do Governo brasileiro às Delegações que aqui se reencontram para a retomada das conversações iniciadas em fins de novembro do ano passado.

Naquela ocasião, que constituiu o primeiro encontro histórico de todos os países amazônicos para discutir as possibilidades da colaboração regional, o próprio ineditismo do esforço representou um desafio especial a ser vencido.

Tratava-se, com efeito, de dar partida ao diálogo em comum sobre uma iniciativa até então estudada individualmente por cada país, faltando definir a pauta mesma dessas discussões e traçar-lhes um rumo geral, tarefas dificultadas pelo desconhecimento das convicções e propósitos dos participantes.

Estes logo se incumbiram de demonstrar que vinham animados de idêntico e motivado entusiasmo, aliado a sincero espírito de cooperação e harmonia.

Tais características permaneceram a nota constante dos trabalhos e contribuíram, de forma decisiva, para o saldo excepcionalmente produtivo daquele contato inicial.

Foi assim possível registrar consenso geral em torno da desejabilidade da institucionalização, entre os Governos da área, de um mecanismo permanente de contatos e de cooperação.

coincidência quanto aos campos prioritários de cooperação

Da mesma forma, verificou-se completa coincidência quanto aos campos considerados prioritários para essa cooperação e em relação às linhas gerais do mecanismo organizativo proposto.

Muito mais expressivo, porém, do que o substancial avanço permitido pelo exame conjunto dos principais aspectos suscitados pelo tema foi o inalterável clima de harmoniosa colaboração que, desde o primeiro momento, se estabeleceu entre os países representados. A essa atmosfera de rigorosa igualdade e de respeito de todos aos interesses e necessidades de cada um se deve sobretudo o notável alargamento da área de convergência que resultou da reunião anterior.

Para isso não foi preciso renunciar ao debate, sem inibições mas também sem arestas, das perspectivas diferentes porventura existentes, dentro de espírito de objetividade que soube evitar os riscos de discussões periféricas ou estranhas aos trabalhos em pauta.

A mesma atitude construtiva de cooperação inspirou, no período entre a primeira e a presente reunião, inúmeras sugestões e iniciativas de diversos países com vistas quer ao aperfeiçoamento dos textos em estudo, quer à elucidação de aspectos que interessam de perto a um ou a mais países.

documento harmoniza conceitos, sugestões e pontos de vista

O invariável resultado de todos esses esforços tem sido a gradual e constante ampliação do núcleo de coincidência entre os oito países, o enriquecimento da proposta mediante a incorporação de perspectivas novas e promissoras e o esclarecimento rápido e completo de questões e dúvidas levantadas na fase inicial do encaminhamento da ideia.

Como expressão e síntese criativa de todo esse complexo e variado processo, procurou o Brasil recolher e harmonizar, num documento revisto, os conceitos, sugestões e pontos de vista que pareciam melhor atender às aspirações gerais e dessa forma servir de base ao consenso que todos perseguimos.

É esse documento que proponho aos Senhores Delegados como subsídio e roteiro para o intercâmbio de ideias que nos preparamos a encetar, sem prejuízo, é claro, de outras contribuições que acaso venham a ser apresentadas pelos participantes.

Na reunião que ora inauguramos, de igual maneira que na anterior, o princípio constante que nos há de orientar será a mais ampla e positiva consideração das posições e aspirações de cada país e a sincera disposição de tudo fazer para conciliar esses pontos de vista numa construção harmoniosa e convergente.

Somente assim, acreditamos, será possível edificar obra que, por ser o resultado da vontade coletiva e de uma comunidade de esforços, engajará, por igual, o interesse e o entusiasmo de cada uma das Partes, garantia da solidez e da permanência das instituições diplomáticas.

Com essa nota de esperança, agradeço a renovada participação dos Delegados aqui presentes e dou por abertos os trabalhos desta II Reunião Preparatória sobre Cooperação Multilateral na Região Amazônica. *

* Na seção **Comunicados e Notas**, página 186, o Comunicado do Itamaraty à imprensa sobre a II Reunião Preparatória do Pacto Amazônico; na seção **Notícias**, página 193, uma informação sobre o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas ao Pacto Amazônico.

envolvimento do comércio nos dois sentidos e da cooperação económica, e sugiro que nossos Governos considerem quais novos métodos seriam cabíveis para consolidar os atuais vínculos económicos e para estabelecer novos vínculos nas áreas mais promissoras relacionadas com o desenvolvimento comercial e com a cooperação nos campos da indústria, da agricultura e da tecnologia.

um relacionamento fundamentado na complementaridade

As diferenças, tanto dos respectivos contingentes populacionais e mercados consumidores quanto das reservas de recursos naturais de nossos países, deveriam proporcionar uma base para um relacionamento fundamentado na complementaridade, o que muito poderia contribuir para o desenvolvimento de setores económicos específicos, aumentando sua produtividade e competitividade e elevando os níveis de emprego de ambos os países.

Existem diversas oportunidades promissoras para cooperação nos campos de recursos minerais, agricultura e tecnologia, bem como oportunidades consideráveis para investimentos diretos em cada país por parte de empresas do outro — com vistas à criação de capacidade produtiva e à elevação dos níveis de produtividade, levando assim ao incremento dos fluxos de comércio bilateral. Estou certo de que posso contar com o apoio de seu Governo, como eu lhe asseguro o apoio do meu Governo, para encorajar e facilitar, sempre que apropriado, a feitura de ajustes institucionais que ampliariam as perspectivas de concretização destas oportunidades.

Com vistas a dar substância a estas intenções e a promover sua realização, e tendo consultado os órgãos competentes de meu Governo, considero necessários o exame e a troca de informações sobre os meios de facilitar investimentos, particularmente empreendidos conjuntos, em setores de interesse em nossos países.

Registrei com satisfação o estabelecimento, em Sydney, de um escritório de represen-

tação do Banco do Brasil. O Governo brasileiro está interessado na criação em colaboração com instituições financeiras Australianas, de uma financeira que se ocuparia da captação de recursos de capital nos dois países e em terceiros mercados a fim de participar no financiamento do comércio recíproco e de dar apoio aos investimentos das empresas de cada país no outro.

Do lado brasileiro, há intenção de tomar uma pronta iniciativa a este respeito, pela submissão de uma proposta específica ao **Australian Foreign Investment Review Board**.

Não obstante reconhecer que o desenvolvimento de projetos específicos de cooperação na área industrial seria da responsabilidade das empresas e organizações dos dois países, vejo a necessidade de se encorajar e facilitar — por todos os meios apropriados e em consonância com as leis, regulamentos e políticas de cada um dos dois países — o desenvolvimento de tal cooperação industrial. A este propósito, sugiro que, com respeito aos projetos de desenvolvimento de recursos, as empresas e organizações relevantes de nossos países deveriam ser encorajadas no sentido de pesquisarem oportunidades para a celebração de contratos de longo prazo referentes ao suprimento de tais produtos ao país importador.

estimular as atividades de importação e exportação

A luz do elevado potencial identificado para o desenvolvimento do comércio nos dois sentidos, e tendo em mente a facilidade que representaria a existência de um sistema institucional capaz de acelerar de forma adequada tais trocas, é intenção do Brasil adotar medidas no sentido do estabelecimento de companhias de comércio cujo objetivo seria estimular as atividades de importação e exportação dos dois países e estabelecer, em áreas apropriadas, armazém alfandegado, o que facilitaria a entrada de mercadorias nos mercados dos dois países, reduzindo o fator tempo que ainda os separa.

Como Vossa Excelência e eu reconhecemos, as condições de clima e solo de várias áreas de nossas respectivas agriculturas são similares, proporcionando amplas oportunidades de colaboração para o desenvolvimento da produtividade, para a troca de informações e para o estabelecimento de vinculações complementares nos programas de pesquisa agrícola dos dois países. Meu Governo, por conseguinte, registra o entendimento, a que chegaram o Presidente da Embrapa e o Presidente da CSIRO, para a consideração de projetos de colaboração entre as duas organizações. Amplas oportunidades de colaboração também existem em outros campos, indicando, creio eu, a possibilidade de laços institucionais mais estreitos entre as comunidades científica e tecnológica de ambos os países.

Com relação a esforços necessários ao estabelecimento de atividades econômicas complementares no campo dos recursos minerais, notei com interesse o progresso já alcançado em negociações específicas entre as empresas e organizações relevantes de nossos países. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, é substancial a escala tanto da atual indústria siderúrgica brasileira, quanto do programa para expansão da produção de aço e de metais não-ferrosos, não cabendo dúvida de que a Austrália terá interesse considerável em suprir insumos básicos para esta expansão, particularmente nas áreas de carvão coqueificável, equipamentos e tecnologia. Meu Governo expressou seu interesse no êxito das negociações de contratos de suprimento a longo prazo nestas e em outras áreas importantes, bem como seu apoio para a conclusão rápida e satisfatória das mesmas.

Estou convencido de que a evolução das relações entre nossos países e as perspectivas de sua aceleração serão de molde a exigir reuniões periódicas em nível ministerial. Nesse sentido, propus a meu Governo a conveniência de reuniões periódicas entre Ministros encarregados de assuntos equivalentes, a fim de preparar o caminho para maior diversificação e intensificação das relações entre nossos respectivos Governos. Tais reuniões dariam continuidade às recentes visitas feitas à Austrália pelo Secretário-

Geral do Planejamento e pelo Secretário-Geral da Indústria e do Comércio do Brasil, e à presente visita do Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil.

Reconheço que o desenvolvimento de transporte marítimo entre nossos países é fundamental para todas as atividades já iniciadas ou planejadas, e creio que há necessidade de um intercâmbio de ideias e de cooperação neste campo. A esse respeito, o Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil é portador de uma carta do Ministro dos Transportes do Brasil, a qual contém uma proposta para conversas e consultas entre as competentes autoridades de transportes de nossos países.

Na expectativa de substanciais fluxos de investimentos entre nossos países, pode ser desejável estudar ajustes que facilitem tais investimentos. Nesse sentido, gostaria de expressar o interesse do Governo brasileiro no início de negociações de acordo para evitar a bitributação, assunto a que me proponho dar seguimento através dos canais diplomáticos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

RESPOSTA DE PEACOCK

Embaixador António F. Azeredo da Silveira
Ministro das Relações Exteriores do Governo da República Federativa do Brasil
Brasília

Senhor Ministro,

Tenho a honra de referir-me à carta de Vossa Excelência, datada de 22 do corrente, e de dizer-lhe do meu desapontamento diante da impossibilidade da realização de sua planejada viagem à Austrália este mês, com o objetivo de concluir as negociações e de assinar o Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Go-

verno da Austrália. Compartilho sinceramente da sua esperança de que nos possamos reencontrar brevemente, na Austrália.

2. Nesse ínterim, tive grande prazer em receber em Camberra, em 23 de fevereiro, o Secretario-Geral das Relações Exteriores do Brasil, seu representante pessoal devidamente acreditado, Embaixador Ramiro Sarai-va Guerreiro, com quem foi concluída uma profícua série de conversações, culminando na assinatura formal do Acordo Comercial entre nossos dois Governos, na data de hoje.

item multilateral-comércio internacional de produtos primários

3. Eu também reconheço a necessidade de formas aperfeiçoadas de cooperação internacional no tocante ao comércio de produtos primários, e confirmo o apoio do meu Governo a acordos internacionais eficazes sobre produtos primários, concebidos tanto para aperfeiçoar as condições de comércio de produtos de interesse para nossos dois países, quanto para proporcionar um maior grau de estabilidade e de previsibilidade neste comércio.

assuntos bilaterais

4. Coincidiu em que, embora, em anos recentes, se tenha verificado muito progresso no desenvolvimento de relações económicas e comerciais mais estreitas entre nossos dois países, o pleno potencial desse relacionamento está longe de ter sido atingido, e que ajustes aperfeiçoados sobre matéria institucional financeira e sobre transportes poderiam facilitar o desenvolvimento do comércio nos dois sentidos e da cooperação económica. Meu Governo registra com interesse sua proposta de que consideremos que novos métodos seriam cabíveis para consolidar os atuais vínculos económicos e para estabelecer novos vínculos nas áreas mais promissoras relacionadas com o desenvolvimento comercial e com a cooperação nos campos da indústria, da agricultura e da tecnologia.

complementaridades

5. Partilho sua opinião de que as diferenças, tanto dos respectivos contingentes populacionais e mercados consumidores quanto das reservas de recursos naturais de nossos países, deveriam proporcionar uma base para um relacionamento fundamentado na complementaridade, o que poderia contribuir grandemente para o desenvolvimento de setores económicos específicos, aumentando a produtividade e competitividade destes e elevando os níveis de emprego de ambos os países.

investimentos

6. Concorde que existam diversas oportunidades promissoras para cooperação nos campos de recursos naturais, agricultura e tecnologia, e partilho de sua opinião de que há oportunidades consideráveis para investimentos diretos em cada país por parte de empresas do outro, visando à criação de capacidade produtiva e à elevação dos níveis de produtividade, levando assim ao incremento dos fluxos de comércio bilateral.

7. O Governo australiano acolhe com satisfação investimentos do exterior, em consonância com sua política sobre investimentos estrangeiros, e é intenção do meu Governo encorajar e facilitar, sempre que oportuno, a feitura de ajustes institucionais que alargariam as perspectivas de concretização destas oportunidades.

8. Após consulta aos organismos competentes do meu Governo, afirmo que, a fim de dar substância a estas intenções e a promover sua realização, existe a necessidade de se examinarem modos de encorajar e de facilitar investimentos, particularmente empreendimentos conjuntos em setores de interesse dos países, e de se trocarem informações sobre os mesmos.

financeira

9. Tal como Vossa Excelência, registrei com satisfação o estabelecimento, em

Sydney, de um escritório de representação do Banco do Brasil. Também tomei nota do interesse do Governo brasileiro na criação, em colaboração com instituições financeiras australianas de uma financeira que se ocuparia do levantamento de capitais nos dois países e em terceiros mercados, a fim de participar do financiamento do comércio recíproco e de dar apoio aos investimentos das empresas de cada país no outro país.

10. Notei com interesse sua afirmação da intenção, do lado brasileiro, de tomar uma pronta iniciativa a este respeito, pela submissão de uma proposta específica ao **Australian Foreign Investment Review Board** — contratos de longo prazo.

11. Não obstante notar que o desenvolvimento de projetos específicos de cooperação na área industrial seria da responsabilidade das empresas e organizações dos dois países, também vejo a necessidade de se encorajar e facilitar — por todos os meios apropriados e em consonância com as leis, regulamentos e políticas de cada um dos dois países — o desenvolvimento de tal cooperação industrial. Destarte, tomo nota de sua sugestão no sentido de que, com respeito aos projetos de desenvolvimento de recursos naturais, as empresas e organizações relevantes de nossos países deveriam ser encorajadas no sentido de pesquisarem oportunidades para a celebração de contratos de longo prazo referentes ao suprimento de tais produtos ao país importador.

companhias de comércio e armazém alfandegado

12. Notei com satisfação que, à luz do elevado potencial identificado para o desenvolvimento do comércio nos dois sentidos, e tendo em mente a finalidade que poderia representar a existência de um sistema institucional capaz de acelerar de forma adequada tais trocas, é intenção do Brasil adotar medidas no sentido de estabelecimento de companhias de comércio, cujo objetivo seria estimular as atividades de importação e exportação dos dois países e estabelecer, em áreas apropriadas, armazém alfandegado, o que facilitaria a entrada de mercadorias nos

mercados dos dois países, reduzindo o fator tempo que ainda os separa.

13. Com relação aos elementos da proposta brasileira compreendidos na área de responsabilidade do Governo australiano, as propostas deveriam ser submetidas às autoridades australianas competentes, aí incluídos o **Foreign Investment Review Board** e o **Department of Business and Consumer Affairs**.

ciência e tecnologia

14. Concordo com Vossa Excelência que as condições de clima e solo de várias áreas de nossas respectivas agriculturas são similares, proporcionando amplas oportunidades de colaboração para o desenvolvimento da produtividade, para a troca de informações e para o estabelecimento de vinculações complementares nos programas de pesquisa agrícola dos dois países. Meu Governo também registra o entendimento, a que chegaram o Presidente da Embrapa e o Presidente da CSIRO, para a consideração de projetos de colaboração entre as duas organizações. Partilho a opinião de Vossa Excelência de que também existem amplas oportunidades de colaboração em outros campos, indicando a possibilidade de laços institucionais mais estreitos entre as comunidades científicas e tecnológicas de ambos os países.

suprimentos de longo prazo

15. Com relação ao estabelecimento de atividades econômicas complementares no campo dos recursos minerais, a que Vossa Excelência menciona em sua carta, também notei com interesse o progresso já alcançado em negociações específicas entre as empresas e organizações relevantes de nossos países. A escala tanto da atual indústria siderúrgica brasileira quanto do programa para expansão da produção de aço e de metais não-ferrosos é substancial, e confirmo o interesse da Austrália em suprir insumos básico para esta expansão, particularmente nas áreas do carvão coqueificável, equipamentos e tecnologia.

16. Meu Governo também expressa seu interesse no êxito das negociações de contratos de suprimento a longo prazo nesta e em outras áreas importantes, bem como seu apoio para a conclusão rápida e satisfatória das mesmas.

reuniões ministeriais

17. Partilho sua convicção de que a evolução das relações entre os dois países, e as perspectivas de uma aceleração desta evolução serão de molde a exigir reuniões periódicas em nível Ministerial. Nesse sentido, também tenciono propor a meu Governo a conveniência de reuniões periódicas entre Ministros encarregados de assuntos equivalentes, a fim de preparar o caminho para maior diversificação e intensificação das relações entre nossos respectivos Governos. Tais reuniões darão continuidade às recentes visitas feitas à Austrália pelo Secretário-Geral de Planejamento e pelo Secretário-Geral da Indústria e do Comércio do Brasil, e à presente visita do Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil.

transporte marítimo

18. Reconhecendo, como Vossa Excelência, que o desenvolvimento do transporte marítimo entre os dois países é fundamental para todas as atividades já iniciadas ou planejadas, creio que há necessidade de um intercâmbio de ideias e de cooperação neste campo e notei com satisfação que o Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil trouxe consigo uma carta do Ministro dos Transportes do Brasil, a qual contém uma proposta para conversas e consultas entre as competentes autoridades de transportes dos dois países, e que foi transmitida ao meu colega, o Ministro dos Transportes.

bitributação

19. Registre o interesse do Governo brasileiro no início de negociações de um acordo para evitar a bitributação e sua intenção de dar seguimento ao assunto através dos canais diplomáticos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

novo relacionamento de comércio entre brasil e austrália

Discursos do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Comércio e Recursos Nacionais da Austrália, Douglas Anthony, e do Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Camberra, em 22 de fevereiro de 1978, durante a solenidade de assinatura do Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.

VICE-PRIMEIRO-MINISTRO

Embaixador Guerreiro, Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil,

Tenho grande prazer em desejar, formal e publicamente, a Vossa Excelência e à sua delegação, as boas-vindas a Camberra. Faço

isto não somente em meu nome, mas também em nome do Governo australiano e do povo da Austrália.

Há muito tempo, a Austrália e o Brasil têm trabalhado juntos, e de modo estreito, cordial e efetivo, na busca de objetivos comuns em comércio internacional. Ambos são importantes exportadores de gêneros alimentí-

cios vitais e de matérias-primas. Tornam-se cada vez mais importantes suas posições nesta área. Ambos são países de consideráveis realizações e de imenso potencial. O Brasil é um país líder do Terceiro Mundo. O desenvolvimento económico que o Brasil atingiu na última década tornou-se um exemplo para outros países.

A Austrália e o Brasil têm muito que aprender mutuamente e muito que oferecer reciprocamente.

Porém, o intercâmbio comercial e a cooperação industrial e económica não atingiram níveis altos. E é a convicção comum de que existe um alto potencial para o desenvolvimento das relações nestas áreas que nos traz a esta cerimónia.

Entendo que o Acordo Comercial que iremos assinar é um marco no desenvolvimento do comércio e das relações económicas entre o Brasil e a Austrália. É um sinal claro da vontade política de ambos os Governos no sentido de trabalhar em comum para aprofundar e ampliar o relacionamento económico e comercial.

Embora esta cerimónia seja simples, ela não é, de forma alguma, uma mera formalidade que signifique apenas a soma de mais um instrumento à série de tratados entre os dois países. O Acordo Comercial não é um fim em si mesmo. Na verdade, é somente um passo na direção de nossos objetivos.

Ele cria uma moldura para um novo e vigoroso relacionamento para o trabalho comum visando a explorar o grande potencial que sabemos existir para a expansão do comércio e para a cooperação industrial. Assegura aos empresários e comerciantes de ambos os países que seus esforços para utilizar as oportunidades que nasçam para o incremento do comércio e empresas serão respaldados e encorajados pelos dois Governos. Cria condições para uma revisão periódica e uma avaliação da relação comercial e, assim, assegura o clima propício para que estimulem as relações económicas e comerciais.

Este é um acordo benéfico, e aproveito a oportunidade para expressar o reconheci-

mento australiano pelo sentido objetivo, construtivo e cordial da atitude do Governo brasileiro e dos negociadores que participaram de sua conclusão.

SECRETÁRIO-GERAL DO MRE

Senhor Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Comércio e Recursos Nacionais,

É para mim um privilégio participar da assinatura deste Acordo, que representa a conclusão de uma longa série de negociações entre nossos dois Governos.

É recompensador, todavia, saber que esse documento transcende, em muitos aspectos, ao acordo comercial bilateral clássico. Ao contrário da prática tradicional, não estamos tentando disciplinar o fluxo de comércio bilateral; na realidade, empenhamo-nos, agora, para criar, em bases significativas, um fluxo de comércio inteiramente novo, que estará baseado em enorme potencial para trocas proveitosas.

Certamente, é necessário mencionar, Senhor Ministro, que foi Vossa Excelência quem, primeiramente, compreendeu a existência deste potencial e chamou-nos a atenção no Brasil, em 1972, para a necessidade de uma ação positiva visando à sua realização.

O sucesso completo das negociações que levaram a este Acordo, e as inovações nele incorporadas são, em parte, consequência de uma filosofia comum em relações internacionais. Elas foram facilitadas pelo fato de que nossas economias são fundamentalmente baseadas na livre empresa, que ambos consideramos como elemento essencial para o sucesso económico e também como uma base para a construção da própria democracia. Entretanto, acima de tudo, o sucesso de nossos esforços é resultado do mais legítimo auto-interesse. Nossos países, estou certo, beneficiar-se-ão substancialmente do incremento do comércio e da intensificação das relações económicas de maneira geral.

brasil dá alta prioridade à austrália

O Brasil, como uma comunidade de amplas dimensões, humanas e geográficas, e como País em processo de desenvolvimento, está consciente de que o comércio mais intenso torna mais fácil o alcance de um estágio de desenvolvimento, acelerado. **Sabemos que ainda há muito que aprender da comunidade internacional. Também sabemos que são, talvez, poucos os êxitos já obtidos. Esta é, pois, uma parte essencial de nossa política exterior: desenvolver completamente nossas relações com todos os países do mundo. Temos dado a mais alta prioridade à Austrália, país de tão grande importância econômica e política, que a distância geográfica que nos separa não mais deve justificar nosso relativo isolamento. Hoje, estamos dando um passo significativo para superar esse isolamento.**

Este Acordo cria uma Comissão Mista que ajudará na intensificação do comércio e de outras relações; contém cláusulas que facilitarão as atividades de consultores e empresários; seus 10 anos iniciais de vida dão a perspectiva necessária para que a iniciativa privada de ambos os países se encarregue do planejamento a longo prazo e inicie atividades que criarão uma sólida e du-

radoura base para o desenvolvimento do comércio e outras relações econômicas; ele, certamente, permitirá a continuação e estimulará o rápido término de uma série de contratos de fornecimentos, a longo prazo, já iniciados por ambos os países.

Finalmente, porém não com menor importância, deve ser mencionado que este Acordo deve ser visto no quadro da perspectiva mais ampla criada pelas cartas trocadas, ontem, entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Senhor Andrew Peacock, e o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Azeredo da Silveira. Nessas cartas, trocaram-se, com apoio recíproco, ideias muito estimulantes no que diz respeito aos próximos passos a serem dados. Iniciativas para melhorar o transporte e o fluxo de mercadorias, o financiamento para empreendimentos adequados aos interesses de ambos os países foram examinadas e anunciadas.

Podemos olhar com confiança em direção ao futuro, seguros de que muito foi feito para unir nossos povos num esforço comum visando ao maior conhecimento mútuo e a um relacionamento mais profundo.

Agradeço muito pela gentileza da atenção dispensada.*

* O texto do Acordo Comercial Brasil-Austrália está na página 178, seção **Tratados, Acordos, Convênios**.

assinatura de atos mostra amadurecimento nas relações brasileiro-paraguaias

Discursos dos Chanceleres brasileiro e paraguaio (tradução não-oficial), Antônio F. Azeredo da Silveira e Alberto Nogués, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 15 de fevereiro de 1978, durante a assinatura de atos entre o Brasil e o Paraguai.

AZEREDO DA SILVEIRA

Senhor Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai, Embaixador Alberto Nogués.

É com grata satisfação e renovado prazer que recebo Vossa Excelência, acompanhado de tão ilustre comitiva, no Palácio Itamaraty, para comigo presidir essa expressiva cerimônia, em que, mais uma vez, os Governos do Brasil e do Paraguai celebram significativos atos internacionais.

A formalização do Acordo entre nossos Governos para a adjudicação, às respectivas soberanias, de 67 ilhas e bancos situados no trecho fronteiro do rio Paraguai, entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra, reveste-se de sentido especial.

Registro, com especial agrado, que a presente troca de Notas constitui a conclusão de um trabalho conjunto que nossos dois Governos decidiram empreender, através da Comissão Mista de Limites e de Caracteri-

zação da Fronteira Brasil-Paraguai, em um extenso trecho fronteiro, correspondendo ao integral cumprimento do Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927, concluído quando da visita, em 1975, de sua Excelência o Senhor Presidente Ernesto Geisel a Assunção. O sentido que o Brasil e o Paraguai imprimiram a esta nobre tarefa e o espírito com que se empenharam em realizá-la foram assinalados, nos seguintes termos, pelo Primeiro-Mandatário brasileiro, em discurso pronunciado por ocasião da assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, celebrado na Capital paraguaia em 4 de dezembro daquele ano:

"O Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927, que ora se firma, constitui demonstração cabal dos vínculos fraternos de boa vizinhança que nos unem e permitem, assim, alcançar entendimento efetivo e sereno sobre todos os aspectos de nossas relações. O Protocolo é mais uma demonstração exemplar e irretorquível do respeito de ambos os Governos às estipulações consagradas em atos internacionais de que são partes e do alto espírito

com que timbram em orientar suas relações."

A celebração deste Acordo realça a tradicional preocupação do Brasil e do Paraguai pelo cumprimento dos atos internacionais vigentes e atesta o permanente empenho de ambos os Governos em resolver satisfatoriamente, atendendo aos direitos e interesses de cada país, as questões que surgem inevitavelmente da proximidade geográfica, do aumento do intercâmbio e da intimidade de nossas relações.

É, portanto, com a mais justificada satisfação que assistimos, hoje, ao fiel cumprimento de um compromisso que nossos dois Governos assumiram no contexto da dinâmica e real cooperação que tem caracterizado, de forma exemplar, nossos projetos de colaboração em toda uma vasta e variada gama de setores.

alto grau de amadurecimento nas relações brasileiro-paraguaias

O Acordo, também por troca de Notas, pelo qual os dois Governos declararam instalada, a partir de hoje, a Comissão Geral de Cooperação e Coordenação Brasileiro-Paraguaiá instituída pelo artigo II do Tratado de Amizade e Cooperação, **bem demonstra, aliás, a decisão política de ambos os Governos de implantar o referido Tratado, aproveitando o contexto jurídico nele esboçado, para levar avante, diversificar e ampliar o programa de colaboração entre o Brasil e o Paraguai. O elenco de tais realizações concretas, por si só tão expressivo, é ainda qualitativamente enriquecido pelo alto grau de amadurecimento alcançado no relacionamento brasileiro-paraguaio e significativamente realçado pelo clima de entendimento fraterno e efetivo que o preside.**

As Notas que, por outro lado, acabamos de trocar para formalizar, em nome de nossos Governos, os entendimentos havidos entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) e a Administração Nacional de Telecomunicações (Antelco), com vistas a que aquela empresa brasileira represente sua congênere paraguaia, em caráter per-

manente, na junta de Governadores da Intelsat, em Washington, atestam, de maneira expressiva, não só a cordialidade e o perfeito entrosamento das entidades de um e outro país, mas simbolizam também a confiança que mutuamente as inspiram.

Prezado Chanceler e Amigo,

Ao lançarmos a vista no horizonte de nosso relacionamento, é mister salientar, por sua magnitude, Itaipu. Creio que é de toda justiça reiterar, aqui, o legítimo sentimento de orgulho de nossos dois Governos com o ritmo de construção da obra. Seu cronograma vem sendo seguido graças aos esforços inquebrantáveis do Brasil e do Paraguai, com vistas à sua conclusão dentro dos prazos previstos.

Esse espírito de entendimento, mercê de um convívio franco e intenso, reflete, assim, não somente o dinamismo que caracteriza os projetos em que estamos empenhados, mas, principalmente, a atmosfera fraterna em que se desenvolvem nossas relações. É justamente nesse positivo contexto que se insere esta cerimônia, que marca, de forma tão significativa, o vigor da amizade entre nossos dois países, a cujo crescente aprimoramento dedicamos todos o melhor de nossos esforços.

ALBERTO NOGUÉS

Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil,

Embaixador Antônio Azeredo da Silveira:

Juntamente com altas personalidades de meu país e com funcionários do Ministério a meu cargo, cheguei ontem a Brasília para manter com Vossa Excelência e seus distintos colaboradores, importantes conversações que agilizarão o trâmite de assuntos pendentes entre nossas respectivas Chancelarias. Já se tornou habitual, felizmente,

esta forma de comunicação diplomática direta, que facilita, em não poucos casos, a melhor solução para questões que estavam antes sujeitas a demoras inconvenientes. Agradecemos pois à técnica contemporânea esta valiosa contribuição que diariamente nos presta para a aproximação física e espiritual entre homens e nações.

Porém estamos também aqui, Senhor Chanceler, para dar cumprimento a um compromisso contraído como consequência do Tratado que fixou os limites sobre o rio Paraguai no trecho compreendido entre a desembocadura do rio Apa ao desaguadouro de Baía Negra já que se fazia necessária a demarcação do referido trecho povoado de ilhas e bancos que há muito tempo aguardavam a definição de sua soberania. É verdade, Senhor Ministro, como acaba de recordar, que temos a imperiosa obrigação de resolver todas as questões derivadas da proximidade geográfica e das exigências de uma vizinhança cada vez mais dinâmica. Este é, precisamente, o espírito que anima a intenção política e a conduta internacional do Governo do Excelentíssimo Senhor Presidente Stroessner que reclama para meu País o mesmo respeito que o Paraguai pratica no trato com as demais nações.

A troca de Notas que declara instalada a Comissão Geral de Cooperação e Coordenação Paraguaio-Brasileira prevista no Tratado de Amizade e Cooperação de 4 de dezembro de 1975 é o passo inicial para vitalizar este instrumento que assinala um marco significativo no contexto de nossas relações e que deu tão oportuna como ampla rubrica à visita de Estado que o Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel realizou ao Paraguai naquela data. Neste Tratado de Amizade e Cooperação estão dadas as condições que nos estimulam a percorrer um largo e fecundo caminho, paralelo à marcha que empreendemos em Itaipu, porten-

tosa empresa que, como Vossa Excelência acaba de dizer, enche de legítimo orgulho nossos dois Governos tanto pelo inusitado valor de sua magnitude física como pela transcendente dimensão de seu significado político. Apraz-me, Senhor Ministro, reiterar aqui no Itamaraty, sede natural em que se assenta o prestígio da diplomacia brasileira, o convencimento de que Itaipu é para o Governo paraguaio testemunho de uma indeclinável vontade que serve tanto ao próprio interesse de meu país como à fraterna amizade que felizmente nos preside.

Manifesto os agradecimentos da Administração Nacional de Telecomunicações (Antelco) de meu país pela valiosa colaboração da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) ao concordar em representar a Antelco na Junta de Governadores da Intelsat de Washington com o objetivo de converter em realidade a ativa participação do Paraguai nos novos e promissores horizontes que se lhe abrem com a iminente inauguração oficial de seu moderníssimo sistema de comunicações mundiais via satélite. Tenho o direito de dizer, com justificado orgulho, que esta é uma evidência mais do ritmo com que o Paraguai progride com o Governo do Presidente Stroessner.

Senhor Chanceler e querido amigo:

Em nome das pessoas que me acompanham nesta viagem a Brasília e em meu próprio, apresento-lhe nosso cordial agradecimento pelas gentis atenções que, uma vez mais, nos proporcionou a hospitalidade brasileira. Pode Vossa Excelência ter a absoluta segurança de que estamos e estaremos sempre dispostos a oferecer nossos melhores empenhos para fortalecer e multiplicar os estreitos laços de amizade que unem paraguaios e brasileiros: assim o pedem o momento atual e a nossa posteridade.*

* Na página 176, seção **Tratados, Acordos, Convênios**, o texto dos três Acordos formalizados entre o Brasil e o Paraguai; na seção Mensagens, página 191, o texto da mensagem de Alberto Nogués ao Chanceler Azeredo da Silveira.

Itamaraty comemora cinquentenário da criação do serviço de fronteiras

Discursos do Ministro de Estado Antônio F. Azeredo da Silveira e do Embaixador Álvaro Teixeira Soares, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 21 de fevereiro de 1978, por ocasião da cerimônia comemorativa do cinquentenário da criação do Serviço de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores.

AZEREDO DA SILVEIRA

Estamos hoje reunidos para comemorar a criação do Serviço de Fronteiras deste Ministério. Há 50 anos, em 1928, o Itamaraty iniciava os trabalhos sistemáticos de demarcação, dando prosseguimento à obra secular das expedições demarcatórias realizadas pelas Comissões de Limites, que tinham, até então, caráter temporário.

Nessa metade de século, logramos transpor, para o terreno, o direito consagrado nos tratados, materializando a linha de fronteiras em marcos e balizas. Com efeito, completando as tentativas de demarcação empreendidas nos períodos colonial e imperial, ao Serviço de Fronteiras coube empreender a demarcação definitiva do nosso território num total de mais de 16 mil km. A demarcação pacífica de tão extenso perímetro fronteiriço constitui obra de primeira magnitude, possivelmente uma das maiores realizações da diplomacia contemporânea. Não obstante sua inequívoca grandeza, trata-se de trabalho pouco conhecido. A própria índole diplomática da tarefa de demar-

cação, realizada em clima discreto, contribuiu a um só tempo para sua conclusão exitosa e para o seu relativo desconhecimento.

A guisa de avaliação da tarefa cumprida, caberia evocar a observação do Doutor Octávio Mangabeira, Ministro das Relações Exteriores, que, quando da criação do Serviço de Fronteiras, recordou que "entre assentar, no papel, as características de uma fronteira e estabelecê-la, de fato, na sua realidade geográfica, vai, efetivamente, uma distância muitas vezes maior do que parece".

Não poderíamos, portanto, deixar de assinalar, através de um ato de elevado conteúdo cívico, a passagem do jubileu do Serviço de Fronteiras. Imaginamos, pois, prestar uma tríplice homenagem aos eminentes brasileiros, civis e militares, que, atuando sob a coordenação do Itamaraty, fizeram a história desses 50 anos dedicados ao delineamento do perfil do território nacional.

A realização desta Sessão Solene, com a presença de altas autoridades da Repúbli-

ca, a semana que dedicamos aos estudos sobre fronteiras e a cunhagem de uma medalha que rememora a efeméride é a forma que encontramos para prestar justo e sentido reconhecimento a esta galeria de grandes brasileiros ligados intimamente à tarefa demarcatória.

justiça e paz no relacionamento do brasil com seus vizinhos

Com a medalha, procuramos evocar o espírito que tem presidido invariavelmente o relacionamento do Brasil com seus vizinhos: a convergência da Justiça e da Paz. Esta medalha reproduz, no seu averso, o chamado marco do Jauru, belíssimo exemplar de marco do Tratado de Madrid, assentado na confluência do rio Jauru com o rio Paraguai em 1754 e que, hoje, se encontra numa praça pública em São Luís de Cáceres, em Mato Grosso. Dele já afirmou Jaime Cortesão:

"Era necessário dar ao Tratado um remate simbólico: celebrar sobre o próprio terreno o êxito e a execução do convênio, proclamando, por forma monumental, o espírito de concórdia e de respeito mútuo dos interesses, que inspirara as negociações. Alexandre de Gusmão, que tinha alma de artista, imaginou e fez construir esse feliz símbolo".

O lema da medalha, inspirado num versículo bíblico e inscrito no marco do Tratado de Madrid, tem caracterizado rigorosamente, através dos séculos, a atuação da diplomacia brasileira. Na verdade, como já tive oportunidade de expressar, a **"política externa brasileira foi, é e continuará a ser uma política pela paz e a diplomacia que lhe serve de instrumento é modelada para tal fim: manter-se fiel aos interesses do Brasil e eficiente na busca da harmonia internacional"**.

É, portanto, com justo orgulho, que, ao ensejo deste Cinquentenário, prestamos uma sincera e fraternal homenagem a todos os países vizinhos aqui representados pelos Excelentíssimos Senhores Embaixadores. O espírito de boa vizinhança e fraternidade

que preside nosso relacionamento com cada um dos países lindeiras é motivo de orgulho e uma das mais caras tradições do Itamaraty.

Agradeço, finalmente, muito sensibilizado, em nome da Casa de Rio-Branco, a presença dos Senhores Chefes de Missão, dos Senhores Ministros de Estado e demais autoridades, que honram com suas presenças esta solenidade de profundo sentido cívico, dedicada aos heróicos e tantas vezes esquecidos demarcadores das fronteiras do Brasil.

Ao Embaixador Álvaro Teixeira Soares, eminente internacionalista e historiador, que, com grande autoridade, pode versar essa matéria, confiamos a tarefa de analisar os extraordinários serviços prestados pelo Itamaraty à causa da definição de nossas fronteiras. Convido, pois, os presentes a ouvi-lo.

TEIXEIRA SOARES

Vossa Excelência, Senhor Ministro de Estado, honrou-me com o alto convite para, em sessão solene e perante tão ilustre audiência, ocupar pela terceira vez esta nobilíssima tribuna.

Faço-o com profunda emoção. Sob o signo glorioso do nosso sempre presente Rio-Branco, reunimo-nos nesta comemoração do 50.º aniversário da fundação do Serviço de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores com o pensamento posto nesta nossa Casa, bem como com o pensamento recordativo daqueles que a serviram nas balizas extremas do nosso território. São nomes que se perfilam no fundo do horizonte como os picos de um sistema orográfico. Desde logo, acode-nos lembrar o preceito básico: "O serviço a ser prestado na demarcação de fronteiras prefere, em tempo de paz, a qualquer outra comissão", lê-se num dos decretos normativos do desenvolvimento do Serviço, precisamente no de 4 de Janeiro de 1934. Mas, não é só o servir à

nossa Casa: é a siderização de todos os nossos esforços pela grandeza deste nosso imenso patrimônio comum, que se chama Pátria.

Recuemos no tempo. Fundado precisamente em 21 de janeiro de 1928, na administração do Presidente Washington Luis, sendo Octávio Mangabeira Ministro de Estado das Relações Exteriores, mais tarde, por Decreto de 4 de janeiro de 1934, do Presidente Getúlio Vargas, foram definidas as Comissões de Limites; e pelo Decreto de 29 de maio de 1934 ficou aprovado o Regulamento para o Serviço de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores. Dentre as muitas atribuições conferidas aos demarcadores, estabeleceu-se que colheriam "dados de interesse para a geografia do país e para a ciência em geral". Neste particular, assinalemos a valiosa contribuição publicada pela Comissão Rondon sobre a vida ambiental dos nossos índios do Planalto Central, de Mato Grosso e da Guiana brasileira, bem como as excelentes monografias escritas por dois notáveis demarcadores, Braz Dias de Aguiar e Renato Barbosa Rodrigues Pereira, a primeira a respeito da geografia física e humana das nossas fronteiras com as guianas inglesa e holandesa (como ao tempo eram denominadas); e a segunda sobre a geografia da fronteira com a Colômbia, bem como sobre os limites do Brasil em geral. Por conseguinte, esses dois demarcadores carregaram contribuições importantes à geografia do Brasil, e também ao conhecimento físico da América do Sul.

Mas, no momento em que comemoramos o 50.º aniversário do Serviço de Demarcação de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores, parece-nos oportuno fazermos algumas considerações tendentes não apenas a dar ênfase à comemoração em si, mas ainda em historiar, a traços rápidos, a obra imensa da demarcação dos nossos limites. Assinalemos, desde já, que esse ingente trabalho foi sempre realizado em perfeita consonância com as nossas aspirações permanentes de claro entendimento com os países vizinhos. Os técnicos brasileiros sempre encontraram, de parte dos técnicos de outros países, perfeito ambiente de compreensão, o que só serve para exaltar a qualidade do trabalho feito de mão comum.

os primeiros trabalhos demarcatórios

Desde a primeira demarcação parcial, de 1752 a 1759, feita pelo Sargento-Mor-de-Batalha Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela, Capitão-General e Governador das Capitanias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em cumprimento do Tratado de Madrid (1750), até aos dias de hoje, vem o Brasil procurando-se a si mesmo através da cartografia, através dos grandes mapeamentos, bem como das indagações e estudos feitos por técnicos do Serviço de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores ao longo do parâmetro das nossas raias terrestres, e das nossas fronteiras oceânicas por intermédio do Serviço de Hidrografia da nossa Marinha de Guerra. Ademais, o Serviço Geográfico do Exército, fundado em 1920, vem realizando importantes levantamentos cartográficos com vistas à interpretação de áreas do território nacional. A propósito dessas atividades cartográficas, tanto do passado como do presente, aduzirei exemplo curioso: nas minhas andanças pela Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, topei um códice, sobre cota de registro 1-28-28-19, que contém a "Lista e Conta das caixas de instrumentos que foram embarcados em a Nau Nossa Senhora da Lampadosa para servirem aos engenheiros que se mandaram para a demarcação dos Confins do Brasil, da parte do Sul". Nesses velhos documentos, amarelecidos pelo tempo, mas vivendo aquela vida misteriosa que todos os documentos históricos vivem nos arquivos, encontrei a enumeração dos instrumentos que Gomes Freire de Andrada levou para a demarcação, tais como teodolitos ou grafômetros ingleses, relógios solares, estojos contendo instrumentos matemáticos de precisão, níveis, lanternas, bússolas grandes, pranchetas de ferro redondo com ponteiros para formar sobre elas a linha do meridiano, quadrantes, compassos fiéis, armilares pequenos para tomar o sol, telescópios astronômicos de 25 palmos e terrestres de 22 e 14 palmos, — em suma, quantidade imensa de objetos e aparelhos, que de muito proveito foram para os engenheiros, astrónomos, cartógrafos, militares, pontoneiros, balizadores, em total superior a 100 homens que acompanharam o notável demarcador ao longo de um território a estender-se desde Castilhos Gran-

des, sobre o litoral norte do rio da Prata, perto da atual Punta dei Este, até a desembocadura do rio Jauru, no rio Paraguai, em Mato Grosso, anos a fio de incessante trabalho demarcatório. Ao lermos tais documentos, claro que nos emocionamos com a dedicação extrema desses demarcadores dos Confins do Brasil, consoante a expressão geopolítica cunhada por Alexandre de Gusmão.

Imensa é, por certo, a distância que nos separa do primeiro plano de levantamento cartográfico do Brasil, de 1873. Houve, através do tempo, aperfeiçoamentos extraordinários; mas tal não nos impede que rendamos preito de homenagem a beneméritos, como o Senador Cândido Mendes de Almeida, com seu "Atlas do Brasil"; como o Barão de Capanema (Guilherme Schuch de Capanema, nascido em 1824 e falecido em 1904) e o Coronel Jourdan, ao tempo do Império; e, nos dias da República, ao Barão Homem de Melo, com seu "Atlas do Brasil"; a Olavo Freire, ao Marechal Rondon, com seus levantamentos do Brasil Central e com sua esplêndida "Carta Geral do Estado de Mato Grosso", a Aroldo de Azevedo e aos integrantes da "Escola de Geografia" da Universidade de São Paulo, bem como a técnicos que não podem ser esquecidos, como Jaguaribe de Matos, Gabriel Botafogo, Jorge Zarur, Antônio Teixeira Guerra, Hilgard O'Reilly Sternberg, Cristóvão Leite de Castro e Fábio Macedo Soares Guimarães. Assim, individualizamos personalidades volvidas à verdadeira conquista do Brasil, de dentro para a periferia, pelos processos cartográficos mais atuantes e mais dinâmicos.

A importância excepcional da Política de Fronteiras encontra-se exemplificada no conceito de um estadista inglês, afeito a problemas de fronteiras com os quais jogou em conferências internacionais, pertinentes ao Próximo Oriente, ao Afeganistão e à Índia: quero referir-me a Lord Curzon. Disse este na sua famosa conferência sobre **Fronteiras**, na Universidade de Oxford, em 1907: **As a branch of the science of government frontier policy is of first practical importance and has a more profound effect upon the peace and warfare of nations than any other factor, political or economic.** Por isso, imbuídos de uma missão a cumprir, os

nossos grandes demarcadores do passado porfiaram numa peleja silenciosa contra obstáculos físicos de qualquer natureza; e esses demarcadores, que se foram na glória de Deus, chamaram-se Soares de Andreia (Barão de Caçapava), o Barão de Perima, o Visconde de Maracaju, o Barão de Tefé, o Barão de Ladário, Luís Cruls, Dionísio Cerqueira, Taumaturgo de Azevedo, Braz Dias de Aguiar, Renato Barbosa Rodrigues Pereira, Almirante Ferreira da Silva, Belarmino de Mendonça e, **the last but not the least**, Euclydes da Cunha. Por isso, importa sempre termos à mão a lição do passado. Ela contém ensinamentos demonstrativos de alta sagacidade política e fino espírito de previsão por parte de personalidades desse nosso passado.

Apenas um exemplo. A respeito do Tratado de Madrid, Mably assinalou que sua arquitetura representava, do ponto de vista do Direito das Gentes, admirável conquista sobre os costumes do tempo; e, frisou que, ao celebrá-lo, a Espanha perdia, porquanto estancando um foco de contrabando como era Colônia do Sacramento, iria ficar com larga fronteira aberta ao mesmo. Era como se houvesse fechado uma janela e aberto várias portas. (1) Diplomata e escritor uruguaio, estudou o Tratado de Madrid, afirmando que com dois atos diplomáticos importantes — o Tratado de Tordesilhas, estabelecendo o domínio português na América e o Tratado de Madrid, transformando esse domínio em vasto império — a obra política lusitana, bem como a de Alexandre de Gusmão, tiveram persistência de propósitos e visaram a altas finalidades. (2). Mas foi no preâmbulo do Tratado que se estabeleceram, milagrosamente para o seu tempo, os princípios norteadores da fixação de limites, que vale a pena repetir pela audácia de concepção que representaram para a época: "O primeiro, e mais principal, é que se assinalem os Limites dos dois Domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas, como são a origem e curso dos rios, e os montes mais notáveis. O segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência mútua, e para que os Con-

fins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias". Na realidade Alexandre de Gusmão foi o primeiro pan-americanista histórico do Continente — conceito meu, encontrado no meu **O Marquês de Pombal** (Rio, 1961) que mereceu ser reproduzido e louvado por Wilson Martins no 1.º volume da sua notável **História da Inteligência Brasileira** (às págs. 365, São Paulo, 1977); contudo, eu poderia acrescentar que a obra de Gusmão consagrou plenamente a conceituação política do Bandeirismo em sua incoercível dinâmica, tal como foi definida por Cassiano Ricardo em sua **Marcha para Oeste**: "Cada expedição demarcadora, como a de Silva Pontes, a de um Tefé, a de um Taumaturgo, a de um Euclydes, tem algo de uma bandeira na luta com a geografia, com a floresta, com os rios encachoeirados, com os igarapés, com as nascentes ocultas do labirinto amazônico — e ainda com os índios, doenças, feras e monstros na fixação da fronteira". (Op. cit., às págs. 321, do 2.º vol., 3.ª edição, Rio, 1959). A propósito de Gusmão, não deixarei de referir-me aos nove volumes publicados pelo Instituto Rio-Branco do Ministério das Relações Exteriores, cometimento que só faz honra à nossa cultura e que foi dirigido pelo historiador Jaime Cortesão.

Por certo que se demarcaram fronteiras antes da fundação do Serviço de Demarcação de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores. No tempo do Império, por exemplo, Soares de Andréa demarcou, de 1853 a 1858 a fronteira com o Uruguai, havendo na fase derradeira dessa demarcação os trabalhos sido dirigidos pelo Brigadeiro Pedro de Alcântara Bellegarde. Assim, o nome do Marechal Barão de Caçapava e do Brigadeiro Bellegarde encontram-se ligados na demarcação de uma fronteira de 1.003 quilômetros de extensão, a primeira a ser demarcada no tempo do Império. Mas, também no Império, o então Coronel Rufino Gustavo Enéias Galvão, depois Barão e Visconde de Maracaju, de 1872 a 1874, demarcou a fronteira com o Paraguai.

Essas demarcações representavam encargos específicos, cometidos a técnicos de primeira ordem, quase sempre militares, que recebiam instruções bem como verbas através do Ministério dos Negócios Estrangeiros

do Cais da Glória, ou do Ministério das Relações Exteriores, sediado no Palácio Itamaraty. Munidos de instruções, iam os demarcadores afrontar tarefas gigantescas. O Barão de Parima iniciou a demarcação da nossa fronteira com a Venezuela. Dos seus trabalhos apresentou relatório ao Conselheiro Soares Brandão, Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1885, no qual aduziu informações curiosas a respeito do abandono das construções militares levantadas por ordem do Marquês de Pombal no século anterior, em particular em Barcelos, que foi a primeira capital da Capitania de São José do Rio Negro, de São Gabriel. Ladário iniciou a demarcação da nossa fronteira com o Peru, a qual na República teve como continuadores o Barão de Tefé, o General Taumaturgo de Azevedo, o Comandante Cunha Gomes, Luis Cruls o verdadeiro descobridor da nascente do Javari, o Coronel Belarmino de Mendonça, Euclydes da Cunha e o Almirante Ferreira da Silva. Maracaju iniciou a demarcação da nossa fronteira com a Bolívia, que o Comandante Antônio Cláudio Soido apenas aflorara em seus primeiros contatos com os representantes bolivianos. Etapas históricas, por certo; etapas históricas de uma Política geral com os países vizinhos, que representavam a conscientização de um Império que jamais celebraria alianças extra-continetais; e que saberia ser pan-americanista com José Bonifácio, o primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros de Dom Pedro I, antes que tivesse surgido o Pan-americanismo.

uma política geral de fronteiras

Se em pauta estava uma Política geral de Fronteiras, também havia excelentes executores dessa Política. Por exemplo, Duarte da Ponte Ribeiro, ademais de haver sido o grande negociador do Tratado de 23 de outubro de 1851, que fixou os limites com o Peru, foi exímio teorista do estudo das nossas fronteiras com todos os vizinhos. Assim, é de 15 de maio de 1842 sua **Memória sobre a necessidade de melhor assegurar a fronteira Mato Grosso-Paraguai**. (3) Outro exemplo: quando Varnhagen, "Pai da nossa História", era Ministro do Império em Caracas, ajustou com o Governo venezuelano, em 1862, um acordo pelo qual embarcações bra-

sileiras e venezuelanas utilizariam o canal de Cassiquiare, em ambas as direções, e em mútuo benefício das Partes contratantes. Assim, os negociadores do Império foram buscar na Geografia das Fronteiras seu apoio fáctico, seu **Tatbestand**, como dizem os alemães.

Outro exemplo curioso da capacidade de observação dos nossos agentes diplomáticos daqueles tempos encontra-se no ofício de 14 de janeiro de 1833, pelo qual Antônio Cândido Ferreira, Encarregado de Negócios e Cônsul-Geral do Brasil em Buenos Aires, comunicava ao Governo imperial as indagações feitas por uma comissão da Marinha argentina, composta do Coronel Joaquin Hidalgo, do Capitão William Bathurst e do Prático Maior Benito Aispurna sobre o reconhecimento do novo banco entre o Banco de Ortiz e a Ponta do Índio, no Estuário do rio da Prata. (4) Tudo era motivo de observação e anotação para esses agentes. E assim também procediam os demarcadores na fronteira com a Bolívia, Venezuela, Peru e Paraguai: observavam e anotavam.

Os dois grandes geógrafos Jean Brunhes e Camille Vallaux, mestres da Escola de Geografia humana, lançada pelos franceses, em seu livro **La Géographie de l'Histoire** (de 1921), salientaram expressivamente que o fenómeno chamado Fronteira tenha sido estudado principalmente por geógrafos, demarcadores ou não. Paulo de Lapradelle, no seu notável estudo **La Frontière** (1928), assinalou com muita propriedade: "O geógrafo, ávido de enumerar e de classificar todas as formas da atividade humana aplicada ao solo, estudou a fronteira como manifestação da atividade humana, como criação da vida coletiva, como um órgão do Estado. A partir deste momento, a fronteira cessou de ser um fato geográfico puro, tornando-se, na ciência geográfica, um fato político adaptado. Não existem outras fronteiras senão as políticas".

Sabemos que o IBGE (órgão da Secretaria de Planejamento) vem procurando superar cada programa de trabalho com as atividades ainda maiores de novos programas. O campo das atividades do IBGE comporta desdobramentos inéditos, e isto porque o campo das atividades desse órgão é o nosso Brasil. Grandes são os nossos problemas.

Por conseguinte, maiores deverão ser as soluções dadas a esses problemas. A recente publicação do IBGE intitulada "Imagens ERTS ... suas possibilidades" desvenda virtualidades extraordinárias quanto ao aproveitamento das imagens proporcionadas pelo Satélite ERTS-1, da NASA, tanto no campo da geografia convencional, como no campo da geografia temática, visando principalmente ao conhecimento do território nacional, sobre os aspectos físicos e geológico, em particular nas regiões de difícil topografia, como ocorre na Amazônia setentrional no vasto arco desde a geodésica Apapóris-Tabatinga ao rio Oiapoque. Assim, na Amazônia, o Projeto RADAM corrigiu a realidade geográfica quanto ao posicionamento de acidentes topográficos. Por conseguinte, além da aquisição cartográfica, processa-se também a reavaliação de áreas, dantes mapeadas. A organização do monumental "**Atlas do Brasil — ERTS 1**" representa cometimento que demanda tempo, bem como singular conjugação de esforços. Mapear o Brasil representa uma tarefa de longo tempo e longa vontade.

De ano para ano, desde 1928, os técnicos do nosso Serviço de Fronteiras estão acumulando experiência pragmática, derivada do trato com realidades físicas e humanas das nossas raias, que tanto podem ter o aspecto cartográfico, como o aspecto sócio-econômico do viver de populações ao longo delas, ou ao longo da nossa plataforma submarina. Que o digam os atuais demarcadores, e que também pudessem dizê-lo os que, no passado, estiveram à testa desse Serviço de Fronteiras, como Arthur Gouveia Portella, Guimarães Rosa, Teixeira Soares, Guimarães Bastos, Fonseca Hermes e Orlando Leite Ribeiro. Poderemos afirmar que todos aqueles que lidaram com problemas de fronteiras e os viveram intensamente jamais ficarão livres de uma espécie de sortilégio que lhes iluminará a vida por aí fora.

A técnica impõe a implantação dos marcos primários, secundários ou terciários. Os primários, os principais, de cimento armado, têm uns 3m60 de altura; os secundários têm 2m20. Na implantação de marcos, exige a boa técnica, ou pelo menos preconiza a intervisibilidade dos marcos pela técnica de campo (prova azimutal). Assim, nos recentíssimos trabalhos realizados na Serra

de Ricardo Franco, na fronteira com a Bolívia, marcos terciários serão chantados com a distância de dois a dez quilômetros. É preciso assinalar que o tamanho ou formato dos marcos variam de fronteira a fronteira.

Recordemos que os marcos atuais fazem pensar naqueles belos marcos principais que os portugueses fincaram em Castilhos Grandes, perto da atual Punta dei Este, e na foz do rio Jauru — de mármore, com mais de três metros de altura e ostentando a famosa inscrição tirada do verso bíblico do Salmo 116: **Justitia et Pax osculatae sunt**. Beijaram-se aqui a Justiça e a Paz. Estes marcos demonstravam o esplendor a que subira o reinado de Dom José I, sendo o Marquês de Pombal o poderoso Primeiro-Ministro — esplendor derivado do ouro e dos diamantes do Brasil, em primeiro lugar, assinala-se a bem da verdade. E em segundo lugar, derivado da política de concórdia internacional realizada no reinado anterior, o do Dom João V, durante o qual Portugal jamais se envolveu em guerras continentais, preferindo manter-se neutro e confiando sempre nos recursos de hábil ação diplomática.

Mas, as demarcações na Amazônia foram particularmente difíceis e eu poderia acrescentar; verdadeiramente heróicas. Foram as demarcações realizadas por Pereira Caldas e Lobo d'Almeida, através de um emaranhado de desentendimentos com os **contrincantes** espanhóis. Neste particular, convém seja objeto de releitura o trabalho "Limites e Demarcações na Amazônia brasileira", de Arthur César Ferreira Reis, publicado na **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, vol. 244, ano de 1959.

a espacialidade estratégica

Na conceituação geopolítica dos Estados modernos, desde logo impõe-se atentar na espacialidade estratégica desses Estados. As duas grandes guerras mundiais, a de 1914/18 e a de 1939/45, deram ao Estado moderno uma blindagem especial, resultante do fortalecimento das instituições portas adentro, bem como do desenvolvimento de uma política internacional previdente e coerente. Este conceito de espacialidade estra-

tégica depende, fundamentalmente, de uma extensão territorial que lhes permita possuírem muito fundo territorial. Assim, a espacialidade estratégica de um país como a China, o Canadá, os Estados Unidos, a União Soviética, a Austrália e o Brasil é muito diferente da espacialidade estratégica de um país de menor superfície. Os Estados Unidos, dotados de extenso território, são servidos por três oceanos, porque o Alaska é banhado pelo Oceano Glacial Ártico. O Canadá dispõe também de três oceanos, sendo o terceiro o Oceano Glacial Ártico. A União Soviética dispõe também do Oceano Glacial Ártico. A Colômbia e a Argentina dispõem de dois oceanos. No caso da Argentina, o Chamado **Pasaje de Drake** separa a Terra do Fogo, do Oceano Glacial Antártico.

O Território Nacional da Terra do Fogo, Antártica e Ilhas do Atlântico Sul é a unidade administrativa argentina que conglomerava todos esses territórios. A Colômbia é um "país de esquina", como a definiu o Chanceler López de Mesa. A Inglaterra e o Japão, se sofrem limitação territorial, possuem, no entanto, uma "política de ímpetus para o mundo exterior", para usarmos conceito de Haushofer, o fundador da Escola de Geopolítica de Munich. A Austrália e a Nova Zelândia constituem mundo anglosaxão à parte, com vocação política e econômica volvida para as largas rotas marítimas.

No caso do Brasil, a caracterização do seu território terá de ser equacionada em função dos elementos básicos que o integram: território físico; território marítimo (mar territorial); e espaço aéreo.

Talvez a primeira demonstração de fronteira se encontre no que conta Plutarco nas suas **Vidas Paralelas**: o herói mitológico Teseu mandou erigir uma coluna entre a Jônia e o Peloponeso com duas inscrições, de um lado — "Isto é Jônia, e não Peloponeso" —, e do outro, "Isto é Peloponeso, e não Jônia".

Se relancearmos os olhos a um mapa de nosso país, verificaremos que sua espacialidade estratégica está condicionada: a) por um extenso litoral, quase uniforme em seu recorte, que nos projeta às grandes correntes econômicas e marítimas do Atlântico Norte, da Europa, da África equatorial e meridional, e da própria Antártida. Esse li-

toral foi objeto de levantamentos feitos pelo Almirante Amédée Mouchez, que o descreveu na sua obra em 4 volumes, **Les Cotes du Brésil**, publicada em 1868. Ademais, Mouchez estudou o rio da Prata e o rio Paraguai no seu **Nouveau manuel de navigation dans le Rio de la Plata**, de 1871. b) por extensa fronteira terrestre, que representa **der Rahmen des Bildes**, isto é, a moldura do quadro.

Essa fronteira terrestre está detalhada da seguinte maneira:

	km.
1. Guiana Francesa	655
2. Suriname	593
3. República da Guiana	1.605
4. Venezuela	2.199
5. Colômbia	1.644
6. Peru	2.995
7. Bolívia	3.125
8. Paraguai	1.339
9. Argentina	1.262
10. Uruguai	1.003

Total da fronteira terrestre do Brasil	16.420
--	--------

Temos, por conseguinte, muito "espaço de manobra" situado entre o litoral e as fronteiras setentrionais e ocidentais; mas, esse "espaço de manobra" é menor em relação ao território, portas adentro, das nossas fronteiras meridionais. Capistrano de Abreu fez observação muito interessante: "Como o cabo de Orange, limite com a Guiana francesa, dista 37 graus do Chuí, limite com o Uruguai, salta logo aos olhos a insignificância da periferia marítima; repete-se o espetáculo observado na África e na Austrália: nem o mar invade, nem a terra avança; faltam mediterrâneos, penínsulas, golfos, ilhas consideráveis; os dois elementos coexistem quase sem transições e sem penetração; com recursos próprios o homem não pode ir além da pescaria em jangadas".

fronteiras vivas, fronteiras dormentes e fronteiras silentes

Quanto às nossas fronteiras terrestres, desde logo avulta uma ideia a estabelecer flagrante distinção — temos fronteiras **vivas**, fronteiras **dormentes** e fronteiras que pode-

ríamos, talvez com algum exagero, considerar **silentes**. Assim, se temos fronteiras de intensa sensibilidade política, econômica e social com o Uruguai e com a Argentina, temos em contrapartida, fronteiras silentes, como a fronteira com a República da Guiana, e fronteiras quase adormecidas como com o Suriname e a própria Guiana francesa, apesar da praticabilidade do rio Oiapoque. A fronteira com a Bolívia, a mais extensa das nossas fronteiras, apresenta do nosso lado os seguintes pólos de arranque econômico: Porto Velho, Guajaramirim, São Luís de Cáceres e Corumbá. Reconheçamos que são ainda diluídos os pólos de arranque econômico existentes numa fronteira de 3.125 kms de extensão. **Logo, impõe-se promover o adensamento demográfico dessa raia fronteiriça, o qual trará imediatamente o adensamento econômico.** A fronteira com a Colômbia só tem a área de convizinhaça constituída por Letícia, colombiana, e Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte. O resto dessa fronteira é selvaticidade e mesmo desolação do ermo.

Assim, as nossas fronteiras ainda não possuem uniforme desenvolvimento econômico, mas estão a caminho do adensamento demográfico, como é o caso da fronteira Brasil-Uruguai. Desde logo salta aos olhos o problema vital do aproveitamento econômico da faixa federal da fronteira, a qual é de 150 quilômetros ao longo das nossas lindes, respeitando-se assim o disposto na Lei n.º 2.597, de 12 de setembro de 1955, e na Lei n.º 4.947, de 1966. A Lei n.º 2.597 dispõe taxativamente sobre "zonas indispensáveis à defesa do País". **É claro que só poderíamos desejar que o Governo Federal se utilizasse ao máximo da faixa federal de fronteira para lhe dar vitalidade demográfica e econômica realmente forte.** Velha Lei n.º 601, de 1850, estabeleceu em 10 léguas ou 66 quilômetros a faixa de fronteira do domínio direto do Governo central, o que provava o interesse do Governo Imperial pela possível segurança das nossas raiais. Esta Lei ainda está em vigor, porque jamais foi revogada. Por conseguinte, temos três diplomas acautelatórios das nossas fronteiras. (A respeito desde assunto existe interessante parecer, de 19 de março de 1967, de Adroaldo Mesquita da Costa, então Consultor-Geral da República).

Essa desigualdade de "comportamento", digamos assim, das fronteiras, não ocorre apenas no Brasil, ocorre também noutros países; motivo por que Camille Vallaux encareou em sua obra, **Le Sol et l'État**, as fronteiras como **vivas, mortas e esboçadas**. Há pouco, Kei Wakaisumi, da Universidade Sangyo, de Kioto, Japão, dividiu as fronteiras em **impermeáveis, permeáveis e residuais**. As fronteiras **impermeáveis** são as fronteiras estabelecidas por longo processo de cristalização histórica, política, econômica e social. As fronteiras **permeáveis** são as fronteiras que ainda não chegaram àquela forma de cristalização, podendo ser submetidas a posteriores modificações. Será o caso da fronteira entre a Somália e a Etiópia na área chamada o "Chifre da África", fronteira onde ocorre verdadeira guerra, a qual terá por desfecho a posse do território de Djibouti, antiga colônia francesa, dotado de um porto de primeira ordem. As fronteiras **residuais**, na classificação de Kei Wakaisumi, são as divisas que separam Estados dentro de uma federação, ou a "divisa histórica" que separa a Grã-Bretanha da Escócia.

O internacionalista A. O. Cuckwurah refere-se também às "fronteiras geométricas", considerando-as "fronteiras artificiais"; e diz: "porque linhas geométricas sobre mapas planos podem ter propriedades muito diferentes de linhas através de pontos correspondentes sobre a superfície da terra. Estas diferenças originam-se do fato de que uma superfície encurvada está sendo projetada sobre uma superfície plana. Afinal de contas, a terra não é chata como um mapa, nem perfeitamente esférica como um globo". (5) Motivo porque o geodesta entra em ação, diz o mesmo internacionalista, para determinar a posição exata de tais linhas sobre a superfície da terra.

Ratzel, o pai da Geopolítica, considerou a fronteira como o "órgão periférico do Estado"; e o francês Jacques Ancel, em sua notável **Geographie des Frontières**, definiu a busca de fronteiras como a necessidade vital dos Estados modernos. Por isso, Ratzel em sua **Politische Geographie** definiu a guerra da seguinte forma: "É passear a fronteira sobre o terreno alheio". Quando o Iraque surgiu em 1921 como Estado independente, foi descrito por alguém da seguinte maneira:

possuía uma capital, Bagdad, e um rei (hoje, o Iraque é República), mas de 1922 a 1937 teve de procurar suas **isóbaras políticas** (definição de fronteira, dada por Ancel) com a Síria, Jordânia, Turquia, Iran, Kuwait e Arábia Saudita. Tudo isso foi realizado por meio de um processo negociatório, que só fez honra ao Governo de Bagdad. Jacques Ancel definiu a fronteira como uma **isóbara política** que fixa o equilíbrio entre duas pressões.

Quando a nossa Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores demarca um trecho, qualquer trecho, da fronteira, o que representa o resultado de uma "campanha", o trabalho realizado nessa "campanha" é transvertido ao mapa, com todas as indicações precisas de latitudes e longitudes.

É muito curioso assinalar que os portugueses, no período áureo dos seus descobrimentos, procediam também a esse trabalho de "compilação" na Chancelaria do Reino ou na Casa da Índia, confrontando cartas, ampliando-as ou completando-as à luz das informações dos roteiros, redigidos por seus navegantes. Coube a Dom João II a glória de haver inaugurado a prática da implantação dos padrões de pedra no litoral africano. Numa síntese admirável, eis o que nos ensina Luciano Cordeiro: "Afirmando, mal assumo o poder, o propósito e o título ao senhorio das terras áfrico-atlânticas, militarmente pela construção da fortaleza da Mina, diplomaticamente pela embaixada à Inglaterra e nas negociações com Castela, Dom João II manda em 1482, Diogo Cão seu escudeiro, continuar a descoberta para o S., firmando-a não já com as cruces de madeira que não simbolizavam, caracteristicamente, um direito nacional, mas com padrões de pedra, que formalmente o exprimiam e simbolizavam a intenção e a posse da soberania e do poder político. Diogo Cão descobre o esteiro (foz) do Zaire, coloca na ponta S. o padrão de São Jorge (6.º 6'), e prosseguindo a descoberta da costa para o S. assenta o padrão de Santo Agostinho (13.º 27' 15"). É a primeira viagem descrita pelos cronistas: somente a sua data é esta: 1482-1483. . . . Parte então, novamente, Diogo Cão, em 1484 depois de meado de abril; em princípios de 1485 coloca no Cabo Ne-

gro (15.º 40' 30") um novo padrão, e passando além, prossegue a descoberta até à Serra Parda, — Cabo da Serra, Cross point (21.º 48') — estando a expedição de volta a Lisboa em 1486. É a segunda ou última viagem de Cão, a que os cronistas se referem". (6)

É muito importante assinalar esses avanços dos portugueses de Quatrocentos e de Quinhentos na arte da Marinharia, bem como no desenvolvimento da cartografia das terras descobertas na África, nas índias e no Brasil, representando contribuição de transcendente importância para o conhecimento do mundo.

as fronteiras lineares

Fica-se então pensando na fronteira linear, como aparece em todos os mapas do mundo.

É muito curiosa a história da fronteira linear. Recorrendo à doutrina abalizada de Paul de Lapradelle, diremos que coube ao Rei Luís XIV o haver estabelecido, de acordo com Vauban, um "plano estratégico da fronteira". Pelo Tratado dos Pireneus, de 1659, os "Montes Pireneus" passaram a ser a fronteira natural entre a França e a Espanha. E informa Lapradelle: "Para dar uma base científica às negociações diplomáticas, importa levantar com precisão o plano das **lisières** (ourelas) do território. O Rei, nos seus últimos anos, toma a peito corrigir o desdém afetado pelos seus predecessores pela geografia da França. Por sua ordem, o engenheiro Masse (1650-1737) começa o levantamento dos planos da fronteira do Oceano. Iniciados no final do reinado de Luís XIV, os trabalhos foram terminados em 1724. Nesta data, Masse foi encarregado por Luís XV de dirigir o levantamento dos "planos do Rei" sobre a fronteira do Norte, trabalho árduo e de longo fôlego".

Os primeiros trabalhos geodésicos empreendidos com o propósito de levantar uma carta geral da França, em grande escala, foram inaugurados em 1666 pela criação da Academia das Ciências, que, em colaboração com o Observatório, buscou a medida do meridiano de Paris, ponto de partida da triangulação. A Carta da França, devido à

iniciativa de Colbert, foi começada por uma dinastia de sábios que o ministro mandou vir da Itália: Jean-Dominique Cassini e seus descendentes. Começada em 1750, a **Carte Générale de la France** foi terminada em 1789. Sua montagem levou 39 anos. Começada por Cassini foi terminada por Cassini Thury.

Ernest Lavisse, notável historiador e porta-voz da Escola francesa de Geografia humana, afirmou que "presentemente as fronteiras entre os povos são **duras** e abruptas, quando **moles** eram outrora". Comentando este pensamento de Lavisse, Jacques Ancel acrescentou que, mais precisamente, essas fronteiras eram outrora **indecisas**.

Coube à Revolução francesa criar o que se chamou "espírito nacional", sendo a nação a solidariedade consciente de todas as suas partes e de todos os seus integrantes. Vidal de La Blache, outro mestre da Escola francesa de Geografia humana, assinalou que no dia 18 de junho de 1790, os habitantes de Strasburgo hastearam sobre a ponte do Reno a bandeira com o lema **lei commence le pays de la Liberte**. Para Vidal de La Blache essa afirmação de vontade nacional criou **l'esprit de frontière**.

Lapradelle informa que a Carta da Europa, pelo menos de mais da metade da Europa central, no século seguinte, representou crédito importante para Napoleão, **grand lecteur de cartes**, bem como para seus engenheiros-geógrafos. Foi graças ao trabalho de muito tempo que se pôde estabelecer a Carta atual da França ao 80.000, que constitui, tanto para a paz como para a guerra, uma instituição fundamental do Estado.

Esses estudos geodésicos tiveram excepcional vantagem e muito contribuíram para a solução de velhos ou arquivados litígios territoriais que a França mantinha no século XVIII, litígios vinculados com as pertencas territoriais do Rei, tanto em relação à Alsácia, como em relação aos Países Baixos. Como se tratasse de assuntos delicados, as instruções passadas aos embaixadores franceses primavam pelas reticências. Assim, as instruções passadas ao Conde de La Marck em missão secreta junto ao Elei-

tor Palatino, diziam: "... mas, faz-se mister que esta insinuação seja feita com toda a descrição a fim de que não se possa crer que S.M. tenha tido conhecimento dessa insinuação nem que dela se prevaleça no futuro como de uma declaração ou de um oferecimento feito da sua parte". A insinuação referia-se aos pequenos territórios de Queich e de Lauter, na Alsácia.

Coube, pois, à Revolução francesa "por uma política de demarcação linear nos tratados, o advento da solução moderna do problema dos limites, a linha ininterrupta", consoante a síntese de Lapradelle. Num interessantíssimo estudo, intitulado **Maps as evidence in international boundary disputes: a reappraisal**, Guenter Weissberg ocupou-se do papel representado pela cartografia na jurisprudência internacional, aduzindo alguns casos submetidos à Corte Internacional de Justiça. Assim, o internacionalista norte-americano sublinhou a importância do conflito territorial ocorrido entre a China e a Índia. "Nesse litígio, as Partes confiaram-se nos seus mapas, em mapas alheios, e em mapas neutrais para darem validade aos seus argumentos", afirmou o jurista norte-americano. Por nota de 22 de março de 1959, o Primeiro-Ministro Nehru informou ao Primeiro-Ministro Chou En Lai de que não poderiam subsistir dúvidas quanto às fronteiras, tal como se encontravam "em mapas publicados". Chou En Lai rebateu o alegado de Nehru, afirmando que os primeiros mapas ingleses ou indianos levantados a respeito da fronteira foram tão "rústicos quanto os mapas chineses". Na reunião de 1960, os representantes chineses e indianos, lidando com o assunto, dividiram seu trabalho da seguinte maneira: os indianos citaram 36 mapas oficiais indianos e 8 mapas oficiais chineses; e os chineses citaram 13 mapas oficiais indianos. (7) Assim, pelo estudo dos mapas bem como de outras provas aduzidas durante os trabalhos, China e Índia resolveram mansamente o delicado litígio da linha de fronteira no Himalaia. Nunca será demais insistir na surpreendente vitória que representou a aceitação do **uti possidetis**, tanto pelo Brasil como pelas nações hispano-americanas da América do Sul, para a solução de difíceis problemas de fronteiras. Direi que os dois tratados assinados pelo Império com o

Peru, o de 1841 (no seu art. 14), tratado que não foi aprovado pelo Governo imperial, e o de 1851 (no seu art. 7.º), reconheceram o princípio do **uti possidetis** para a solução do problema dos limites.

O tratado de 1841 foi o primeiro tratado de limites que o Brasil negociou; o segundo foi o Tratado de Limites com o Uruguai, assinado no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1851; e o terceiro Tratado de Limites foi o de 23 de outubro de 1851, assinado com o Peru. Estes dois últimos tratados estão vigentes.

a demarcação da fronteira brasileira

A partir de 1928, o Serviço de Fronteiras desvelou-se em sucessivas campanhas de demarcação das nossas fronteiras com a Guiana francesa, com o Suriname (então Guiana Holandesa), com a Guiana Inglesa, com a Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai. Relatarei que a 26 de fevereiro de 1943, como membro da Delegação especial do Brasil, presidida pelo Ministro Alexandre Marcondes Filho, assisti à inauguração da Praça Internacional, situada entre as cidades de Rivera e de SanFana do Livramento, projetada e construída pela Comissão Mista de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai. Esta praça internacional representara a suma periódica, digamos assim, de inúmeros projetos aventados e defendidos no passado, mas não cumpridos na prática. Acontecimento de excepcional importância que jamais se apagará dos meus olhos, a demonstrar o grau de geminação das populações de ambos os países nessa raia fronteiriça. Cavalgadas de gaúchos a desfraldarem bandeiras, lanças enfeitadas por galhardetes com as cores nacionais dos dois países, a meninada das escolas públicas dos dois lados num regozijo excepcional de comunicação, comunhão de interesses e amor à concórdia internacional. Verdadeiramente inesquecível.

Ainda a propósito do Uruguai, desejo assinalar que, pelo Decreto-Legislativo n.º 53, de 1974, o Congresso Nacional aprovou o texto do Acordo sobre a Definitiva Fixação da Barra do Arroio Chuí, concluído com o

Governo do Uruguai, em Montevideu, por troca de Notas de 21 de julho de 1972. Vale a pena assinalar que, mal iniciada por Soares de Andréia e pelo Coronel Reyes a demarcação da linha da fronteira, o Alto Comissário brasileiro assinalou a **mobili-
dade** da Barra do Arroio Chuí; o que Paranhos, então Ministro do Império em Montevideu, ressalvou pelo acordo de 22 de abril de 1853 assinado com Florentino Castellanos, Ministro das Relações Exteriores do Uruguai. Pouca gente conhece esse precedente histórico de um assunto que levou mais de cem anos para ser definitivamente resolvido. Estivemos o Coronel Engel, o Engenheiro Longcamp e eu em Montevideu, em 1972, para estabelecermos as bases de liquidação desse assunto, bases que foram aceitas pelo Governo uruguaio.

Quanto à fronteira com a Colômbia e com o Peru, nunca será por demais insistir na admirável mediação de Afrânio de Melo Franco no litígio de Letícia, quando várias intervenções da velha Liga das Nações haviam fracassado. E justamente Melo Franco lhe deu solução final na Conferência do Rio de Janeiro, de 1934, quando já não era mais Ministro das Relações Exteriores. Demonstração ímpar, fúlgida e perfeita da política de boa vizinhança, política que, no entender de um internacionalista norte-americano, marcou o abandono do uso da força pelos Estados Unidos em suas relações com os países latino-americanos. (8) Em consequência dessa decisão mediatória daquele que foi meu Chefe no Itamaraty, porquanto fui seu Oficial-de-Gabinete, o trapézio territorial de Letícia entrou em progresso material aos 3.º e 4.º trimestres de 1966, o geógrafo Joaquin Molano Campuzano escreveu notável monografia sobre o "Perfil geográfico e económico da Comissária Especial do Amazonas", isto é, sobre o trapézio territorial de Letícia, porto fluvial da Colômbia sobre o rio Amazonas, e que hoje conta com uma população de 12.000 habitantes.

Letícia, situada ao lado de Tabatinga e em frente de Ramón Castillo (território peruano), como pólo de arranque económico muito importante para toda a região dos belíssimos Lhanos Orientais da Colômbia. Bem perto de Letícia encontra-se Atalaia

do Norte (a antiga Remate de Males), sobre o rio Javari, localidade que, com soberbo ímpeto, está crescendo.

A demarcação da fronteira Brasil-Colômbia congregou demarcadores brasileiros como o Coronel Temístocles Paes de Souza Brasil e o Coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, e os colombianos Belisário Ruiz Wilches, Francisco Andrade e Luís Laverde Goubert — todos proficientes demarcadores.

Assinalemos que, em 9 de agosto de 1971, os Presidentes Mediei e Pastrana Borrero se encontraram em Letícia. Desse encontro dos dois Presidentes (o primeiro encontro de Presidentes do Brasil e da Colômbia) — encontro histórico, como lhe chamou o Presidente Pastrana Borrero — surgiu a "Declaração Conjunta de Letícia".

A fronteira com o Peru entrou agora em fase de conhecimento direto, por parte das autoridades de ambos os países vizinhos. O Petróleo de Pastaza, da região amazônica de Pastaza, em franca exploração por 11 companhias estrangeiras que assinaram contratos de risco com a Petroperu, deu extraordinária vitalidade àquela área, ao mesmo tempo que prosseguem os trabalhos de construção de duas rodovias que deverão atingir a fronteira do Brasil e vincular-se com o sistema rodoviário do Acre. Do lado do Brasil, pesquisadores da Petrobrás fizeram sondagens de petróleo na Serra Contamana, denominada Serra do Divisor pelo geólogo Pedro Moura. Na Serra do Divisor encontra-se o ponto astronômico e geográfico mais ocidental do Brasil (identificado em 1926 pelo Almirante Ferreira da Silva, com as seguintes coordenadas, Longitude O. Gr. 73.º 59' 32" 45, e Latitude Sul 7.º 33' 12", 85). Nas proximidades desse ponto, nasce o rio Moa, afluente da margem esquerda do Juruá. Suspeita-se que entre o Javari e o Juruá exista uma área rica não apenas de petróleo (a repetir o caso do petróleo peruano da região do rio Pastaza), mas de minérios. Essa região foi palmilhada, no tempo do Império, pelo Barão de Ladário, notável demarcador e iniciador da demarcação da fronteira com o Peru. Os trabalhos de demarcação foram subseqüentemente ampliados pelo Barão de Tefé, Taumaturgo de Azevedo, Luis Cruls,

Belarmino de Mendonça, Euclydes da Cunha e Almirante Ferreira da Silva.

Depois do recente encontro dos Presidentes Geisel e Bermúdez, novas possibilidades econômicas abriram-se através dos rios da Amazônia, porquanto um dos pontos mais movimentados da região é justamente o de Iquitos, no Peru.

Sem dúvida alguma, merece relevo especial o trabalho de demarcação da fronteira Brasil-Venezuela, fronteira estabelecida pelo Tratado de Limites de 1859, assinado em Caracas por Filipe José Pereira Leal com Luis Sanojo, Ministro das Relações Exteriores — penosa demarcação iniciada pelo Coronel de Engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araújo, depois Barão de Parima, demarcação iniciada em 1880. Parima teve sob suas ordens nessa demarcação três nomes que se tornariam conhecidos em problemas de fronteira: Dionísio Cerqueira, Guilherme C. Lassance e Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel. Depois, tivemos outra etapa, a de Braz Dias de Aguiar; mas, a demarcação da fronteira Brasil-Venezuela terminou definitivamente em 1973. A Ata de Caracas de Descrição Geral da Linha de Fronteira foi assinada, em 23 de agosto de 1973, pelo General Bandeira Coelho e por Georges Panchenko, Comissário da Venezuela. O Pico da Neblina, de 3.014 metros de altura, ficou sendo o mais alto do território nacional. Bandeira Coelho determinou que o Pico da Neblina fosse atingido e escalado, em 31 de março de 1965, por uma turma chefiada pelo técnico brasileiro José Ambrósio de Miranda Pombo, que contou com a participação de um técnico venezuelano, bem como com a de Dilermando de Moraes Mendes e Valdomiro Pompeu Sales. Miranda Pombo e Dilermando de Moraes fizeram as seguintes declarações ao jornal **A Província do Pará**, de 9 de agosto de 1969: "Depois de lances perigosos e muita perseverança, os participantes da expedição conseguiram finalmente alcançar o ponto culminante do Brasil, hipótese que ficou confirmada quando verificaram a altura do pico da Neblina: 3.014 metros. Também ficou, na oportunidade, esclarecida definitivamente a questão da posse da elevação: estava

dentro do território brasileiro, afastado da Venezuela cerca de 687 metros". Nessa linha de fronteira, encontra-se o ponto mais meridional da Venezuela, locado sobre o divisor de águas da Serra Imeri (marco EE-11). O segundo pico mais alto do Brasil é o 31 de Março, na mesma serra, com 2.992 metros de altura. A fase final dessa demarcação, na etapa Bandeira Coelho-Georges Panchenko, fase verdadeiramente heróica, foi representada pelas Cordilheiras de Parima e Pacaraíma, trecho de uns 700 quilômetros de extensão, e que apresentou obstáculos físicos realmente impressionantes.

Meus Senhores:

No dia 20 de fevereiro de 1972, os Presidentes Mediei e Rafael Caldera encontraram-se em território venezuelano, em Santa Elena dei Uraien. Antes, os dois Chefes de Estado avistaram-se no marco BV-8, a alguma distância do rio Surumaú. Em Santa Elena dei Uraien assinaram uma Declaração Conjunta, constante de 27 itens, bem como um Acordo Básico de Cooperação Técnica.

Pode dizer-se que desse encontro resultou o aproveitamento econômico imediato do Território de Roraima, Terra dos Diamantes. Devido aos esforços do nosso Exército, perto do marco BV-8 está nascendo a cidade brasileira de Tacaraíma, a 1.050 metros de altura e a uns 250 km da Boa Vista.

Ultrapassamos, pois, o limiar empolgante da extraordinária Aventura da Amazônia, que deve ser ativada em todas as direções. Pensemos no conceito norteador do Marechal Castelo Branco, em seu discurso de Manaus, de 3 de dezembro de 1966: "É, portanto, fundamental ao interesse superior e permanente da Nação conduzir as correntes migratórias internas, tanto a que historicamente promana do Nordeste, quanto a que tem origem no Centro-Sul, num sentido que assegure a um só tempo, a ocupação humana da Região, a conquista gradual, progressiva e planificada de seus espaços vazios. Pois daí advirá a expansão e interligação de suas ilhas econômicas internas, a vivificação das faixas de fronteiras e a definitiva ligação da Região com o resto do País".

o serviço de demarcação de fronteiras do itamaraty

Ademais, poder-se-á considerar o Serviço de Demarcação de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores (com sua ala em Belém do Pará) um instrumento de propulsão do Programa do Trópico Úmido, instituído pelo Decreto presidencial n.º 70.999, de 17 de agosto de 1972, o qual, dividido em seis sub-programas, vem conferindo nova dimensão, bem como um sentido de organicidade ao programa de pesquisas realizado na Amazônia com o duplo propósito — o de valorizar o homem e o de estudar as virtualidades do solo sob todos os seus aspectos.

É claro que o Serviço de Fronteiras, atento às responsabilidades que tem, vive numa preocupação constante, a qual se traduz no propósito de aplainar e desenvolver comunicações com os países vizinhos; desvelar pela sorte das populações das raias fronteiriças; cuidar da melhoria de pontos de contato na fronteira entre gentes brasileiras e gentes doutros países; estabelecer proteção adequada aos marcos plantados e substituí-los, quando estiverem em mau estado; proceder à constante caracterização dessas fronteiras, como acontece agora na fronteira Brasil-Venezuela, já demarcada, mas não totalmente caracterizada; e dar cumprimento aos tratados internacionais, como aconteceu recentemente com a adjudicação das 67 ilhas e ilhotas no trecho desembocadura do Apa até Baía Negra, no rio Paraguai, em consequência do Tratado de 21 de maio de 1927. Neste particular, foi valiosa a colaboração técnica da Diretoria de Hidrografia e Navegação da nossa Marinha de Guerra. Temos outro exemplo no plano de aproveitamento energético do rio Jaguarão com a construção das hidrelétricas de Talavera e Centurião, cometimento que resultou da ação do Presidente Geisel junto aos nossos amigos uruguaios. Este belo plano apresentará a irrigação de uma área do Brasil e do Uruguai de 74.000 km², levando imensos benefícios aos Departamentos de Cerro Largo, Melo e Rocha, no Uruguai. Finalmente, contemplemos as realizações em curso, no campo do aproveitamento hidrelétrico na Bacia Paraná-Paraguai-Uruguai. Pensemos que o rio Tietê, afluente do Pa-

raná, e, por conseguinte, rio platino, nasce a 18 km da Serra do Mar, no setor de Santos. Portanto, a Bacia do Prata estende-se até aos contrafortes orientais da nossa Serra do Mar. E pensemos que 60.000.000 de brasileiros vivem no Centro-Sul, num ecúmeno onde o rio Paraná representa o pólo irradiante não apenas de interesses económicos imediatos, mas da construção, pedra a pedra, de uma fabulosa obra de avanço sobre o futuro em termos de criação, na América do Sul, de um gigantesco parque energético e industrial. Conta o venezuelano Angel Grisant que, mal despontada a aurora, Bolívar e Sucre assomavam a cavalo às cumeeiras andinas e se embebiavam na contemplação do horizonte, sonhando grandezas para seus povos — e para a própria América. É o que fazem os demarcadores, interessados em proceder com clareza nos problemas que possam surgir na sua esfera de ação. Fincados no passado, devassam as perspectivas do presente e do futuro.

Não sei se fui feliz em traçar este panorama do que vem a ser o trabalho incansável do Serviço de Demarcação de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores. Cumprenos assinalar, exaltar, nobilitar, tanto em termos do passado como em termos do presente, o que foi feito pelo serviço de Fronteiras. Velho clássico latino dissera, certa vez, certa verdade: **Parvum parva decent**, o que em Português significa, "aos pequenos convém as coisas pequenas". **Ora, não podemos assim pensar, porque sempre teremos de encarar os problemas das nossas fronteiras terrestres e oceânicas através de metro largo. São problemas permanentes a demandarem soluções permanentes em proporções macrométricas.**

Um país-continente, como o Brasil, depende fundamentalmente dos seus aperfeiçoamentos cartográficos. Dentre estes sobrepõe a cartografia das nossas fronteiras. Por isso, não será exagero afirmar que o nosso prestígio internacional esteja na razão direta do interesse, do cuidado, da vigilância que dedicamos às nossas fronteiras terrestres marítimas e aéreas. Ademais de maturidade plena, é indiscutível conscientização internacional.

notas

(1) Mably, **Le Droit Publicque de l'Europe**, t. III, cap. XVI, Londres, 1789.

(2) Virgílio Sampognaro, "El Tratado de Madrid, sus causas, su celebración", na **Revista de Estudios Políticos**, Madrid, vol. XIV, 1946.

(3) O original, por nós compulsado, encontra-se na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — 981-7-R.

(4) Arquivo Nacional, Caixa 418 Pac.I.

(5) A. O. Cukwurah, **The settlement of boundary disputes in international Law**, Manchester University Press, 1967, páginas 22 e 23.

(6) Luciano Cordeiro, **Diogo** Cão-Memória apresentada à 10.^a sessão do Congresso Internacional dos Orientalistas, Lisboa, 1892.

(7) Estudo estampado no **American Journal of International Law**, volume 57, outubro de 1963.

(8) Consultar a obra de Bryce Wood, notável aliás, **The Making of the Good Neighbor Policy**, Columbia University Press, Nova York, 1961.

bibliografia

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. LI II, Documentos sobre o Tratado de 1750, Rio de Janeiro, 1938.

Isa Adonias, **A Cartografia da Região Amazônica**, Rio de Janeiro, 1963.

Barão do Rio-Branco, **Efemérides Brasileiras**, vol. VI das **Obras do Barão do Rio-Branco**, edição Itamaraty, 1946.

V. Adami, **National Frontiers in Relation to International Law**, Londres, 1927.

S. W. Boggs, **International Boundaries, A Study of Boundary Functions and Problems**, Columbia University Press, Nova York, 1940.

J. L. Brierly, **The Law of Nations**, 6.^a edição, Oxford, 1963.

Lord Curzon of Kedleston, **Frontiers**, The Romanes Lectures, Oxford, 1907.

C. B. Fawcett, **Frontiers, A Study in Political Geography**, Oxford, 1918.

G. Ireland, **Boundaries, Possessions and Conflicts in South America**, Harvard University Press, 1938.

Lord Macnair, **The Law of Treaties**, Oxford, 1938.

A. K. Weinberg, **Manifest Destiny: A Study of Nationalist Expansion in American History**, Baltimore, 1935.

Moyses Vellinho, **Fronteira**, Porto Alegre, 1975.

Nelson Saldanha, "Situação Histórica da Teoria Pura do Direito", em **Revista de Informação Legislativa**, do Senado Federal, janeiro e março de 1977, Brasília.

Alfredo Ellis Júnior, **Meio Século de Bandeirismo (1590-1640)** Universidade de São Paulo, 1939.

Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira, **A Idade Média na História da Civilização**, 2.^a edição, Coimbra, 1953.

J. F. de Almeida Prado, **Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530)**, 4.^a edição, São Paulo, 1966.

governador de baden-württemberg visita Brasília

Discurso do Chanceler Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 22 de março de 1978, por ocasião do almoço oferecido ao Governador do Estado de Baden-Württemberg (RFA), Hans Filbinger.

Senhor Governador,

É para mim uma grande satisfação poder recebê-lo e à Senhora Filbinger, hoje, nesta Casa, e renovar o contato que tivemos por ocasião da visita do Senhor Presidente da República ao seu país,

A vinda de Vossa Excelência culmina uma série de visitas de importantes autoridades estaduais, o que bem reflete as estreitas relações entre o Brasil e a República Federal da Alemanha. Em agosto de 1977, tive o prazer de receber o Ministro Eduard Adorno, representante de seu Estado junto ao Governo Federal em Bonn. Posteriormente, em outubro, aqui esteve o Ministro da Economia e Viação, Doutor Rudolf Eberle, à frente de importante comitiva, composta por deputados estaduais, empresários e banqueiros.

O Estado que Vossa Excelência representa, Senhor Governador, sendo o terceiro em população — com mais de 9 milhões de habitantes — e um dos mais bem dotados economicamente — com um produto interno bruto na faixa de 170 bilhões de marcos —

não poderia deixar de ser responsável por parcela significativa do fecundo relacionamento entre o Brasil e a República Federal da Alemanha. Cabe-me assinalar, a propósito, que Baden-Württemberg é uma unidade federativa de onde se origina parte ponderável dos investimentos alemães no Brasil. Com efeito, das mais de 500 indústrias com participação alemã atualmente existentes no Brasil, há cerca de 150 provenientes de Baden-Württemberg, aí incluídas grandes empresas e, sobretudo, pequenas e médias, estas de alta relevância para o aporte de tecnologia. O ano de 1976 foi bem indicativo da intensidade dos investimentos de empresas do seu Estado no Brasil. Naquele período, as inversões líquidas montaram a 242 milhões de marcos, cifra que correspondeu a, aproximadamente, 21% dos investimentos de Baden-Württemberg no exterior e a cerca de 42% dos investimentos alemães no Brasil.

Releva, igualmente, mencionar a importância do fluxo de comércio. Nos três últimos anos, o Estado de Baden-Württemberg absorveu, em média, 9% das exportações brasileiras para a República Federal da Ale-

manha e participou com cerca de 18% do total das exportações alemãs para o Brasil.

A densidade das relações entre o Brasil e Baden-Württemberg não se restringe, no entanto, Senhor Governador, aos setores econômico-financeiro e comercial. Contando com universidades de prestígio invejável, como as de Heidelberg e Freiburg e com centros de estudos de importância mundial, como o de Pesquisa Nuclear de Karlsruhe, o Estado de Baden-Württemberg sobressai, também, no campo do intercâmbio cultural, científico e tecnológico. Neste particular, desejo registrar o Convênio recentemente firmado entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisa Nuclear da Karlsruhe, que amplia o quadro da cooperação entre o Brasil e a República Federal da Alemanha no campo dos usos pacíficos da energia nuclear.

Senhor Governador,

Antes de terminar, desejaria expressar uma vez mais os nossos agradecimentos pela hospitaleira acolhida que Vossa Excelência proporcionou ao Presidente Ernesto Geisel, a mim e aos demais membros da comitiva na visita ao seu Estado e por ocasião do almoço no belo Castelo de Schwetzingen.

Estou seguro, Senhor Governador, de que a sua visita muito contribuirá para estreitar ainda mais os laços entre o Brasil e a República Federal da Alemanha. Rogo a todos aqui presentes que ergam suas taças para brindar a prosperidade crescente da República Federal da Alemanha e, em particular, de Baden-Württemberg, formulando, ao mesmo tempo, os melhores votos pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora Filbinger.

bolívia instala escritório da ypfb no brasil

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio Azeredo da Silveira, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de fevereiro de 1978, por ocasião da cerimônia de assinatura de Acordo para instalação de escritório da **Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos** (YPFB) no Brasil.

Senhor Embaixador,

É para mim motivo de grande satisfação presidir, com Vossa Excelência, a cerimônia de assinatura de um acordo que, ao estabelecer mais um elo na longa série de atos entre o Brasil e a Bolívia, demonstra a vitalidade e o dinamismo crescente de nossas relações, cerimônia essa que está sendo hoje prestigiada pela presença, que agradeço, do Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia, Doutor Shigeaki Ueki, e do Doutor Paulo Vieira Belotti, Diretor da Interbrás.

O Acordo sobre a Instalação do Escritório da **Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos** representa o desdobramento natural do aumento e intensificação das relações econômicas e comerciais entre os dois países nos últimos anos. Essa evolução atingiu finalmente o nível de complexidade que exige, por razões de eficiência e rapidez, a presença direta da representação de uma das mais importantes empresas estatais bolivianas junto à comunidade econômica brasileira.

Além dos motivos econômicos e comerciais específicos que inspiram a medida, a instalação do escritório da **Yacimientos Petrolíferos** certamente haverá de contribuir para a rápida implementação do Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, firmado pelos Presidentes Geisel e Banzer, em Cochabamba, em 1974, e que constitui um dos empreendimentos de colaboração econômica de maior envergadura e proveito mútuo em todo o Continente.

Senhor Embaixador, estou certo de que a solidez deste e de outros projetos brasileiro-bolivianos decorre da consciência partilhada pelos nossos povos e Governos de que a cooperação e conjugação de esforços nos mais diversos campos servem com equilíbrio aos interesses e objetivos nacionais tanto do Brasil como da Bolívia.

Nessa convicção, congratulo-me com Vossa Excelência pela assinatura deste documento e formulo votos para que ele contribua para desenvolver um novo capítulo dos laços de amizade que sempre marcaram as relações entre nossos dois países. *

* O Acordo entre o Brasil e a Bolívia para funcionamento da **YPFB** está na seção **Tratados, Acordos, Convênios**, página 177.

a conferência das nações unidas sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento

Discurso do Ministro de Estado, interino, das
Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio
Itamaraty de Brasília, em 6 de março de 1978, durante
a abertura da Conferência das Nações Unidas sobre
Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento.

É com prazer especial que dou as boas-vindas ao Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento e aos representantes de diversas organizações e órgãos do sistema das Nações Unidas (bem como da OEA e do Governo argentino). De-sejo igualmente agradecer a presença de funcionários brasileiros que têm colaborado no trato da referida Conferência.

A realização deste Seminário constitui mais uma manifestação da importância que o Brasil vem atribuindo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao papel que as Nações Unidas podem desempenhar no sentido de que a cooperação internacional nesse campo se dinamize de acordo com o potencial da ciência e da tecnologia como propulsionadoras do desenvolvimento econômico e social.

Coerente com essa orientação, o Governo brasileiro tem dedicado considerável atenção às reuniões e ao trabalho das organizações e órgãos do sistema das Nações Unidas que se ocupam da cooperação científico-tecnológica e da transferência de tec-

nologia, participando de forma construtiva no enorme esforço envolvido na tarefa de concretizar a aplicação da nova ordem econômica internacional aos mecanismos através dos quais aquela cooperação e a transferência de tecnologia se realizam.

Em relação especificamente à Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, o Brasil tem participado das reuniões internacionais preparatórias e vem intensificando os trabalhos internos, com o objetivo de emprestar à Conferência uma contribuição correspondente à realidade diversificada do país e conforme a sua situação de país em desenvolvimento, que tem promovido nos últimos anos consideráveis transformações em sua estrutura econômica.

Dentro deste espírito está sendo concluída a redação do documento nacional brasileiro, visando a sua apresentação dentro do prazo programado no calendário preparatório da Conferência.

Ainda no quadro dos preparativos nacionais houve por bem o Governo brasileiro promo-

ver o presente Seminário, que estou certo proporcionará útil troca de ideias entre funcionários brasileiros encarregados da preparação da participação brasileira na Conferência e representantes do sistema das Nações Unidas. Manifesto, por fim, a espe-

rança de que algumas dessas ideias possam constituir subsídios proveitosos para outros países membros da organização e que a reunião contribua assim para entendimentos de conteúdo positivo no âmbito da cooperação internacional.

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros

Ítalo Zappa, junto ao **Lesoto** (cumulativamente com **Moçambique**), em 1.º de fevereiro de 1978;

André Teixeira de Mesquita, junto à **Islândia** (cumulativamente com a **Noruega**), em 1.º de fevereiro de 1978;

Marcos António de Salvo Coimbra, junto ao **Egito**, em 16 de março de 1978;

Vasco Mariz, junto ao **Chipre** (cumulativamente com **Israel**), em 28 de março de 1978;

Ramiro Elysio Saraiva Guerreiro, junto à **França**, em 28 de março de 1978.

entrega de credenciais

De Embaixadores brasileiros:

Octávio Luiz de Berenguer César, ao Governo de **Honduras**, em 5 de janeiro de 1978;

Aldo de Freitas, ao Governo de **Bangladesh**, em 24 de janeiro de 1978;

Fernando Paulo Simas Magalhães, ao Governo de **Costa Rica**, em 1.º de fevereiro de 1978;

Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha, ao Governo de **Luxemburgo**, em 10 de fevereiro de 1978;

Hélio António Scarabôto, ao Governo da **Dinamarca**, em 20 de fevereiro de 1978;

Celso Diniz, ao Governo da **República Dominicana**, em 22 de fevereiro de 1978;

De Embaixadores estrangeiros:

Jirí Sobotka, da **Tchecoslováquia**, em 2 de fevereiro de 1978;

Jean Coradin, do **Haiti**, em 23 de fevereiro de 1978;

Walter Magrutsch, da **Áustria**, em 23 de fevereiro de 1978;

Zahir Mohammad Farooqi, do **Paquistão**, em 23 de fevereiro de 1978;

Punch Coomaraswamy, de **Cingapura**, em 3 de março de 1978;

Hans G. Andersen, da **Islândia**, em 3 de março de 1978.

"O importante e fundamental é procurar explicitar as convergências tácitas e maximizar o produto das negociações inspiradas no interesse nacional das partes, uma vez que os tratados só são realmente estáveis e duradouros na medida em que representam a harmonização de posições, condição imprescindível à perenidade dos pactos" — Azeredo da Silveira.

acordo comercial brasil-república da china

Acordo Comercial entre o Brasil e a República Popular da China, assinado em Pequim, em 7 de janeiro de 1978, pelo Embaixador brasileiro, Aluizio Napoleão de Freitas Rego, e pelo Ministro do Comércio Exterior, Li Chiang.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, a seguir denominados "Partes Contratantes", animados pelo propósito de reforçar a amizade entre os dois povos e de fortalecer e desenvolver suas relações comerciais em base de igualdade e os benefícios recíprocos, resolveram celebrar o presente Acordo Comercial:

artigo I

As Partes Contratantes se comprometem a enviar os maiores esforços e tomar as medidas necessárias para fomentar e ampliar o comércio entre os dois Países, aumentar gradualmente a variedade de intercâmbio de mercadorias e fazer o possível para manter o seu equilíbrio comercial.

Em conformidade com as respectivas legislações sobre comércio exterior e câmbio, as Partes Contratantes conceder-se-ão reciprocamente as necessárias facilidades para importação e exportação de mercadorias produzidas respectivamente por cada uma das Partes Contratantes.

artigo II

As Partes Contratantes conceder-se-ão reciprocamente o tratamento da nação mais favorecida, não

inferior ao que cada uma delas concedeu ou venha a conceder a terceiro país, em relação aos licenciamentos, direitos aduaneiros e demais taxas e impostos da importação e exportação das mercadorias, bem como aos regulamentos, formalidades e procedimentos aduaneiros.

As disposições acima mencionadas não serão aplicadas:

a) aos benefícios especiais, preferências, privilégios e isenções que cada uma das Partes Contratantes concedeu ou venha a conceder a países limítrofes, a fim de facilitar o comércio fronteiriço;

b) aos benefícios especiais que cada uma das Partes Contratantes concedeu ou venha a conceder a terceiro país em virtude da sua participação em convênios regionais e sub-regionais de integração;

c) aos benefícios especiais que cada uma das Partes Contratantes concedeu ou venha a conceder a terceiro país em virtude de sua participação em acordos comerciais multilaterais entre países em desenvolvimento.

artigo III

A fixação dos preços das mercadorias, objeto de intercâmbio entre os dois Países, que terá por referência cotações de mercadorias de qualidade e especificações iguais ou comparáveis no mercado internacional, será feita por comprador e vendedor nos contratos comerciais respectivos.

artigo IV

Os pagamentos nas operações comerciais entre os dois Países efetuar-se-ão, em moedas livremente conversíveis, acordadas pelo comprador e vendedor, em conformidade com os regulamentos vigentes em cada um dos dois Países com respeito ao regime de controle de câmbio.

artigo V

As Partes Contratantes tomarão todas as medidas no sentido de que as proporções de manufaturados e semimanufaturados de exportação de ambas as Partes aumentem gradualmente, sem prejuízo do intercâmbio de novos produtos e das mercadorias tradicionais.

artigo VI

As Partes Contratantes concordam em que o intercâmbio de mercadorias entre os dois Países será efetuado pelas pessoas jurídicas ou físicas que se dediquem na República Federativa do Brasil ao comércio exterior e pelas corporações estatais de comércio da República Popular da China.

Comprador e vendedor poderão assinar, a qualquer momento, durante o período de vigência do presente Acordo, convênios e contratos de importação e exportação de mercadorias considerados necessários por ambas as Partes, a fim de facilitar o desenvolvimento do comércio entre os dois Países.

artigo VII

Com o propósito de desenvolver as relações comerciais entre os dois Países, as Partes Contratantes procurarão promover o intercâmbio de delegações de caráter comercial, bem como a realização de feiras e exposições comerciais e, com esse objetivo, serão concedidas de Parte a Parte as diversas facilidades e condições normalmente oferecidas nesses domínios, de conformidade com as respectivas legislações em vigor.

artigo VIII

As estipulações do presente Acordo não se aplicam às medidas restritivas que qualquer uma das Partes Contratantes possa tomar para proteção da segurança nacional, da saúde pública e da sanidade da fauna e flora, bem como para a proteção do patrimônio artístico, histórico e arqueológico nacional.

artigo IX

As Partes Contratantes concordam em estabelecer uma Comissão Mista Comercial, cujas tarefas serão examinar o cumprimento do presente Acordo e estudar as possibilidades e medidas de ampliar o comércio de benefícios recíprocos.

A referida Comissão reunir-se-á, em princípio, uma vez cada dois anos, alternadamente em Pequim e Brasília, e a data concreta do encontro será estabelecida de comum acordo entre as Partes Contratantes.

artigo X

Após a expiração deste Acordo, todos os contratos comerciais e convênios financeiros relacionados ao comércio, assinados de conformidade com o presente Acordo durante a sua vigência, continuarão a ser cumpridos segundo as disposições nele previstas.

artigo XI

O presente Acordo entrará em vigor, provisoriamente, a partir da data de sua assinatura e passará a vigorar definitivamente desde o dia em que ambas as Partes se informem, reciprocamente, do cumprimento de suas formalidades legais internas. O presente Acordo vigorará por um período de três anos e será automaticamente prorrogado por sucessivos períodos de um ano, salvo se uma das Partes Contratantes notificar a outra, por escrito, três meses antes do término do seu prazo de vigência, de sua intenção de denunciá-lo.

Assinado em Pequim, em 7 de janeiro de 1978, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e chinesa, sendo os dois textos igualmente válidos.

brasil e canada colocam em vigor o memorando de entendimento

Troca de Notas entre o Ministro de Estado das Relações Exteriores, António F. Azeredo da Silveira, e o Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Embaixada do Canadá, James Howard Stone, em 9 de janeiro de 1978, colocando em vigor o Memorando de Entendimento entre os dois países, celebrado em Ottawa, em 10 de outubro de 1977, pelos Ministros brasileiro e canadense da Agricultura.

A Sua Excelência, o Senhor James Howard Stone, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da Embaixada do Canadá.

Senhor Embaixador,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência de que foram cumpridas as exigências necessárias à entrada em vigor, para o Brasil, do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura do Brasil e o Ministério da Agricultura do Canadá, celebrado em Ottawa a 10 de outubro de 1977.

2. O Governo brasileiro entende que as atividades do Grupo de Trabalho Conjunto sobre Agricultura, previsto no parágrafo 4 do Memorando de Entendimento, complementarão as desenvolvidas pela Comissão Mista Brasil—Canadá sobre Comércio e relações Econômicas, criada através de troca de Notas realizada em Brasília a 28 de junho de 1976.

3. A presente Nota e a de Vossa Excelência, em inglês e francês, desta mesma data e de idêntico teor, determinam a entrada em vigor do Memorando de Entendimento, conforme disposto em seu parágrafo B.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

Antônio F. Azeredo da Silveira
Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil *

os acordos entre brasileiros e mexicanos

Convênio de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o México, assinado na cidade do México, em 18 de janeiro de 1978, pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores brasileiro, Antônio F. Azeredo da Silveira, e mexicano, Santiago Roei; Acordo sobre Sanidade Animal e Acordo Básico de Cooperação Industrial Brasil-México, assinados no mesmo local e data, por Silveira e Roei; e o Convênio Complementar ao Acordo que criou a Comissão Mista Brasil-México (Combramex), entre o Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia (Consider) e a Comisión Coordinadora de la Industria Siderúrgica (CCIS), assinado também na cidade do México, em 18 de janeiro de 1978, pelo Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, Angelo Calmon de Sá, e pelo Secretário de Patrimônio e Desenvolvimento Industrial do México José Andrés de Oteyza.

CONVÊNIO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO

O Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel,

e

O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, José López Portillo,

Inspirados pelo propósito de afirmar os laços fraternos de amizade que unem o Brasil e o México;

Côncios de que os interesses dos dois países são convergentes em uma grande variedade de assuntos;

Decididos a levar avante um amplo programa para o incremento de suas relações nos campos econômico, comercial, financeiro, industrial, cultural, técnico e científico;

Convencidos de que, com esse objetivo, é necessário estabelecer mecanismos apropriados de cooperação bilateral,

Resolveram celebrar um Convênio de Amizade e Cooperação e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República Federativa do Brasil, o Senhor Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

O Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, o Senhor Doutor Santiago Roei, Ministro das Relações Exteriores,

Os quais acordaram o seguinte:

artigo I

As Altas Partes Contratantes convêm em instaurar e aperfeiçoar mecanismos permanentes de cooperação, entendimento e troca de informações, sobre assuntos de interesse comum.

artigo II

Os mecanismos a que se refere o Artigo I processar-se-ão pela via diplomática ou por intermédio da Comissão Mista de Coordenação Brasileiro-Mexicana.

artigo III

1. Fica instituída a Comissão Mista de Coordenação Brasileiro-Mexicana, que terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar e acompanhar os assuntos de interesse comum e propor aos respectivos Governos as medidas que julgar pertinentes, com ênfase nos seguintes campos:

a) projetos econômicos de interesse para as relações bilaterais;

b) intercâmbio comercial e as medidas para assegurar seu incremento e diversificação;

c) aperfeiçoamento dos meios de transporte e comunicações entre os dois países;

d) cooperação técnica e intercâmbio cultural, científico e tecnológico.

2. A Comissão Mista será composta de uma seção de cada Parte;

3. As seções nacionais da Comissão Mista serão presididas pelos Ministros das Relações Exteriores e integrada por delegados designados pelos respectivos Governos;

4. A Comissão Mista reunir-se-á ao menos uma vez por ano, alternadamente, no Brasil e no México;

* Na seção **Notícias**, página 193, uma informação sobre o Memorando de Entendimento Brasil-Canadá.

5. A Comissão Mista redigirá o seu próprio regulamento, que será aprovado pelos dois Governos, por troca de Notas;

6. A Comissão Mista examinará e proporá a ambos os Governos a forma de organizar em Subcomissões as Comissões Mistas atualmente em exercício.

artigo IV

As Altas Partes Contratantes empenharão os seus máximos esforços para lograr a progressiva ampliação e diversificação do intercâmbio comercial, mediante a utilização adequada das oportunidades que se apresentarem.

artigo V

Considerando os benefícios que podem resultar de uma estreita, colaboração na execução de seus planos de expansão industrial, as Altas Partes Contratantes encorajarão os investimentos de um país no outro, tanto no setor público como no setor privado, conforme as suas respectivas legislações nacionais.

artigo VI

Levando em conta os programas específicos de infra-estrutura, brasileiros e mexicanos, com efetiva incidência no desenvolvimento econômico e social, as Altas Partes Contratantes comprometem-se a promover medidas para facilitar a participação mútua de suas empresas em projetos e obras nesse setor, em ambos os países.

artigo VII

Reconhecendo o especial interesse, para o desenvolvimento da economia regional, da criação de uma infra-estrutura eficaz de comunicações entre os dois países, as Altas Partes Contratantes convêm em promover um sistema de cooperação mútua nesse campo, que preveja o estabelecimento de telecomunicações, o fornecimento de equipamentos e o intercâmbio técnico e de informações, inclusive na área dos serviços postais.

artigo VIII

A fim de impulsionar a cooperação no setor agropecuário, ambos os países trocarão informações e experiências, prestando-se reciprocamente a maior assistência possível em matéria de produções e técnicas agrícolas.

artigo IX

As Altas Partes Contratantes convêm em estimular, ainda mais, as atividades de cooperação técnica e científica previstas no Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, de 24 de julho de 1974.

artigo X

As Altas Partes Contratantes confirmam seus propósitos de pôr em prática formas eficazes de co-

operação bilateral nos campos cultural e educacional, no espírito do Convênio de Intercâmbio Cultural, de 20 de janeiro de 1960.

artigo XI

Com o objetivo de propiciar a perfeita organização dos serviços de transporte marítimo entre o Brasil e o México, as Altas Partes Contratantes promoverão a revisão do Convênio sobre Transportes Marítimos, concluído em Brasília a 24 de julho de 1974, de modo a ajustá-los às realidades do tráfego entre os dois países.

artigo XII

Além dos instrumentos internacionais previstos no presente Convênio e dentro do elevado espírito que o informa, as Altas Partes Contratantes celebrarão, sempre que as circunstâncias o aconselharem, acordos adicionais ou outros tipos de atos internacionais sobre quaisquer assuntos de interesse comum.

artigo XIII

O presente Convênio entrará em vigor na data da troca dos instrumentos de ratificação e terá vigência até que as Altas Partes Contratantes, mediante novo acordo, adotem decisão que estimem conveniente.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima mencionados assinam o presente Convênio, em dois exemplares, em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.
Feito na Cidade do México, aos 18 dias do mês de janeiro de 1978.

ACORDO SOBRE SANIDADE ANIMAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Estados Unidos Mexicanos,

Constando que o Brasil vem aumentando suas exportações de bovinos em pé e de sêmen para diversos países;

Levando em conta que o nível tecnológico e higiênico-sanitário das centrais de inseminação artificial do Brasil atende plenamente às exigências zoo-sanitárias, de acordo com as normas internacionais;

Reconhecendo que os reprodutores em regime de coleta de sêmen são submetidos periodicamente no Brasil às provas laboratoriais para evitar a ocorrência de agentes Patogênicos passíveis de veiculação através do sêmen;

Considerando que o estabelecimento de um mecanismo de cooperação servirá para o comércio entre ambos os países e para assegurar que o

mesmo obedecerá às normas internacionalmente reconhecidas,

Acordam no seguinte:

artigo 1

Com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento do comércio de sêmen bovino do Brasil para o México, o Governo brasileiro compromete-se a:

- a) selecionar, junto com técnicos que para tal fim forem designados pelas autoridades mexicanas competentes, as centrais brasileiras de inseminação artificial que serão especialmente credenciadas para exportar sêmen para o México;
- b) realizar os testes laboratoriais para assegurar a qualidade sanitária e tecnológica do material espermático;
- c) auxiliar os técnicos mexicanos na seleção zootécnica dos touros doadores;
- d) propiciar aos técnicos mexicanos o apoio necessário ao acompanhamento das operações de exportação em todas as suas fases.

artigo II

O Governo mexicano compromete-se a enviar médicos-veterinários ao Brasil para elaborar, com técnicos, a programação necessária à exportação de sêmen, bem como para acompanhar todas as fases das operações de exportação.

artigo III

O presente Acordo entrará em vigor na data da sua assinatura e sua vigência será de cinco anos, prorrogáveis por iguais períodos, salvo se uma das Partes comunicar à outra, com antecedência mínima de seis meses, sua decisão em contrário.

Assinado na cidade do México, aos 18 dias do mês de janeiro de 1978, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente válidos.

ACORDO DE COOPERAÇÃO INDUSTRIAL

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Estados Unidos Mexicanos,

Desejosos de ampliar a cooperação existente entre ambos os Países nos mais diversos campos, como expressão da tradicional amizade que os une; Conscientes de que tal cooperação se reveste de grande importância para o desenvolvimento de suas respectivas economias, pelas possibilidades de complementação que se oferecem;

Convencidos de que, ampliando essa complementação no campo industrial e dos serviços, estarão contribuindo para mais rápida transformação es-

trutural das suas economias, com vistas a acelerar os respectivos processos de desenvolvimento econômico e social;

Tendo Presente que a cooperação industrial foi meta do Acordo que estabeleceu um Grupo Misto de Cooperação Industrial, concluído em 9 de abril de 1962, e que um dos principais objetivos da criação da Comissão Mista Brasil-México, criada por troca de Notas de 22 de agosto de 1969, é o de acelerar a complementação econômica entre os dois Países;

Côncios de que, para dar plenos frutos, essa cooperação deve ser encarada no sentido amplo, abrangendo, entre outros, os aspectos econômico-financeiros, de cooperação técnica, e de pesquisa científica e tecnológica;

Concordam no que se segue:

artigo I

1. As Partes Contratantes comprometem-se a promover investimentos conjuntos no setor industrial, com a finalidade de produzir, em um ou outro País, bens de consumo durável, de equipamento e intermediários, destinados aos mercados respectivos e aos de terceiros países.

2. O capital de tais empresas será constituído por fundos públicos ou privados de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas que sejam nacionais dos respectivos Países.

3. As Partes Contratantes se empenharão em chegar, oportunamente, a acordos com vistas a harmonizar os regimes fiscais aplicáveis aos rendimentos decorrentes da implementação do presente Acordo.

artigo II

Em apoio aos objetivos estabelecidos no artigo I, as Partes Contratantes comprometem-se a estabelecer programas de cooperação científica e técnica, com vistas à troca de experiências específicas e à formação de pessoal, em todos os níveis, destinado aos setores cobertos pelas empresas binacionais que se formarem nos termos deste Acordo.

artigo III

Do mesmo modo, as Partes Contratantes comprometem-se a estabelecer programas que permitam o fornecimento da tecnologia de que necessitem as companhias binacionais que se formarem nos termos do presente Acordo.

artigo IV

Sem caráter exclusivo, as Partes Contratantes orientarão seus esforços especialmente aos campos da indústria siderúrgica, dos metais não-ferrosos, dos bens de capital, da construção naval e de máquinas e equipamentos destinados à agricultura e ao processamento de produtos agrícolas.

artigo V

1. O presente Acordo terá validade por cinco anos, prorrogáveis automaticamente por iguais períodos, salvo se uma das Partes comunicar à outra, por escrito, com antecedência mínima de seis meses, sua decisão em contrário.

2. Cada uma das Partes Contratantes notificará a outra da conclusão das formalidades exigidas por sua legislação para a vigência do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da última dessas notificações.

3. Em caso de término do presente Acordo, os programas e projetos em execução não serão afetados, salvo quando as Partes convierem diversamente.

Assinado no México, D.F., aos 18 dias do mês de janeiro de 1978, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente válidos.

CONVÊNIO COMPLEMENTAR CONSIDER-CCIS

O Conselho de Não-Ferrosos e de Siderurgia, do Brasil, e a Comisión Coordinadora de la Industria Siderúrgica, do México,

Constatando a importância da colaboração entre o Brasil e o México no campo da metalurgia;

Referindo-se ao Acordo, celebrado por troca de notas de 22 de agosto de 1969, pelo qual se criou a Comissão Mista Brasil-México;

Desejosos de intensificar essa cooperação e de organizar melhor o intercâmbio entre os dois Países nesse campo; e

Tendo Presente a recomendação contida na Ata Final da IV Reunião da Comissão Mista, no sentido de que os Governos brasileiro e mexicano examinem as possibilidades de estabelecer um convênio entre os respectivos órgãos de planejamento siderúrgico;

Celebram o presente Convênio de Cooperação, pelo qual ambas as Partes concordam em criar um grupo técnico de investigação e estudo, com o pessoal das duas entidades, para desenvolver o seguinte programa de ação:

I. Troca de informações técnicas e mercadológicas:

O Consider e a CCIS trocarão regularmente informações de caráter técnico e mercadológico, com vistas a:

1. Consecução por parte de ambas as entidades, a cada 3 (três) meses, de dados atualizados sobre

o mercado, os excedentes exportáveis e as necessidades de importação de produtos siderúrgicos, no Brasil e no México, com vistas ao intercâmbio comercial entre os dois Países.

2. Análise de problemas siderúrgicos, notadamente quanto a produtos e bens de capital.

3. Estudo de possibilidades de investimentos conjuntos ("Joint ventures") entre empresas brasileiras e mexicanas nos setores de siderurgia e de bens de capital.

4. Identificação de projetos específicos nas áreas ou setores mencionados.

5. Integração de subgrupos de especialistas, para avaliar os projetos específicos, a fim de precisar a sua viabilidade.

6. Utilização da siderurgia como fator de desenvolvimento da indústria de bens de capital.

7. Determinação de meios para expandir a siderurgia nos países em desenvolvimento.

8. Determinação de outras áreas e setores não mencionados, inclusive tecnológicos, nos quais poderiam identificar-se projetos de ação conjunta ou complementar de ambas as entidades.

II. Capacitação de pessoal

O Consider e a CCIS estudarão meios de desenvolvimento conjunto de programas de capacitação de pessoal, visando à utilização de conhecimento e ao aprimoramento profissional a todos os níveis gerenciais, bem como acordam em intercambiar programas de simpósios, seminários, conferências e outros eventos no campo da metalurgia.

Para o melhor cumprimento do previsto nos itens acima, o Consider e a CCIS efetuarão anualmente uma reunião, alternadamente, no Brasil e no México.

As conclusões parciais ou finais do programa de investigação e estudo serão dadas a conhecer, pelo grupo técnico, simultaneamente, a ambas as entidades. Estas, de comum acordo, apresentarão propostas concretas de ação às autoridades de seus respectivos Governos.

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e poderá ser denunciado por qualquer das Partes, através de comunicação, por escrito, à outra Parte. Em caso de denúncia, os projetos e programas em execução não serão afetados, salvo quando as Partes o decidirem.

Feito em dois exemplares, nas línguas portuguesa e espanhola, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Assinado na Cidade do México, em 18 de janeiro de 1978.*

* Na seção **Excertos e Ênfases**, página 187, trechos dos discursos de Geisel e Portillo, na solenidade de entrega da Cruzeiro do Sul ao Presidente mexicano; na seção **Mensagens**, página 191, o texto das mensagens do Presidente Geisel escritas no Livro de Visitantes da Zona Arqueológica de Teotihuacán e no Livro de Honra do Monumento à Independência do México.

os acordos firmados entre brasil e urugai

Acordo de Previdência Social entre o Brasil e o Uruguai, assinado em Montevideu, em 27 de janeiro de 1978, pelos Ministros brasileiro e uruguaio das Relações Exteriores, Antônio F. Azeredo da Silveira e Alejandro Rovira; Notas trocadas pelos dois Chanceleres sobre ajuste relativo a Sanidade Animal — complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica Brasil-Uruguai; Nota do Chanceler Azeredo da Silveira ao Ministro das Relações Exteriores do Uruguai propondo um Acordo entre os dois países sobre operação de radioamadores; Ata da troca dos Instrumentos de Ratificação do Trabalho da Bacia da Lagoa Mirim e do Protocolo do rio Jaguarão (celebrados em Brasília, em 7 de julho de 1977, e publicados por esta Revista, em seu número 14, página 127); e o Convênio de Participação Recíproca nos Contratos de Resseguro Internacional, assinado no mesmo dia pelo presidente do Instituto de Resseguros do Brasil, José Lopes de Oliveira, e pelo Vice-Presidente (no exercício da presidência) do Banco de Seguros del Estado, Coronel Tabaré Gregorio Alvarez.

ACORDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

O Governo da República Oriental do Uruguai e o Governo da República Federativa do Brasil,

Imbuídos do desejo de estabelecer normas que regulem as relações entre os dois Estados em matéria de previdência social, e

Tendo presente o artigo XXII do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio firmado pelos dois Governos a 12 de junho de 1975,

Resolvem celebrar um Acordo de Previdência Social nos seguintes termos:

capítulo I

disposições gerais

artigo 1.º

O presente Acordo será aplicado, nos Países Contratantes, à legislação de previdência social referente às prestações existentes em um e outro, na forma, condições e extensão aqui estabelecidas.

artigo 2.º

O presente Acordo será executado pelas entidades de previdência social dos Países Contratantes, conforme se dispuser nos Ajustes Administrativos que deverá complementá-lo.

artigo 3.º

1 — O presente Acordo se aplicará, igualmente, aos trabalhadores uruguaios no Brasil e aos trabalhadores brasileiros no Uruguai, os quais terão os mesmos direitos e as mesmas obrigações dos nacionais do Estado Contratante em cujo território residam.

2 — O presente Acordo se aplicará, também, aos trabalhadores de qualquer outra nacionalidade que prestem ou tenham prestado serviços no Brasil ou no Uruguai, quando residam em um dos Estados Contratantes.

artigo 4.º

1 — O princípio estabelecido no artigo 3.º terá as seguintes exceções:

a) o trabalhador de uma empresa com sede em um dos Estados Contratantes que for enviado ao território do outro por um período limitado continuará sujeito à legislação do Estado de origem, pelo prazo máximo de doze meses. Essa situação poderá ser mantida, excepcionalmente, por prazo maior, mediante prévio e expresse consentimento da Autoridade Competente do outro Estado;

b) o pessoal de voo das empresas de transporte aéreo e o pessoal de trânsito das empresas de transporte terrestre continuarão exclusivamente sujeitos à legislação do Estado em cujo território a empresa respectiva tenha sede;

c) os membros da tripulação de navio sob bandeira de um dos Estados Contratantes estarão sujeitos à legislação do mesmo Estado. Qualquer outra pessoa que o navio empregar em tarefas de carga e descarga, conserto e vigilância, quando no porto, estará sujeita à legislação do Estado sob cuja jurisdição se encontre o navio;

d) os membros das representações diplomáticas e consulares, organismos internacionais, e demais funcionários e empregados dessas representações, bem como os seus empregados domésticos, serão regidos, no tocante à previdência social, pela legislação, tratados e convenções que lhes sejam aplicáveis.

artigo 5.º

1 — O direito já adquirido às prestações pecuniárias a que se aplica o presente Acordo será conservado integralmente perante a Entidade Gestora do Estado de origem, nos termos da sua própria legislação, quando o trabalhador se transferir em caráter definitivo ou temporário para o território do outro Estado Contratante.

2 — Os direitos em fase de aquisição serão regidos pela legislação do Estado Contratante perante o qual se façam valer.

3 — O trabalhador que em razão de transferência de um Estado Contratante para o outro tiver tido suspensas as prestações a que se aplica o presen-

te Acordo poderá, a pedido, voltar a percebê-las, sem prejuízos das normas vigentes nos Estados Contratantes sobre caducidade e prescrição dos direitos relativos à previdência social.

capítulo II

disposições particulares

artigo 6.º

1 — A assistência médica, farmacêutica e odontológica será prestada a toda pessoa abrangida pela previdência social de um dos Estados Contratantes em seu deslocamento para o território do outro Estado, temporária ou definitivamente, desde que a entidade competente do Estado de origem reconheça o direito e autorize a prestação.

2 — A extensão e a forma da assistência prevista no parágrafo 1 serão determinadas consoante a legislação previdenciária do Estado Contratante onde essa assistência for prestada. A sua duração será estabelecida pela legislação do Estado de origem.

3 — As despesas referentes à assistência prestada correrão por conta do Estado de origem. Os Estados Contratantes fixarão, de comum acordo, o valor que será considerado para o reembolso e estabelecerão a forma deste.

artigo 7.º

1 — Os períodos de serviço cumpridos em ambos os Estados Contratantes poderão, desde que não se superponham, ser totalizados para concessão das prestações.

2 — O cômputo desses períodos se regerá pela legislação do país onde tenham sido prestados os serviços respectivos.

artigo 8.º

1 — Cada Entidade Gestora determinará, de acordo com a sua própria legislação e com base no total dos períodos cumpridos em ambos os Estados Contratantes, se o interessado reúne as condições necessárias para a concessão de prestação.

2 — Em caso afirmativo, determinará o valor da prestação como se todos os períodos tivessem sido cumpridos sob a sua própria legislação e calculará a parcela a seu cargo, na proporção dos períodos cumpridos exclusivamente sob essa legislação.

artigo 9.º

Quando o trabalhador, mediante a totalização, não satisfizer, simultaneamente, as condições exigidas nas legislações dos dois Estados Contratantes, o seu direito será determinado nos termos de cada legislação, à medida em que se vão cumprindo essas condições.

artigo 10

O interessado poderá optar pelo reconhecimento dos seus direitos nos termos do artigo 7.º ou, separadamente, de acordo com a legislação de um dos Estados Contratantes, independentemente dos períodos cumpridos no outro.

artigo 11

1 — Os períodos de serviço cumpridos antes do início da vigência do presente Acordo somente serão considerados quando os interessados tenham períodos de serviço a partir dessa data.

2 — O disposto neste artigo não prejudica a aplicação das normas sobre prescrição ou caducidade vigentes em cada Estado Contratante.

artigo 12

1 — O trabalhador que tenha completado no Estado de origem o período de carência necessário à concessão de auxílio-doença e auxílio-natalidade, terá assegurado, no caso de não se encontrar filiado à legislação do Estado de acolhimento, o direito a esses auxílios, nas condições estabelecidas pela legislação do Estado de origem e a cargo deste.

2 — Quando o trabalhador já estiver vinculado à previdência social do Estado de acolhimento, esse direito será reconhecido se o período de carência for coberto pela soma dos períodos de serviço. Neste caso as prestações serão devidas pelo Estado de acolhimento e segundo sua legislação.

3 — Em nenhum caso se reconhecerá direito ao recebimento de auxílio-natalidade nos dois Estados Contratantes em decorrência do mesmo evento.

capítulo III

disposições finais

artigo 13

1 — As Entidades Gestoras dos Estados Contratantes pagarão as prestações pecuniárias em moeda do seu próprio país.

2 — As transferências de numerário para o pagamento de prestações se efetuarão conforme for assentado entre os Estados Contratantes.

artigo 14

Os exames médicos solicitados pela Entidade Gestora de um Estado Contratante, relativamente a segurados que se encontrem no território do Estado, serão levados a efeito pela Entidade Gestora deste último, por conta daquela.

artigo 15

1 — As prestações pecuniárias concedidas de acordo com o regime de um ou de ambos os Estados Contratantes não serão objeto de redução, sus-

a) criação de uma Subcomissão Mista Agro-Pecuária Uruguaio-Brasileira de Sanidade Animal, em caráter permanente, para assessoramento aos respectivos Governos;

b) promoção de acordos de cooperação mútua, englobando: pessoal, equipamentos, vacinas, produtos zooterápicos e outros elementos indispensáveis ao controle da situação sanitária, sempre de comum acordo entre as partes integrantes da subcomissão Mista;

c) autorização para o trânsito de veículos e funcionários na área fronteiriça, sempre que necessário para o cumprimento dos objetivos deste Ajuste;

d) estabelecimento e manutenção de uma coordenação estreita e permanente das medidas destinadas ao controle do trânsito de animais e produtos derivados, na fronteira de ambos os países, de conformidade com a legislação vigente nos mesmos;

e) cooperação paralela no ajuste e revisão das normas sanitárias de cada país, sempre que for necessário para a melhor realização dos objetivos deste Ajuste;

f) reconhecimento dos certificados oficiais de controle de vacinas, de ambos os países, desde que as amostras de produção de vírus sejam suficientes para dar cobertura imunológica aos vírus incidentes na região, com o compromisso de ambos os Governos de certificar e autorizar, eventualmente, a exportação de vacinas para atender as necessidades que porventura venham a surgir;

g) sincronização das datas de vacinação antiaftosa ou de qualquer outra atividade que seja julgada conveniente, nas áreas abrangidas pelo Ajuste.

3) O Governo da República Oriental do Uruguai e o Governo da República Federativa do Brasil concordam em denominar a Subcomissão referida no item 2(a), Subcomissão Mista Agro-Pecuária Uruguaio-Brasileira, que terá a seguinte composição:

a) Diretor-Geral dos Serviços Veterinários do Ministério da Agricultura e Pesca do Uruguai; Diretor do Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura do Brasil; Diretor de Sanidade Animal do Ministério da Agricultura e Pesca do Uruguai; Coordenador-Geral do Plano Nacional de Luta contra a Febre Aftosa do Ministério da Agricultura do Brasil; Diretor de Luta contra a Febre Aftosa do Ministério da Agricultura e Pesca do Uruguai; Diretor da Divisão de Defesa Sanitária Animal do Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura do Brasil.

4) Fica estabelecido que a Subcomissão Mista reunir-se-á, de preferência, na região fronteiriça, ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente tantas vezes quantas forem necessárias.

5) A fim de alcançar os objetivos do presente Ajuste, corresponderá à mencionada Subcomissão Mista a formulação de um Plano de Ação a ser criado por Grupos de Trabalho especialmente constituídos para elaborá-lo.

6) O presente Ajuste terá a duração do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica e entrará em vigor por troca de Notas entre os dois Governos.

7) Cada uma das Partes Contratantes poderá denunciar o presente Ajuste quando assim o desejar, porém os seus efeitos só terminarão transcorridos seis meses de sua denúncia.

Caso o Governo da República Federativa do Brasil concorde com as propostas contidas nos itens 1 a 7, a presente Nota e a de resposta de Vossa Excelência, em que se expresse a concordância de seu Governo, constituirão um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data da Nota de resposta de Vossa Excelência."

2. Em resposta, informo Vossa Excelência de que o Governo brasileiro concorda com os termos da Nota acima transcrita, a qual, juntamente com a presente, passa a constituir um Ajuste entre nossos dois Governos, a entrar em vigor na data de hoje.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta estima e consideração.

Antônio F. Azeredo da Silveira

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

ACORDO DE RADIOAMADORES

A Sua Excelência o Senhor Alejandro Rovira,

Ministro das Relações Exteriores.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de referir-me às conversações entre representantes do Governo uruguaio e do Governo brasileiro relativas à possibilidade de se concluir um Acordo entre os dois Governos, concernente à autorização recíproca para que os radioamadores licenciados num dos países possam operar suas estações no outro país, de acordo com o previsto no Artigo 41 do Regulamento de Radiocomunicações, anexo à Convenção Internacional de Telecomunicações, sob as condições seguintes:

I — Toda pessoa tendo a nacionalidade de uma das Partes Contratantes pode ser autorizada a efetuar emissão de radiofrequência por intermédio de uma estação de radioamador no território da outra Parte com a condição de que ela seja titular de uma licença emitida pelas suas autoridades nacionais para a utilização de uma estação de radioamador.

II — A solicitação de autorização deve ser endereçada às autoridades competentes da Parte Contratante no território da qual a estação será utilizada.

III — As autoridades administrativas competentes de cada Parte Contratante podem emitir a autori-

pensão, ou extinção exclusivamente pelo fato de o beneficiário residir no outro Estado Contratante.

artigo 16

1 — Os documentos que tenham de ser produzidos para os fins do presente Acordo independerão de tradução oficial, visto e legalização pelas autoridades diplomáticas e consulares e de registro público, desde que tenham tramitado por qualquer órgão de Ligação nele previsto.

2 — A correspondência entre as Autoridades Competentes, órgãos de Ligação e Entidades Gestoras dos Estados Contratantes será redigida no respectivo idioma oficial.

artigo 17

Os requerimentos, recursos e outros documentos produzirão efeito ainda que, devendo ser apreciados em um dos Estados Contratantes, sejam apresentados no outro, dentro dos prazos estabelecidos pela legislação do primeiro.

artigo 18

As autoridades consulares dos Estados Contratantes poderão representar, sem mandato especial, os nacionais do seu próprio Estado perante as Autoridades Competentes e As Entidades Gestoras em matéria de previdência social do outro Estado.

artigo 19

1 — Para aplicação do presente Acordo, a Autoridade Competente de cada Estado Contratante poderá instituir órgãos de Ligação, mediante comunicação à Autoridade Competente do outro Estado Contratante.

2 — Para os fins do presente Acordo entende-se por Autoridades Competentes o Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social do Brasil e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social do Uruguai.

artigo 20

1 — Cada um dos Estados Contratantes notificará o outro da conclusão das formalidades estabelecidas pelas respectivas disposições constitucionais pertinentes.

2 — O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da troca dos instrumentos de ratificação.

artigo 21

1 — o presente Acordo terá duração indefinida, salvo denúncia escrita por qualquer dos Estados Contratantes, que somente surtirá efeito seis meses após a data da notificação.

2 — As situações decorrentes de direitos em fase de aquisição no momento da expiração do presente Acordo serão reguladas de comum acordo pelos Estados Contratantes.

artigo 22

A aplicação do presente Acordo será regulada por ajustes administrativos, cuja elaboração poderá ser atribuída pelas Autoridades Competentes a uma Comissão Mista, integrada por delegações dos Estados Contratantes.

Feito na cidade de Montevideu aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito em quatro exemplares originais, dois em português, dois em espanhol, cujos textos fazem igualmente fé.

AJUSTE SOBRE SANIDADE ANIMAL

A Sua Excelência o Senhor Alejandro Rovira,

Ministro das Relações Exteriores.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar o recebimento da nota de Vossa Excelência, datada de hoje, cujo teor em português, é o seguinte:

"Senhor Ministro,

Tenho a honra de propor a Vossa Excelência, em nome do Governo da República Oriental do Uruguai, tendo em vista o Convênio Interamericano de Saúde Animal, firmado no Rio de Janeiro em 18 de julho de 1967, e a Declaração Presidencial, assinada no Chuí em 11 de maio de 1970, o seguinte Ajuste, relativo a sanidade animal, complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica Brasil—Uruguai, celebrado em Rivera a 12 de junho de 1975:

1) O Governo da República Oriental do Uruguai e o Governo da República Federativa do Brasil estabelecerão ação coordenada de sanidade animal entre os dois países, dando prioridade à luta contra a febre aftosa e propondo-se a adotar todas as medidas que julgarem necessárias para um melhor controle das doenças animais, com base nos seguintes princípios:

- a) coordenação das medidas de ação para combater as doenças animais na região fronteira;
- b) intercâmbio de colaboração técnica nos aspectos relacionados ao controle de vacina e produtos zooterápicos, diagnósticos, pesquisas e outros aspectos que forem de interesse;
- c) intercâmbio e treinamento de técnicos;
- d) intercâmbio permanente de informações epizootológicas da região fronteira, bem como outras informações de interesse para o controle das doenças animais.

2) Visando a implementar o presente Ajuste, o Governo da República Oriental do Uruguai e o Governo da República Federativa do Brasil comprometem-se a adotar, ainda, as seguintes medidas e precauções:

zação em questão sob reserva do direito, a todo momento e por qualquer causa que haja, de rejeitar uma solicitação, de suspender ou revogar toda a autorização, de realizar modificações nas condições de emissão da referida autorização, sem que estejam obrigadas a fazer conhecer o motivo de sua decisão.

IV — O radioamador que tenha obtido uma licença para operar sua estação no território da outra Parte, de acordo com o item I, está obrigado a obedecer os preceitos referentes ao serviço, previsto na legislação interna deste país.

Caso o Governo uruguaio concorde com as disposições acima, proponho que a presente Nota e a de resposta de Vossa Excelência, de igual teor, constituam um Acordo entre os dois Governos, a entrar em vigor na data de resposta e podendo ser suspenso, por qualquer dos dois Governos, mediante aviso escrito com antecedência de 6 (seis) meses.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta estima e consideração.

Antônio F. Azeredo da Silveira

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

ATA DA TROCA DOS INSTRUMENTOS DE RATIFICAÇÃO DE TRATADO E PROTOCOLO

Na Casa de Governo, reunidos o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai, Doutor Aparício Méndez, e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, Sua Excelência o Senhor Ministro das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai, Alejandro Rovira, e Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira, devidamente autorizados pelos respectivos Governos, procedem à troca dos Instrumentos de Ratificação do Tratado de Cooperação para o Aproveitamento dos Recursos Naturais e Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (Tratado da Bacia da Lagoa Mirim) e do Protocolo para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Trecho Limítrofe do Rio Jaguarão, anexo ao Tratado da Bacia da Lagoa Mirim (Protocolo do Rio Jaguarão), celebrado entre o Governo da República Oriental do Uruguai e o Governo da República Federativa do Brasil, na cidade de Brasília, no dia sete de julho de mil novecentos e setenta e sete.

Depois de haver examinado os originais desses documentos, encontrados em boa e devida forma, efetuaram a troca de seus respectivos Instrumentos de Ratificação.

* Na página 191 seção **Mensagens**, o texto do telegrama enviado pelo Presidente Geisel ao Presidente Aparício Méndez, após sua visita ao Uruguai.

Em fé do que os Plenipotenciários acima mencionados assinam a presente Ata elaborada em dois exemplares de um mesmo teor, nos idiomas espanhol e português, ambos igualmente válidos, em Montevideu, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano mil novecentos e setenta e oito.

Alejandro Rovira

Pelo Governo da República Oriental do Uruguai

Antônio F. Azeredo da Silveira

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

CONVÊNIO DE RESSEGUROS

Na Cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai, aos vinte e sete dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e oito, o Banco de Seguros del Estado, de uma parte, representado por seu Vice-Presidente — no exercício da Presidência — Coronel (R) Tabaré Gregorio Alvarez, e o Instituto de Resseguros do Brasil (I.R.B.), de outra parte, representado por seu Presidente José Lopes de Oliveira, resolvem celebrar, de comum acordo, o seguinte convênio:

1.º) As duas Partes se oferecem participação recíproca prioritária nos contratos automáticos de resseguro internacional, particularmente nos que associem ao maior volume de prêmios a melhor qualidade técnica dos riscos.

2.º) Os prêmios relativos à participação do I.R.B. nos resseguros internacionais do Banco de Seguros serão integralmente mantidos, por prazo indeterminado, em depósito na Agência do Banco do Brasil S.A. em Montevideu, para cobertura dos saldos financeiros, contratuais e para aplicação no mercado financeiro local.

3.º) Em seus contratos internacionais, o Instituto de Resseguros do Brasil e o Banco de Seguros estabelecerão entre si o aumento recíproco de um terço (1/3) à **profit commission** fixada pelos demais co-participantes.

4.º) Para aperfeiçoamento constante do intercâmbio aqui previsto, cada entidade designará, dentro de trinta (30) dias, um técnico encarregado do contacto permanente com a outra Parte, estabelecendo-se dessa forma um fluxo mútuo e contínuo de informações e procedimentos administrativos, em condições, ademais, de garantir eficiente execução das obrigações contratuais de ambas as entidades.

De conformidade e depois da leitura, os Senhores Representantes de ambas as Instituições o subcrevem no lugar e data antes indicados.*

troca de notas formaliza três acordos entre o Brasil e o Paraguai

Notas trocadas pelos Chanceleres Azeredo da Silveira e Alberto Nogués, no Palácio Itamaraty de Brasília, em 15 de fevereiro de 1978, sobre a instalação da Comissão Geral de Cooperação e Coordenação Brasileiro—Paraguai, sobre os entendimentos para que a Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) represente a Antelco (Administração Nacional de Telecomunicação) na Junta de Governadores da Intelsat, e sobre o traçado de limites da fronteira brasileiro—paraguai, entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra.

NOTA SOBRE A COMISSÃO GERAL

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Alberto Nogués,

Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai

Senhor Ministro,

De acordo com as conversações mantidas com Vossa Excelência, nesta Capital, é-me grato manifestar-lhe a disposição do Governo brasileiro de considerar instalada, a partir desta data, dentro do espírito e da letra do Artigo II do Tratado de Amizade e Cooperação, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 4 de dezembro de 1975, a Comissão Geral de Cooperação e Coordenação Brasileiro-Paraguai, que "terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar e acompanhar os assuntos de interesse comum e propor dos respectivos Governos as medidas que julgar pertinentes".

2. Por via diplomática, e no mais breve prazo, será estabelecido o número dos delegados de cada um dos Governos que integrarão as respectivas Seções Nacionais, após o que o Governo brasileiro designará os integrantes da sua Seção Nacional que, com os delegados a serem nomeados pelo Governo Paraguai, se reunirão a fim de redigirem, segundo o parágrafo 3.º do Artigo II do Tratado de Amizade e Cooperação acima referido, o Regulamento da Comissão Geral.

3. A Comissão Geral, ex vi do Parágrafo 4.º do mesmo Artigo II, examinará e proporá a ambos os Governos a forma pela qual as atuais Comissões Mistas e Grupos de Trabalho **ad hoc** poderão passar a constituir Subcomissões da mencionada Comissão Geral.

4. A presente Nota e a de idêntico teor e mesma data de Vossa Excelência constituem acordo entre nossos dois Governos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração

a) **Antônio F. Azeredo da Silveira**

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

NOTA SOBRE OS ENTENDIMENTOS EMBRATEL-ANTELCO

À Sua Excelência o Senhor Embaixador Alberto Nogués,

Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai

Senhor Ministro,

Tenho a honra de informar Vossa Excelência de que, em contatos mantidos entre a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) e a Administração Nacional de Telecomunicações (ANTELCO), a empresa brasileira propôs-se a representar a empresa paraguai, em caráter permanente, na Junta de Governadores da INTELSAT, em Washington.

2. Havendo a proposta da empresa brasileira sido aceita pela empresa paraguai, tenho a honra de propor-lhe que esta Nota e a resposta de Vossa Excelência constituam o ato de formalização entre o Governo brasileiro e o Governo Paraguai do referido entendimento, nas condições a serem por eles oportunamente estabelecidas.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) **Antônio F. Azeredo da Silveira**

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil

NOTA SOBRE O TRAÇADO DE LIMITES

A Sua Excelência o Senhor Embaixador Alberto Nogués

Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai

Senhor Ministro,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, reuniu-se em Assunção, em sua XXX Conferência, a Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil—Paraguai, com o objetivo de, **inter alia**, examinar, em nível técnico, o projeto de traçado da linha limítrofe e de adjudicação das ilhas do rio Paraguai, no trecho compreendido entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra.

2. Na oportunidade, tendo presentes os tratados e demais instrumentos sobre a matéria, vigentes entre o Brasil e o Paraguai, em especial o Tratado de Limites, complementar ao de 1872, firmado no Rio de Janeiro a 21 de maio de 1927, o Protocolo de Ins-

truções para a demarcação e caracterização da fronteira Brasil—Paraguai, firmado no Rio de Janeiro a 9 de maio de 1930, bem como, em data recente, o Protocolo Adicional ao Tratado de Limites de 21 de maio de 1927, firmado em Assunção a 4 de dezembro de 1975, a Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil—Paraguai, em ata da mencionada Conferência, realizada de 11 a 17 de outubro de 1977, resolveu aprovar o projeto de traçado da linha limítrofe e de adjudicação das ilhas do rio Paraguai no trecho compreendido entre a foz do rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra, elaborado no curso da reunião técnica da Comissão mista Brasil—Paraguai, realizada na cidade do Rio de Janeiro a 26 de março de 1977, bem como considerar como anexos à Ata da XXX Conferência o referido projeto de traçado da linha limítrofe e de adjudicação das ilhas do rio Paraguai e a ata da reunião técnica acima citada.

3. Em vista do que precede, tenho a honra de manifestar a Vossa Excelência a concordância do Governo brasileiro em tomar, juntamente com o Governo paraguaio, através da Comissão Mista de Limites e de Caracterização da Fronteira Brasil—Paraguai e dentro do mais breve prazo possível, as providências necessárias à demarcação das ilhas cujas soberanias ficaram definitivamente adjudicadas a um e a outro país.

4. A presente Nota e a de Vossa Excelência, da mesma data e idêntico teor, constituem acordo entre nossos dois Governos sobre a matéria.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha mais alta consideração.

a) **Antônio F. Azeredo da Silveira**

Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil*

acordo autoriza a ypfb a operar no território brasileiro

Acordo entre os Governos do Brasil e da Bolívia, pelo qual a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) é autorizada a funcionar em território brasileiro, assinado no Palácio Itamaraty de Brasília, em 16 de fevereiro de 1978, pelo Chanceler Azeredo da Silveira e pelo Embaixador boliviano, Ambrosio Garcia Rivera.

A República Federativa do Brasil

e

A República da Bolívia

Considerando que, pelo Decreto n.º 75.567, de 7 de abril de 1975, o Presidente da República Federativa

do Brasil concedeu à **Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos**, pessoa jurídica de direito público boliviano, criada por lei para a exploração de atividade econômica, autorização para funcionar no território brasileiro;

Desejosos de fortalecer e aprofundar as relações amistosas que mantêm no campo econômico e comercial e

Cientes de que a manutenção destas relações constitui a base do presente Acordo,

Convieram no seguinte:

artigo 1.º

Fica **Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos**, pessoa jurídica de direito público boliviano criada por lei para a exploração da atividade econômica e dirigida pelo Governo da República da Bolívia, isenta da proibição constante do parágrafo 2.º do artigo 11 da Lei brasileira n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942 — Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro.

artigo 2.º

Pelo período de 6 (seis) meses a contar da data da entrada em vigor deste Acordo **Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos** gozará de isenção de imposto brasileiro de importação na introdução no Brasil de até 3 (três) automóveis de fabricação estrangeira, bem como de bens destinados à instalação de um escritório na cidade do Rio de Janeiro.

artigo 3.º

Cada servidor do escritório de que trata o artigo 2.º que não seja brasileiro nem resida permanentemente no Brasil gozará, pelo prazo de 6 (seis) meses a contar da data da sua chegada ao Brasil, da isenção do imposto de importação na introdução no país de seus móveis e objetos, inclusive 1 (um) automóvel de fabricação estrangeira.

artigo 4.º

As isenções previstas nos artigos 2.º e 3.º deste Acordo, para a importação de automóveis, poderão ser substituídas pelo direito de aquisição, em idênticas condições, de veículos de produção brasileira, com isenção do imposto sobre produtos industrializados, desde que o referido automóvel seja adquirido de estabelecimento contribuinte deste imposto, assegurado o direito à utilização dos créditos de matérias-primas e produtos intermediários utilizados na produção dos veículos.

artigo 5.º

Até a data a que se refere o artigo 3.º deste Acordo, **Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos** poderá adquirir, com isenção do imposto brasileiro sobre produtos industrializados, produtos destinados à

* Na página 191, seção **Mensagens**, o texto da mensagem do Chanceler Alberto Nogués a Azeredo da Silveira.

instalação do Escritório de que trata o artigo 2.º deste Acordo, desde que os referidos produtos sejam de fabricação brasileira e adquiridos de estabelecimento contribuinte deste imposto, assegurado o direito à utilização dos créditos de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem utilizados na produção e comercialização dos produtos adquiridos.

artigo 6.º

A República da Bolívia, em reciprocidade, concederá autorização para a instalação e funcionamento em seu território, de um escritório de uma pessoa jurídica brasileira, criada por lei para exploração de uma atividade econômica de natureza similar à do escritório instalado pela **Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos** em território brasileiro. Essa pessoa jurídica será designada pelo Governo brasileiro.

artigo 7.º

A República da Bolívia concederá à pessoa jurídica de que trata o artigo 6.º deste Acordo, isenção tributária análoga à concedida nos artigos 2.º, 4.º e 5.º deste Acordo e, aos servidores do escritório da dita pessoa jurídica na Bolívia, isenção tributária análoga à concedida nos artigos 3.º e 4.º deste Acordo.

artigo 8.º

Este Acordo entrará em vigor na data em que a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia trocarem notas informando-se mutuamente de que foram cumpridos os requisitos constitucionais necessários para a sua entrada em vigor.

artigo 9.º

Qualquer das Partes Contratantes pode denunciar este Acordo depois de decorrido um período de 3 (três) anos a contar da data de sua entrada em vigor, mediante notificação de denúncia à outra Parte Contratante, por via diplomática, a qual produzirá efeito 6 meses após a data da referida notificação.

Feito em Brasília aos 16 de fevereiro de 1978, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

o acordo comercial entre o brasil e a austrália

**Acordo Comercial entre os Governos
do Brasil e da Austrália,
assinado em Camberra,
em 22 de fevereiro de 1978, pelo
Secretário-Geral do Ministério das
Relações Exteriores,
Ramiro Saraiva Guerreiro, e pelo
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro de
Comércio e Recursos Nacionais
daquele país, Douglas Anthony.**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Austrália,

Convencidos da importância do fortalecimento, expansão e diversificação das relações comerciais, econômicas e de intercâmbio entre os dois países, em bases eqüitativas e mutuamente vantajosas e dentro de uma perspectiva de longo prazo,

Reconhecendo que a configuração de recursos naturais e o desenvolvimento econômico, industrial e demográfico dos dois países podem abrir vias promissoras de cooperação,

Reconhecendo ainda os benefícios mútuos resultantes da cooperação econômica, comercial e industrial entre empresas e organizações relevantes dos dois países,

Tendo presentes os respectivos direitos e obrigações internacionais como partes contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, a participação de um ou ambos os países em outros acordos multilaterais relativos a comércio, e sua condição de membro do Fundo Monetário Internacional,

Acordaram no seguinte:

artigo I

Os dois Governos tomarão todas as medidas apropriadas para facilitar, fortalecer e diversificar o comércio entre seus países, no que se refere às exportações correntes e potenciais de bens e serviços, com vistas a atingir uma contínua e mutuamente vantajosa expansão desse comércio.

artigo II

O comércio entre os dois países será realizado em consonância com os direitos e as obrigações mutuamente aplicáveis, adquiridos e assumidos pelos dois países, como partes contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

artigo III

Para promover a consecução dos objetivos do artigo I do presente Acordo, os dois Governos:

a) encorajarão e facilitarão a negociação de contatos em bases comerciais entre as empresas e organizações relevantes dos dois países;

b) declaram apoiar, em princípio, ajustes de longo prazo mutuamente vantajosos, em bases comerciais, relativos ao suprimento e aquisição de mercadorias e encorajarão as empresas e organizações relevantes a explorar as oportunidades para tais ajustes e, quando apropriado, concluir tais ajustes.

artigo IV

Os dois Governos, na forma apropriada, encorajarão e facilitarão o desenvolvimento da cooperação

económica, comercial e industrial, incluindo investimentos em empreendimentos conjuntos, entre empresas e organizações relevantes dos respectivos países. A decisão de participar em projetos específicos de cooperação e os ajustes contratuais para sua implementação serão da responsabilidade das empresas e organizações participantes.

artigo V

A fim de promover a consecução dos objetivos do presente Acordo, os dois Governos, na forma apropriada:

- a) encorajarão e facilitarão o intercâmbio de representantes, grupos e delegações comerciais, industriais e técnicas entre os dois países;
- b) cooperarão no tocante a estudos e pesquisas relacionados com o intercâmbio mencionado no subparágrafo (a) deste Artigo; e
- c) trocarão informações relevantes sobre produtos de interesse para as economias dos dois países, incluindo pormenores sobre estimativas e metas de produção e sobre consumo, demanda e estoques.

artigo VI

Cada Governo, na forma apropriada, encorajará e facilitará no seu país a realização, pelas empresas e organizações do outro país, de feiras e exposições comerciais e outras atividades promocionais nos campos do comércio e da tecnologia, e a participação de tais entidades nesses eventos. Cada Governo isentará do pagamento de impostos de importação e taxas, e permitirá que sejam reexportados, os artigos destinados a exibição em feiras e exposições, assim como as amostras de mercadorias para fins promocionais, importados temporariamente do país do outro Governo. Tais artigos e amostras serão reexportados do país pelo qual foram importados e não serão alienados neste país, a menos que para tanto tenha sido obtida autorização prévia das autoridades competentes deste país e efetuado o pagamento dos impostos de importação e taxas cabíveis.

artigo VII

Cada Governo empreenderá os melhores esforços para assegurar que, em seu território, consultores profissionais e empreiteiros de construção do outro país tenham oportunidade de desenvolver suas atividades, e para conceder a tais atividades tratamento não menos favorável do que aquele concedido a firmas ou indivíduos de qualquer terceiro país.

artigo VIII

Todos os pagamentos decorrentes do comércio e outras transações entre os dois países serão efetuados em moedas conversíveis mutuamente aceitáveis, em consonância com a legislação cambial em vigor nos dois países.

artigo IX

A fim de promover a consecução dos objetivos do presente Acordo, fica constituída uma Comissão Mista, composta de representantes designados pelos respectivos Governos. A Comissão se reunirá uma vez por ano, salvo entendimento em contrário, alternadamente no Brasil e na Austrália. No âmbito do presente Acordo, entre outras atribuições, a Comissão:

- a) passará em revista e manterá sob consideração a implementação das disposições do presente Acordo;
- b) examinará o desenvolvimento do comércio bilateral e apresentará propostas que objetivem maximizar as trocas mutuamente vantajosas de bens e serviços entre empresas comerciais e organizações dos dois países;
- c) estudará propostas, feitas por qualquer dos dois Governos, que objetivem a contínua expansão e diversificação do comércio bilateral de forma harmoniosa, com a devida atenção aos objetivos comerciais de longo prazo de cada país, e, na forma apropriada, aconselhará quanto à implementação de tais propostas;
- d) identificará, e trará à atenção dos dois Governos, áreas de cooperação económica, comercial e industrial que poderiam ser exploradas pelas empresas e organizações relevantes dos dois países, particularmente as áreas que ofereçam perspectivas para o desenvolvimento de relações comerciais mutuamente vantajosas;
- e) examinará e desenvolverá propostas para a solução de problemas que possam surgir na execução do presente Acordo ou na evolução do comércio entre os dois países.

artigo X

Cada Governo poderá levantar junto ao outro questões decorrentes da execução do presente Acordo ou vinculadas à mesma. Qualquer questão levantada merecerá pronta e total consideração e, na forma apropriada, poderá ser objeto de consultas entre os dois Governos.

artigo XI

Nada no presente Acordo obrigará um dos dois Governos, ou as empresas e as organizações do país de um dos dois Governos, a tomar qualquer medida que possa ser incompatível com as leis, regulamentos ou políticas desse país.

artigo XII

Cada Governo notificará o outro, através dos canais diplomáticos, do cumprimento das formalidades que se fizerem necessárias a fim de que o presente Acordo possa entrar em vigor. O Acordo entrará em vigor na data da última dessas notificações e permanecerá em vigor por um período inicial de (cinco) (dez) anos. Depois deste período inicial, o

Acordo permanecerá em vigor até cento e oitenta dias após a data em que qualquer dos dois Governos receber do outro notificação escrita da intenção de terminar o Acordo.

No caso de término do presente Acordo, todas as obrigações pendentes contraídas em conformidade com o mesmo serão cumpridas em consonância com suas disposições.

No momento de sua entrada em vigor, o presente Acordo revogará e substituirá o Acordo Comercial por Troca de Notas concluído em dezanove de julho do ano de mil novecentos e trinta e nove entre o Governo do Brasil e o Governo do **Commonwealth** da Austrália.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados pelos respectivos Governos, assinam o presente Acordo.

Feito em Camberra, aos 22 dias de fevereiro de mil novecentos e setenta e oito, em dois exemplares nas línguas portuguesa e inglesa, sendo cada texto igualmente autêntico.

NOTA INTERPRETATIVA

Com relação ao Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália, assinado hoje, os representantes dos dois Governos desejam deixar constância dos seguintes entendimentos estabelecidos durante a negociação do Acordo pelas delegações dos dois Governos:

- 1) O Artigo II do Acordo compreende garantias mútuas, por parte dos dois Governos, de que, na administração de políticas e de procedimentos de regulamentação quantitativa de importações destinadas a cada país, o tratamento acordado a essas importações não será menos favorável do que o aplicado às importações oriundas de qualquer outro país;
- 2) Nada no Acordo obriga qualquer dos dois Governos a conceder incentivos através de medidas que envolvam ajustes sobre imposto de renda;
- 3) O vocábulo "serviços" constante dos artigos I e IX do Acordo não deve ser entendido como abrangendo serviços de transporte.

brasil e austrália mantêm entendimentos sobre serviços de navegação marítima

Notas trocadas pelos
Ministros dos Transportes do Brasil,
Dyrceu Araújo Nogueira, e da Austrália,
P. J. Nixon, em 23 de fevereiro de 1978,
sobre entendimentos a respeito
de navegação marítima entre
os dois países.

A Sua Excelência o Senhor P. J. Nixon

Ministro dos Transportes do Governo da Austrália

Senhor Ministro,

Tenho a honra de acusar recebimento da carta de Vossa Excelência, datada de 23 do corrente, do teor seguinte:

"Tenho a honra de referir-me às discussões entre representantes de nossos dois Governos sobre questões relativas à navegação marítima. Tenho a honra de informar Vossa Excelência do entendimento, do Governo australiano, de que cada Governo aceitará iniciativas do outro para estabelecer discussões e consultas, entre as autoridades competentes, a respeito de serviços de navegação marítima entre os dois países. Tenho, outrossim, a honra de solicitar a Vossa Excelência a bondade de confirmar que seu Governo participa de tal entendimento.

Aceite, Excelência, os protestos de minha mais alta consideração."

2. Conforme solicitado na carta de Vossa Excelência, e em nome do Governo da República Federativa do Brasil, apraz-me confirmar que o entendimento acima é aceitável para meu Governo.

Aproveito a oportunidade para apresentar os protestos da minha mais alta consideração com que me subscrevo,

de Vossa Excelência,

Dyrceu A. Nogueira

Ministro de Estado dos Transportes da República Federativa do Brasil

Convênio sti/kfa para cooperação no campo da tecnologia industrial

Convênio entre a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich (KFA) para desenvolvimento de programas de cooperação no campo da tecnologia industrial, firmado em Julich, em 8 de março de 1978, pelo Secretário de Tecnologia Industrial do MIC, José Walter Bautista Vidal, e pelo Chefe do Centro de Pesquisas Nucleares, Karl Heinz Deckurts.

artigo 1.º

A Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio (STI) e o Centro de Pesquisas Nucleares de Julich (KFA) firmam o presente acordo sob forma de convênio especial, nos termos do artigo 1.º, parágrafo 3.º, do Acordo Geral de Cooperação nos Setores da Pesquisa Cien-

tífica e do Desenvolvimento Tecnológico, assinado pelos Governos da República Federativa do Brasil e da República Federal da Alemanha, em 9 de junho de 1969, em Bonn.

artigo 2.º

(1) A STI e o KFA desenvolverão programas de cooperação no campo da tecnologia industrial. Esta cooperação se realizará sob a forma de projetos que despertem interesse mútuo, com vistas a promover a tecnologia industrial e a cooperação entre os dois países. Os seguintes setores foram escolhidos de comum acordo para o início da cooperação, podendo tal lista ser ampliada no futuro:

- 1 — metalurgia de metais especiais e suas ligas;
- 2 — tecnologia de soldagem;
- 3 — corrosão;
- 4 — controle de qualidade de materiais e produtos manufaturados;
- 5 — Aplicação de biotecnologia no processamento de materiais orgânicos.

(2) A cooperação compreenderá a execução integral de certos projetos ou a execução de parcelas especiais de projetos, tais como o intercâmbio de pessoal e cessão de equipamento para a realização de testes e desenvolvimento em escala de laboratória, em plantas-piloto, bem como em escala de produção semi-industrial. Em cada projeto será especificada a participação das partes envolvidas e, eventualmente, de firmas industriais dos países das partes contratantes, por estes convidados, tendo por objetivo uma adequada distribuição de tarefas.

(3) Quando empresas industriais e/ou outros participantes dos dois países ou de um deles forem convidados a participar de projetos no âmbito desse Acordo, as relações entre os participantes do projeto poderão ser estabelecidas mediante entendimentos especiais que necessariamente levarão em conta as disposições deste Convênio Especial. Condições adicionais a este Convênio Especial deverão ser aprovadas pela STI e KFA.

artigo 3.º

A STI e o KFA coordenarão encontros de especialistas nos setores escolhidos, a fim de definir e detalhar projetos específicos, com atribuições de encargos.

artigo 4.º

(1) Os cientistas e técnicos brasileiros enviados no quadro do presente Convênio, com os quais o KFA, ou a instituição por ele designada, concluir contrato de trabalho, serão equiparados de pleno direito, durante o exercício das atividades a eles atribuídas, aos cientistas e técnicos alemães em funções análogas. Ficarão sujeitos às disposições

do Direito de Trabalho alemão e serão segurados contra acidentes do trabalho. Cientistas e técnicos aos quais entidades alemãs concederem bolsas-de-estudo estarão sujeitos às condições usuais na concessão de tais bolsas, além das condições estabelecidas por entendimentos especiais entre eles e o KFA. Serão segurados contra acidentes de trabalho pela instituição onde estejam trabalhando.

(2) Da mesma forma, os cientistas e técnicos alemães enviados no âmbito do presente Convênio, com os quais a STI, ou a instituição por ela designada, concluir um contrato de trabalho, serão equiparados a seus colaboradores. Serão remunerados segundo os níveis de vencimentos fixados para cientistas e técnicos estrangeiros e segurados contra acidentes de trabalho.

(3) Os cientistas e técnicos enviados por curto período, no quadro do presente Convênio, que não sejam contratados na forma prevista nos parágrafos 1.º e 2.º e que não recebam bolsas-de-estudo na parte alemã, receberão da parte contratante retribuidora, durante o período da sua visita ao país retribuidor, uma indenização calculada por dia de estada. O montante da diária será fixado pelas partes contratantes, cada vez, pelo período de um ano calendário, levando-se em consideração o custo de vida na Alemanha e no Brasil, respectivamente.

(4) As despesas de viagem dos cientistas e técnicos enviados no âmbito do presente Convênio serão custeadas pela parte contratante que os envia. Esta parte responde igualmente pela continuidade dos salários dos cientistas e técnicos enviados, com os quais a parte contratante, retribuidora ou a instituição por ela designada não conclui contrato de trabalho. Nesse caso, contudo, a parte contratante retribuidora deverá, adicionalmente, pagar a indenização mencionada no parágrafo 3.º.

artigo 5.º

(1) As invenções feitas por cientistas ou técnicos de uma das partes contratantes, no exercício das atividades previstas neste Convênio Especial, no país da outra, aplicam-se as seguintes disposições.

(2) Se uma invenção for feita exclusivamente, ou pelo menos em 50%, por cientista ou técnico enviado segundo o Artigo 4.º do presente Convênio Especial, com o qual a parte contratante retribuidora ou instituição por ela designada não tenha concluído contrato de trabalho, e se a parte contratante ou empregador que o enviou reivindicar essa invenção, deverá ser concedida à parte contratante retribuidora uma licença sobre a patente concedida no seu país para essa invenção. A licença é isenta de taxas, desde que a invenção seja usada exclusivamente para fins de pesquisa. Em caso de uma utilização comercial da invenção, deverá ser paga uma taxa de licença adequada. Ao fixar-se o montante da taxa, serão concedidas as condições mais favoráveis. A licença não é exclusiva e irrevogável. Poderão ser concedidas sublicenças, em entendimento com o titular dos direitos de patente.

Se a parte contratante ou empregador que reivindicar a invenção não tiver interesse direto em requerer a concessão de patente no país da parte contratante recebedora, esta deverá ser consultada sobre seu interesse em apresentar tal requerimento de patente. Em caso afirmativo, a parte contratante recebedora solicitará à outra parte contratante que requeira a patente no país da parte contratante recebedora, reembolsando-lhe todas as despesas vinculadas ao requerimento do registro e à conservação dos direitos de patente.

(3) Se uma invenção for feita exclusivamente, ou pelo menos em 50%, por um cientista ou técnico enviado segundo o Artigo 4.º do presente Convênio Especial, com o qual a parte contratante recebedora ou instituição por ela designada concluiu um contrato de trabalho e se a parte contratante recebedora ou o empregador reivindicar essa invenção, deverá ser concedida à parte contratante que envia uma licença sobre patente concedida no seu país para essa invenção. A licença é isenta de taxas, desde que a invenção seja usada exclusivamente para fins de pesquisa. Em caso de utilização comercial da invenção deverá ser paga uma taxa de licença adequada. Ao fixar-se o montante da taxa, serão concedidas à parte contratante que envia as condições mais favoráveis. A licença não é exclusiva e irrevogável. A parte contratante que envia poderá, em entendimento com o titular do direito da patente, conceder sublicenças no seu país. Se a parte contratante recebedora ou empregador que reivindicou a invenção não tiver interesse direto em requerer patente no país da parte contratante que envia, esta deverá ser consultada sobre seu interesse em apresentar tal requerimento de patente. Em caso afirmativo, a parte contratante que envia solicitará à parte contratante recebedora que requeira a patente no país da parte contratante que envia e reembolsando-lhe todas as despesas resultantes do registro e da conservação dos direitos de patente.

(4) Caso os cientistas ou técnicos enviados no quadro do presente Convênio exerçam suas atividades em estabelecimentos pelos quais a parte contratante recebedora não é juridicamente responsável, esta se esforçará para que o responsável pelo estabelecimento conceda à parte contratante que envia o tratamento a que se referem os parágrafos 2.º e 3.º.

(5) Com relação a outras formas específicas de cooperação, inclusive projetos especiais de pesquisa em comum, as Partes estabelecerão a distribuição dos direitos relativos a invenções ou descobertas que resultem de tal cooperação, levando em consideração os lucros, direitos e contribuições das Partes.

artigo 6.º

Conhecimentos e experiência não publicados, que os técnicos enviados no âmbito do presente Acordo adquiram em instituições do país da parte recebe-

dora, deverão ser tratados confidencialmente. Nas negociações referentes a cada projeto deverá ser especificado o grau de confidencialidade a manter-se, especialmente no que concerne à utilização desses conhecimentos na produção industrial e a sua transferência para terceiros.

artigo 7.º

A STI e o KFA se reunirão periodicamente para avaliação dos programas e manterão a Comissão Mista Teuto-Brasileira informada sobre o estado da cooperação mediante relatórios anuais sobre o programa de cooperação.

artigo 8.º

(1) As Partes não se responsabilizarão por prejuízos causados por cientistas ou técnicos enviados no quadro do presente Convênio.

(2) Os cientistas ou técnicos enviados no quadro deste Convênio somente serão responsáveis perante a parte recebedora quando houverem causado danos intencionalmente.

(3) No caso de danos causados por cientistas ou técnicos enviados durante o exercício da atividade prevista no presente Convênio, a parte contratante recebedora os isentará de pretensões de terceiros, a menos que tenham causado o dano intencionalmente.

artigo 9.º

O presente Convênio entrará em vigor uma vez aprovado pelos respectivos governos, mediante troca de notas.

artigo 10

O presente Convênio poderá ser rescindido por qualquer das partes, mediante aviso prévio de pelo menos doze meses.

artigo 11

O presente Convênio Especial foi assinado em dois originais em línguas alemã e portuguesa, sendo os dois textos igualmente idênticos.*

promulgação e aprovação de acordos

atos diplomáticos submetidos ao congresso nacional

Acordo de Comércio, firmado entre o Brasil e a Libéria, em Brasília, em 21 de novembro de 1977.

* Na seção **Comunicados e Notas**, página 185, nota do Itamaraty à imprensa anunciando a visita do Presidente Geisel à RFA; na seção **Mensagens**, página 192, o texto do telegrama enviado pelo Presidente brasileiro a Walter Scheel e a carta dos empresários paulistas destacando o êxito da visita de Geisel à Alemanha.

Acordo Internacional do Cacau, de 1975, assinado pelo Brasil, na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York, em 9 de junho de 1976.

Acordo Básico de Cooperação Industrial entre a Brasil e o México, celebrado na cidade do México, em 18 de janeiro de 1978.

Convênio de Amizade e Cooperação entre o Brasil e o México, concluído na cidade do México, em 18 de janeiro de 1978.

Acordo entre o Brasil e a Agência Espacial Europeia para o Estabelecimento e Utilização de Meios de Rastreamento e de Telemetria a serem instalados em Território brasileiro, celebrado em Brasília, em 20 de junho de 1977.

Acordo de Previdência Social entre o Brasil e o Uruguai, firmado em Montevideu, em 27 de janeiro de 1978.

Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália, celebrado em Camberra, em 23 de fevereiro de 1978.

Acordo Comercial entre o Brasil e a China, celebrado em Pequim, em 7 de janeiro de 1978.

Acordo Brasil-Peru sobre a instalação e funcionamento, na cidade de São Paulo, de um Escritório da Minero-Peru Comercial, celebrado a bordo do navio da Armada peruana, fundeado no rio Amazonas, na linha da fronteira brasileiro-peruana, em 5 de novembro de 1976.

Textos dos Protocolos Adicionais números 1, 244, que modificam a Convenção para a Unificação de Certas Regras Relativas ao Transporte Aéreo Internacional, concluído em Varsóvia, em 12 de outubro de 1929, e emenda pelo celebrado em Haia, em 28 de setembro de 1955.

comunicados e notas comunica

a visita do presidente geisel à república federal da alemanha

Comunicado do Itamaraty à imprensa, divulgado em 3 de janeiro de 1978:

Atendendo a convite do Presidente federal Walter Scheel, o Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, obtida a autorização do Congresso Nacional, visitará oficialmente a República Federal da Alemanha, no período de seis a dez de março de 1978.*

entrevista de silveira a deputados norte-americanos

Nota do Ministério das Relações Exteriores à imprensa, em 12 de janeiro de 1978:

A propósito de notícias publicadas hoje, dia 12, relativamente à audiência concedida ontem pelo Ministério das Relações Exteriores a um grupo de Deputados norte-americanos, cabe ao Itamaraty esclarecer que, durante a referida entrevista, nada foi dito, insinuado ou perguntado sobre a possibilidade de modificação de qualquer aspecto da política nuclear brasileira.

* Na seção **Mensagens**, página 192, o texto do telegrama enviado pelo Presidente brasileiro a Walter Scheel e a carta dos empresários paulistas destacando o êxito da visita de Geisel à Alemanha.

Ao contrário, o Ministro das Relações Exteriores manifestou a esperança de que a política nuclear brasileira possa ser melhor compreendida nos Estados Unidos da América, uma vez que atende às mais escrupulosas preocupações com salvaguardas contra a proliferação de armas nucleares.

chancelaria brasileira anuncia visita de ramalho eanes ao brasil

Comunicado do Itamaraty à Imprensa, em 20 de janeiro de 1978:

Atendendo a convite que lhe dirigiu o Presidente da República Federativa do Brasil, Ernesto Geisel, o Presidente da República Portuguesa, General António Ramalho Eanes, visitará oficialmente o Brasil no período de 22 a 26 de maio de 1978.

parlamento holandês aprova exportação de urânio enriquecido para o brasil

Em 1.º de fevereiro de 1978 o Ministério das Relações Exteriores divulgou o seguinte Comunicado Oficial:

A Embaixada do Brasil na Haia acaba de dar conhecimento à SERE de que o Parlamento holandês aprovou a exportação de urânio enriquecido,

dentro de determinadas condições, e a ampliação da usina de Almelo, sujeita a certos requisitos.

2. Nessa questão, o Governo brasileiro nada mais fez do que aceitar, sem qualquer modificação, o que lhe foi proposto pelos 3 países consorciados na URENCO, em matéria de salvaguardas para armazenamento de plutônio.

3. O Governo brasileiro aguardará esclarecimentos que certamente lhe serão prestados antes de fazer qualquer pronunciamento adicional sobre o assunto.

a segunda reunião preparatória do pacto amazônico

**Comunicado do Itamaraty à imprensa,
em 31 de março de 1978, a propósito da
II Reunião Preparatória sobre
Cooperação Multilateral na Amazônia:**

A convite do Governo brasileiro, Delegações da Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela participaram em Brasília, de 27 a 31 de março, juntamente com a Delegação do Brasil, dos trabalhos da Segunda Reunião Preparatória sobre Cooperação Amazônica.

O encontro constituiu demonstração eloqüente do propósito que anima os referidos países de alcançar, no mais breve prazo, a institucionalização de um sistema de cooperação multilateral com vistas ao desenvolvimento dos respectivos territórios amazônicos.

Durante a reunião, as Delegações participantes procederam a um exame profundo e objetivo de aspectos específicos do futuro mecanismo de coope-

ração, tomando por base o documento de trabalho organizado pela Delegação brasileira, as sugestões e propostas alternativas apresentadas durante os trabalhos.

O alto espírito construtivo que inspirou as Delegações durante suas atividades propiciou um avanço significativo no sentido de um consenso positivo em torno aos pontos principais do mecanismo proposto.

O Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira, dando expressiva demonstração de seu interesse pelo processo ora em estudo, teve a gentileza não somente de receber os Senhores Chefes das Delegações, mas também de presidir a sessão de encerramento da Reunião, oportunidade em que expressou sua satisfação pelos trabalhos efetuados.

As Delegações visitantes concordaram unanimemente em deixar constância de sua homenagem de agradecimento ao ilustre Governo do Brasil e, em especial, ao Excelentíssimo Senhor Chanceler Antônio F. Azeredo da Silveira, pela hospitalidade e atenções que lhes foram dispensadas durante sua permanência na cidade de Brasília. Da mesma forma, resolveram, consignar suas felicitações ao Embaixador João Hermes Pereira de Araújo e ao Conselheiro Rubens Ricupero pela forma inteligente e atinada com que souberam dirigir as deliberações assim como ao pessoal de Secretaria e Tradução do Itamaraty pela eficiente colaboração prestada aos delegados.

A fim de prosseguir e culminar o processo de apreciação e análise das conclusões alcançadas na presente reunião, as Delegações acordaram em encaminhar a seus Governos o oferecimento do Governo da Venezuela para que a próxima reunião se realize em Caracas, a partir de 15 de maio do corrente ano.*

* Na seção **Notícias**, página 193, uma informação sobre o apoio da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas ao Pacto Amazônico.

mensagens mensagens mensagens

geisel deixa duas mensagens escritas para os mexicanos

**Mensagens do Presidente
Ernesto Geisel escritas no Livro de
Visitantes da Zona Arqueológica de
Teotihuacán, em 15 de janeiro de 1978,
e no Livro de Honra do Monumento
à Independência do México, em 16 de
janeiro de 1978:**

MENSAGEM DE TEOTIHUACÁN

A visita que fiz hoje com os brasileiros que me acompanham no México é de extraordinária expressão, além da imagem que este conjunto arquitetônico restaurado proporciona do que foram as civilizações que aqui se desenvolveram. Deixo aqui, a expressão de amor com que os mexicanos, com justo sentimento nacional cultuam o seu passado e preparam patrioticamente as gerações que irão construir o futuro desta grande Nação.

MENSAGEM DO MONUMENTO A INDEPENDÊNCIA

A Pátria é a construção do povo, é o resultado da conjugação dos esforços de cada cidadão. Há em toda geração, porém, aqueles que têm a vocação ou o privilégio de darem de suas vidas mais do que o comum dos homens para que triunfem dos valores superiores que cimentam a nação.

A esses é justo que se rendam sempre as homenagens dos que se beneficiam de seus feitos.

Aos heróis mexicanos, que são heróis de toda a latinidade americana, dedico a admiração e o reconhecimento do povo brasileiro.

presidente brasileiro agradece acolhida no uruguai

**Mensagem do Presidente
Ernesto Geisel ao Presidente
uruguaio, em 27 de janeiro
de 1978:**

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Aparício Méndez
Presidente da República Oriental do Uruguai
Palácio do Governo
Montevideu.

Ao deixar o espaço aéreo uruguaio, de regresso a Brasília, ao término de minha visita oficial à República Oriental, desejo reiterar a Vossa Excelência — e, por seu intermédio, à nobre nação uruguaia — a expressão de meu sincero agradecimento pelas atenções com que, em companhia de minha mulher e filha, e comitiva, fomos cercados desde nossa chegada a Montevideu.

Nesta oportunidade, formulo a Vossa Excelência, ao Governo e ao povo uruguaios, afetuosos votos de prosperidade, paz e bem-estar.

Muito cordialmente,

Ernesto Geisel

Presidente da República Federativa do Brasil

alberto nogués envia mensagem a silveira

**Mensagem do Ministro das Relações
Exteriores do Paraguai, Alberto Nogués,
ao Chanceler Azeredo da Silveira,
em 17 de fevereiro de 1978:**

Excelentíssimo Senhor Embaixador Antônio F. Azeredo da Silveira
Ministro das Relações Exteriores do Brasil
Brasília

Ao regressar a Assunção, meus acompanhantes e eu reiteramos a Vossa Excelência nosso cordial agradecimento pelas atenções recebidas em Brasília, de onde trouxemos a melhor recordação de nossa breve permanência. Receba, querido amigo e eminente Chanceler, os sentimentos de minha mais alta consideração.

Alberto Nogués
Ministro das Relações Exteriores do Paraguai

a mensagem do presidente geisel a walter scheel

**Mensagem do Presidente Ernesto Geisel
ao Presidente da RFA, Walter Scheel, enviada
de bordo da aeronave presidencial
brasileira, em 11 de março de 1978:**

Ao deixar o espaço aéreo da República Federal da Alemanha, de regresso ao Brasil, ao término de minha visita oficial, desejo renovar a Vossa Excelência — e, na sua pessoa, ao Governo e ao nobre povo de seu País — as expressões do mais sincero e profundo agradecimento por todas as atenções com que, desde nossa chegada ao solo alemão, fomos cumulados, minha mulher, minha filha e os brasileiros, do Governo e da iniciativa privada, que me acompanharam nesta jornada, de que guardaremos, todos, as mais gratas recordações. Formulando a Vossa Excelência e à Senhora Scheel, ao Governo e ao povo da República Federal da Alemanha sinceros votos de felicidades e prosperidade, paz e bem-estar, subscrevo-me, de Vossa Excelência, muito cordialmente,

Ernesto Geisel
Presidente da República Federativa do Brasil

empresários paulistas destacam êxito da viagem de geisel à rfa

**Carta do presidente da Federação
e Centro das Indústrias do Estado
de São Paulo (Fiesp — Ciesp),
Theobaldo De Nigris, ao Ministro de
Estado das Relações Exteriores,
Antônio F. Azeredo da Silveira, em
16 de março de 1978:**

Excelentíssimo Senhor Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira
Digníssimo Ministro das Relações Exteriores

Senhor Ministro

Cumprimentando-o cordialmente, desejamos manifestar a Vossa Excelência, em nome da indústria paulista, a nossa satisfação e as nossas congratulações pelo êxito obtido na recente viagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República à República Federal da Alemanha.

Criela-nos, Senhor Ministro, que, como integrante da comitiva de empresários e como brasileiro, pudemos sentir de perto não apenas uma cordial acolhida, mas, igualmente, o alto respeito e o prestígio que as autoridades e os empresários alemães emprestaram à visita.

Indubitavelmente, para o êxito e sucesso alcançados, contribuiu decisivamente o Ministério altamente dirigido por Vossa Excelência e é com agrado e emoção que destacamos a sua atuação pessoal, brilhante e dignificante, e a de seus nobres colaboradores, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima e Conselheiro Renato Prado Guimarães.

Ao transmitir a Vossa Excelência esta manifestação da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, ao destacar, com entusiasmo, o alto nível dos entendimentos mantidos e que, estamos certos, oferecem novas e amplas perspectivas no nosso relacionamento comercial e econômico, desejamos reiterar-lhe as congratulações do empresariado industrial de São Paulo pelo magnífico sucesso que representou a viagem presidencial àquele país amigo.

Valemo-nos do ensejo, Senhor Ministro, para reiterar-lhe as expressões de nossa estima e maior consideração.

Theobaldo De Nigris
Presidente da Fiesp — Ciesp

notícias notícias notícias notícias

assembleia legislativa do amazonas apoia o pacto amazônico

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antônio F. Azeredo da Silveira, recebeu ofício do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, deputado Natanael Bento Rodrigues, informando haver sido aprovado naquela Casa, em 25 de novembro de 1977, por unanimidade, um requerimento de autoria da deputada Socorro Dutra, dando integral apoio ao Pacto Amazônico.

O documento, segundo esclarece o ofício encaminhado ao Chanceler Azeredo da Silveira, reconhece no Pacto Amazônico "o valor das decisões históricas", ensejando o desenvolvimento econômico da região e a efetiva aproximação cultural dos povos americanos.

mre/seplan assinam convênio com o pnud

O Ministério das Relações Exteriores, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Subin e a representação do PNUD no Brasil assinaram, em 1.º de fevereiro de 1978, um convênio no valor de 45 milhões de cruzeiros visando o pagamento dos custos em moeda nacional relativo aos projetos financiados pelo PNUD no âmbito do II Programa Nacional de Cooperação Técnica (II PNCT Brasil/PNUD), com a finalidade de liberar recursos em divisas e assim elevar o desembolso efetivo em dólares do programa do PNUD para o País no decorrer deste ano. Esse desembolso deverá ser de, pelo menos, 9 milhões de dólares, dos quais US\$ 2,6 milhões correspondem aos recursos em cruzeiros propiciados pela Subin através do convênio assinado.

O II Programa Nacional de Cooperação Técnica Brasil/PNUD, elaborado para o período 1977/81, compreende um total de 62 projetos de cooperação técnica, desenvolvidos em instituições brasileiras com a participação das agências especializadas das Nações Unidas, através de peritos estrangeiros, Torneamento de equipamento e realização de programas de treinamento. O II PNCT Brasil/PNUD dá ênfase especial ao setor Ciência e Tecnologia, que representa 78 por cento do Programa. O aporte do PNUD no quinquênio é de US\$ 30 milhões e o da Subin, em cruzeiros, equivale a US\$ 12 milhões, perfazendo um total de US\$ 42 milhões.

O convênio foi assinado pelo Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, pelo Secretário-Geral da Secretaria de Planejamento, Elcio Costa Couto, pelo Chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do Itamaraty, Ministro Guy Mahe de Castro Brandão, pelo Secretário da Subin, Conselheiro Alvaro Gurgel de Alencar e pelo Representante Residente do PNUD no Brasil, Luiz María Ramirez-Boettner.

em vigor o memorando de entendimento brasil-canadá

Brasil e Canadá, através do Chanceler Azeredo da Silveira e do Embaixador canadense, James Howard Stone, assinaram, em Brasília, em 9 de fevereiro de 1978, uma troca de Notas colocando em vigência o Memorando de Entendimento entre os dois países firmado em Ottawa, em outubro de 1977, pelos Ministros de Estado da Agricultura, Alyson Paulinelli, e Eugene Whelan.

O Memorando de Entendimento Brasil-Canadá objetiva incrementar a cooperação entre os dois países no campo da agricultura e foi elaborado para pro-

mover trocas de tecnologia, incluindo pesquisas em agricultura, intercâmbio de cientistas, peritos e pessoal técnico em campos como genética das plantas, criação de animais, ciência veterinária e produtividade agrícola. O Memorando brasileiro-canadense cria também um Grupo de Trabalho em agricultura, sob a égide da Comissão Mista Econômica Brasil-Canadá, e completa os objetivos dessa Comissão promovendo o comércio bilateral e as relações econômicas entre o Brasil e o Canadá.

O Brasil, cuja exportação de produtos agrícolas foi da ordem de US\$ 8 bilhões em 1977, e o Canadá, com vendas ao exterior de produtos agrícolas que excederam a US\$ 4 bilhões, são dois dos maiores produtores e exportadores de gêneros alimentícios do mundo. As relações comerciais entre os dois países nesse setor foram também muito significativas, tendo, durante os 9 primeiros meses de 1977, atingido o valor global de US\$ 130 milhões, nos dois sentidos. O Brasil importou do Canadá US\$ 65 milhões em produtos agrícolas, especialmente trigo, gado de raça, aves, gelatina e sêmen animal, tendo, no mesmo período, vendido àquele país outros US\$ 65 milhões em produtos alimentares, principalmente carne, peixe, suco de laranja concentrado, nozes, café, cacau, algodão e vegetais enlatados.

brasil e bolívia debatem novas formas de cooperação comercial

Com o objetivo de identificar novas formas de cooperação entre o Brasil e a Bolívia, na área de promoção de exportações, realizou-se em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, no período de 1.º a 10 de março de 1978, o I Encontro de Cooperação Técnica em Promoção Comercial Bolívia-Brasil. A iniciativa, promovida pelo Ministério das Relações Exteriores, teve a participação de funcionários do setor público, dirigentes de entidades de classe e empresários bolivianos, que aqui estiveram a convite do Governo brasileiro.

O encontro, aberto em Brasília, teve prosseguimento nos dias 6, 7 e 8, no Rio de Janeiro, e nos dias 9 e 10, em São Paulo, durante o qual os participantes bolivianos obtiveram informações sobre a estrutura e os procedimentos operacionais dos instrumentos brasileiros de promoção de exportações.

Foram indicados pelo Governo boliviano para participar do I Encontro de Cooperação Técnica em Promoção Comercial Bolívia-Brasil os técnicos Carlos Paz e Eduardo Landivar, do Ministério das Relações Exteriores e Culto, Gabriel Loza, do Ministério da Indústria e Comércio, Walter Freudenthal, da Câmara Nacional de Comércio, Tomas Guerra, da Câmara Nacional de Indústrias, e Ofélia Grandi, da Câmara Nacional de Exportadores da Bolívia. Pelo lado brasileiro, participaram diplomatas lotados no Departamento de Promoção Comercial do

Itamaraty, funcionários da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), dirigentes e técnicos das Secretarias da Confederação Nacional da Indústria, da Associação dos Exportadores Brasileiros e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

conversações brasileiro-argentinas sobre itaipu-corpus

Representantes dos Governos do Brasil e da Argentina reuniram-se em Brasília, entre os dias 1 e 2 de março de 1978, com o objetivo de manter conversações a respeito dos aproveitamentos hidrelétricos de Itaipu e Corpus. As delegações dos dois países trocaram ideias e pontos de vista sobre o assunto, num clima de cordialidade e franqueza, tendo os delegados argentinos feito ampla exposição sobre o tema.

Ambas as delegações assinalaram que, por sua própria natureza, o tema central dessas conversações é de competência dos três Governos interessados (Brasil, Argentina e Paraguai) e concordaram em prosseguir os entendimentos durante a reunião tripartite, realizada em Assunção, em 14 de março.

No dia 2 de março, por ocasião do encerramento das reuniões sobre Itaipu e Corpus, o Itamaraty ofereceu um almoço aos membros das delegações brasileira e argentina, do qual participaram o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, e o Embaixador da Argentina no Brasil, Embaixador Oscar Héctor Camilión.

a 44.^a conferência da comissão mista brasileiro-venezuelana de limites

O Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro, inaugurou, no dia 14 de março de 1978, os trabalhos da 44.^a Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana Demarcadora de Limites, cujo objetivo principal foi a programação dos trabalhos para densificar um trecho de 60 quilômetros de fronteira entre os dois países, ao longo da cordilheira de Pacaraima.

Atualmente, a referida Comissão dedica-se à tarefa de densificar a linha de fronteira — que se encontra totalmente demarcada desde 1973, época em que foi concluída a Carta-Geral do curso da linha divisória — tendo já erigido 662 marcos. Para os trabalhos da 44.^a Conferência da Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana, o Governo da Venezuela en-

viu os seguintes representantes.- Contra-Almirante Luis Rafael Luces Morales, que a chefiou; o Chefe do Departamento de Demarcações, Georges Pantchenko,- e o Coordenador, coronel Pedro A. Leal Morales. Pelo lado do Brasil participaram o Chefe da Divisão de Fronteiras do Itamaraty, Conselheiro J. J. Moscardo de Souza, o coronel Ivonilo Dias Rocha (Chefe), o Comandante Antônio Carlos SanfAnna Sampaio, e o Senhor Dilermando de Moraes Mendes.

Tendo em vista que a densidade demográfica na faixa fronteira brasileira é inferior a 0,1 habitante por quilômetro quadrado, o Governo do Brasil, através de seus diferentes órgãos, vem procurando implantar e desenvolver projetos visando oferecer atrativos econômicos para estabilizar as populações situadas naquela área. Nesse contexto, o Território de Roraima aprovou um projeto de criação da cidade de Pacaraima, junto à BR-174, a 12 quilômetros do marco BV-8. Por outro lado, a Venezuela vem seguindo uma política de vivificação da área sul do Orinoco, através do fomento de atividades industriais, haja vista a implantação da siderurgia venezuelana em La Guayana, que, somada à usina hidrelétrica ali existente, formará um importante pólo de desenvolvimento.

o xviii congresso da união postal universal

O Governo brasileiro e o Escritório Internacional da União Postal Universal assinaram, no dia 16 de março de 1978, em Brasília, um acordo para a realização, no Rio de Janeiro, do XVIII Congresso da União Postal Universal. O Congresso será realizado no Centro Internacional Riotur, entre 12 de setembro e 25 de outubro de 1979, devendo toda a parte de infra-estrutura ser organizada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O acordo entre o Governo brasileiro e a União Postal Universal foi assinado pelo Ministro de Estado das Comunicações, Euclides Quandt de Oliveira, pelo Diretor-Geral da União Postal Universal, Mohamed I. Sobhi, pelo presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Adwaldo Cardoso Botto de Barros, e por representantes da União Postal Universal e do Ministério das Relações Exteriores.

itamaraty avisa estudantes brasileiros

O Ministério das Relações Exteriores, em 17 de março de 1978, alertou os estudantes brasileiros, que pretendam realizar cursos nos Estados Unidos, sobre a necessidade de solicitar previamente o visto apropriado nas repartições consulares norte-americanas sediadas no Brasil. Segundo o Itamaraty, a medida decorre do rigor que está sendo adotado pelas autoridades daquele país com o objetivo de impedir que estudantes portadores do visto de turista entrem em seu território tencionando cursar alguma escola mediante a transformação daquele visto no de estudante. Proceder desse modo, de acordo com o Itamaraty, viola a legislação de imigração dos EUA, podendo acarretar no reembarque do estudante para o Brasil, com a retenção de seu passaporte.

empresa brasileira recebe medalha de ouro na feira de leipzig

A empresa Café Solúvel Brasília foi premiada com medalha de ouro pela Feira de Leipzig, realizada em março de 1978, na República Democrática Alemã, em razão da originalidade e da qualidade das pastilhas de café solúvel apresentado naquele certame. O prêmio — o segundo concedido este ano a produtos brasileiros expostos em feiras do Leste europeu — foi entregue ao Diretor do Pavilhão brasileiro na Feira, Secretário Otto Maia, no estande da Coleste.

Algumas semanas antes, o café tipo Santos 4, apresentado pelo Instituto Brasileiro do Café e a Interbrás na Feira de Salima, na Tchecoslováquia, havia recebido o troféu "Salima de Ouro", que é o prêmio máximo daquela mostra. Nessa ocasião, a Interbrás recebeu também um diploma de mérito pela apresentação do produto premiado em seu estande. Além do Brasil, mais 12 países, que se destacaram com produtos de alta qualidade, receberam aquele troféu: Tchecoslováquia, República Federal da Alemanha, Estados Unidos, Suécia, Dinamarca, França, Japão, União Soviética, Hungria, Romênia, Espanha e República Democrática Alemã.

Índice

síntese	3
 américa latina e áfrica, áreas prioritárias da diplomacia brasileira	
trecho sobre política externa brasileira, extraído da mensagem do presidente ernesto geisel ao congresso nacional, em 1.º de março de 1978	7
 geisel no méxico: diálogo amplia oportunidades de cooperação	
discursos dos presidentes josé lópez portillo e ernesto geisel, durante banquete oferecido ao presidente brasileiro, na cidade do méxico	23
 a chegada do presidente brasileiro à cidade do méxico	
discurso (tradução não-oficial) de lópez portillo e de ernesto geisel logo após a chegada do presidente brasileiro à cidade do méxico	28
 cordialidade nos encontros geisel-lópez portillo	
discurso do presidente geisel ao receber as chaves da cidade do méxico	29
 entre os brasileiros, uma espontânea simpatia pelos mexicanos	
discurso do presidente brasileiro no banquete que lhe foi oferecido pelo regente da cidade do méxico, carlos hank gonzales	30
 geisel fala sobre o brasil para os mexicanos	
entrevistas do presidente ernesto geisel à televisa , do méxico, e à radiobrás , do brasil, ambas transmitidas ao povo mexicano	31
 a entrevista de azeredo da silveira à televisão mexicana	
entrevista do chanceler azeredo da silveira à televisa , do méxico	35

declaração conjunta brasil-méxico: incrementar a cooperação económica e financeira

declaração conjunta brasil-méxico, assinada ao final da visita do presidente geisel àquele país 41

o presidente do brasil visita o Uruguai

entrevista do presidente ernesto geisel transmitida por uma rede uruguaia de emissoras de rádio e televisão; e entrevista (tradução não-oficial) do presidente aparício méndez transmitida por uma cadeia brasileira de rádio e televisão 47

a chegada de geisel a montevidéu

discursos dos presidentes uruguaio e brasileiro, no aeroporto internacional de carrasco, logo após a chegada de geisel a montevidéu 50

geisel: processo de cooperação brasil-uruguai é inédito na história

discursos do presidente do conselho de estado do uruguai, hamlet reyes, e do presidente ernesto geisel, em montevidéu 52

ao receber as chaves de montevidéu, geisel destaca o entendimento brasileiro-uruguaio

discursos do intendente municipal de montevidéu, oscar victor rachetti, e do presidente ernesto geisel, durante a solenidade de entrega das chaves simbólicas da capital uruguaia ao chefe de estado brasileiro 55

presidente brasileiro visita sede da alalc em montevidéu

tradução não-oficial do discurso do presidente do comité executivo permanente da alalc, raúl lema pelaez, durante a visita de ernesto geisel àquele organismo internacional; e o pronunciamento do presidente brasileiro na mesma ocasião 50

a assinatura de atos entre o brasil e o uruguai

discursos de méndez (tradução não-oficial) e geisel, na solenidade de assinatura dos acordos entre o brasil e o uruguai 59

comunicado conjunto destaca os entendimentos do presidente geisel em montevidéu

comunicado conjunto brasil-uruguai, assinado ao final da visita do presidente brasileiro a montevidéu 62

viagem de geisel reafirma a amizade com a república federal da alemanha

discursos dos presidentes walter scheel e ernesto geisel, durante banquete oferecido pelo presidente alemão ao chefe de estado brasileiro 65

a homenagem de geisel ao presidente walter scheel

discursos dos presidentes brasileiro e alemão, durante jantar oferecido por geisel a walter scheel 69

geisel na rfa: confiamos na cooperação, no diálogo e no respeito mútuo

discursos do primeiro-ministro helmut schmidt e do presidente ernesto geisel, durante almoço oferecido pelo governo alemão ao primeiro-mandatário brasileiro 70

música de beethoven na homenagem de bonn a geisel

discurso do presidente brasileiro ao chegar à prefeitura de bonn; e discurso do burgomestre be bonn, hans daniels, por ocasião da homenagem por este prestada ao presidente ernesto geisel

76

estabilidade política brasileira dá confiança aos empresários alemães

discurso de geisel ao abrir os trabalhos do encontro teuto-brasileiro de empresários; e a saudação do presidente da confederação das indústrias alemãs, nikolaus fasolt, antes do pronunciamento do presidente brasileiro

78

geisel visita o primeiro-ministro de baden-württemberg

discursos de hans filbinger e de ernesto geisel, por ocasião da chegada do presidente brasileiro a baden-württemberg; e brindes dos mesmos, durante almoço no castelo de schwetzingen

83

presidente brasileiro em berlim

discursos do prefeito de berlim, dietrich stobbe, e do presidente ernesto geisel, logo após a chegada do chefe de estado brasileiro àquela cidade alemã; discurso dos mesmos na cerimônia em que geisel colocou sua assinatura no livro de ouro de berlim; e brindes feitos por stobbe e geisel durante almoço oferecido ao presidente brasileiro

86

a visita do presidente do brasil a dússeldorf

discursos do primeiro-ministro da renânia do norte-westfália, hans kühn, e do presidente ernesto geisel, por ocasião do jantar oferecido ao presidente brasileiro naquela cidade alemã

88

a assinatura da declaração conjunta teuto-brasileira

discursos do chanceler alemão e do presidente brasileiro durante a assinatura da declaração conjunta entre o brasil e a república federal da alemanha

91

entrevistas do presidente geisel à televisão alemã

entrevistas que o presidente brasileiro concedeu ao 1.º (ard) e ao 2.º (zdf) canais de televisão alemã, gravadas em Brasília

92

walter scheel: amizade brasil-rfa pode servir de modelo para as relações norte-sul

entrevista do presidente da rfa à agência nacional, transmitida por uma rede brasileira de rádio e televisão

96

silveira a genscher: viagem do presidente geisel consolida esquema de cooperação brasil-rfa

discursos do ministro dos negócios estrangeiros da rfa, hans-dietrich genscher, e do ministro de estado das relações exteriores do brasil, antônio f. azere do da silveira, por ocasião do almoço oferecido ao chanceler brasileiro

98

declaração conjunta brasil-república federal da alemanha

declaração conjunta entre o brasil e a rfa, assinada ao final da visita do presidente brasileiro àquele país

102

no brasil, o presidente dos estados unidos, jimmy cárter

saudação do presidente ernesto geisel ao presidente norte-americano, logo após o seu desembarque na base aérea de Brasília; e a tradução não-oficial do agradecimento de jimmy cárter na mesma ocasião

107

na homenagem a cárter, geisel dá ênfase ao relacionamento brasil-eua

discurso do presidente brasileiro durante o jantar que ofereceu ao chefe de estado norte-americano

109

a visita do presidente norte-americano ao congresso nacional

discursos do senador Eurico Rezende, do deputado Erasmo Martins Pedro e do presidente cárter (tradução não-oficial), durante a sessão solene conjunta do congresso nacional, realizada em homenagem ao presidente norte-americano

109

supremo tribunal federal recebe o presidente cárter

discursos do ministro Thompson Flores e de jimmy cárter (tradução não-oficial) por ocasião da visita do presidente norte-americano ao STF

115

a entrevista do presidente geisel à CBS, dos Estados Unidos

entrevista do presidente brasileiro à CBS, dos Estados Unidos, a propósito da visita de jimmy cárter ao Brasil

116

comunicado conjunto Brasil-Estados Unidos

comunicado conjunto de imprensa Brasil-Estados Unidos, assinado ao final da visita do presidente cárter

120

a segunda reunião preparatória sobre cooperação multilateral na Amazônia

discurso do chanceler Azeredo da Silveira ao encerrar a segunda reunião preparatória sobre o pacto amazônico; e o discurso do embaixador João Hermes Pereira de Araújo na abertura da mesma reunião

125

acordo comercial intensifica intercâmbio com a Austrália

carta do ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio F. Azeredo da Silveira ao ministro dos Negócios Exteriores da Austrália, Andrew Peacock, encaminhada através do secretário-geral do Itamaraty, Ramiro Saraiva Guerreiro; e a resposta (com força de comunicado conjunto) do chanceler australiano

129

novo relacionamento de comércio entre Brasil e Austrália

discursos do vice-primeiro-ministro e ministro do Comércio e Recursos Nacionais da Austrália, Douglas Anthony, e do secretário-geral do MRE, Ramiro Saraiva Guerreiro, em Canberra, durante a assinatura do acordo comercial brasileiro-australiano

134

assinatura de atos mostra amadurecimento nas relações brasileiro-paraguaias

discursos dos chanceleres Azeredo da Silveira e Alberto Nogués (tradução não-oficial), por ocasião da assinatura de atos entre o Brasil e o Paraguai

137

jtamaraty comemora cinqüentenário da criação do serviço de fronteiras

discursos do ministro de estado antonio f. azeredo da silveira, e do embaixador ályaro teixeira soares, durante a cerimônia comemorativa do cinqüentenário da criação do serviço de fronteiras do ministério das relações exteriores **141**

governador de baden-württemberg visita brasil

discurso do chanceler azeredo da silveira, por ocasião do almoço oferecido ao governador do estado de baden-württemberg (rfa), hans filbinger **157**

bolívia instala escritório da ypfb no brasil

discurso de azeredo da silveira, por ocasião da assinatura de acordo entre brasil e bolívia para operação da **yacimientos petrolíferos fiscales bolivianos** (ypfb) no território brasileiro **159**

a conferência das nações unidas sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento

discurso do ministro de estado, interino, das relações exteriores, ramiro saraiva guerreiro, durante a abertura da conferência das nações unidas sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento **161**

relações diplomáticas

designação de embaixadores brasileiros **163**

entrega de credenciais **163**

tratados, acordos, convênios

acordo comercial brasil-república da china, acordo comercial entre o brasil e a china, assinado em pequim **165**

brasil e canada colocam em vigor o memorando de entendimento, troca de notas entre o chanceler brasileiro e o embaixador canadense no brasil colocando em vigor o memorando de entendimento entre os dois países, assinado em outubro de 1977 **166**

os acordos entre brasileiros e mexicanos

convênio de amizade e cooperação **167**

acordo sobre sanidade animal **168**

acordo de cooperação industrial **169**

convênio complementar consider-ccis **170**

os acordos firmados entre brasil e uruguai

acordo de previdência social **171**

ajuste sobre sanidade animal **173**

acordo de radioamadores **174**

ata da troca dos instrumentos de ratificação de tratado e protocolo **175**

convênio de resseguros **175**

troca de notas formaliza três acordos entre o brasil e o paraguai	
nota sobre a comissão geral	176
nota sobre os entendimentos embratel-antelco	176
nota sobre o traçado de limites	176
 acordo autoriza a ypfb a operar no território brasileiro, acordo entre o brasil e a bolívia para que a yacimientos petrolíferos fiscales bolivianos possa funcionar no território brasileiro	177
 o acordo comercial entre o brasil e a austrália, acordo de comércio entre o brasil e a austrália, assinado em camberra	178
 brasil e austrália mantêm entendimentos sobre serviços de navegação marítima, notas sobre entendimentos no setor de navegação marítima entre o brasil e a austrália, trocadas pelos ministros dos dois países	180
 convénio sti/kfa para cooperação no campo da tecnologia industrial, convénio entre a sti e a kfa para desenvolvimento de programas de cooperação industrial	180
 promulgação e aprovação de acordos	
atos diplomáticos submetidos ao congresso nacional	182
 comunicados e notas	
a visita do presidente geisel à república federal da alemanha	185
entrevista de silveira a deputados norte-americanos	185
chancelaria brasileira anuncia visita de ramalho eanes ao brasil	185
parlamento holandês aprova exportação de urânio enriquecido para o brasil	185
a segunda reunião preparatória do pacto amazônico	186
 excertos e ênfases	
cruzeiro do sul para o presidente lópez portillo	187
governo brasileiro condecora ministro da agricultura da costa do marfim	188
embaixador dos estados unidos deixa suas funções em Brasília	189

mensagens

geisel deixa duas mensagens escritas para os mexicanos	191
presidente brasileiro agradece acolhida no uruguai	191
alberto nogués envia mensagem a silveira	191
a mensagem do presidente geisel a walter scheel	192
empresários paulistas destacam êxito da viagem de geisel à rfa	192

notícias

assembleia legislativa do amazonas apoia o pacto amazônico	193
mre/seplan assinam convênio com o pnud	193
em vigor o memorando de entendimento brasil-canadá	193
brasil e bolívia debatem novas formas de cooperação comercial	194
conversações brasileiro-argentinias sobre itaipu-corpus	194
a 44. ^a conferência da comissão mista brasileiro-venezuelana de limites	194
o XVIII congresso da união postal universal	195
itamaraty avisa estudantes brasileiros	195
empresa brasileira recebe medalha de ouro na feira de leipzig	195

